

V ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS

22-24/agosto/2018
Universidade Estadual de Londrina



ANAIIS

V ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS

ANAIS

Organizadores:

André Luiz Marcondes Pelegrinelli

Francisco Cesar Alves Ferraz

Londrina

2019

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E56a Encontro Nacional de História dos Estados Unidos (5. :
2018 : Londrina, PR)

[Anais do] V Encontro Nacional de História dos
Estados Unidos [livro eletrônico] / organizadores: André
Luiz Marcondes Pelegrinelli, Francisco Cesar Alves Ferraz.
– Londrina : UEL, 2019.

1 Livro digital : il.

Inclui textos em espanhol.

Inclui bibliografia.

Bibliotecária: Solange Gara Portello – CRB-9/1520

Reitor

Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho

Vice-Reitor

Prof. Dr. Décio Sabbatini Barbosa

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Amauri Alcindo Alfieri

Pró-Reitor de Extensão

Profa. Dra. Mara Solange Gomes Dellaroza

Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

Profa. Dra. Viviane Bagio Furtoso

Chefe do Departamento de História

Prof. Dr. Rogério Ivano

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História Social

Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim

Realização:

- Universidade Estadual de Londrina
- Universidade Estadual de Maringá
- Programa de Pós-Graduação em História Social (UEL)
- Programa de Pós-Graduação em História (UEM)
- Rede de Estudos dos Estados Unidos

COORDENAÇÃO GERAL

Prof. Dr. Francisco Cesar Alves Ferraz (UEL)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Francisco Cesar Alves Ferraz (UEL)

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz (UEM)

Prof. Dr. João Fábio Bertonha (UEM)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz (UEM)

Prof. Dr. João Fábio Bertonha (UEM)

Profa. Dra. Cecília da Silva Azevedo

Prof. Dr. Flavio Limoncic (UNIRIO)

Profa. Dra. Érica G. Daniel Monteiro (UFRJ)

Prof. Dr. Fabio Nigra (UBA – Argentina)

Apresentação

Em agosto de 2018 foi realizado o V Encontro Nacional de História dos Estados Unidos (V ENEUA), na Universidade Estadual de Londrina (UEL). O evento foi promovido pela UEL, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá e com a Rede de Estudos de História dos Estados Unidos. Entre acadêmicos e profissionais das Ciências Humanas, o evento contou com 130 participantes, dos quais 71 apresentaram trabalhos, em conferências, mesas-redondas e sessões de comunicações coordenadas. O V ENEUA agregou participantes de oito estados da federação, além de pesquisadores da Argentina e Estados Unidos.

Os trabalhos apresentados no V ENEUA mostraram a vitalidade e crescimento dos estudos sobre a história dos Estados Unidos, em suas mais diversas dimensões. Trata-se de um campo que agrega, cada vez mais, pesquisadores de todo o país, bem como expande suas áreas de pesquisa. Nota-se uma concentração maior de estudos na abordagem da história americana do século 20, o que pode ser explicado pelo acesso mais facilitado à uma documentação primária disponível na web e em publicações impressas, importadas ou não.

Dos trabalhos apresentados nas sessões temáticas do V ENEUA, os estudos culturais foram os mais numerosos, especialmente aqueles que fizeram uso de objetos produzidos pela indústria cultural do país – cinema, mídias, música, histórias em quadrinhos. As representações culturais da sociedade dos Estados Unidos, para si e para os outros, inclusive estudos de história pública, também foram objeto de análise e questionamentos.

As tensões sociais e políticas tiveram particular atenção: a Revolução Americana, a Guerra Civil, os problemas raciais, a Depressão da década de 1930, os conflitos de classe, sindicatos, as divisões políticas e o crescimento mais ou menos recente de pensamento e práticas conservadoras, todos compuseram um rico quadro da história do país dos três últimos séculos.

Uma área já tradicional em estudos sobre os Estados Unidos é a das relações internacionais, e nesse Encontro foi mostrada sua vitalidade e variedade. Além das pesquisas na história diplomática, questões culturais e geopolíticas foram enfatizadas.

Nessas relações externas, nem sempre as soluções e procedimentos foram pacíficos na história do país. Assim, as discussões sobre a formação de um império bélico e sobre as ações do país nas várias guerras em que se envolveu, proporcionaram a apresentação de vários trabalhos, em dimensão multidisciplinar: questões militares, político-econômicas, culturais.

Um fenômeno marcante nas sessões temáticas, bem como nos debates de conferências e mesas redondas, foi o alto nível dos questionamentos e respostas. As ênfases nas questões metodológicas, nas análises documentais, na abertura de interfaces para outros trabalhos com objetos e fontes análogos, chamou positivamente a atenção dos participantes e organizadores.

Dos trabalhos apresentados nas sessões temáticas, vinte estão aqui representados nos Anais do Encontro. São representativos do crescimento da área, e oferecem perspectivas otimistas quanto ao futuro dos estudos, no Brasil e na América do Sul, da História dos Estados Unidos. Mesmo enfrentando as mais pesadas dificuldades já experimentadas pela universidade pública brasileira, particularmente a área de Humanidades, em toda sua história, nós, os pesquisadores de História dos Estados Unidos continuamos a combater o bom combate: não haverá descanso, na luta pela liberdade e excelência da pesquisa, particularmente sobre este campo da história tão rico em questões e contradições, que é a história dos Estados Unidos.

Francisco Cesar Alves Ferraz
Coordenador Geral

Sumário

MAYDAY! THE INDIANS HAVE LANDED: A OCUPAÇÃO DE ALCATRAZ (1969-1971) E O MOVIMENTO INDÍGENA NOS ESTADOS UNIDOS

Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior..... 10

PSICODÉLICOS E CINEMA: OS ESTADOS UNIDOS NA DÉCADA DE 1960

Rafaela Arienti Barbieri..... 19

A CONTRACULTURA NA “AMÉRICA DO SOL”: O MOVIMENTO HIPPIE NORTE-AMERICANO NO TROPICALISMO

Patrícia Marcondes de Barros..... 30

A INVERSÃO DO RELACIONAMENTO DE TRABALHO DA COCA-COLA NO BRASIL COM SEUS FUNCIONÁRIOS E SINDICADOS DE ENGARRAFAMENTO

Andrew A. Carrasco..... 38

DISSUAÇÃO E PROJEÇÃO DE PODER APÓS A REVOGAÇÃO DO TRATADO DE MÍSSEIS ANTIBALÍSTICOS

Luiz Gustavo Cossari;;..... 48

HOLLYWOD Y LA GUERRA DE VIETNAM: FILMANDO CONSENSO

María Florencia Dadamo..... 62

UM DEBATE DIPLOMÁTICO EM PERSPECTIVA: A BARGANHA DE VARGAS E A DIPLOMACIA ESTADUNIDENSE NOS PREPARATIVOS DA CONFERÊNCIA DE WASHINGTON (1951)

Natália Abreu Damasceno..... 71

IT'S A WONDERFUL LIFE: O CINEMA ENQUANTO DIFUSOR DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Giovana de Ferreira Faria..... 82

A REVOLUÇÃO AMERICANA SEGUNDO HANNAH ARENDT

Flávio Henrique Navarro Hashimoto..... 92

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE ESTADOS UNIDOS E BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Heitor Esperança Henrique..... 100

THE PROGRESSIVE ERA: ELEMENTONS CONSTITUTIVOS DA NEW HISTORY NORTE-AMERICANA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Fabio Luciano Iachten..... 107

O BRASIL NA MIRA DO TIO SAM: O PROJETO PONTES E A PARTICIPAÇÃO DOS EUA NO GOLPE DE 2016

Gabriel Lecznieski Kanaan.....	117
A HISTÓRIA DA GUERRA DE SECESSÃO NA REVISTA EM QUADRINHOS “TEX”: UM COMENTÁRIO	
Manoel Adir Kischener	
Everton Marcos Batistela	
Cezar Cristovão Sperandio.....	131
AS VINHAS DA IRA E A GRANDE DEPRESSÃO: APONTAMENTOS PARA REFLETIR SOBRE O PROCESSO DE MECANIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL	
Manoel Adir Kischener	
Everton Marcos Batistela	
Cezar Cristovão Sperandio.....	140
VIVER E MORRER NO SONHO AMERICANO: PASSAGENS DA SOCIEDADE ESTADUNIDENSE NO CINEMA DE MICHAEL MANN	
Artur Felipe Lopes.....	149
NELSON ROCKEFELLER E AS POLÍTICAS CULTURAIS DO OFFICE OF INTER-AMERICAN AFFAIRS	
Danielle Misura Nastari.....	160
ABOSLUTISMO CULTURAL, CINE Y LA HEGEMONÍA DE ESTADOS UNIDOS EM EL SIGLO XX	
Fabio Nigra.....	169
LIBERTY, EQUALITY, NO ARMY: A OCUPAÇÃO AMERICANA E A NOVA CONSTITUIÇÃO JAPONESA NO PÓS-GUERRA: A INFLUÊNCIA AMERICANA NA NOVA CONSTITUIÇÃO JAPONESA (1946)	
Douglas Pastrello.....	192
A FUNDAÇÃO DA IV INTERNACIONAL E O SWP NORTE-AMERICANO: AS POLÊMICAS SOBRE O CARÁTER DE CLASSE DO ESTADO SOVIÉTICO	
Vitor Rollin Prudêncio.....	202
NOTAS SOBRE GAZA: REPRESENTAÇÕES DE VIOLÊNCIA E DO MUNDO MUÇULMANO PÓS 11 DE SETEMBRO DO JORNALISTA ESTADUNIDENSE JOE SACCOEM SEU LIVRO-REPORTAGEM (2002-2010)	
José Rodolfo Vieira.....	211

“MAYDAY! THE INDIANS HAVE LANDED: A OCUPAÇÃO DE ALCATRAS (1969–1971) E O MOVIMENTO INDÍGENA NOS ESTADOS UNIDOS

Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior (Professor de História da América
Universidade Federal do Amapá)

Palavras-chave: Estados Unidos; Direitos Civis; Movimento indígena

Introdução

O trabalho apresentado no V Encontro Nacional de História dos Estados Unidos surgiu após convite para participar de uma mesa sobre História Indígena na Semana de Extensão promovida pelo curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá – Campus Binacional do Oiapoque. O convite se deu devido ao meu percurso na pesquisa sobre a História dos Estados Unidos, o que possibilitaria apresentar aos estudantes um panorama (posto que não era minha especialidade) acerca da história e da historiografia indígena naquele país; pouco conhecida e debatida no Brasil.

Ao revisar obras importantes para a preparação da minha fala naquela ocasião, ficou evidente que a temática indígena tendia a desaparecer em recortes cronológicos mais recentes. Por exemplo, sem obviamente pretender desqualificar a brilhante obra o historiador norte-americano Eric Foner, - *The Story of American Freedom* (1999) -, me pareceu sintomático que no capítulo dedicado ao movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, os indígenas tenham recebido apenas duas linhas de sua atenção; embora não estivessem alheios ao contexto de fortes protestos por mudanças sociais e econômicas nos anos 1960 e 1970; como veremos adiante.

De acordo com Blackhawk (2011, p.376)

Ao longo da maior parte da história dos EUA, os historiadores geralmente consideraram os indígenas [norte] americanos muito diferentes culturalmente ou muito pouco importantes para uma investigação histórica rigorosa. As distinções etnográficas, culturais, linguísticas e políticas, que caracterizaram as sociedades indígenas [norte] americanas por milênios, aparentemente impediram a investigação histórica, enquanto áreas mais amplas da cultura popular [norte] americana reforçavam os retratos negativos e unidimensionais dos povos nativos¹.

1 No original: Throughout most of U.S. history, historians generally considered American Indians either too culturally different or too unimportant for rigorous historical investigation. The ethnographic, cultural, linguistic, and political distinctions that have characterized American Indian societies for millennia seemingly prohibited historical inquiry while broader venues of U.S. popular culture reinforced timeless, negative, and one-dimensional portraits of native people.

A construção de uma visão estereotipada dos povos indígenas, representando a antítese do progresso cultural e material de um “Estados Unidos” que se compreende como de tradição cristã e anglo-saxã, reforçadas por interpretações maniqueístas sobre o período colonial e sobre a expansão para o Oeste no século XIX, observada na literatura e no cinema, por exemplo, é algo bastante analisado, e vale ressaltar importantes esforços de revisão historiográfica².

Entretanto, ao longo do século XX, as narrativas históricas gradualmente abandonam as questões indígenas, contribuindo para uma relativa invisibilidade da participação dos povos nativos nos grandes temas que envolveram a sociedade dos Estados Unidos, principalmente na segunda metade do século XX.

Este trabalho, fruto de uma pesquisa ainda em fase inicial, pretende, portanto, colaborar para a contextualização da ocupação de Alcatraz, analisar o documento *The Proclamation*, lido para a imprensa após a chegada dos indígenas na ilha, e tecer algumas considerações acerca do (não) lugar do movimento indígena dos Estados Unidos na historiografia sobre o período das lutas pelos direitos civis.

A Ocupação/Libertação de Alcatraz

Em 20 de novembro de 1969, um grupo de 89 pessoas, intitulado-se “Indígenas de todas as Tribos”³, ocupou a icônica Ilha de Alcatraz, antiga prisão federal. A ocupação foi acompanhada de performances artísticas e declarações à imprensa. Como aponta Casey Kelly (2014), a maior parte dos militantes era formada por estudantes universitários de diferentes grupos étnicos, engajados em programas de pesquisa sobre as sociedades e culturas indígenas nos EUA na costa Oeste.

De acordo com Jace Weaver (2009, p.16), naquela noite, ao assistirem o noticiário, grande parte da população ficou chocada com a ocupação da antiga prisão Federal.

A surpresa resultava não tanto do ato de ativismo radical — em 1969 os norte-americanos tinham se acostumado a ver protestos na TV — mas do fato de ainda existirem indígenas. Para muitos norte-americanos, os indígenas não haviam sobrevivido ao século XIX. Eles esqueceram de sua existência desde a declaração do fim das guerras indígenas em 1890.

Henry Luce, editor-chefe das revistas *Life* e *Time*, proibiu qualquer publicação acerca da ocupação da ilha, pois considerava *não verdadeiros* os indígenas contemporâneos.

Em sua maioria, os jovens indígenas formavam a primeira geração após o início da Política do Término (1945), que, *grosso modo*, pôs fim ao reconhecimento da soberania das

² Cf. BENDER, Thomas (ed.). *Rethinking American History in a Global Age*. Berkeley: University of California, 2002.

³ Indians of all tribes (IAT)

nações indígenas na organização e administração das suas terras. A partir de um contínuo esforço de assimilação, o governo federal e governos estaduais procuraram encerrar o estatuto especial das populações indígenas, incentivando o abandono de suas terras para se integrarem à vida urbana (*Indian Relocation Act* – 1956), com quase nenhum apoio governamental, o que gerou uma forte pauperização das populações indígenas em várias cidades do país.

De fato, durante 233 anos, as políticas governamentais em relação aos habitantes originais do país oscilaram como um pêndulo entre o incentivo à sobrevivência cultural e a assimilação agressiva. À medida que cada política dava lugar à seguinte, o objetivo era, todas as vezes, resolver o “problema indígena”. (WEAVER, 2009, p.16)

A ocupação de Alcatraz, que durou 19 meses, inspirou diversas outras ações posteriores, e é considerada um marco por ter sido o primeiro movimento a conquistar amplo interesse da mídia e receber o apoio de diferentes grupos étnicos; vale ressaltar ainda o desejo deliberado de forjar uma unidade indígena na América do Norte (Canadá – Estados Unidos – México). (CASTILE, 1988)

Na verdade, Alcatraz não representou um “despertar nativo”: nas décadas anteriores é possível localizar inúmeras ações e protestos de grupos indígenas em diferentes regiões do país, e até mesmo ações no exterior⁴. A especificidade de Alcatraz foi a percepção compartilhada de que a ilha não estava sendo ocupada, mas sim libertada. Como afirma Forbes (1997, p.129)

Uma coisa que tornou Alcatraz tão significativo foi o fato de que quando você saia do cais, você deixava os Estados Unidos, e logo chegava a uma ilha administrada por nativos, temporariamente fora da jurisdição de qualquer autoridade branca. Outro aspecto significativo de Alcatraz foi o fato de ter liberado a psiquê dos povos nativos, tornando “tudo bem o fato de ser indígena”. Finalmente, foi um experimento de autodeterminação nativa, em um sentido comunal e político⁵.

Embora não houvesse uma liderança formal, o estudante Richard Oakes tornou-se o personagem principal da ocupação no primeiro momento, ao chegar nadando até Alcatraz. Oakes passou a receber bastante atenção da imprensa, atuando como uma espécie de porta-voz do movimento.

Após alcançar a ilha, Oakes, cercado pelas câmeras de diferentes veículos da imprensa, anunciou que leria o manifesto: *A Proclamação*⁶, contendo as razões para a ocupação/libertação

⁴ Em julho de 1958, líderes dos povos que compunham o grupo das “Seis Nações” aceitaram o convite de Fidel Castro e visitaram Cuba, pouco antes da destituição de Fulgêncio Batista.

⁵ No original: One thing that made Alcatraz so significant was the fact that, when you left the pier, you left the United States and soon arrived on a native-ruled island, temporarily beyond the jurisdiction of any white authorities. Another significant aspect of Alcatraz was that it liberated the psyche of native peoples, making it “all right to be Indian”. Finally, it was an experiment in native self-determination in a communal and political sense.

⁶ No original: The Proclamation.

da ilha de Alcatraz e as propostas e projeto que ali seriam desenvolvidos após firmarem um “tratado” com o governo dos Estados Unidos.

Imagem 1: Ativista Richard Oakes cercado pela mídia para ler o manifesto The Proclamation



Fonte: Young Broadcasting of San Francisco, Inc.

A Proclamação para o grande pai Branco

Em uma clara referência ao preâmbulo da Constituição dos Estados Unidos, o manifesto continha em seu início a seguinte frase: “Nós, os americanos nativos, reivindicamos a terra conhecida como Ilha de Alcatraz, em nome de todos os indígenas americanos por direito de descoberta”⁷.

A jurisprudência no direito de descoberta foi responsável pela ocupação contínua no período colonial de terras indígenas. Como afirma Watson (2012, p. 996-997),

A doutrina - que foi elaborada pelas nações europeias para justificar o processo de dominação e colonização - estabelecia que os europeus recém-chegados adquiriam imediata e automaticamente direitos de propriedade em terras indígenas e, também, ganhavam direitos governamental, político e comerciais sobre os habitantes, sem o conhecimento ou a consentimento dos povos indígenas⁸.

Vale ressaltar que nos Estados Unidos independente, a ocupação das terras indígenas se deu através de diferentes métodos: guerras, anexações, compras, tratados, etc.; porém, a referência ao “direito de descoberta” sobre Alcatraz foi uma clara alusão à contradição do

⁷ Indians of all Nations. The Proclamation to the great White father and his People. In: <https://arts-sciences.und.edu/native-media-center/files/docs/1950-1970/1969alcatrazproclamation.pdf> No original: We, the native Americans, reclaim the land known as Alcatraz Island in the name of all American Indians by right of discovery

⁸ No original: The doctrine—which was developed by European nations to justify the process of colonization and dominion—provides “that newly arrived Europeans immediately and automatically acquired legally recognized property rights in native lands and also gained governmental, political, and commercial rights over the inhabitants without the knowledge or the consent of the Indigenous peoples.

pensamento colonial Ocidental, que se outorgava a prerrogativa de descobrir terras já ocupadas.

Para justificar a ocupação, os militantes indígenas se apropriaram dos termos do Tratado de Fort Laramie (1868), firmado entre os povos Sioux e Lakota com o governo Federal, no qual ficou estabelecido o direito dos povos signatários de recuperar territórios nos estados de Dakota e Nebraska, e ocupar terras Federais abandonadas que tivessem pertencido aos indígenas anteriormente.

Porém, diferentemente da chamada “era das descobertas”, os ativistas indígenas pretendiam respeitar os ocupantes da ilha. “Queremos ser justos e honrados em nossas relações com os habitantes caucasianos desta terra, e desse modo oferecer o seguinte tratado [...]”⁹

O parágrafo inicial do documento apresenta dois pontos extremamente relevantes: 1°. Ao substituir o “*Nós, o povo dos Estados Unidos*” por “*Nós, os nativos americanos*”, os ativistas não se reconheciam como parte dos Estados Unidos; 2°. Ao referenciar o direito de descoberta, mas oferecer um tratado justo, sinalizavam não pretender repetir o pensamento colonial Ocidental.

História e identidade foram redefinidos para estabelecer uma relação horizontal com o governo dos Estados Unidos, optando, portanto, por ignorar os tradicionais instrumentos federais de representação dos interesses dos povos indígenas, como o *Bureau of Indian Affairs* (BIA), assim como forjar uma identidade indígena americana, para além das diferenças culturais entre os povos.

O preâmbulo do Tratado apontava, assim, para o caráter excludente do conceito de “povo americano” presente na Constituição. De fato, a Constituição dos Estados Unidos tornou-se historicamente um documento catalizador de conflitos entre o governo Federal e os povos indígenas.

Como aponta Kelly (2014,p.09)

A constituição contém referências esparsas às tribos indígenas americanas. Ao tratar tecnicamente as tribos como nações estrangeiras, a Constituição as reconhece textualmente como entidades soberanas separadas. No entanto, inúmeras decisões da Suprema Corte interpretaram a Constituição como justificativa para incorporar os povos indígenas contra a sua vontade¹⁰.

Na continuação do documento, percebe-se a denúncia irônica acerca da condição de vida das populações indígenas:

⁹ Indians of all Nations. The Proclamation to the great White father and his People. No original: We wish to be fair and honorable in our dealings with the Caucasian inhabitants of this land, and hereby offer the following treaty.

¹⁰ No original: The constitution contains sparse references to American indian tribes. By technically treating tribes as a foreign nations, the Constitution textually acknowledges them as a separate sovereign entities. Yet numerous of Supreme Court decisions have interpreted the Constitution as a justification for absorbing Native peoples against their will.

Vamos comprar a Ilha de Alcatraz por vinte e quatro dólares (US \$ 24) em miçangas de vidro e tecidos vermelhos, um precedente estabelecido pela compra de uma ilha semelhante cerca de 300 anos atrás pelo homem branco. Sabemos que US \$ 24 em produtos comerciais por estes 16 acres é mais do que foi pago quando a ilha de Manhattan foi vendida, mas sabemos que o valor das terras tem aumentado ao longo dos anos.

A nossa oferta de US \$ 1,24 por acre de terra é maior do que os 47 ¢ que homens brancos estão agora pagando aos índios da Califórnia pelas suas terras. Mas daremos aos habitantes desta ilha uma parcela de terra para o seu próprio uso. Vamos orientar os habitantes brancos sobre a maneira correta de viver. Vamos oferecer-lhes a nossa religião, a nossa educação, os nossos costumes, a fim de ajudá-los a alcançar o nosso nível de civilização e, assim, elevá-los acima de seu infeliz estado de selvageria.

Nós oferecemos este tratado de boa fé e desejamos ser justos e honrados nas nossas relações com todos os homens brancos. Nós acreditamos que a chamada Ilha de Alcatraz é mais do que adequada para uma reserva indígena, determinada pelas próprias normas do homem branco.

Queremos dizer com isto que este lugar se assemelha às atuais reservas indígenas:

- 1. Não possui instalações modernas, e não tem meios de transporte adequado;
- 2. Não tem água corrente;
- 3. Tem instalações sanitárias inadequadas;
- 4. Não há petróleo ou minerais;
- 5. Não há nenhuma indústria e o desemprego é muito grande;
- 6. Não há instalações para a saúde;
- 7. O solo é rochoso e não produtivo; e a terra não possui cassino;
- 8. Não há instalações educacionais;
- 9. A população sempre excedeu o tamanho das terras;
- 10. A população têm sido sempre mantida como prisioneira e dependente;

Além disso, seria apropriado e simbólico que os navios de todo o mundo, entrando no Golden Gate, vejam em primeiro lugar uma terra indígena, e, assim, serão lembrados da verdadeira história desta nação. Esta pequena ilha seria um símbolo das grandes terras que uma vez foram governadas por indígenas livres e nobres¹¹.

¹¹ Indians of all Nations. The Proclamation to the great White father and his People. In: <https://arts-sciences.und.edu/native-media-center/files/docs/1950-1970/1969alcatrazproclamation.pdf> No original: We will purchase said Alcatraz Island for twenty-four dollars in glass beads and red cloth, a precedent set by the white man's purchase of a similar island about 300 years ago. We know that \$24 in trade goods for these 16 acres is more than was paid when Manhattan Island was sold, but we know that land values have risen over the years. Our offer of \$1.24 per acres is greater than the \$0.47 per acre the white men are now paying the California Indians for their lands. We will give to the inhabitants of this island a portion of the land for their own to be held in trust...by the Bureau of Caucasian Affairs...in perpetuity -- for as long as the sun shall rise and the rivers go down to the sea. We will further guide the inhabitants in the proper way of living. We will offer them our religion, our education, our life-ways in order to help them achieve our level of civilization and thus raise them and all their white brothers up from their savage and unhappy state. We offer this treaty in good faith and wish to be fair and honorable in our dealings with all white men. We feel that this so-called Alcatraz Island is more than suitable for an Indian reservation, as determined by the white man's own standards. By this, we mean that this place resembles most Indian reservations in that: 1. It is isolated from modern facilities, and without adequate means of transportation. 2. It has no fresh running water. 3. It has inadequate sanitation facilities. 4. There are no oil or mineral rights. 5. There is no industry and so unemployment is very great. 6. There are no health-care facilities. 7. The soil is rocky and non-productive, and the land does not support game. 8. There are no educational facilities. 9. The population has always exceeded the land base. 10. The population has always been held as prisoners and kept dependent upon others. Further, it would be fitting and symbolic that ships from all over the world, entering the Golden Gate, would first see Indian land, and thus be reminded of the true history of this nation. This tiny island would be a symbol of the great lands once ruled by free and noble Indians.

Imagem 2: Visão panorâmica da ocupação.



Fonte: <https://nativeamericancr.weebly.com/overview-of-movement.html>

Referências diretas aos tratados históricos indicam a apropriação do pensamento colonialista como forma de denunciar as contradições as quais os povos indígenas no passado foram expostos pelo governo. De fato, no contexto dos anos 1960 e 1970, as populações indígenas configuravam-se como as únicas minorias que poderiam solicitar a assinatura de tratados para negociar com o governo federal, posto que se tratava de um instrumento amplamente utilizado no passado.

A comparação irônica entre a estrutura da ilha e as condições presentes nas reversas indígenas naquele momento, apontando para o abandono no qual encontravam-se as populações indígenas, baseou-se no conceito *detournement*, quando se busca caracterizar uma determinada imagem ou situação para subverter seu significado.

Neste sentido, ao subverter os textos oficiais, instrumentalizava-se o movimento indígena para contestar não só as condições materiais e jurídicas em que se encontravam naquele momento, mas também importantes aspectos das relações históricas estabelecidas com o governo dos Estados Unidos.

Imagem 3: Visão interna da ocupação.



Fonte: <https://nativeamericancr.weebly.com/overview-of-movement.html>

Conclusão

Como aponta François Dosse (2013, p148),

Esfinge, o acontecimento é igualmente fênix que na realidade nunca desaparece. Deixando múltiplos vestígios, ele volta constantemente, com sua presença espectral, para brincar com acontecimentos subsequentes, provocando configurações sempre inéditas. Nesse sentido, poucos são os acontecimentos que podemos afirmar que terminaram porque estão ainda suscetíveis de novas atuações.

Desse modo, tomando-se como ponto de partida a ocupação de Alcatraz em 1969, e a análise do documento *The Proclamation*, pretendeu-se apresentar as principais questões envolvendo a agenda do movimento indígena nos Estados Unidos na virada das décadas de 1960 e 1970.

Ao conclamar os povos indígenas a lutarem pelos por melhores condições de vida juntos, a ocupação de Alcatraz consolidou a tendência de se construir uma agenda unificada, com o objetivo de promover o reconhecimento pelo governo dos Estados Unidos pela autodeterminação dos povos nativos.

A operação retórica observada no documento inaugural da ocupação revela a tendência a subverter as narrativas históricas estabelecidas acerca da conflituosa relação com o governo Federal, denunciando tratados antigos como forma de dominação histórica travestida de respeito à soberania dos indígenas.

Como aponta Gary Gerstle (2001), o movimento pelos direitos civis deve ser compreendido também em um contexto internacional mais amplo como uma reação à ideia de dominação Ocidental e à supremacia branca. Desse modo, os militantes que ocuparam Alcatraz não pretendiam defender a reformar ou a integração aos Estados Unidos, mas constituir-se como uma entidade soberana.

A ocupação, que durou quase dois anos, não logrou resultados objetivos, mas, como demonstram livros de memórias publicados posteriormente, inspirou o movimento indígena ao longo dos anos 1970, resultando em importantes vitórias dos povos nativos na direção do reconhecimento de sua autodeterminação.

Bibliografia

BENDER, Thomas (ed.). *Rethinking American History in a Global Age*. Berkeley: University of California, 2002.

BLACKHAWK, Ned. American Indians and the study of U.S. History. In: FONER, Eric.MCGIRR, Lisa. *American History Now*. Philadelphia: Temple University Press, 2011.

- CASTILE, George Pierre. *To Show Heart: native American self-determination and Federal Indian Policy, 1960 -1975*. Tucson: The University of Arizona Press, 1998.
- DOSSE, François. *O Renascimento do acontecimento. Um desafio para o historiador entre a Esfinge e a Fênix*. São Paulo: Unesp, 2013.
- FONER, Eric. *The Story of American Freedom*. New York: WW Norton, 1999.
- FORBES, Jack D. The native struggle for liberation: Alcatraz. In: JOHNSON, Troy. NAGEL, Joane. CHAMPAGNE, Duane. *American Indian Activism: Alcatraz to the longest walk*. Chicago: University of Illinois Press, 1997.
- GERSTLE, Gary. *American Crucible: race and nation in the twentieth century*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- KELLY, Casey. Détournement, Decolonization, and the American Indian occupation of Alcatraz Island (1969 – 1971). In: *Scholarship and Professional Work*, 2014.
- WATSON, Blake A. The doctrine of discovery and the elusive definition of Indian title. In: *Lewis & Clark Law Review*, Vol 15:4, 2012.
- WEAVER, Jace. O vaivém da política indigenista. In: *E-Journal USA*. Departamento de Estado dos EUA. Vol.14, No.6, Jun.2009.

PSICODÉLICOS E CINEMA: OS ESTADOS UNIDOS NA DÉCADA DE 1960

Rafaela Arienti Barbieri (UEM/LERR)

Palavras-chave: cinema; psicodélicos; história

Introdução

Enquanto os pesquisadores das décadas de 1950 e 1960 indicavam uma proximidade entre os efeitos do LSD, mescalina e estados psicóticos, Rosemary Woodhouse era amarrada brutalmente em uma cama por dois indivíduos vestidos de branco, como enfermeiros, em um momento no qual está imersa em um estado alterado de consciência.

Inadvertida, Rosemary ingere uma substância psicodélica não especificada, induzindo-a a um estado de consciência representado na narrativa por meio de um sonho, imagens desconexas são acompanhadas pelo tique-taque de um relógio ao fundo. É sob o efeito da substância que a personagem tem uma relação sexual com Satã, trazendo ao mundo seu filho na década de 1960 dos Estados Unidos.



Imagem 01: cena de *O bebê de Rosemary* (1968). Disponível: ROSEMARY'S BABY (O Bebê de Rosemary). Direção de Roman Polanski. Roteiro de Roman Polanski. USA. Produzido por William Castle e Paramount Pictures. Dist. Paramount Pictures. 1968, 1 disco (2h 22 min.) DVD.

O bebê de Rosemary (1968) é apenas um dos filmes que representam o uso de alucinógenos na década de 1960, momento marcado pelo uso de tais substâncias por diversos grupos nos Estados Unidos. Outros exemplos seriam *Curse of the Crimson Altar*¹ (1968), *The*

¹ A maldição do Altar Escarlate

*Trip*² (1967), e *Yellow Submarine*³ (1967). Em *The Trip*, o início da narrativa já indica um vínculo com seu contexto de produção. Em forma de alerta, um narrador esclarece:

Você está a ponto de fazer parte de uma experiência cinematográfica incomum. Uma ficção sobre a droga alucinógena LSD. Hoje seu consumo intensivo, sua produção no mercado negro, junto a outros químicos “expansivos da consciência” representam uma grande preocupação para médicos e autoridades civis. A fabricação ilegal e a distribuição destas drogas são perigosas e podem ocasionar consequências fatais. Muitos foram hospitalizados por elas. Este filme representa uma impactante reflexão sobre uma tendência habitual em nosso tempo, que deve preocupar a todos. (THE TRIP, 1967, 00:00:13)⁴.

No final da década de 1950 nos Estados Unidos, Timothy Leary e Humphry Osmond concordavam que a linguagem patológica, portadora de termos como “alucinação” ou “psicose”, era inadequada para classificar as experiências com drogas como LSD e mescalina, por exemplo, sendo que uma nova nomenclatura precisava ser cunhada para abranger a gama de efeitos produzidos por tais substâncias. Dessa forma, o termo “psicodélico” foi cunhado e introduzido na linguagem psiquiátrica por Osmond em 1957.

O uso de alucinógenos⁵, neste caso, está inserido em um contexto no qual a instituição religiosa já não é a única fonte de referências, normas e valores, sendo alvo de críticas e progressiva perda de autoridade. (HERVIEU-LÉGER, p. 24). Os alucinógenos passam então a fornecer códigos de sentido para indivíduos que, imersos em um momento de questionamentos, buscam o sentido de sua existência. Nesse sentido, Michel de Certeau (2006) argumenta que

[...] surgem novas responsabilidades para muitos intelectuais, ou multiplicam-se as confissões de impotência; são desenhadas opções drásticas e alguns, como Timothy Leary, buscam uma saída pelo lado da droga e da mística oriental. (CERTEAU, 2006, p. 177)⁶.

A década de 1950 e os Alucinógenos

Podemos destacar alguns nomes, quando abordamos os inícios do uso de psicodélicos, a partir da década de 1950, e que influenciaram as experiências vivenciadas na década de

² Viagem ao Mundo da Alucinação

³ Submarino Amarelo

⁴ “You are about to be involved in a most unusual motion picture experience. It deals fictionally with the hallucinogenic drug, LSD. Today, the extensive use in black market production of this and other such “mind-bending” chemicals is of great concern to medical and civil authorities. The illegal manufacture and distribution of these drugs is dangerous and can have fatal consequences. Many have been hospitalized as a result. This Picture represents a shocking commentary on a prevalent trend of our time and one that must be of great concern to all”. (THE TRIP, 00:13s, 1967).

⁵ O termo aqui utilizado é alucinógeno, para nos referirmos a drogas que afetam o Sistema Nervoso Central, causando alucinações. Os alucinógenos abordados aqui referem-se à cannabis, LSD, mescalina, peyote e psilocibina, por exemplo. O termo “psicodélico” foi cunhado em 1957 por Humphry Osmond, enquanto uma crítica a linguagem patológica pois, em sua percepção, corresponderiam melhor aos efeitos de tais drogas do que os termos “alucinógenos” ou “psicomiméticos”. Caberia ainda realizar uma discussão sobre esses conceitos e o que cada um deles objetiva significar. Ainda é possível encontrar outras nomenclaturas que se referem à tais substâncias como “estados alterados de consciência”, utilizado por Ioan Lewis na sua obra *Êxtase Religioso* (1971). Identifica-se também a substituição do termo “alterado” por “alterno”, sugerida por Norman Zinberg em 1974, para evitar a ideia de que a mudança altera a consciência da maneira como ela deve ser.

⁶ “a muchos intelectuales les surgen nuevas responsabilidades, o bien multiplican las confesiones de impotencia; se dibujan opciones drásticas y algunos, como Timothy Leary, buscan una salida por el lado da droga y de la mística oriental. (CERTEAU, 2006, p. 177).

1960. Sobre o LSD, por exemplo, Capitain Alfred M. Hubbard (1901- 1982), foi um dos primeiros a acreditar no potencial do LSD enquanto uma droga transcendental. Seu primeiro contato com a droga, aos quarenta e nove anos, deu-se em 1951 por intermédio de Dr. Ronald Sandison, que afirmava ter uma profunda e mística experiência. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 43).

Após Hubbard, Dr. Humphry Osmond (1917-2004), psiquiatra britânico que trabalhava com LSD e mescalina no Hospital Weyburn, no Canadá, chamou a atenção para a similaridade entre a estrutura da mescalina e das moléculas de adrenalina, em 1952:

[...] sugerindo que a esquizofrenia pode ser uma forma de auto-intoxicação causada pelo corpo por engano, que produz seus próprios compostos alucinógenos. Osmond notou que a mescalina habilita uma pessoa normal a ver o mundo através dos olhos de um esquizofrênico. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 45)⁷.

Os relatórios de Osmond chamaram a atenção do escritor britânico Aldous Huxley (1894 – 1963), que em 1931 publicou *Admirável Mundo Novo*⁸. Ao longo de seus estudos, Huxley passou a defender que os alucinógenos produziam mudanças radicais na consciência, e seu efeito poderia ser benéfico. Neste sentido, Huxley ofereceu-se para trabalhar com Dr. Osmond. (LEE, SHALIN, 1992, p. 46).

Em 1953, Huxley experimentou a mescalina, em sua casa na Califórnia, sob a supervisão de Dr. Osmond, o que resultou na publicação, no mesmo ano, do livro *As Portas da Percepção*⁹, no qual Huxley defendeu a teoria estabelecida por Henri Bergson (1859 – 1951) de que a função do cérebro e do sistema nervoso é eliminativa e não produtiva, na medida em que protege o indivíduo, impedindo-o de ser esmagado pela massa de conhecimentos adquiridos ao longo da vida. (HUXLEY, 2002, p. 11). O estudo de Osmond é citado no livro de Huxley:

Na verdade, havia muitas décadas que esse fato se apresentava ao vivo, diante de todos, mas, a despeito disso, ninguém se havia dele apercebido até que um jovem psiquiatra inglês, que atualmente trabalha no Canadá, se deu conta da grande semelhança de composição química existente entre a mescalina e a adrenalina. Pesquisas posteriores revelam que o ácido lisérgico – um onírico extremamente poderoso, derivado da ergotina – apresenta afinidades com essas duas substâncias, em suas características bioquímicas. (HUXLEY, 2002, p. 06).

Desta forma, se esse mecanismo de proteção fosse temporariamente suspenso, se as portas da percepção fossem abertas por um agente químico, como a mescalina ou o LSD, “[...] então o mundo mostrar-se-ia sob uma nova luz”. (LEE, SHLAIN, 1992, p. 45)¹⁰.

⁷ “[...] implying that schizophrenia might be a form of self-intoxication caused by the body mistakenly producing its own hallucinogenic compounds. Osmond noted that mescaline enabled a normal person to see the world through the eyes of a schizophrenic”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 45).

⁸ *Brave New World*, trata de uma narrativa futurista sobre uma sociedade totalitária na qual os Controladores do Mundo coagem quimicamente a população para amar sua servidão.

⁹ *The Doors of Perception*

¹⁰ “[...] then the world would appear in an entirely new light”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 45).

[...] sempre me pareceu possível que, por meio do hipnotismo, do auto-hipnotismo, da meditação sistemática, ou ainda pela ação de uma droga apropriada, eu pudesse modificar de tal forma minha percepção normal que fosse capaz de compreender, por mim mesmo, a linguagem do visionário, do médium e até do místico. (HUXLEY, 2002, p. 08).

Ao longo de sua experiência, Huxley indicou uma ausência de preocupação com o tempo, que aparentava ser um “perpétuo presente”, cercado por objetos que já não simplesmente contemplava, mas fazia parte deles: “não apenas admirando aqueles pés de bambu, mas em verdade, *sendo-os*, ou melhor, sentindo-me neles”. (HUXLEY, 2002, p. 11, grifo do autor). Vivenciava uma despersonalização na desindividualização que era a cadeira observada, ou ainda a flanela de sua calça, “impregnadas de existência”. (HUXLEY, 2002, p. 15). Na visão do autor,

O que nós outros só vemos sob a influência da mescalina pode, a qualquer tempo, ser visto pelo artista, graças a sua constituição congênita. Sua percepção não está limitada ao que é biológica ou socialmente útil. Algo do saber inerente à Onisciência flui através da válvula redutora do cérebro e do ego e atinge sua consciência. Isso lhe dá um conhecimento do valor intrínseco de tudo o que existe. (HUXLEY, 2002, p. 15).

Enquanto a CIA procurava impor um estado alterado aos usuários em função de um controle maior sobre os mesmos¹¹, as experiências de Huxley eram autodirigidas e destinadas à expansão da consciência, o que pode ser percebido quando o autor fala sobre a desindividualização dos elementos ao seu redor durante sua experiência com mescalina. (HUXLEY, 2002, p. 16).

Em 1955, durante a escrita de sua obra *Céu e Inferno*¹², sequência de *As Portas da Percepção*, Huxley teve sua segunda experiência com a mescalina, acompanhado por Dr. Hubbard e pelo filósofo Gerald Heard (1889 – 1971). No mesmo ano e acompanhado por Hubbard, o escritor tomou sua primeira dose de LSD:

¹¹ Já na década de 1940 eram conduzidas pelo *Office of Strategic Services* pesquisas sobre indução de fala por meio de drogas, cujos resultados seriam utilizados em interrogatórios. A pesquisa contava com a presença de Windfred Overhulser, o presidente do comitê, Edward Strecker, presidente da Associação Americana de Psiquiatria, e Harry J. Anslinger, associado ao Escritório Federal de Narcóticos. O estudo rejeitou drogas como álcool, barbituratos e cafeína, sendo que o peiote e escopolamina também foram testados, porém, as visões produzidas por essas substâncias interferiam no processo de interrogação. Nesse sentido, a cannabis foi escolhida como o melhor agente para a indução de fala, sendo criado um extrato do alucinógeno denominado TD: Droga da Verdade. Em 1947, Dr. Charles Savage conduziu estudos com mescalina no Instituto de Pesquisa Naval de Bethesda e ainda na década de 1940, a *Central Intelligence Agency* (CIA) conduziu pesquisas sobre o desenvolvimento de técnicas de interrogação, que envolviam narco-hipnose e combinações de duas diferentes drogas com efeitos contraditórios. No início da década de 1950, a cocaína passou a ser percebida como um potencial soro da verdade. Após pesquisas com derivados de cocaína, ocorreram testes com heroína e, por volta de 1950, o LSD-25 (*Lysergic Acid Diethylamide*) passou a ser testado. O contexto contava com poucos estudos sobre as propriedades do LSD, sendo que a primeira pessoa a investigar tal composto foi o filho do presidente da empresa farmacêutica Sandoz, Dr. Wemer Stoll, cujos resultados foram apresentados no livro *Swiss Archives of Neurology*, publicado em 1947. Lee e Shlain (1992) indicam estudos sobre LSD desenvolvidos por psiquiatras da CIA, e os resultados apontavam para amnésias após os interrogatórios. Após a fase de testes, foi elaborado um memorando intitulado *Potential New Agent for Unconventional Warfare*. Apesar dos progressos com a pesquisa, foi reconhecido que o LSD não era um soro da verdade em si, uma vez que informações precisas não poderiam ser obtidas de um indivíduo sob a influência da substância, a qual induz uma ansiedade e perda do contato com a realidade. (LEE, SHLAIN, 1992).

¹² Heaven and Hell.

[...] o que veio pela porta fechada, ele começou, “era a realização – não o conhecimento, pois isso não era verbal ou abstrato – mas a consciência direta e total, pela perspectiva interior, por assim dizer, do amor como fato cósmico primário e fundamental. (LEE, SHLAIN, 1992, p. 48)¹³.

Lee e Shlain destacam a importância da influência de Hubbard na cena das pesquisas desenvolvidas sobre experiências induzidas por alucinógenos, “[...] terapia de alta dosagem, sessões em grupo, aumentando os efeitos da droga em luz estroboscópica e experimentos com ESP sob a influência de LSD”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 50)¹⁴. Durante os anos 1950 e 1960 Hubbard forneceu alucinógenos para políticos, estadistas, capitães da indústria, figuras religiosas: “Ele viajou ao redor do mundo com seu próprio avião (ele era um piloto registrado e marinheiro), comprando e escondendo LSD, permutando diferentes drogas e construindo um estoque clandestino”. (LEE; SHLAIN, 1985, p. 51)¹⁵.

Hubbard, acompanhado por Huxley, Dr. Oscar Janiger, do filósofo Alan Watts e pesquisadores como Sidney Cohen, Keith Ditman e Arthur Chandler formaram o primeiro grupo informal que usava LSD mais socialmente do que clinicamente. Tanto Huxley como Osmond afirmavam que a linguagem patológica, portadora de termos como “alucinação” ou “psicose”, era inadequada para classificar tais experiências, sendo que “uma nova palavra precisava ser cunhada para abranger gama completa de efeitos dessas drogas”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 55)¹⁶.

Dessa forma, o termo “psicodélico” foi cunhado e introduzido na linguagem psiquiátrica por Osmond, em 1957. Dr. Albert Hofmann, o químico que descobriu o LSD, defendeu o termo cunhado por Osmond, pois corresponderia melhor aos efeitos de tais drogas do que os termos alucinógenos ou psicomiméticos. Ainda na década de 1950, os pesquisadores John MacDonald e James Galvin indicaram que esquizofrênicos não experimentavam a variedade de alucinações visuais provocadas pelo LSD. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 55).

A terapia psiquiátrica desenvolvida por Hubbard atingiu um público mais vasto pelas ações de Osmond, que buscava proporcionar uma experiência mística ou de conversão, envolvendo altas doses de LSD, para quebrar as defesas de ego do paciente durante a experiência química¹⁷. Enquanto estas terapias psiquiátricas indicavam despersonalização ou perda de ego durante o uso do LSD, a CIA classificava estas drogas enquanto agentes produtores de ansiedade, identificando a possibilidade de “quebrar” uma pessoa exposta a um

¹³ “[...] what came through the closed door”, he started, “was the realization – not the knowledge, for this wasn’t verbal or abstract – but the direct, total awareness, from the inside, so to say, of love as the primary and fundamental cosmic fact”. (LEE, SHLAIN, 1985, p. 48)

¹⁴ “[...] high-dose therapy, group sessions, enhancing the drug effects with strobe lights, and ESP experiments while under the influence of LSD”. (LEE; SHLAIN, 1985, p. 50).

¹⁵ “He traveled around the world in his own plane (he was a registered pilot and master of sea vessels), buying up LSD and stashing it, swapping different drugs, and building an underground supply”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 51).

¹⁶ “[...] a new word had to be invented to encompass the full range of effects of these drugs”. (LEE; SHLAIN, 1985, p. 55).

¹⁷ O método foi testado em dependentes alcoólicos no Canadá e, em função dos resultados positivos, foi também aplicado em outras categorias de diagnóstico como delinquência juvenil e dependência de narcóticos. Os resultados dessas experiências, de acordo com os autores, também estavam vinculados a mudanças no sistema de valores, religioso e crenças filosóficas daqueles que utilizavam tais substâncias. (LEE; SHLAIN, p.55-56).

alto nível de stress, durante a experiência com o ácido. Dessa forma, o LSD poderia ser usado tanto em prol da cura de um indivíduo, quanto para a danificação de sua mente, sugerindo que fatores externos à droga influenciavam na resposta do sujeito exposto a tais substâncias. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 57)

Nesse contexto, o Dr. Charles Savage conduziu experimentos com drogas alucinógenas para a marinha americana durante os anos 1950 e, entre os participantes, encontrava-se o escritor Allen Ginsberg, que usou LSD pela primeira vez em 1959 no Instituto Mental de Pesquisa na Califórnia, supervisionado pelo Dr. Joe Adams. Nesse contexto, a afinidade por psicodélicos estava relacionada ao desejo de escapar

[...] de um mundo que eles acreditam ser insuportável para emboscar os reinos escondidos da psique. Drogas são instrumentos para catalisar sua rebelião contra a esmagadora conformidade da cultura americana. [...] sua fome por novas sensações levou-os a procurar transcendência através do jazz, maconha, meditação budista, e a paz frenética do estilo de vida hippie. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 60).¹⁸

Estes estudos e experimentos abriram caminho para novas áreas de investigação no campo da psiquiatria; o Dr. Oscar Janiger, por exemplo, foi o primeiro a conduzir um estudo clínico sobre o DMT (Dimetiltriptamina)¹⁹, e notou que seus pacientes reportavam percepções estéticas vivas, “[...] levando a uma maior apreciação da arte.” (LEE; SHLAIN, 1992, p. 61)²⁰. Posteriormente conduziu um experimento em que seus pacientes pintavam desenhos antes, durante e depois da experiência com LSD, sendo que os participantes consideravam suas criações pós-LSD mais significativas.

Janiger, assim como o escritor William Burroughs, experimentou alucinógenos por conta própria, e defendia que os efeitos de tais experiências com LSD e mescalina, causavam uma mudança permanente no usuário, uma expansão de consciência: “Sob a influência de mescalina eu tive a experiência de ver uma pintura pela primeira vez, e eu entendi mais tarde que eu conseguia ver a pintura sem usar a droga.”. (BURROUGHS *apud* LEE; SHLAIN, 1992, p. 62).²¹

Alguns psiquiatras que usaram LSD defendiam que uma experiência, mesmo que destrutiva, poderia ter um efeito positivo. Porém, outros pesquisadores não concordavam com a característica transcendental do uso de alucinógenos. Na visão de Osmond, os pesquisadores não deveriam desprezar uma perspectiva diferenciada por “[...] transcender estas tendências

¹⁸ “[...] from a world they found unbearable as to trap the hidden realms of the psyche. Drugs were instrumental in catalyzing their rebellion against the overwhelming conformity of American culture. [...] their hunger for new sensations led them to seek transcendence through jazz, marijuana, Buddhist meditation, and the frenetic pace of the hip lifestyle”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 60).

¹⁹ O documentário *DMT: A Molécula do Espírito* (DMT: The Spirit Molecule), lançado em 2010 e dirigido por Mitch Schultz apresenta os efeitos de tal composto e traz brevemente as discussões já presentes na década de 1960.

²⁰ “[...] leading to a greater appreciation of the arts”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 61).

²¹ “Under the influence of mescaline, I have had the experience of seeing a painting for the first time, and I found later that I could see the painting without using the drug”. (BURROUGHS *In*: LEE; SHLAIN, 1992, p. 62)

de pensamento que dignificamos denominando-as como lógica ou razão”. (OSMOND *apud* LEE; SHLAIN, 1992, p. 68).²²

A existência dessas distintas perspectivas acerca do uso de drogas alucinógenas levou a realização da primeira conferência sobre terapia com LSD em 1959, patrocinada pela Fundação Josiah Macy Jr.: “[...] essa é talvez a mais importante reunião de pesquisadores sobre LSD até o momento possibilitando trabalhos neste campo pela comparação de anotações e analisando seus resultados enquanto um grupo”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 69).²³

A conferência contou com a presidência de Dr. Paul Hoch que, apesar das pesquisas demonstrarem o contrário, defendia a ideia de que o LSD e a mescalina eram drogas produtoras de ansiedade, negando que pacientes relataram possíveis efeitos benéficos. A visão de Hoch prevaleceu durante o debate e afetou a utilização de tais compostos nos anos seguintes: as drogas alucinógenas foram consideradas “[...] extremamente perigosas pois levam o indivíduo à insanidade”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 70)²⁴.

Diante de tal debate constatamos que, já nos finais de 1950 e início da década de 1960, algumas pessoas utilizavam os alucinógenos como instrumentos para “abrir as portas da percepção”, como afirmava Huxley, ou, de acordo com Osmond, como forma de atingir uma experiência mística, de conversão, de expansão de consciência rumo a uma desindividualização e a perda de ego.

Timothy Leary e a década de 1960

Timothy Leary (1920-1996), psicólogo influenciado por tais debates e leitor de Huxley, publica em 1957 na revista *Life*, um artigo sobre um “cogumelo mágico”, escrito por R. Gordon Wasson (1898-1986) após uma viagem ao México, durante a qual provou o alucinógeno, o que ocasionou uma agitação no mundo jornalístico: “Um grande público foi introduzido no misterioso mundo dos alucinógenos químicos, e logo centenas de pessoas começaram a reunir-se no México para procurar seu próprio *curandeiro*”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 72, grifo do autor)²⁵.

O trabalho de Leary, um dos que se interessaram pelo artigo de Wasson, culminou com sua indicação para palestrante na Universidade de Harvard, onde estudantes e professores foram “cobaias” da CIA para experimentos com LSD, com financiamento militar. No verão de 1960, durante uma viagem ao México, Leary experimentou cogumelos:

²² “[...] transcends those fashionable ruts of thinking that we dignify by calling logic and reason”. (OSMOND In: LEE; SHLAIN, 1992, p. 68).

²³ “it was perhaps the most important gathering of LSD researchers to date for it enabled workers in the field to compare notes and analyze their findings as a group”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 69).

²⁴ “[...] extremely dangerous because they drove people insane”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 70).

²⁵ “A mass audience was introduced to the mysterious world of chemical hallucinogens, and soon hundreds of people started flocking to Mexico to find their own *curandeiro*”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 72).

Três anos atrás, em uma tarde ensolarada no jardim de Cuernavaca, eu comi sete dos assim chamados “cogumelos sagrados” fornecidos a mim por um cientista da Universidade do México. Durante as próximas cinco horas, eu estava girando em uma experiência que pode ser descrita em muitas metáforas extravagantes, mas que foi acima de tudo e sem dúvida a mais profunda experiência religiosa de minha vida.
(LEARY, 1963, p. 324).²⁶

Após a experiência em Cuernavaca, Leary passou a desenvolver estudos sobre substâncias que instauravam outras realidades e uma nova concepção da psique humana, iniciando uma pesquisa sobre psilocibina²⁷, com a aprovação do Dr. Harry Murray, presidente do Departamento de Relações Sociais. Leary obtinha seus recursos da Sandoz, e distribuía para alguns pesquisadores. Um dos interessados em seus trabalhos foi Richard Alpert, professor assistente de Harvard. Leary e Alpert tornaram-se parceiros na pesquisa sobre os efeitos emocionais e criativos das pílulas de cogumelo. Durante tal período, os pesquisadores tiveram contato com as obras de Aldous Huxley, *As Portas da Percepção* e *Céu e Inferno*. (LEE; SHLAIN, p. 74-75)²⁸.

Nesse período, Leary conheceu Dr. Humphry Osmond por intermédio de Huxley, e expressa uma crítica à visão sobre os efeitos de tais substâncias:

Nós não seremos limitados pelo ponto de vista patológico. Nós não interpretaremos êxtase como paranóia, ou calma e serenidade como catatonia; nós não iremos diagnosticar Buda como um destacado esquizóide; ou Cristo como um exibicionista masoquista; nem a experiência mística como um sintoma; nem o estado visionário como um modelo de psicose. (LEARY, 1995, p. 75)²⁹.

O grupo de Leary não atuava apenas no espaço acadêmico, como também conduzia sessões fora da universidade, defendendo que mais indivíduos deveriam ter a oportunidade de experimentar a expansão da consciência por meio de drogas:

²⁶ “Three years ago, on a sunny afternoon in the garden of Cuernavaca villa, I ate seven of the so-called “sacred mushrooms” which had been given to me by a scientist from the University of Mexico. During the next five hours, I was whirled through an experience which could be described in many extravagant metaphors but which was above all and without question the deepest religious experience of my life”. (LEARY, 1963, p. 324).

²⁷ A psilocibina é uma substância alucinógena obtida a partir de determinados tipos de cogumelos encontrados em regiões da Europa, América do Sul, México e os EUA.

²⁸ a perspectiva positiva sobre o uso de tais psicodélicos não era compartilhada por todos no ambiente acadêmico de Harvard, lembrando que o uso dessas substâncias já havia sido considerado pela CIA enquanto altamente danoso. Ainda assim, Leary permaneceu supervisionando sessões fora da universidade sendo, mais tarde, notificado pela Administração de Comidas e Remédios (FDA) de que não poderia dar continuidade a sua pesquisa sem a presença de um médico, quando as drogas fossem administradas. (LEE; SHLAIN, p. 73). Posteriormente, Leary e Alpert foram ordenados a entregar seus suprimentos de psilocibina para o serviço de saúde da universidade, e um comitê específico foi formado para supervisionar futuros experimentos. No final de 1962 o projeto estava oficialmente finalizado. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 87).

²⁹ “We were not to be limited by the pathological point of view. We were not to interpret ecstasy as mania, or calm serenity as catatonia; we were not to diagnose Buddha as a detached schizoid; nor Christ as an exhibitionistic masochist; nor the mystic experience as a symptom; nor the visionary state as a model psychosis”. (LEARY, 1992, p. 75).

[...] a limitada visão da realidade prevalece na sociedade moderna como parte atribuída às drogas dominantes, álcool e café. Mude as drogas, e uma mudança de coração naturalmente a seguirá: “Política, religião, economia, estrutura social, são baseadas em estados de consciência. A causa do conflito social é usualmente neurológica. A cura é bioquímica. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 79)³⁰.

Mesmo com a expulsão de Alpert, Leary e o pesquisador continuaram com seus estudos sobre o uso religioso de drogas psicodélicas com a formação de uma comunidade sem fins lucrativos denominada Federações para a Liberdade Interior³¹(IFIF), com escritórios em Boston, Nova York e Los Angeles. Influenciados pelo pensamento de Leary, a IFIF “[...] acreditava que todos deveriam ter a permissão de utilizar químicos para expansão de consciência, porque a “liberdade interior” fornecida por eles era um assunto pessoal e não governamental”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 96)³².

Em 1963, a IFIF mudou sua sede para o hotel Zihuatanejo, no México com vistas a realizar um experimento de vida transcendental, baseado nos escritos de Aldous Huxley. Huxley recusou o convite para participar de tal experiência, morrendo em vinte e dois de novembro daquele ano, após uma injeção intravenosa de LSD-25. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 96-97).

Durante a experiência em Zihuatanejo, mais de cinco mil pessoas candidataram-se para participar. O experimento finalizou na medida em que saiu do controle de Leary e Alpert. Aqueles que não foram aceitos no programa instalaram-se nas proximidades do local e após seis semanas, “[...] reportagens sensacionalistas na imprensa Mexicana levaram a expulsão dos colonizadores de SLD”. (LEE; SHLAIN, 1985, p. 81)³³. Ao retornarem para os Estados Unidos, Leary e Alpert estabeleceram-se em uma casa em Millbrook, com o auxílio financeiro de Billy Hitchcock.

A IFIF tornou-se A Fundação Castalia³⁴, uma comunidade experimental e um centro de pesquisa para escritores, artistas e acólitos psicodélicos, os quais acreditavam ser a vanguarda de uma revolução psicodélica que mudaria a sociedade por inteiro. Os artigos produzidos pelos pesquisadores eram publicados na *The Psychedelic Review*³⁵, objetivando a criação de um diálogo entre tal comunidade e o restante da sociedade. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 98). Após a experiência em Millbrook, 1963 Leary desenvolveu um manual baseado no *Livro Tibetano dos Mortos* (1963), o *Bardo Thodol*, também citado em *As Portas da Percepção* de Huxley.

³⁰ “[...] the limited vision of reality prevailing in modern Society was partly attributable to the dominant drug, alcohol and coffee. Change the drugs, and a change of heart would naturally follow: “Politics, religion, economics, social structure, are based on shared states of consciousness. The cause of social conflict is usually neurological. The cure is biochemical”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 79)

³¹Federations for Internal Freedom.

³² “[...] believed that everyone should be allowed to use mind-expanding chemicals because the “internal freedom” they provided was a personal and not a governmental matter”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 96).

³³ “[...] lurid reports in the Mexican press led to the expulsion of the LSD colonists”. (LEE; SHLAIN, 1992, p. 81).

³⁴The Castalia Foundation.

³⁵A Revisão Psicodélica

Na literatura da experiência religiosa, abundam referências aos sofrimentos e terrores que esmagam os que se defrontam, com demasiada rapidez, face a face com qualquer manifestação do *Mysterium Tremendum*. Em linguagem teológica, esse temor é função da incompatibilidade entre o egotismo do homem e a pureza divina; entre a mesquinhez auto-agravada do homem e o Deus infinito. (HUXLEY, 2002, p. 24-25).

Citando Jacob Boehme e William Law, Huxley defendia que a Divina Luz, em toda sua intensidade, só poderia ser percebida pelas almas pecadoras, sob a forma de chamas do purgatório, o que se assemelharia as ideias expostas no *Livro Tibetano dos Mortos*:

[...] pelo qual a alma que se desapega foge atormentada da Serena Luz do Vazio e, até mesmo das Luzes menos intensas, indo lançar-se, precipitadamente, na confrontadora escuridão da personalidade, reencarnando-se em um recém-nascido, transformando-se até em animal, em um infeliz fantasma ou indo até ao inferno. (HUXLEY, 2002, p. 25).

Na introdução de sua obra, Leary também defendia que outras experiências de consciência poderiam ser atingidas de diversas formas:

[...] privação sensorial, exercícios de ioga, meditação disciplinada, êxtases religiosos ou estéticos, ou espontaneamente. Mais recentemente elas se tornaram disponíveis para qualquer um mediante a ingestão de drogas psicodélicas como LSD, psilocibina, mescalina, DMT, etc. (LEARY, 1992, p. 03)³⁶.

Tais drogas agiriam enquanto chaves químicas, abrindo a mente e liberando o sistema nervoso de seus padrões e estruturas ordinários. Coube aqui, portanto, apresentar um pouco da trajetória contextual de determinados sujeitos que nos Estados Unidos da década de 1960 envolvidos com a chamada cena psicodélica, o que causou impactos nas narrativas cinematográficas do período.

Referências

CERTEAU, Michel de. **La debilidad de creer**. Buenos Aires: Katz, 2006.

CURSE OF THE CRIMSON ALTAR (A maldição do altar escarlata). Direção de Vernon Sewell. Roteiro de Mervyn Haisman, Henry Lincoln. UK. Produzido por Tigon British Film Productions. Dist. Simply Media, Kino Lorber, 1968, (89 min.).

Disponível: <https://archive.org/stream/psychedelicpraye00learrich#page/n7/mode/2up>
Acesso: 14/12/2017.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. O peregrino e o convertido: a religião em movimento. RJ: Vozes, 2008.

HUXLEY, Aldous. **As Portas da Percepção e Céu e Inferno**. São Paulo: Globo, 2002.

³⁶ “[...] sensory deprivation, yoga exercises, disciplined meditation, religious or aesthetic ecstasies, or spontaneously. Most recently they have become available to anyone through the ingestion of psychedelic drugs such as LSD, psilocybin, mescaline, DMT, etc.”. (LEARY, 1992, p. 03).

- LEARY, Timothy. **High Priest**. Califórnia: Ronin Publishing Inc., 1995. Disponível: <https://archive.org/stream/highpriest00learrich#page/n3/mode/2up> Acesso: 08/09/2017.
- LEARY, Timothy. **Psychedelic Prayers & Other Meditations**. California: Ronin Publishing, 1997.
- LEARY, Timothy. **Start Your Own Religion**. New York: Krita Press, 1967. Disponível: <https://archive.org/stream/startyourownreli00learrich#page/n3/mode/2up> Acesso: 14/12/2017.
- LEARY, Timothy. **The Politics of Ecstasy**. California: Ronin Publishing, 1998. Disponível: <https://archive.org/stream/ecstaspoliticsof00learrich#page/n3/mode/2up> Acesso: 14/12/2017.
- LEARY, Timothy. **The Psychedelic Experience**: a manual based on the Tibetan Book of the Dead. NY: Kensington Publishing Corp., 1992.
- LEARY, Timothy. The Religious Experience: its production and interpretation. In: **Psychedelic Review**, Vol. I, No. 1, June 1963.
- LEE, Martin A., SHLAIN, Bruce. **Acid Dreams**: the complete social history of LSD, the CIA, the sixties, and beyond. NY: Grove Press New York, 1992.
- ROSEMARY'S BABY (O Bebê de Rosemary). Direção de Roman Polanski. Roteiro de Roman Polanski. USA. Produzido por William Castle e Paramount Pictures. Dist. Paramount Pictures. 1968, 1 disco (2h 22 min.) DVD.
- THE TRIP (Viagem ao Mundo da Alucinação). Direção de Roger Corman. Roteiro de Jack Nicholson. USA. Produzido por American International Pictures. Dist. American International Pictures, 1967, (82 min.).
- YELLOW SUBMARINE (Submarino Amarelo). Direção de George Dunning. Roteiro de Lee Minof, John Lennon, Paul McCartney, Al Brodax, Jack Mendelsohn, Erich Segal, Roger McGough. UK/USA. Produzido por Apple Corps, King Features Production, TVC London. Dist. United Artists Corporation, 1968, (90 min.).

A CONTRACULTURA NA “AMÉRICA DO SOL”: O MOVIMENTO HIPPIE NORTE-AMERICANO NO TROPICALISMO

Patrícia Marcondes de Barros

(UFPEL, Literatura Comparada¹, PNPD/CAPES)

Palavras-chaves: Contracultura norte-americana, Tropicalismo, Ditadura Militar de 64.

A presente comunicação tem como objetivo analisar o cenário estrangeiro e nacional que propiciou o desenvolvimento das matrizes e construções da contracultura no Brasil tomando como mote à referência norte-americana. “Na América do sul, do sal e do sol” parodiando o poeta Oswald de Andrade, o Tropicalismo foi segundo pesquisadores (BUENO, 1979; CAPELLARI, 2007; CYNTRÃO, 2000; DUNN, 2009) sua face contracultural, reverberando em novas formas de expressão e de se fazer resistência à repressão vivida, oriunda da ditadura militar, instaurada em 1964. O Tropicalismo ressignificou os aspectos da revolução cultural proposta pela contracultura norte-americana, com sua crítica ao estalão capitalista e tecnocrático da sociedade, concomitante ao caráter identitário nacional, abrindo caminho a uma nova subjetividade rompante à ideia de linearidade histórica, demarcando o surgimento de uma nova sensibilidade descentralizada, síncrona e polifônica que emergia e se comunicava através da arte em suas mais diferentes manifestações. Através de pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, num primeiro momento, abordaremos a contracultura norte-americana e a travessia de seu ideário ao Brasil e; num segundo momento, a especificidade de nossa contracultura antropofagicamente construída sob os reflexos da matriz norte-americana *hippie*, cuja visibilidade se deu através do Tropicalismo.

A “nova consciência nos trópicos”: O movimento *hippie* no Tropicalismo

“Sexo, drogas e rock’n’roll”, magia ocidental e pensamento oriental, discos voadores, a liberdade sartreana, a desterritorialização dos *beats* (“viagens de ácido” e de mochila), os festivais de rock (a retribalização), a antipsiquiatria (a “loucura” como antídoto) e a “devoração” tropicalista foram retratos de uma fase em que se acreditou na formação de uma nova espécie humana, personificada na figura do jovem da época. Segundo o psicólogo e neurocientista

¹ Houve mudança na nomenclatura e objetivos da linha de pesquisa, inicialmente instituída como *Literatura Comparada* para *Literatura, Tradução e Cultura*, dentro do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). O referido trabalho, interface do pós-doutorado, tem como supervisor o Prof. Dr. Alfeu Sparemberger (UFPEL).

norte-americano Timothy Leary, o choque de gerações observado no período pós-guerra advinha de fatores sociológicos que representavam uma guinada no processo de evolução, apresentando uma mutação na espécie.

[...] Leary está convencido de que estamos assistindo aos resultados inevitáveis de uma alteração radical em nosso código genético: o aparecimento de uma nova raça, de uma nova espécie sobre a face do planeta. Para ela, a acumulada tradição da cultura ocidental significa muito pouco – ou mesmo nada. Ela se caracteriza, entre outras coisas, pela recusa ao pensamento discursivo e racionalista desta tradição e pela correlata valorização dos sentidos (visão, audição, tato, gosto, olfato) e de outros poderes da mente, como a imaginação, a fantasia, etc. Para Leary, porém, o traço novo mais importante é a sua vocação religiosa, a sua tendência natural e espontânea para a experiência mística de consciência cósmica (MACIEL, 1973, p. 103).

Leary acreditava que à medida que a tecnologia ficava mais inteligente, tornava-se necessário criar pessoas inteligentes não exatamente em suas habilidades medianas, como a verbal - com a leitura e a escrita (oriundas e requisitadas da burocracia industrial), mas à capacidade de receber, processar e transmitir lotes de informações diferentes, de maneira rápida e concisa (LEARY, 1999, p.29). Apesar de tais ideias serem desprezadas pelos “cientistas e intelectuais sérios”, se propagaram entre os jovens de todo o mundo, nas mais diversas formulações, adquirindo nuanças específicas em cada lugar onde se expressavam. Marshall McLuhan, teórico da comunicação e educador canadense, apresentava o mutante como “um filho da tecnologia contemporânea”, principalmente da eletrônica.

A mutação da espécie, então relacionada com o nascimento de uma nova subjetividade modulada pela tecnologia, reverberou em uma nova cultura, denominada pela imprensa norte-americana no início da década de 1960 como contracultura. Esta tinha como característica o caráter eclético, simultaneamente místico e político, que emergiu como resposta crítica diante das ilusões do capitalismo e do rigoroso sistema tecnocrático. Seu caráter político ganhou visibilidade nos Estados Unidos com a luta integrada pelos direitos civis dos negros, homossexuais e mulheres, a inserção do jovem enquanto importante ator social, o pacifismo e o pensamento ecológico, entre outras novas proposições que não eram contempladas na chamada política tradicional. Não se tratava de uma luta para substituir a sociedade capitalista pela socialista, ambas industriais e assentadas na tecnocracia, mas questionar os pressupostos da civilização industrial e seu paradigma central: a racionalidade instrumental. A ideia era descentralizar tal paradigma, abrindo-se a outras possibilidades e assumir uma nova prática existencial, sem as amarras e a rigidez da sociedade dos especialistas. Concomitante a isso, com a tecnologia e seus novos meios de comunicação, seria possível o compartilhamento dessas novas experiências contraculturais, permitindo a ideia de retribalização levada a cabo por Marshall McLuhan.

As informações sobre a contracultura norte-americana e seus principais temas: mutação da espécie, drogas, sexualidade numa perspectiva social, lutas das chamadas minorias sociais e até mesmo o rock foram difundidas inicialmente por pequenos grupos no Brasil, em sua maior parte, composto por jovens da classe média, entre outros, “curiosos” e “anteados” com os movimentos libertários que eclodiam no mundo. Apesar das iniciativas desse pequeno grupo, a difusão dessas ideias não conseguiu atingir um grande número de pessoas. Naquele contexto, transmitiam-se comumente as informações contraculturais através do chamado “boca-a-boca”, a margem da palavra escrita, o que gerava interpretações diversas, algumas até bizarras e exóticas.

[...] Uma das coisas mais interessantes sobre a chamada Contracultura é que, fracassada ou não, ela se desenvolve muito à margem da palavra escrita, e principalmente impressa. Os *hippies*, tentando recuperar o que foi perdido pela civilização ocidental, revalorizam com energia intuitiva a tradição oral. Os saques, os toques, etc, vão passando de boca-a-boca. Isso talvez seja menos verdade nos Estados Unidos, onde existe uma já poderosa imprensa *underground* operando com bastante liberdade (MACIEL, 1973, p.105).

Ao contrário dos Estados Unidos, no Brasil dos anos 60, havia uma carência absoluta de informação a respeito do *underground*; não havia jornais, rádios ou livros dedicados a essa nova cultura. A informação chegava através “do ouvido”, dos discos, de conversas informais e também dos “gurus de plantão”. A inserção da Contracultura norte-americana na cultura brasileira foi concebida por alas conservadoras da sociedade de forma pejorativa, comumente estereotipada como um movimento despolitizado (no sentido tradicional do termo), exótico, um “enlatado americano” de cunho burguês, considerado verdadeiro perigo para a sociedade, devido as suas ideias desagregadoras da família e das demais instituições que alicerçam o sistema dominante.

As manifestações dessa contracultura se deram através de experimentações de cunho não comercial, e, portanto, independentes como: shows improvisados, espetáculos teatrais, filmes super 8mm, publicações (que raramente chegavam a uma grande circulação devido a escassa estrutura de produção e divulgação). Destaca-se dentro dessas iniciativas, a coluna introduzida por Maciel intitulada coluna *Underground* (1969-1971), veiculada no semanário carioca *O Pasquim* - que catalisava, de forma assistemática, todo o tipo de informações que se tinha sobre o surgimento da “nova consciência” e dos ecos desta num país como o Brasil, dependente economicamente, capitalista tardio e subdesenvolvido.

Bueno (1979) postula as principais diferenças entre as manifestações contraculturais norte-americanas da brasileira, evidenciando que a difusão de suas formas de expressão comportaram soluções diferentes, ao se esbarrarem também em realidades sociais, políticas e culturais diferentes:

[...] A diferença entre o que foi o *underground* americano e a precária contracultura brasileira está nos diferentes estágios de organização, avanço social, tecnológico, político e cultural dos dois países. Os Estados Unidos estavam vivendo um estágio de sociedade capitalista altamente desenvolvida e industrializada, um apogeu produtivo-consumista e, diante de suas diversas contradições, grande parte da juventude se rebelou, propondo diversos tipos de contestação (BUENO, 1979, p.07).

A diferença residia no fato de que o Brasil não estava no mesmo grau de desenvolvimento dos Estados Unidos, tampouco havia experimentado as mesmas contradições, ao contrário: estava integrado através de um processo violento ao sistema capitalista internacional, sem levar em conta suas próprias contradições e desigualdades sociais básicas, acentuando assim, sua dependência em todos os níveis (BUENO, 1979).

No artigo “Questão Teórica”, publicado na coluna *Underground*, Maciel tenta colocar sua posição diante da contracultura americana, o interesse em divulgá-la no Brasil e os eventuais riscos dessa tentativa:

(...) Dizem eles que não existe manifestação superestrutural autêntica desligada da infraestrutura que lhe é própria. Dentro dessa ótica a contracultura é uma importação inútil.

A estreiteza, segundo penso, reside no desconhecimento deliberado das complexas interações que existem hoje entre as diversas culturas nacionais, graças à eficiência dos modernos meios de comunicação de massa. O complexo colonial responde pela assimilação passiva, a-crítica, mas a influência estrangeira e os produtos culturais híbridos que ela gera, por piores que sejam, são inevitáveis. Na verdade, a global village, de que fala McLuhan, num quadro internacional ainda dominado pelo imperialismo é monstruosa. Mas está aí para ficar. Qualquer aspiração por uma cultura nacional com a pureza preconizada por Gramsci, por exemplo, está hoje fadada ao fracasso. (MACIEL, 1973, p. 77).

O Movimento Tropicalista foi considerado por Maciel, a face mais expressiva da contracultura nos trópicos, destituídos da pureza identitária que grande parte da população ansiava, propunha-se o contrário - a deglutição incessante de elementos nacionais e estrangeiros, do passado e do presente, do antigo e do moderno, enfim, de antíteses que resultaram em sínteses criativas, no que se refere à problemática da identidade nacional, questão presente em todas as produções artísticas da época.

A Contracultura Made in Brazil: o desbunde como antídoto a ditadura militar

Segundo pesquisadores (BUENO, 1979; CAPELLARI, 2007; CYNTRÃO, 2000; DUNN, 2009), o Tropicalismo é considerada a face contracultural brasileira, reverberando em novas formas de expressão e de se fazer resistência à repressão vivida, oriunda da ditadura militar, instaurada em 1964. Segundo Contier (2003), o Movimento Tropicalista teve duração efêmera comumente, com início datado em setembro de 1967 e término em dezembro de 1968. Contudo, suas repercussões alcançam os dias atuais, seja na arte, na moda, no comportamento

por meio de seu caráter experimental. O professor Jornard Muniz de Britto afirma o aspecto contínuo do movimento:

[...] a Tropicália não se encerrou em 1969. É uma pesquisa contínua que Caetano, Gil, Tom Zé, nunca deixaram de fazer. O tropicalismo é se jogar no experimental, transexperimental. É a arte em processo permanente de invenção, sem ter o compromisso com a arte popular nacional. (JORNARD apud CONTENTE, 2013, p. 6)

Suas propostas ganharam visibilidade principalmente com o *III Festival de Música* da TV Record (1967), o álbum/manifesto *Tropicália* ou *Panis et Circensis* (julho de 1968) e o programa na TV Tupi intitulado *Divino, Maravilhoso* (1969) que divulgou através dos meios de comunicação de massa, as novas formas de ser, sentir e pensar o Brasil. Com o Tropicalismo, se deflagrou todo um processo dentro da arte brasileira, com dados novos e revolucionários, surgidos em um momento difícil, de repressão e obscurantismo.

Bueno compara o Tropicalismo com o movimento de Contracultura americana:

[...] Forçando um pouco a comparação, pode-se dizer que o Tropicalismo foi, para todos os acontecimentos ocorridos após 1968, aqui no Brasil, e genericamente rotuláveis como contracultura, aquilo que os *beats* e os grupos de rock foram para o *underground* americano da década de 60 (BUENO, 1978, p.27).

Bueno (1978, p.28) explica que o Movimento Tropicalista atuou sem ufanismo e sem demagogia política, além de ter incorporado o tom parodístico e bem humorado, crítico e dessacralizador de Oswald de Andrade e do legado antropofágico do Modernismo, além de confrontar a música popular brasileira com a música *pop* internacional. Todas essas manifestações, segundo ele, conduziam o Tropicalismo a criações poéticas revolucionárias para as letras e arranjos de música, para linguagens inovadoras no Teatro, nas Artes Plásticas, na Literatura, no Cinema e demais manifestações artísticas. Estas criações eram observadas nos palcos e nos meios de comunicação de massa, que denotavam atitudes e comportamentos mais próximos da agitação internacional do que qualquer outro movimento dentro do Brasil.

Não se tratava de “assimilar” tudo da contracultura, ou seja, de se transformar numa cópia da contracultura americana. Mas sim, de reinventar a própria cultura, sintonizando todos os dados disponíveis do nacional e do estrangeiro, numa criação brasileira moderna, pouco entendida, diga-se de passagem, para a maioria das pessoas que acreditavam ser o movimento “erudito” e “elitista”.

A Tropicália consistiu em um ataque a seriedade, revelando a tendência libertária e carnavalizada, assim como pregara Oswald: “ver com os olhos livres a realidade”; o que somos, uma mistura de vatapás e chaminés, xarope bromil, abacaxi e coca-cola. Esta visão carnavalizada e antropofágica do mundo encontrou no Tropicalismo o suporte de um

movimento que agregava as formas desse mundo fragmentado, transformando as diversas informações universais, num Brasil que era “isto e aquilo” e não “isto ou aquilo”. As ideias oswaldianas traduziram a necessidade de violência e demolição que o grupo tropicalista ansiava. Para Haroldo de Campos, a tarefa do Movimento Tropicalista era:

[...] assimilar sob espécie brasileira a experiência estrangeira e reinventá-la em termos nossos, com qualidades ineludíveis que dariam ao produto resultante um caráter autônomo e lhe confeririam, em princípio, a possibilidade de passar a funcionar por sua vez, num confronto internacional, como produto de exportação (VELOSO, 1997, p.247).

A Antropofagia inspirava-se “nas vivências de volta a um passado tribal” (PAIANO, 1996). O Brasil foi denominado, no Manifesto Antropofágico (ANDRADE, 1929), como o “Matriarcado de Pindorama” – país das palmeiras – gênese dessas pulsões primárias. A ideia, porém, não era de uma volta a estágios naturais, mas sim, defender essas pulsões primárias com os avanços da cultura e da sociedade contemporâneas e não separando tais influências, enfim, o retorno do “primitivo tecnizado” (PELEGRINI, 1993, p.66).

O termo “deglutição” foi à maneira encontrada para trabalhar influências colocadas como opostas: o rural *versus* o urbano, o industrial *versus* o artesanal, o irracional *versus* o racional, o país subdesenvolvido, mas industrializado. O resultado da deglutição expressou-se em novas formas culturais aparentemente antagônicas. A própria palavra “deglutição” foi usada, a propósito, por lembrar um ato tão primitivo – a antropofagia - e tão comum aos nativos dos trópicos em épocas remotas... A antropofagia oswaldiana, que tanto inspirou os tropicalistas, consistiu numa construção mais próxima de elementos nacionais e afastados dos ditames instituídos pelas academias.

“*Tupi or not tupi that is the question?*” A ironia funcionava como um estopim na guerrilha ideológica que atingia tanto os militares quanto os militantes de esquerda. Os tropicalistas foram vaiados nos festivais de música por aqueles que fomentavam “a queda da Bastilha Brasileira”. Foram presos pela ditadura, “sem motivos concretos”, e ridicularizados pela família brasileira, que não aceitava a caricatura feita do Brasil apresentada por eles. Muitos intelectuais da esquerda tradicional denominaram o movimento como “imaturado”, a “ação e produto” de um modismo passageiro. Seguem abaixo, pronunciamentos críticos a respeito do Tropicalismo, tirados de jornais e revistas da época (Cf. LONTRA, 2000, p.32):

Dinah Silveira de Queiroz, 1968:

“Esta Tropicália, que anda por aí, importada da Europa, não é nada para nós.(...) Não se aperceberam de uma realidade dramática: estão caricaturizando a sua própria condição.”

Chico Ribeiro, 1968:

“O que é válido, o que é essencial para o pensamento velosiano, é que leve as circunstâncias cerebrais o mesmo aspecto de desordem capilar que o Caetano Veloso apresenta fora da cachola.”

Manchete de Jornal da Tarde, 30/04/68:

“Um novo Tropicalismo’: Tropicalismo é um negócio que a gente sente que está deste lado, mas está do lado de lá”.

Atualmente, existe uma profícua análise historiográfica sobre o tema, que tem se apresentado em pesquisas de diversas áreas de estudo. Muitos pesquisadores assumiram uma postura maniqueísta em relação ao tema, ora elevando o Tropicalismo a uma ideia de revolução e ruptura, ora desprezando totalmente sua ideologia. Havia no Tropicalismo uma tentativa de se forjar uma ideia de nacionalidade, diferente dos paradigmas propostos, tanto pela direita militar, como pela esquerda. Através da antropofagia oswaldiana deglutiam-se referências nacionais e internacionais (como a contracultura americana), o passado e o presente, enfim, novas sínteses de um Brasil eclético de possibilidades. O legado maior do Tropicalismo foi o de incorporar, com intenções de crítica cultural, os dilemas e impasses gerados pela modernização da sociedade brasileira, ajudando a problematizar (e também confundir) a própria dicotomia entre cultura *versus* consumo.

REFERÊNCIAS

BRITO, Jornard Muniz de. Porque somos e não somos tropicalistas. Jornal do Comércio. Pernambuco, p. 3. abril, 1968.

BUENO, André Luiz de Lima. Contracultura: as utopias em marcha. Rio de Janeiro, 1979. 200f. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CALADO, Carlos. Tropicália: a história de uma revolução musical. São Paulo: Editora 34, 1997.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. O discurso da contracultura no Brasil: o *Underground* através de Luiz Carlos Maciel. São Paulo, 2007. 256p. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo.

CONTIER, Arnaldo Daraya et al. O Movimento Tropicalista e a revolução estética. Caderno de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura. São Paulo: Editora Mackenzie, v. 3, n.1. p.135-159, 2003.

CYNTRÃO, Sylvia Helena (Org). A forma da festa. Tropicalismo: a explosão e seus estilhaços. Editora da UNB, Brasília, 2000.

DUNN, Christopher. Brutalidade jardim: a Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LEARY, Timothy. Flashbacks: surfando no caos. Tradução de Hélio Melo, apresentação de Willian Burroughs. São Paulo: BECA Produções Culturais, 1999.

LONTRA, Hilda. Tropicalismo: a explosão e seus estilhaços. In: HELENA, S. (Org). A forma da festa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

MACIEL, Luiz Carlos. Nova Consciência. Jornalismo contracultural-1970-72. Rio de Janeiro, Editora Eldorado ,1973.

PAIANO, Enor. Tropicalismo: bananas ao vento no coração do Brasil. São Paulo: Scipione, 1996.

PELEGRINI, Sandra. Vinte e poucos anos do Tropicalismo. IN Pós-História, v.1. UNESP, 1993.

VELOSO, Caetano. Verdade Tropical. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

A INVERSÃO DO RELACIONAMENTO DE TRABALHO DA COCA-COLA NO BRASIL COM SEUS FUNCIONÁRIOS E SINDICATOS DE ENGARRAFAMENTO

Andrew A. Carrasco

Orientadora Dra. Ericka Verba

Mestrado em Estudos Latino-americanos (California State University, Los Angeles)

Palavras-chave Trabalho, Resistência, Anúncio

Desde meados do século XX até os últimos anos, a Coca-Cola marginalizou seus trabalhadores de engarrafamento no Brasil, explorando a subsistência econômica e enfraquecendo a proteção sindical. Os trabalhadores responderam resistindo à exploração, sindicalizando, implementando protestos sit-in (ocupar o fábrica fisicamente), conduzindo negociações coletivas, usando o sistema legal e divulgando a opressão em relação a eles. Como resposta a fúria dos funcionários, a multinacional reduziu seus direitos sindicais e a proteção supostamente operada pelos sindicatos trabalhistas. Ao mesmo tempo o governo brasileiro promulgou legalmente leis para reduzir os direitos dos trabalhadores tanto no setor privado quanto no público. A lei ponga Durante esse período de resistência, a mídia e as propagandas da empresa foram aplicadas para manter e fortalecer seu controle econômico, social e político sobre não só a sua clientela, mas aos seus trabalhadores brasileiros também.

É fundamental destacar que a companhia Coca-Cola tem o poder de usar seus anúncios e propaganda para se tornar parte da cultura e identidade do país onde produz seus produtos. Vale mencionar aqui que a visão dos valores norte-americanos relacionados ao capitalismo, ou seja, o ideal do mercado livre, democracia, liberdade de escolha e consumismo, podem haver sido trasladados ao Brasil justamente com a multinacional – ainda que como uma “experiência que logo demonstrou êxito. A empresa cativou a população brasileira para se identificar como nativa e parte do modo de vida e identidade regional. A população ficou viciada na degustação suave, no açúcar, no aditivo carbonado que combinava bem com a cozinha regional rica em churrascos e feijoada. As músicas, propagandas, comerciais de rádio, cores, supermodelos e patrocínios da Coca-Cola iludem que a população brasileira se deixe cativar pelo imaginário criado. A companhia tornou-se parte da vida da população brasileira, independentemente do tratamento dado pela Coca-Cola aos seus trabalhadores e sindicatos.

Noam Chomsky argumentou em *Necessary Illusions* que a criação da mídia “serve a um propósito social [que é] treinar as mentes das pessoas” para o benefício do estado. No Brasil, o governo permitiu que a empresa avançasse suas propagandas e anúncios através de formas

únicas de defender o consumo e a lealdade à companhia e ao então governo brasileiro que apoiava o capitalismo de livre mercado dos EUA. Grande maioria da população brasileira foi manipulada pela propaganda e pelos anúncios da empresa como patronos leais à Coca-Cola, ao capitalismo de livre mercado dos EUA e ao controle do governo brasileiro.

O trabalho do professor universitário Sheldon Wolin, *Democracy Incorporated*, fornece a metodologia para entender como a Coca-Cola aplica suas propagandas e técnicas de propaganda para inverter sua relação de trabalho com seus próprios trabalhadores, clientes-consumidores e sindicatos de trabalhadores. O argumento de Wolin revela a inversão estabelecida pela empresa que transformou na imagem (imaginário) econômica, política e social de bem-estar, enquanto explorava seus trabalhadores e seus sindicatos no Brasil. O conceito de imaginário de Wolin expõe e crítica a inversão imagética da empresa criada por seus anúncios e propaganda deliberadamente implementada para inverter as mentes de seus clientes e trabalhadores. A inversão mais as técnicas das propagandas por parte da empresa é exposta através do conceito de imaginário de Wolin, que busca revelar uma multinacional injusta, antidemocrática e exploradora em relação a seus trabalhadores e sindicatos.

Na sede da companhia em Atlanta, foi decidido o estabelecimento da sua primeira empresa de engarrafamento em Natal no Rio Grande do Norte e em Recife no Pernambuco; sem mencionar que tudo isso foi realizado com a ajuda dos militantes norte-americanos. Subsequentemente, em 1942, a Coca-Cola no Brasil foi fundada em São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Empresas privadas de engarrafamento no Brasil compraram os direitos da Coca-Cola de Atlanta de rotular o xarope para produzir e vender seus refrigerantes em todo o Brasil. Mais tarde, em 2003, a engarrafadora Panamco em Miami, com fábricas de engarrafamento em toda a América Latina, uniu-se com a engarrafadora Coca-Cola-FEMSA para criar a maior franquia de engarrafamento apenas para a Coca de Atlanta, com localizações em toda a América Latina. Hoje, a FEMSA, com o apoio da Coca-Cola, é a franquia dominante e controladora de engarrafamento no Brasil.

No século XX, o Brasil estabeleceu sua própria união urbana e cultura de trabalho que se empenhou em desenvolver a economia brasileira e o cidadão da classe trabalhadora. O Presidente Getúlio Vargas promulgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criando uma base jurídico-legal aos trabalhadores urbanos para estabelecer e promover os sindicatos e os direitos dos trabalhadores. No entanto, Vargas projetou o sistema para que ele e, posteriormente, o governo tivessem o controle da lei trabalhista e dos sindicatos. John French, professor universitário da Universidade Duke, especializado na história do trabalho no Brasil escreve em *Afogados em leis* que a complexidade e a confusão da lei trabalhista criada pela CLT eram muito obscuras e complicadas para os trabalhadores entenderem e negociar

efetivamente com empresas privadas e governamentais. Estas complexidades entre a relação empregado e empregador ainda assim não tiraram o status da CLT como norma precursora de uma moderna lei trabalhista do século XX, o que segue ameaçado nos dias atuais por retrocessos e fricções políticas que o Brasil vem vivendo no últimos anos.

Hello, Hello Brazil: Popular Music, de Bryan McCann, historiador do Brasil do Georgetown University, demonstra como as corporações americanas, incluindo a Coca-Cola no Brasil, aplicaram o método norte-americano de publicidade para persuadir os clientes a comprarem seus produtos. Na década de 1950, um desses métodos usados pela Coca-Cola foi a contratação do grupo de propaganda McCann Erickson. O artigo de Kellen Bammann "Linha do tempo" mostrou que McCann Erickson trabalhou com o maestro brasileiro Radamés-Gnattali da orquestra da Rádio Nacional para produzir e tocar a famosa canção da Coca-Cola na rádio mais ouvida pelos brasileiros, a música "Um Milhão de Melodias." Bammann argumentou que, particularmente no Brasil, a marca Coca-Cola tornou-se um símbolo do século XX sobre o modo de vida estadunidense e o caminho para o mercado brasileiro se tornar americanizado. O slogan dos anos 1950, "Isto faz um bem", referindo-se ao consumo da Coca-Cola, foi propaganda de sucesso até meados dos anos 1960. Outra famosa frase publicitária "Tudo vai melhor com Coca-Cola," ressalta uma imagem de que os produtos da empresa tem o poder de tornar tudo perfeito. A empresa avançou suas iniciativas econômicas aplicando inversões para que a população brasileira recebesse a empresa como se fosse sua. O imaginário da Coca-Cola foi criado através dessas frases que os brasileiros associam à empresa com felicidade diária e algo para unir familiares e amigos, poderíamos comparar aqui como a roda de chimarrão que une amigos e familiares diariamente, mas a Coca-Cola é algo como um esteroide que invade e deteriora a saúde de milhares de cidadãos do mundo. O uso da rádio e música permitiu que a companhia alcançasse as massas para que todos os brasileiros descobrissem e imaginassem a empresa como brasileira, ou ainda, refletissem um modelo norte-americano de viver como algo a se desejar.

As lutas trabalhistas dos funcionários da companhia e seu movimento sindical para proteger seus trabalhadores não foram mostradas pela empresa ou questionadas pela clientela brasileira permitindo a criação desta nova realidade em relação a multinacional.

O artigo de Felipe Ferreira e Danielle Kiffer "Isto Faz um Bem!" Examina como os concursos de samba foram patrocinados pela Coca-Cola. O patrocínio das escolas de samba permitiu à empresa ganhar a confiança do consumidor brasileiro e penetrar a cultura de forma tendenciosa, uma vez que estas matrizes fazem parte da cultura e identidade brasileira na sua mais extensa forma. A multinacional estabeleceu sua imagem para ser associada a população, a imagem do brasileiro moderno (brasilidade), sexual, caloroso e carnavalesco. A Dialética do

Esclarecimento, de Max Horkheimer e Theodore W. Adorno, fornece uma análise e compreensão das propagandas no capítulo “A Indústria de Cultura: Iluminismo como Decepção de Massa.” Adorno e Horkheimer argumentam que as propagandas criam uma sociedade para se tornar submissa e obediente. Já para os criadores dos anúncios, a propaganda beneficia os negócios estatais e privados. O relacionamento de parentesco e o interesse pela cultura brasileira possibilitaram que sua inversão se tornasse real e aceita. A maioria da população brasileira entendeu e viu a Coca-Cola de maneira positiva, mas na verdade foi projetada para não pensar criticamente ou questionar as relações de trabalho da empresa com seus trabalhadores e sindicatos.

A relação de trabalho entre os EUA e a América Latina sempre foi de exploração e de luta constate, onde os trabalhadores e sindicatos brasileiros bravamente lutam para proteger seus direitos, buscando denunciar influências externas e respeitando à sua soberania e ao seu povo. Na tese doutoral de Larissa Rosa Corrêa *Disseram que Voltei Americanizado* a autora argumenta que a AFL-CIO (Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais) e as agências brasileiras não estavam focadas em programas reais de sindicalismo brasileiro e questões trabalhistas, mas focados exclusivamente nos problemas e questões da ordem política brasileira. A AFL-CIO, o IADESIL (Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre) e o ICT (Instituto de Cultura do Trabalho) contribuíram com a Coca-Cola, se omitindo de pretensas submissões do Brasil ao governo dos EUA.

Durante o período da ditadura militar no Brasil, os sindicatos de engarramento da empresa e a resistência e desafio dos trabalhadores à Coca-Cola e ao governo militar brasileiro eram mínimos. Independentemente da oposição e repressão dos governos dos EUA e do Brasil, as populações de ambas as nações se uniram e forçaram as autoridades públicas dos governos brasileiro e americano a serem responsabilizadas por tais ações de repressão e controle hegemônicos. O livro *We Cannot Remain Silent* de James Green, professor universitário da Universidade Brown especializado na história entre os EUA e o Brasil no século XX, mostra essa oposição transnacional da ditadura militar brasileira nos EUA e no Brasil. A resistência e união de brasileiros e norte-americanos para desafiar seus governos foi uma consequência não intencional da repressão e controle conduzidos por ambos os governos. Portanto, a exploração e as ações hegemônicas de ambas as nações para oprimir a classe trabalhadora e qualquer um que desafie o brasileiro foi exposta ao mundo. O resultado inesperado foi que o mundo descobriu a estreita relação entre os dois governos para permitir que tal repressão ocorresse.

Em termos de arte e resistência, em 1970, um artista plástico brasileiro, Cildo Meireles apresentou uma exposição de arte, chamada *Inserções em Circuitos Ideológicos*, com garrafas de Coca-Cola no Museu de Arte Moderna de Nova York. Como mostrado no *Brasil: Uma*

Biografia a obra de arte de Meireles revela seis garrafas de vidro em linha descendente. Esta obra de arte informou ao mundo como a empresa era um exemplo do controle corporativo dos EUA sobre a cultura, a identidade política e econômica da população brasileira. A companhia representou o controle imperialista dos EUA sobre o Brasil e sua população em todas as formas de opressão. Sua tentativa foi revelar esta inversão programada do símbolo da Coca-Cola do imperialismo norte-americano e da cultura de consumo através do uso da arte.

Em 1985, Renato Russo, o principal escritor e vocalista da popular banda de rock Legião Urbana escreveu e produziu uma canção intitulada “Geração Coca-Cola”. Russo desafiou o imaginário da empresa revelando em suas letras como o consumismo do refrigerante é relacionado aos EUA e se tornou enraizado em sua geração dos anos 80 e, acima de tudo, a canção remarca a necessidade de resistir ao controle e autoridade de instituições privadas e públicas. A música discute como nós, a nova geração brasileira pós-ditadura militar, poderia aproveitar uma oportunidade sociopolítica de rejeitar o controle e a influencia capitalista dos EUA para estabelecer uma geração crítica e inovadora. Nós, a nova geração dos anos 80, não temos que beber este xarope negro como metáfora de ser moderno, brasileiro e feliz. Nós, brasileiros, podemos encontrar felicidade, amizade, criatividade, liberdade e cultura dentro de nós mesmos. Essa forma de resistência continua hoje para lembrar as pessoas do que a Coca-Cola realmente é e a necessidade de resistir ao capitalismo hegemônico e à globalização.

Ainda, no que se refere as estratégias da Coca-Cola de popularizar-se e enraizar-se na cultura brasileira, entendeu que, patrocinado o futebol, poderia cativar e controlar as mentes dos brasileiros para ver a companhia através de seu imaginário. Em *For God, Country, and Coca-Cola*, Mark Pendergrast, um dos principais autores da história da Coca-Cola, escreve que em 1987, a Coca-Cola em Atlanta liderada pelo presidente da Coca-Cola Brasil, Jorge Giganti emprestou a primeira divisão do futebol profissional brasileiro para manter a liga fora da bancarrota. Em troca, em 1988, todas as equipes da Série A foram obrigadas a usar o emblema da empresa em sua camisa para que a Coca-Cola pudesse ser divulgada para mostrar como a companhia salvou o futebol brasileiro. Portanto, a imagem (produzida) da empresa para o público foi que ela salvou o esporte favorito da população brasileira. Isso é semelhante à frase publicitária “Emoção Para Valer” do final dos anos 80 e 90, que estava em cartazes e revistas anunciando a felicidade e o amor de beber Coca-Cola. Esses diferentes atos da empresa mantiveram sua imagem imaginária para a população brasileira, permitindo que a companhia tratasse seus trabalhadores e sindicatos como quisesse.

Em relação às Olimpíadas e à Copa do Mundo, a Coca-Cola tornou-se uma das principais patrocinadoras da Seleção Olímpica Brasileira nas Olimpíadas de 2004 e continuou nos anos seguintes. O artigo da Coca-Cola “Coca-Cola Brasil” em 2016 publicou que a multinacional foi

a principal marca patrocinadora das Olimpíadas do Rio de Janeiro. O patrocínio da Coca-Cola ao esporte no Brasil promoveu sua imagem de futebol, esporte, cultura brasileira e desenvolvimento social. O outro artigo "FIFA Partners - Coca-Cola " demonstrou que em 2014 o Brasil sediou a Copa do Mundo da FIFA com a companhia novamente como principal patrocinadora. A empresa implementou seu maior programa de marketing com foco em "celebrar o futebol como uma força de bem social - Parceiros da FIFA - Coca-Cola." A inversão da companhia através do uso de esportes foi um método extremamente poderoso para manter sua imagem imaginária. Como resultado, a maioria do conceito imaginário da população brasileira seria de fomentadora do esporte e não a repressão e marginalização de trabalhadores e sindicatos pelo benefício econômico da Coca-Cola.

Nos últimos anos, a companhia e seus franqueados de engarrafamento no Brasil aplicaram políticas governamentais neoliberais para reduzir os direitos trabalhistas dos trabalhadores e o poder legal dos sindicatos para proteger seus membros. Os trabalhadores e sindicatos de engarrafamento da Coca-Cola resistiram à inversão da empresa para proteger os meios de subsistência e os direitos econômicos de seus trabalhadores. A CNTA Afins, confederação dos trabalhadores da indústria alimentícia, é uma união do movimento para exigir melhores salários e condições de trabalho para os trabalhadores da empresa. Um exemplo do baixo salário que marginaliza o operário nos engarrafamentos da Indústria Brasileira de Bebidas SA, onde o operário ganha US \$ 445 em Campo Grande, São Paulo e US \$ 250 na Brasil Norte Bebidas, em Manaus. Há uma luta constante da CNTA Aftins para se encontrar e negociar com os franqueados de engarrafamento da Coca-Cola a fim de pagar melhores salários de trabalho e fornecer condições de trabalho seguras para os trabalhadores da empresa. Isso é uma forma de impedir e desfazer a marginalização do operário. A obra o *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Frederick Engels mostra como a classe trabalhadora global luta com seu empregador, com a autoridade maior e como se unir, resistir, derrubar a atual estrutura de poder hegemônica e assim estabelecer uma sociedade igualitária. A burguesia e a opressão hegemônica da companhia forçaram os trabalhadores a maximizar seus produtos de mão de obra para alcançar os mais altos níveis de capital para a empresa. O nível de capital econômico determina sua classe socioeconômica e poder social. A exploração do trabalho existe para aumentar o capital da Coca-Cola enquanto essa empresa controla o nível de econômico de seus trabalhadores. Os baixos salários do binário ilustram o tratamento exploratório da empresa em relação a seus trabalhadores e a necessidade de sindicatos de trabalhadores resistirem de forma constante para proteger e defender melhores salários e condições para os operários da companhia.

Em 2013, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação AFINS (CNTA Afins) rejeitou a oferta de participação de 25% do salário médio da empresa no salário médio dos operários. Em vez disso, a CNTA Afins queria uma participação nos lucros de 70% do salário médio dos operários. Este tipo de demanda foi aplicado para proteger os direitos dos funcionários. Os trabalhadores foram incapazes de atingir seu objetivo e o lento processo contínuo da Coca-Cola enfraqueceu seus trabalhadores, reduzindo o poder dos sindicatos para desafiar as relações de trabalho multinacionais. Braverman's *Labour Monopoly Capital* mostra como a corporação moderna se baseia nos diferentes níveis de gerentes para controlar os trabalhadores enquanto aumenta o produto e o lucro dos interesses capitalistas. O autor analisa o local de trabalho dos trabalhadores, acima de tudo, examina o trabalho e a força de trabalho, sugere que o trabalho é uma mercadoria infinita que se estabelece no trabalho de um humano para produzir um objeto ou serviço. A força de trabalho é finita, que é a capacidade e o conhecimento do ser humano para conduzir o labor designado. A empresa entendeu a análise de Braverman e a usou em seu benefício para explorar seus trabalhadores.

O Sindicato dos Alimentos de Marília, em São Paulo, está em constante negociação com o Fomento Econômico Mexicano, da FEMSA, que abandonou as negociações com o sindicato para chegar a um acordo sobre reajuste salarial para seus trabalhadores de oito por cento do salário. Esse fracasso deve-se ao trabalho exploratório da Femsas contra seus trabalhadores, demonstrando sua constante marginalização dos operários e a resistência dos sindicatos brasileiros em lutar contra a exploração. O trabalho de Karl Marx, *Os Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*, analisa criticamente a relação entre trabalho, produção e alienação pessoal de cada trabalhador em um sistema capitalista. A companhia controla a objetividade de seus trabalhadores através de seus níveis de mão-de-obra excedente. A análise de Marx da alienação pessoal dos trabalhadores de ser objetificado pelo capitalista porque o trabalhador é incapaz de se reconhecer como sendo objetivado através de seu trabalho para produzir um objeto ou serviço para aumentar a riqueza de capital da empresa. Em 2015, a franquia da Coca-Cola Sorocaba Refrescos SA demitiu 200 trabalhadores sem justificativa. Portanto, o Sindicato dos Trabalhadores de Alimentos de Sorocaba levou a Sorocaba Refrescos SA ao Tribunal Regional do Trabalho e conseguiu restabelecer os 200 operários. Isso mostra um dos sucessos dos sindicatos de trabalhadores de engarrafamento para resistir à dominação da companhia sobre seus trabalhadores e a eficácia dos sindicatos no nível local. Outro trabalho de Karl Marx que se relaciona ao comentário anterior é *A Ideologia Alemã*, onde enfatiza que os funcionários da companhia e trabalhadores em geral são escravizados pelo “poder alienígena-alienante (que é o capitalismo), um poder que se torna cada vez mais imenso e transforma-se no mercado mundial.” A divisão do trabalho pode ser vista por várias escalas

salariais dos diferentes trabalhadores, pelas suas vidas de objetificação como trabalhadores e por suas relações instáveis com a administração da Coca-Cola. No entanto, a inversão de imagem produzia proteja a verdade e a realidade das relações de trabalho da empresa com seus operários e sindicatos.

Para mencionar algo mais atual, no dia 17 de agosto de 2017, o presidente sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Alimentos Industriais de Campinas, Marcos Araújo, reuniu-se com os trabalhadores e a franquia Spal Coca para negociar os contratos de trabalho dos trabalhadores engarrafadores da SITAC e os fábricas de engarrafamento da Spal. Essa reunião ocorreu porque os trabalhadores votaram contra o acordo coletivo de Spal para 2017. Por meio dos sindicatos, os trabalhadores resistiram e desafiaram a opressão da empresa. Este é um exemplo de conceito de economia moral de E.P Thompson, *The Making of the Working Class*, da classe operária pobre que trabalha com os sindicalistas para exigir e proteger seus direitos trabalhistas, modo de vida e meios de subsistência econômicos por meio de protestos não violentos. Isso demonstra a eficácia da união que foi capaz de resistir à Coca-Cola para exercer o conceito de economia moral, de modo que seus direitos e meios de subsistência socioeconômicos fossem protegidos.

Desde o dia 11 de novembro de 2017, a drástica mudança na legislação trabalhista brasileira reduziu a capacidade dos direitos dos operários e dos sindicatos de proteger e promover seus direitos trabalhistas. A mudança na lei trabalhista federal é resultado da lenta invasão das políticas dos negócios privados e do governo neoliberal para enfraquecer os sindicatos e a capacidade dos operários de proteger seus direitos trabalhistas como trabalhadores. As novas emendas da lei trabalhista apoiam e protegem legalmente empresas privadas a fim de reduzir suas obrigações trabalhistas para com seus operários ademais, enfraquecem a capacidade dos sindicatos de proteger os direitos destes e de seus membros. Através do trabalho de *The Long Gilded Age*, de Leon Fink, a luta trabalhista transnacional dos sindicatos trabalhistas e dos trabalhadores nos EUA e na Europa Ocidental compartilham uma comunhão com os trabalhadores brasileiros e seus sindicatos para resistir à empresa. A luta trabalhista transnacional de Fink e a unidade de trabalhadores podem ser usadas como uma análise comparativa para demonstrar como os trabalhadores dos EUA e da Europa Ocidental e seus sindicatos se uniram na Era Dourada (1870-1914) com os atuais trabalhadores e sindicatos da Coca-Cola no Brasil. Por meio do apoio transnacional entre sindicatos e trabalhadores, é possível examinar como os trabalhadores e sindicatos brasileiros poderiam colaborar e trabalhar com os EUA ou outros sindicatos de engarrafamento internacionais e trabalhadores cujos direitos são marginalizados pelas políticas neoliberais de seu governo.

O uso de propaganda e técnicas de propaganda da Coca-Cola foi pertinente para estabelecer e manter um imaginário que invertesse a verdade de suas relações de trabalho com seus clientes, trabalhadores e sindicatos de trabalhadores. Por meio de uma crítica estrutural, os trabalhadores e os sindicatos no Brasil estavam e continuam a travar uma luta de classes para desafiar a autoridade repressiva da empresa. O imaginário criado pela companhia contribuiu grandemente para a colheita dos meios de subsistência econômica, impedindo a voz política dos trabalhadores e limitando o poder político dos sindicatos. A teoria do imaginário de Wolin para inverter a verdade e a realidade é apenas uma maneira de entender a marginalização social, econômica e política dos trabalhadores da Coca-Cola e seus sindicatos pelos benefícios econômicos e políticos pessoais da companhia. A luta trabalhista transnacional e a unidade de trabalhadores discutida por Fink e Thompson para contribuir com os trabalhadores e sindicatos brasileiros lutam para revelar e criticar o imaginário da empresa e o fim da estrutura legal do sindicato trabalhista brasileiro. Sindicatos e trabalhadores desafiaram e resistiram à repressão trabalhista da Coca-Cola, indo a tribunal, votando contra as políticas trabalhistas da companhia e a negociação coletiva. No entanto, o poder e o controle da empresa e do atual governo neoliberal brasileiro revelam pouca esperança para os trabalhadores e sindicatos restabelecerem um Brasil democrático. Apesar desse atual estado sombrio, os trabalhadores e os cidadãos brasileiros devem realizar sua própria exploração pessoal como trabalhadores objetivados. Para concluir, cada pessoa pode falar livre e honestamente com os outros para romper a alienação entre os trabalhadores e eles mesmos em um nível pessoal. Neste ponto, os trabalhadores podem se unir para desafiar a atual autoridade hegemônica de estabelecer e manter uma sociedade mais justa, honesta e democrática para todas as pessoas.

Bibliografia

- Adorno, W. Theodor and Horkheimer, Max. *Dialectic of Enlightenment*. Continuum, 1969.
- Assessoria de Imprensa da CNTA, "São Paulo (SP): Trabalhadores da Coca-Cola Femsa votarão novas propostas de PLR." *Força Sindical*, Força Sindical, 14 Feb. 2013;
- FEMSA Official website <https://www.coca-colafemsa.com/>.
- Bammann, Kellen. "POR TRÁS DE UMA TAMPINHA DE COCA-COLA UM MUNDO DE COISAS BOAS! PROPAGANDA NO BRASIL (1950-1960)." *Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS*, 29 May 2014, pp. 586-99.
- Bernays, Edward L. *Propaganda*. New York: Liveright Publishing Corporation, 1928.
- Braverman, Harry. *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century*. Boston: Monthly Review Press, 1974.
- Chomsky, Noam. *Necessary Illusions: Thought Control in Democratic Societies*. Montréal: CBC Enterprises, 1989.

- Dangelo, Juliana. "COCA-COLA BRASIL," Coca Cola Brasil, 22 June 2016, <https://www.cocacolabrasil.com.br/blog-rio-2016/coca-cola-e-os-jogos-olimpicos>. Accessed 31 Dec. 2017.
- Dos Santos, Chico. *Força Sindical*, fsindical.org.br, www.fsindical.org.br/forca/sem-acordo-sindicato-vai-ao-ministerio-publico-contracoca-cola-em-marilia-sp; "Trabalhadores da Coca-Cola não aceitam proposta oferecida pela empresa." *Youtube*, Stiam Marília, 16 Sept. 2015.
- Ferreira, Felipe and Kiffer, Danielle. "Isto Faz um Bem! As Escolas de Samba, a Coca-Cola e a "Invasão da classe me 'dIa" no carnaval carioca dos anos 50." *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*, vol. 12, no. 2, Nov. 2015.
- Fink, Leon. *The Long Gilded Age: American Capitalism and the Lessons of a New World Order*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015.
- French, John D. *Drowning in Laws: Labor Law and Brazilian Political Culture*. The University of North Carolina Press, 2004.
- "FIFA Partners - Coca-Cola ." *FIFA*, FIFA, www.fifa.com/about-fifa/marketing/sponsorship/partners/coca-cola.html. Accessed 4 June 2018.
- Marx, Karl. *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*. Digireads.com, 2014.
- . *German Ideology*. New York: International Publishing, 2016.
- . *The Communist Manifesto*. London: Verso Press, 1998.
- McCann, Bryan. *Hello, Hello Brazil: Popular music in the making of modern Brazil*. London: Duke University Press, 2004.
- Moritz Schwarcz, Lilia, and Heloisa Murgel Starling. *Brasil: Uma Biografia*. Companhia das Letras, p. 465, 2015.
- "Nova lei trabalhista - Principais mudanças para o trabalhador." *Nova lei trabalhista - Principais mudanças para o trabalhador*, LFG, 12 Jan. 2018.
- Pendergrast, Mark. *For God, Country and Coca Cola The Definitive History of the Great American Soft Drink and the Company That Makes It*. New York City, Basic Books, 2000.
- ROSA CORREIA, LARISSA. "DISSERAM QUE VOLTEI AMERICANIZADO": RELAÇÕES SINDICAIS BRASIL-ESTADOS UNIDOS NA DITADURA CIVIL- MILITAR (1964-1978). Campinas, IFCH Unicamp, 2013.
- Russo, Renato. "Geração Coca-Cola." *Legião Urbana*, produced by Mayrton Bahia, EMI Music, 1985. <https://www.youtube.com/watch?v=7tXCo-fl59M>. Accessed 6 Nov. 2017.
- Thompson, E. P. *Customs in Common: Studies in Traditional Popular Culture*. Penguin Books, 1993.
- . *The Making of the English Working Class*. Vintage, 1966.
- Wolin, Sheldon S. *Democracy Incorporated: Managed Democracy and the Specter of Inverted Totalitarianism*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- "Trabalhadores da Coca-Cola não aceitam proposta oferecida pela empresa." *Youtube*, Stiam Marília, 16 Sept. 2015, <https://www.youtube.com/watch?v=9UklqaMc6sc>. Accessed 24 May 2018.

Dissuasão e projeção de poder após a revogação do Tratado de Mísseis Antibalísticos

Luiz Gustavo Cossari

Análise conjuntural, corrida armamentista, posicionamento de mísseis antibalísticos e revogação de acordos para redução e limitação de mísseis balísticos e antibalísticos

O presidente Bush anunciou em Dezembro de 2001, três meses após o Onze de Setembro, que os Estados Unidos se retirariam do Tratado para Limitação do Sistema de Mísseis Antibalísticos¹ e iniciaria nos anos seguintes os preparativos para a instalação do escudo antimísseis *Patriot*² na Polônia e na República Checa. O governo Bush argumentou que o sistema seria instalado como medida para evitar o uso de “mísseis balísticos de longo alcance como instrumentos de chantagem e coerção”³ e assegurar seus aliados europeus contra uma eventual ameaça de mísseis iranianos⁴. A medida provocou reação da Federação Russa, que protestou por afirmar que o posicionamento destes sistemas de mísseis antibalísticos perto de suas fronteiras era “no mínimo dúbio”, e possivelmente poderia reduzir a eventual capacidade de retaliação por parte da Rússia, comprometendo, assim, seu elemento dissuasivo. Na época em seu primeiro mandato, o presidente Putin chegou a afirmar que a medida “destruía o balanço nuclear, podendo provocar uma corrida armamentista.”⁵

Posteriormente, em 2009, o recém empossado presidente Obama veio a cancelar este processo iniciado por seu sucessor optando por instalar, por sua vez, nos mesmos países, sistemas de radar e mísseis antibalísticos menores, os SM-03, voltados contra mísseis de curto e médio alcance, tomando em consideração o arsenal iraniano ter disponibilidade de mísseis de alcance médio, e não dos de longo alcance.

Entretanto, em Julho de 2017, em visita à Europa em ocasião de sua primeira reunião de cúpula do G-20, o presidente Donald Trump firmou com a Polônia um acordo de 7.6 bilhões de dólares para a venda de oito baterias de mísseis antibalísticos *Patriot*, a serem instalados

¹*Bush Pulls Out of ABM Treaty; Putin Calls Move a Mistake*. The New York Times, 13/12/2001. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2001/12/13/international/bush-pulls-out-of-abm-treaty-putin-calls-move-a-mistake.html>>. Acesso em: 07/08/2017.

² Sistema de mísseis de natureza defensiva, funciona como um escudo contra mísseis balísticos inimigos que podem levar ogivas nucleares ou convencionais.

³ *The White House – President George W. Bush: ABM Treaty Fact Sheet – Statement by the Press Secretary: Announcement of Withdrawal from the Abm Treaty*. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/12/20011213-2.html>. Consulta: 20/07/17.

⁴ *U.S. is Proposing European Shield for Iran Missiles*. The New York Times, 22/05/2006. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2006/05/22/world/middleeast/22missiles.html>>. Acesso em: 07/08/2017.

⁵ *America withdraws from ABM treaty*. BBC, 13/12/2001. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1707812.stm>>. Consulta em: 08/08/2017.

até 2020.⁶ Voltando, assim, os mísseis antibalísticos de médio e longo alcance da OTAN à Europa Oriental, como pretendia Bush.

Embora a conjuntura internacional e as relações da OTAN com a Rússia em 2017 fossem totalmente diferentes daquelas de 2006, seja devido às intervenções e anexações de territórios por parte da Rússia - em 2008 na Geórgia e em 2014 no caso da Criméia, após a crise na Ucrânia – ou devido às intervenções do Ocidente no Oriente Médio que causaram desestabilizações de alguns Estados amigos da Rússia. Fato é que o recrudescimento das relações entre as duas potências tem aumentando, e as hostilidades têm lugar na retórica dos porta-vozes e das mídias de circulação internacional baseadas nos dois países, que do lado americano acusa os russos de invadirem e anexarem territórios de países soberanos, e de manterem uma postura ameaçadora em relação aos seus aliados da Europa Oriental, como os Países Bálticos e a Polônia. Contudo, as relações agravaram-se ainda mais com o advento das eleições presidenciais americanas de 2016 e as acusações por parte das agências de inteligência do então governo Obama, de interferência russa no vazamento de informações da campanha da candidata democrata Hillary Clinton. Os russos, por sua vez, acusaram a OTAN de desestabilizar Ucrânia, Síria e Líbia, e alegam defenderem-se de uma postura agressiva da Aliança Atlântica, que se expandiu pelos Estados da Ásia Central e da Europa do Leste. Não cumprindo, assim, o que prometera a Gorbachev na Cúpula de Malta em 1989⁷ de que a organização não se expandiria para o Leste, pois

A desintegração da União Soviética congelou temporariamente o poder russo, a despeito de sua capacidade estratégica maciça. [...] o eclipse do poder russo deixou os Estados Unidos, uma vez mais e de forma inesperada, numa posição de liderança ou hegemonia exclusiva. Ao mesmo tempo, a Europa, [...] até as fronteiras da Rússia, parece estar se unindo aos poucos, mas de forma constante, para constituir uma confederação inicialmente econômica e depois provavelmente política e estratégica.⁸

O que está de acordo com as recentes sanções econômicas e diplomáticas aplicadas contra a Rússia, que se somaram à outras sanções já em vigor desde a anexação da Criméia em 2014. A nova leva de restrições imposta por Washington afetará o setor de energia russo e suas transações de gás natural com a Europa, visto que o gás russo é mais barato que o *shale gas* que os norte-americanos pretendem introduzir naquele mercado.⁹ Estas novas sanções aprovadas no Congresso dos Estados Unidos no final de Julho de 2017 foram

⁶ US, *Poland agree to strike deal on Patriot missile defense systems*. RT, 06/07/2017. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/395462-poland-us-patriot-missiles/>>. Consulta: 20/07/2017.

⁷ Entrevista com a Dra. Condoleezza Rice, 17/12/1997. Arquivos da N.S.A. Disponível em: <<http://nsarchive.gwu.edu/coldwar/interviews/episode-24/rice5.html>>. Acesso em: 07/08/2017.

⁸ WATSON, 2004, p. 421.

⁹ FIERSTEIN, Mitch. Crosstalk: *Sanctioning Russia*, 27/07/2017. RT. Disponível em: <<https://www.rt.com/shows/crosstalk/397529-trump-congress-sanctions-russia/>>. Acesso em: 09/08/17.

justificadas como resposta às acusações de interferência russa nas eleições presidenciais norte-americanas, ou *Russiagate*, tema frequente na mídia daquele país. Entretanto, anteriormente à aplicação das sanções, os EUA já haviam expulso dezenas de funcionários da missão diplomática russa nos Estados Unidos, logo após os vazamentos, como uma das primeiras medidas retaliatórias ainda durante o governo Obama. A tal ação, a Rússia replicou somente em 30 de Julho de 2017, quando exigiu que 755 funcionários da embaixada americana deixassem o país, somando-se a isto, o confisco de propriedades e instalações.¹⁰

Na esfera militar, as tensões vêm aumentando significativamente com movimentações de tropas e exercícios militares cada vez mais volumosos e agressivos por parte da OTAN, que têm ocorrido rotineiramente em regiões de fronteiras da Rússia com os Países Bálticos. Somase a isto a interceptação de aeronaves militares em patrulha sobre os mares Negro e Báltico por ambas as partes. Os russos responderam aos exercícios militares com o posicionamento no enclave de Kaliningrado de mísseis defensivos antibalísticos/antiaéreos S-400 de longo alcance, e também de mísseis ofensivos *Iskander* de médio alcance, com capacidade para ogivas nucleares ou convencionais.¹¹



Figura 1: Raio de alcance do míssil Iskander desde Kaliningrado. Fonte:

<<http://www.dailymail.co.uk/news/article-3956604/Russia-deploy-S-400-Iskander-missiles-Kaliningrad-RIA-cites-senator.html>>

A tais medidas a Aliança Atlântica replicou com mais exercícios militares e o aumento da presença de tropas americanas nos países do Leste Europeu, além da aprovação por parte

¹⁰ *Putin: U.S. Must cut diplomatic staff in Russia by 755*. The Guardian, 31/07/2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/jul/30/russia-us-sanctions-retaliation-sergei-ryabkov>>. Acesso em: 06/07/2017.

¹¹ *Russia to deploy Iskander rockets in Kaliningrad enclave over US cruise missile threat*. RT, 21/11/2017. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/367665-iskander-missiles-kaliningrad-abm/>>. Acesso em: 08/08/2017.

do governo Trump do repasse de 41,5 milhões de dólares para a aquisição de armas letais por parte da Ucrânia¹², no contexto da crise em Donbass. Essas medidas somando-se ao

Sistema antimísseis, implantado pelo Pentágono a partir da Espanha, indicava que o alvo era realmente a Rússia, e a derrubada de Assad, após a de Muammar Gaddafi, seria mais um passo para o controle do Mediterrâneo, [...] já que o objetivo dos Estados Unidos e das demais potências ocidentais, no entanto, era isolar politicamente o Irã, aliado da Síria, bem como conter e eliminar a influência Russa e da China no Oriente Médio e no Magreb. A Rússia, desde 1971, estava a operar no porto de Tartus, na Síria, e projetava reformá-lo e ampliá-lo, como base naval, em 2012, de modo que pudesse receber grandes navios de guerra, garantindo sua presença no Mediterrâneo.¹³



Figura 2: Instalação de lançadores de mísseis Iskander, resposta russa à alocação de radares e baterias de mísseis antibalísticos na Polônia e Romênia. E o raio de ação do míssil balístico iraniano Sejil-2. Fonte: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-25407284>>.

O atual cenário internacional conta também com transformações e novos atores buscando projeção global de poder, como no caso da China, seja pela construção de uma marinha de alto mar¹⁴ (porta-aviões), e pela instalação de sua base naval no Djibouti,¹⁵ ou pela construção de bases aeronavais nas ilhas artificiais construídas sobre os corais do Mar do Sul da China, mesmo sob intensos protestos de Washington, que realizou constantes patrulhas aeronavais na área disputada¹⁶ alegando o Direito de Liberdade de Navegação e o não

¹² Trump administration approves lethal arms sales to Ukraine. *The Washington Post*, 20/12/2017. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/josh-rogin/wp/2017/12/20/trump-administration-approves-lethal-arms-sales-to-ukraine/?utm_term=.2cf81b38c52b>. Acesso em: 18/07/2018.

¹³ MONIZ BANDEIRA, 2014, pp. 372-387.

¹⁴ KODA, Yoji. *China's Blue Water Navy Strategy and its Implications*. Center for a New American Security. Maio, 2017. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/files.cnas.org/documents/Koda_BWN.pdf>. Acesso em: 08/08/2017.

¹⁵ China's first overseas military base. *The Atlantic*, 12/07/2017. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/news/archive/2017/07/china-djibouti/533385/>>. Acesso em: 08/08/2017.

¹⁶ Beijing protests US Navy patrol through South China Sea, *Fox News*, 25/05/2017. Disponível em: <http://www.foxnews.com/world/2017/05/25/us-patrol-through-south-china-sea-draws-protest-from-beijing.html>. Consulta em: 08/08/2017.

reconhecimento da soberania chinesa sobre os recifes aterrados. Ao que o governo de Pequim replicou por instalar nas novas bases um sistema de mísseis antiaéreos/antibalísticos.¹⁷

Com o advento dos testes dos novos mísseis balísticos de médio (*MRBM*)¹⁸ e longo alcance (*ICBM*) pela Coréia do Norte, os Estados Unidos instalaram no território de sua aliada, a Coréia do Sul, o moderno sistema de mísseis antibalísticos *THAAD*, que teria capacidade de enquadrar *ICBMs* lançado do Leste da Ásia. Esta medida veio a provocar protestos por parte da China, alegando que o sistema seria mais um “fator de desestabilização da região”, pois o sistema poderia debilitar as capacidades de dissuasão da China, alterando o *status quo* do balanço dissuasivo daquela região.¹⁹ Ao que analistas dos Estados Unidos responderam por afirmar que os sistemas não ameaçam a capacidade de dissuasão da China, devido aos radares estarem voltados à Coréia do Norte.²⁰



Figura 3: Raio de ação do ICBM norte-coreano e o local de sua queda no mar do Japão. Fonte: <https://www.washingtonpost.com/national/north-korea-claims-successful-intercontinental-ballistic-missile-test-defying-international-condemnation/2017/07/04/4f804488-609c-11e7-8adc-fea80e32bf47_story.html?utm_term=.58c84dc90427>

Portanto, ao analisarmos os acontecimentos do campo estratégico militar até a reunião de Trump e Kim em Singuapura em Junho de 2018, observamos uma preponderância da política de poder sobre a negociação: a cada míssil balístico testado pela Coréia do Norte, além das declarações inflamadas por *tweeter* de Trump, os Estados Unidos respondem por testar

¹⁷ *Beijing cements South China Sea land grab with missile defense sites while the world awaits US response*. Business Insider, 23/02/2017. Disponível em: <http://www.businessinsider.com/china-missiles-south-china-sea-spratly-scarborough-hq-9-csis-amti-2017-2?utm_content=bufferfc376&utm_medium=social&utm_source=facebook.com&utm_campaign=buffer>. Consulta em: 08/08/2017.

¹⁸ Sigla inglesa para *Medium Range Ballistic Missile*.

¹⁹ *THAAD missile system to be operational in S. Korea 'in coming days' – US admiral*. RT, 26/04/2017. Disponível em: <<https://www.rt.com/usa/386221-thaad-operational-south-korea/>>. Consulta em: 08/08/2017.

²⁰ Congressional Research Service. *Ballistic Missile Defense in the Asia-Pacific Region: Cooperation and Opposition*. 03/04/2015. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/nuke/R43116.pdf>>. Acesso em: 09/08/2017

um *ICBM*²¹ de seu arsenal, geralmente o modelo *Minuteman III*, com capacidade para diversas ogivas. Até o início de Agosto de 2017, já foram realizados quatro testes. Um deles, inclusive, teve a participação do sistema de mísseis antibalísticos *THAAD*, quando um míssil defensivo lançado da Califórnia interceptou um *ICBM* desarmado lançado do meio do Oceano Pacífico.

Aos testes de armamentos e exercícios militares americanos, seja na Península Coreana ou no Leste Europeu, soma-se o desenvolvimento e testes de novas tecnologias militares, como o novo caça F-35, o lançamento do novo porta-aviões Gerald Ford e o teste pela Marinha dos Estados Unidos de uma inovadora arma a laser, capaz de desarmar mísseis através de um fecho de luz.²²

Embora a retórica e os exercícios militares estejam em alta, observa-se da classe política e diplomática, não o esperado apelo ao diálogo, mas o oposto. Como no caso em que a embaixadora norte-americana na ONU, Nikki Haley, chegou a afirmar em relação à Coreia do Norte que “o tempo de conversa se esgotou.”²³ Ou mesmo outra ocasião, em meados de 2017, quando o senador republicano Tom Cotton, do Arkansas, defendeu publicamente que os Estados Unidos, embora estivessem na época impedidos de armar mísseis de médio alcance com ogivas nucleares pelo Tratado de Limitação das Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF), de 1987, deveriam repassar esta tecnologia aos seus aliados, além de recrudescer o esforço de instalação de sistemas de mísseis antibalísticos.²⁴ Entretanto, com o anúncio da retirada dos EUA do INF²⁵ em fins de 2018 deixa a situação do risco da escalada armamentista em relação aos mísseis de médio alcance e de cruzeiro ainda mais alarmante, pois Putin anunciou que a Rússia certamente responderá à altura.²⁶

Embora o ano de 2018 aponte um movimento em direção à possibilidade de resolução da crise na Coreia do Norte após o encontro entre Trump e Kim Jong Un em Junho, e desde então a Coreia do Norte congelou seus programas nucleares e de mísseis balísticos.²⁷ Entretanto, em outro setor, o governo Trump recrudescer as relações com o Irã e chegou a suspender o *JCPOA (Joint Comprehensive Plan of Action)* ou *Iran Deal*, que previa o congelamento

²¹ F.E. Warren AFB tests Minuteman III missile with launch from Vandenberg. U.S. Airforce. 02/08/2017. Disponível em: <<http://www.af.mil/News/Article-Display/Article/1264702/fe-warren-afb-tests-minuteman-iii-missile-with-launch-from-vandenberg/>>. Consulta em: 08/08/2017.

²² Not Sci-Fi anymore: Navy's 'fully operational' laser gun blows up boats, drones. RT, 11/12/2014. Disponível em: <<https://www.rt.com/usa/213583-navy-laser-gun-drones/>>. Consulta em: 08/08/2017.

²³ US warns Pyongyang 'time for talk is over' as bombers fly over Korean skies. The Telegraph, 30/07/2017. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/2017/07/30/nikki-haley-warns-north-korea-time-talk-us-bombers-fly-korean/>>. Acesso em: 09/08/2017.

²⁴ Disponível em: <<https://www.c-span.org/video/?430442-1/senator-cotton-calls-budgetary-changes-bolster-missile-defense>>. Acesso em: 08/08/2017.

²⁵ Disponível em: <<https://www.armscontrol.org/act/2018-11/news/trump-withdraw-us-inf-treaty>>. Acesso em: 15/11/2015.

²⁶ Disponível em: <<https://www.rt.com/news/444394-putin-russia-inf-arms-race/>>. Acesso em: 20/11/2018.

²⁷ North Korea says it will suspend nuclear and missile tests, shut down test site, The Washington Post, 20/04/2018, por Anna Fifield. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/north-korean-leader-suspends-nuclear-and-missile-tests-shuts-down-test-site/2018/04/20/71ff2eea-44e7-11e8-baaf-8b3c5a3da888_story.html?noredirect=on&utm_term=.a498c867f03c>. Acesso em: 01/08/2018.

do desenvolvimento de armas nucleares pela república islâmica em retorno ao levantamento das sanções sobre aquele país,²⁸ que por sua vez é um grande parceiro da Rússia e da Síria na Guerra Civil Síria e um grande ator político do Oriente Médio, Golfo Pérsico e Centro Asiático. Outros aspectos de transformações estratégicas do novo presidente dos Estados Unidos como a guerra comercial e tarifária com diversos países aliados e adversários, a retirada daquele país dos Acordos Climáticos de Paris e da Parceria Trans Pacífica, apontam para um reajuste do sistema internacional e uma mudança de posição dos Estados Unidos, buscando reafirmar seu poder militar e influência, como podemos observar pelo aumento dos gastos militares recém ordenados por Trump para mais de setecentos bilhões de dólares ao ano e o anúncio de uma Força Espacial,²⁹ medida que causou pronta reação de um senador russo integrante do comitê de defesa daquele país, que ameaçou retaliação caso os Estados Unidos prosseguissem com a medida que violaria o Tratado do Espaço Exterior³⁰, que proíbe o armamento, posicionamento e testes de armas de destruição em massa no espaço de 1967,³¹ e que o posicionamento de ogivas em órbita transformaria completamente o reestabelecimento do balanço estratégico que os russos buscavam alcançar com suas novas armas estratégicas anunciadas por Putin em março de 2018,³² que alegadamente não poderiam ser interceptadas pelos escudos antibalísticos norte-americanos por se tratarem de veículos hipersônicos e de trajetória imprevisível.

Apesar o encontro de Trump e Putin em Helsinque em Julho de 2018, onde alegadamente os dois presidentes conversaram a portas fechadas por duas horas sobre diversos assuntos importantes, como a segurança internacional, semanas depois, no início de Agosto, o governo sueco anunciou um programa de aquisições de baterias antimísseis *Patriot*³³ no valor de um bilhão de dólares com possível extensão para três bilhões caso adquiram trezentos mísseis para as quatro baterias a serem instaladas no país que, embora não seja parte da OTAN, tem ligações com a mesma e atualmente não possui tecnologia para abater mísseis balísticos.

²⁸ Here's What to Expect Now That Trump Has Withdrawn From the Iran Nuclear Deal, Foreign Policy, por [Richard Nephew](#), [Ilan Goldenberg](#), 09/05/2018. <<https://foreignpolicy.com/2018/05/09/heres-what-to-expect-now-that-trump-has-withdrawn-from-the-iran-nuclear-deal/>>. Acesso em: 20/07/2018. Disponível em:

²⁹ 'Space force': Trump orders new branch of US military, *The Guardian*, 18/06/2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2018/jun/18/space-force-donald-trump-orders-new-branch-of-us-military>>. Acesso em: 15/07/2018.

³⁰ *Treaty on Principles Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space, including the Moon and Other Celestial Bodies*. Disponível em: <<http://www.unoosa.org/oosa/en/ourwork/spacelaw/treaties/introouterspacetreaty.html>>. Acesso em: 28/07/2018.

³¹ 'Way to disaster': Moscow warns US against deploying WMDs in space, threatens with 'tough response', RT, 19/06/2018. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/430238-us-space-weapons-disaster-russia/>>. Acesso em: 21/07/2018.

<<https://www.rt.com/news/430238-us-space-weapons-disaster-russia/>>. Acesso em: 10/07/2018.

³² 'Listen to us now': Putin unveils new Russian nuclear arsenal, RT, 01/03/2018. Disponível em: <<https://www.rt.com/news/420206-russia-strategic-weapons-putin/>>. Acesso em: 05/07/2018.

³³ Sweden to sign \$1 billion Patriot missile deal this week: report. Reuters, 01/08/2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-sweden-defence/sweden-to-sign-1-billion-patriot-missile-deal-this-week-report-idUSKBN1KM59N>>. Acesso em: 01/08/2018.

Do lado russo, observa-se também uma escalada das atividades militares para além da anexação da Criméia e da intervenção na Síria. Com exercícios combinados de suas forças terrestres, frequentes patrulhas e interceptações aéreas no Mar Báltico, exercícios navais com a Marinha do Exército de Libertação Popular da China, e até um exercício envolvendo sua população civil, no qual aproximadamente quarenta milhões de russos simularam as primeiras medidas a serem tomadas em caso de um ataque nuclear.³⁴ Um exercício desta magnitude não ocorria desde a Guerra Fria.

Assim, o cenário internacional de projeção de poder e negociações está mais emaranhado do que na época da Guerra Fria, quando Estados Unidos e União Soviética eram “os únicos Estados capazes de projetar sua força militar em qualquer ponto do globo; e os únicos a participar da conquista do espaço sideral”.³⁵

Guerra Fria, superpotências nucleares e negociações bilaterais

Apesar de todas as divergências político-ideológicas e a disputa pela primazia estratégica e tecnológica que dominou o desenvolvimento científico e canalizou os recursos das duas potências, a

Guerra Fria foi uma luta global, porém contida, marcada dos dois lados por uma estratégia defensiva [...] Em alguns aspectos parecia-se com a sua predecessora ainda mais silenciosa: a rivalidade entre a Rússia e a Grã-Bretanha na Ásia no século XIX. A Guerra Fria permaneceu fria em decorrência, em parte, do cansaço da guerra, mas sobretudo por causa do efeito de dissuasão das armas nucleares. [...] O mundo permaneceu em grande medida como um sistema, do ponto de vista estratégico, e cada superpotência constituía a principal preocupação da outra.³⁶

Embora os conflitos não tenham sido extintos, mas exportados para regiões periféricas, como Coréia, Vietnã e o continente africano,

[...] as relações entre as duas potências foram glaciais mas concretas. No entanto, após a morte de Stalin, Khrushchev e especialmente Nixon e Kissinger exploraram as possibilidades de conter seu antagonismo e de conduzi-lo de maneira menos custosa e perigosa, especialmente por meio de um diálogo confidencial mais realista e de acordos para limitação de armamentos.³⁷

³⁴ *Russia launches massive nuclear war training exercise with '40 million people'*. The Independent, 05/10/2016. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/europe/russia-nuclear-weapon-training-attack-radiation-moscow-vladimir-putin-a7345461.html>>. Acesso em: 08/08/2017.

³⁵ ARON, 2002, p. 28.

³⁶ WATSON, 2004, pp. 407-409.

³⁷ WATSON, 2004, p. 409.

As negociações ficaram conhecidas pela sigla inglesa S.A.L.T. (Conversações sobre Limitação de Armas Estratégicas), o resultado foi o acordo firmado em 1972 pelo Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética, Leonid Brezhnev e pelo presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon. O acordo visou prevenir o aprofundamento da corrida armamentista dos anos 1950 e 1960, quando as duas potências buscaram a superação ou o equilíbrio da defasagem estratégica e tentaram manter balanceada a capacidade ofensiva/defensiva/retaliatória entre mísseis antibalísticos (defensivos) e os mísseis balísticos intercontinentais, bem como outros tipos de veículos ofensivos para ogivas nucleares.

No caso dos *ICBMs*, dos quais apenas um míssil tinha capacidade para mais de dez ogivas nucleares e mais de quarenta dispositivos de distração, requereriam, pois, cinquenta mísseis antibalísticos para interceptar a todas as possíveis ogivas. Com a produção em massa dos *ICBMs*, esse balanço ficou insustentável, logo, as potências buscaram um acordo. O Tratado para Limitação de Sistemas de Mísseis Antibalísticos impôs restrições à construção de baterias de mísseis antibalísticos, limitando a quantidade em uma bateria para cada uma das partes.³⁸ Preservando, assim, para ambos, a capacidade de dissuasão e, portanto, um eventual equilíbrio entre as duas potências no espectro da doutrina conhecida como Destruição Mútua Assegurada. Pois, neste contexto, qualquer uma das potências que viesse a sofrer um primeiro ataque nuclear, teria capacidades de retaliar com suas próprias forças nucleares, teoricamente inviabilizando, desta forma, qualquer iniciativa de primeiro ataque por parte de qualquer uma das potências.

A primeira tentativa de superar o Tratado veio do governo Ronald Reagan, com a criação do programa S.D.I. (sigla em inglês para *Strategic Defense Initiative*), que ficou conhecido popularmente como Guerra nas Estrelas. O programa continha projetos para desenvolvimento de sistemas de defesa estratégica do território americano contra ameaças balísticas que viessem a utilizar a órbita terrestre como trajetória de ataque. Para isto, previa o desenvolvimento de novos sistemas antibalísticos a serem instalados até mesmo na órbita terrestre. Estas políticas de reaquecimento da Guerra Fria tiveram apoio bipartidário, como do senador democrata “Scoop” Jackson, do estado de Washington, notório por suas ligações com a Boeing e suas posições a favor da instalação de baterias de mísseis antibalísticos e também do aumento da produção de *ICBMs Minuteman III*, fabricados por aquela companhia.

Já no contexto pós-guerra fria, os Estados Unidos procuraram desenvolver opções estratégicas e alternativas para conter ameaças de Estados não-nucleares e nucleares, que não

³⁸ U.S. State Department: *Treaty Between the United States of America and the Union of the Soviet Socialist Republics on the Limitation of Anti-ballistic Missile Systems*. Disponível em: <<https://www.state.gov/www/global/arms/treaties/abm/abm2.html>>. Consulta em 20/07/2017.

a Rússia, e manter seu poder de dissuasão nuclear.³⁹ E mesmo após a revogação do Tratado Antibalístico, Rússia e Estados Unidos mantiveram as negociações, durante o governo do presidente Obama quanto ao controle de armas nucleares ofensivas, com o Tratado de Moscou e o New *START*⁴⁰ (sigla inglesa para Tratado de Redução de Armas Estratégicas), assinado em 2010, previa a redução da quantidade de ogivas armadas nos arsenais das duas potências pela metade. Entretanto, a incerteza ainda paira sobre a situação de fiscalização e implementação dos artigos do tratado após o presidente Trump criticar o acordo como um dos “piores acordos do governo Obama.”⁴¹

Em Julho e Agosto de 2017, novos eventos vieram à tona, como a notícia de que Pyongyang desenvolveu uma ogiva miniaturizada o suficiente para ser acoplada a um míssil⁴², além do primeiro teste confirmado de um *ICBM* pela Coréia do Norte. Os Estados Unidos responderam com o quarto teste de *ICBM* em 2017. Aos testes se seguiram retóricas ameaçadoras provenientes de Washington e Pyongyang. Trump afirmou que a Coréia do Norte receberia “fogo e fúria como o mundo jamais viu”, caso continuasse com os testes. Ao que o regime norte-coreano respondeu por afirmar que retaliaria contra a base aeronaval americana em Guam,⁴³ caso sua soberania fosse violada.

Em meio a um contexto de intensas disputas, avanços tecnológicos em armas de destruição em massa e principalmente a ausência de acordos e negociações, vale ressaltar o turbilhão de incertezas que vive o cenário internacional nos últimos episódios do que parece ser a política de poder levada ao extremo: “o intercâmbio, pacífico ou belicoso, entre Estados que não reconhecem lei ou árbitro, se coagem, seduzem e convencem mutuamente.”⁴⁴ Portanto, vale ressaltar a relevância e a contribuição de pesquisas deste teor para a compreensão do contexto internacional atual e suas incertezas, no âmbito da dissuasão e da projeção de poder.

³⁹Documento que delinea a doutrina de dissuasão norte-americana após o fim da guerra fria, obtido através do *Freedom of Information Act*, por Hans M. Kristensen: *Essentials of Post-Cold War Deterrence*. U.S. Strategic Command. Disponível em: <<http://www.nukestrat.com/us/stratcom/SAGessentials.PDF>>. Acesso em: 09/08/2017.

⁴⁰ *Treaty between the United States of America and the Russian Federation on measures for the further reduction and limitation of strategic offensive arms (New START)*. Disponível em: <<http://www.nti.org/learn/treaties-and-regimes/treaty-between-the-united-states-of-america-and-the-russian-federation-on-measures-for-the-further-reduction-and-limitation-of-strategic-offensive-arms/>>. Acesso em: 08/08/2017.

⁴¹ *Exclusive: In call with Putin, Trump denounced Obama-era nuclear arms treaty*. Reuters, 09/02/2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-trump-putin-idUSKBN15O2A5>>. Acesso em: 08/08/2017.

⁴² *North Korea now making missile-ready nuclear weapons, U.S. analysts say*. Washington Post, 08/08/2017. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/national-security/north-korea-now-making-missile-ready-nuclear-weapons-us-analysts-say/2017/08/08/e14b882a-7b6b-11e7-9d08-b79f191668ed_story.html?utm_term=.dfca9da01490>. Acesso em: 09/08/2017.

⁴³ *North Korea 'considering missile strike on US Guam base*. BBC, 08/08/2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-40871416>>. Acesso em: 08/08/2017.

⁴⁴ ARON, 2002, p. 544.

Os movimentos de transformação conjuntural e doutrinária - o balanço e a projeção de poder nas Relações Internacionais

No contexto da disputa entre a Unipolaridade, ou aquilo que Moniz Bandeira chamou de *full spectrum dominance* por parte dos Estados Unidos, e o nascimento da Multipolaridade, partindo do espectro teórico de Aron, é fundamental ponderarmos de que maneira a tecnologia afeta o balanço de poder, a doutrina estratégica, a projeção de poder e as Relações Internacionais, pois, a

Ciência da paz e da guerra, o conhecimento das relações internacionais pode servir como base para diplomacia e para a estratégia – os dois métodos, complementares e opostos, com que os Estados se inter-relacionam. A guerra não pertence ao domínio das artes e das ciências, mas ao da existência social.⁴⁵

A partir de uma “plataforma” analítica da geopolítica atual, com base nos últimos acontecimentos diplomáticos e militares, analisaremos como a tecnologia de mísseis antibalísticos, ainda em fase de desenvolvimento à época da publicação de Paz e Guerra Entre as Nações, hoje são realidade determinante da doutrina estratégica e projeção de poder no contexto após a revogação do Tratado Antibalístico.

O pensamento do historiador norte-americano Tony Judt em Quando os Fatos Mudam, lembra-nos o teor de alerta sobre a decadência civilizacional iminente que marcou os escritos de Walter Benjamin em Magia e Técnica, Arte e Política, ao alertar para uma derrocada moral de consequências catastróficas que se avizinhava, quando escreveu durante o período que veio a ser conhecido como Entre Guerras. O conteúdo do alerta veio a se materializar com o nazifascismo, o holocausto e outra guerra mundial. Judt, desta vez, alerta para a decadência do Ocidente a partir do fim da credibilidade internacional dos Estado Unidos, porque,

o poder e influência americanos são na realidade muito frágeis porque repousam sobre uma ideia, um único e insubstituível mito: o de que os Estados Unidos realmente defendem um mundo melhor e ainda representam a melhor chance para conseguir isto.⁴⁶

Credibilidade que Judt acreditava, já em 2005, após a Guerra do Iraque e suas implicações, os americanos terem perdido: “sua reputação e sua posição ocupam o ponto mais baixo de sua história e não irão se recuperar tão cedo.”⁴⁷ Em tom pessimista, afirmou que junto

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 53.

⁴⁶ JUDT, 2016, pp. 228-229.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 287.

com a Guerra Fria, ficou para trás também o sentimento de esperança do período pós-Guerra Fria. E ao considerarmos as atuais tensões e conflitos internacionais de proporções regionais ou globais - testes de mísseis balísticos pela Coreia do Norte e pelos EUA, instalação de mísseis antibalísticos, patrulhas e interceptações aéreas sobre áreas delicadas, como o Mar do Sul da China ou o Báltico, outra corrida armamentista está a pleno vapor. Seja pela inauguração de uma nova classe de porta-aviões e dispositivos à laser pelos americanos ou pelo desenvolvimento de caças de quinta geração e armas hipersônicas pelos russos e chineses. A “anarquia internacional tão cuidadosamente evitada por duas gerações de esclarecidos estadistas americanos pode voltar a nos engolir.”⁴⁸ E a julgar pelas recentes sanções e contra sanções econômicas e diplomáticas, exercícios militares e posicionamento de sistemas de armamentos em regiões delicadas, as relações entre Rússia e Estados Unidos não dão sinais de normalização num futuro breve.

Sobretudo, de grande valia foi o cabedal analítico de Paul Kennedy quando analisa em *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, as diferenças entre potencial militar e poderio militar, além das relações e balanceamento no tocante à condução dos recursos de uma potência entre defesa, consumo e produtividade e inovação. Assim, de que maneira os adversários estão balanceando a defesa de seus interesses políticos e econômicos com o planejamento de infraestrutura e desenvolvimento econômico em comparação com o investimento militar. Assim, poderemos analisar de que maneira se desenrola a disputa estratégica entre China, que pretende construir uma grande malha de infraestrutura rodoferroviária entre Ásia e Europa⁴⁹ em contrapartida com a política externa do trumpismo, ou *America First*, que recrudescer a presença e o gasto militar dos Estados Unidos, para ser utilizado como ponto forte em eventuais barganhas e acordos comerciais que estão sendo desenrolados seja entre os aliados atlânticos ou em relação a adversária política e parceira comercial, a China.

Outro clássico de grande valia para esta pesquisa é *Paz e Guerra Entre as Nações*, de Raymond Aron, escrito e editado durante os anos mais quentes da Guerra Fria, nos oferece cabedal interpretativo para analisar a questão da dissuasão, bem como o jogo do equilíbrio de poder através do desenvolvimento tecnológico-militar. Como quando o autor analisou a questão dos mísseis capazes de carregar diversas ogivas e o conseqüente efeito sobre o tratado antibalístico e as eventuais capacidades de retaliação.

Adam Watson e sua obra *A evolução da Sociedade Internacional*, também será indispensável para analisar o balanço de poder e a construção dos acordos bilaterais. Bem

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 287.

⁴⁹ Referidamente o projeto ferroviário da Nova Rota da Seda e a Rodovia *One Belt One Road*: China até Europa Ocidental.

como os documentos dos órgãos do governo dos Estados Unidos, como os dos Departamentos de Estado e Defesa, disponíveis *online*, a partir do *Freedom of Information Act*, fornecerão informações elucidativas fundamentais para a pesquisa.

A respeito da atualidade e da costura das Relações Internacionais em tempo real, fundamental são as publicações internacionais especializadas que contaremos para esta pesquisa. Desde *think tanks*: CSIS (*Center for Strategic & International Studies*), *Center for a New American Security*, NTI (*Nuclear Threat Initiative*), *Arms Control Association*, e até publicações especializadas no campo diplomático, como as revistas *Foreign Policy* e *Foreign Affairs*. Além de portais de notícias que abordam os temas pretendidos, como RT, Sputnik e Moscow Times, do lado russo, e as agências de notícias ocidentais, Reuters e Associated Press, periódicos como *New York Times*, *Washington Post*, BBC, *The Telegraph*, e o portal chinês *Global Times*, nos fornecerão em primeira mão as notícias e reportagens necessárias para traçar o paralelo interpretativo, com a preocupação de construir uma observação abrangente para compreendermos o papel dos mísseis antibalísticos na costura do balanço e da projeção de poder atual dos Estados nucleares. Traçando um paralelo analítico de como o fortalecimento de posições na dissuasão nuclear se manifesta nas mesas de negociações, já que as potências estão posicionando-se estrategicamente, através da instalação de sistemas antibalísticos em regiões chave, transformando o status estratégico em diversas regiões do globo. Assim como as instalações destes sistemas constroem o papel da dissuasão no balanço estratégico atual e como este *leverage* se transfigura em posição favorável em eventuais negociações entre as partes no que toca a costura da renovação ou não do Tratado Redução de Armas Estratégicas, *New START*⁵⁰, que expirará em 2021, através do conceito de projeção de poder, pois, como escreveu Raymond Aron quando analisava os acordos *SALT*, no auge da Guerra Fria, que “o curso da diplomacia, as crises e seu desfecho são afetadas pelas armas disponíveis dos dois lados.”⁵¹

Bibliografia:

Anúncio da Retirada do Acordo de Mísseis Antibalísticos. Declaração do Secretário de Imprensa. Arquivos da Casa Branca. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/12/20011213-2.html>>. Consulta: 20/07/17.

ARON, R. Paz e Guerra Entre as Nações. Brasília: Editora UnB, I.P.R.I.; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

⁵⁰ *New START Future Uncertain. Arms Control Association*, 02/2018. Disponível em: <<https://www.armscontrol.org/act/2018-01/news/new-start-future-uncertain>>. Acesso em: 20/07/2018.

⁵¹ ARON, 2004, p. 36.

- BOBBIT, Philip. *Terror and consent: the wars for the twenty-first century*. New York: Alfred A. Knopf, 2008.
- BOESE, Wade. *U.S. Withdraws From ABM Treaty; Global Response Muted*. Arms Control Association. Julho/agosto de 2002. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2002_07-08/abmjul_aug02>. Acesso em: 09/08/2017.
- CARR, Edward Hallet. *Vinte anos de crise: 1919-1945*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- Congressional Research Service. *Ballistic Missile Defense in the Asia-Pacific Region: Cooperation and Opposition*. 03/04/2015. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/nuke/R43116.pdf>>. Acesso em: 09/08/2017.
- HAFEMELSTER, D.W. *Basic Physics of EMP, Beam Weapons and ABM*. American Institute of Physics, 1983. Disponível em: <http://digitalcommons.calpoly.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1059&context=phy_fac>. Acesso em: 09/08/17.
- KENNEDY, Paul. *The Rise And Fall Of The Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. London: Unwin Hyman, 1988.
- MONIZ BANDEIRA, Luz Alberto. *A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões da Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- NYE, Joseph S., *Lessons of Imperialism*, Financial Times, 17/06/2002.
- PANOFSKY, W. K. H. PANOFSKY. *Roots of the Strategic Arms Race: Ambiguity and Ignorance*. Bulletin of the Atomic Scientists, junho, 1971. pp. 13–20. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=XwsAAAAAMBAJ&pg=PA15&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 09/08/17.
- REIF, Kingston. *Trump to Withdraw U.S. From INF Treaty*. Arms Control Association. Novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.armscontrol.org/act/2018-11/news/trump-withdraw-us-inf-treaty>>. Acesso em: 15/11/2018.
- RUSTEN, Lynn F. *U.S. Withdrawal from the Antiballistic Missile Treaty*. In: Case Studies Series. Edit.: LARSEN, Jeffrey A.; MAHAN, Erin R. Washington, D.C.: National Defense University Press, 2010. Disponível em: <http://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/casestudies/CSWMD_Case_Study-2.pdf>. Acesso em: 14/07/17.
- Tratado entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre a Limitação de Sistemas de Mísseis Antibalísticos. U.S. State Department. Disponível em: <<https://www.state.gov/www/global/arms/treaties/abm/abm2.html>>. Consulta em 20/07/2017.
- WALTZ, Kenneth Neal. *O homem, o Estado e a guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- WALZER, Michael. *Guerras justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos*. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WATSON, Adam. *A Evolução da Sociedade Internacional: Uma análise histórica comparativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- WIGHT, Martin. *A política do poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- YORK, Herbert. *ABM, MIRV, and the Arms Race*. Science, 17/07/1970. pp. 257–260.
- YOUNG, Oran. *Active Defense and International Order*. Bulletin of the Atomic Scientists: 1967. pp. 35–42. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=-QYAAAAAMBAJ&pg=PA35&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 09/08/17.

HOLLYWOD Y LA GUERRA DE VIETNAM: FILMANDO CONSENSO

María Florencia Dadamo (Universidad de Buenos Aires)

Palabras clave: Vietnam, Hollywood, consenso.

Las producciones filmicas son representaciones culturales (ya sean de hechos reales o ficticios) de una sociedad que es productora y consumidora de las mismas. Cuando se reflexiona sobre el cine norteamericano notamos que Hollywood puede ser considerado como uno de los más poderosos y efectivos aparatos ideológicos estadounidenses. Esta industria es productora de consenso e ideología, y al mismo tiempo se constituye como un importante actor social en la construcción de sentido.

Como afirma Robert Rosenstone, vivimos en una época posliteraria en la cual el acercamiento masivo del público hacia el conocimiento del pasado se lleva a cabo desde el cine. Es por esta razón que los historiadores, ya sea desde una perspectiva didáctica como discursiva, no podemos dejar de lado una herramienta tan importante como lo es este medio audiovisual y darnos el lujo de ignorar a las producciones cinematográficas que participan activamente en la construcción de la memoria histórica.

En la presente ponencia abordaré -a través del análisis de un corpus fílmico constituido por producciones hollywoodenses- y daré cuenta de cómo la representación cinematográfica de la guerra de Vietnam construye una determinada visión consensual del conflicto e intentaré desentrañar las implicancias ideológico-discursivas de la misma.

Si bien las imágenes cinematográficas muchas veces poseen la pretensión de retratar la realidad, ellas son una representación y una reconstrucción de la misma. Sin embargo, esto no las invalida como medios útiles para lograr interpretaciones más complejas de hechos históricos. Las narraciones de ficción pueden ir más allá de su función referencial y cumplir el rol de acercar el mundo del pasado al receptor del presente.¹ Pues, como aclara Pierre Sorlin², como historiadores, la riqueza de nuestra labor no se basa en la corroboración o comparación de los textos fílmicos con los escritos, aunque este proceso sea necesario, o preguntarnos por su grado de veracidad, sino indagar en los aspectos político-ideológicos de los mismos y comprender dos aspectos fundamentales: los medios y los motivos por los cuales estos se presentan en relación a la sociedad que apelan.

¹ Robert Rosenstone. "El cine histórico", en *El pasado en imágenes. El desafío del cine a nuestra idea de la historia*; Ariel. Barcelona. 1997, páginas 43-64.

² Pierre Sorlin. "How to look at an 'Historical' Film", en *The film in History. Restaging the Past*; Barnes & Noble Books, USA, 1980.

A su vez, considero al igual que Marc Ferro³ que el film es una expresión artístico-cultural que se presenta de diferentes formas: fuente de una época determinada y agente del devenir histórico; asimismo, y coincidiendo con Rosenstone, también se lo puede entender como un productor-reproductor de un discurso determinado. Tales características le otorgan al medio audiovisual la capacidad de evidenciar acontecimientos del pasado, que adquieren relevancia académica o notoriedad pública desde que se los representa cinematográficamente.

Vinculado a lo hasta aquí expuesto sobre la potencia del cine en los aspectos que aquí atañen, creo pertinente tomar la reflexión de Roland Barthes sobre la existencia del hecho histórico (a diferencia del suceso): “A partir del momento en que interviene el lenguaje (¿y cuando no interviene?) el hecho sólo puede definirse de manera tautológica: lo anotado procede de lo observable, pero lo observable (...) no es más que lo que es digno de memoria, es decir, digno de ser anotado”.⁴

Teniendo en cuenta estas aseveraciones sobre la edificación selectiva del pasado, mi hipótesis es que Hollywood puede erigirse como un medio de acción hegemónica de una fracción de la clase dominante: “la construcción ideológica por parte de la clase dominante trabaja para reconstruir hechos históricos con una perspectiva que le sea favorable...”.⁵ Dicho grupo encuentra su legitimación en base a la elaboración de un mito fundacional que debe ser permanentemente renovado y reformulado acorde a sus intereses coyunturales. Por ende, el cine -desde esta perspectiva- ha de ser abordado como un lenguaje específico que actúa como una herramienta cultural de construcción de consenso.

Tom Engelhardt es uno de los tantos autores que repara en este último aspecto de la industria cinematográfica de Estados Unidos. Sostiene que Hollywood reflejó los valores de lo que él denominó cultura de la victoria⁶, basada en los ideales estadounidenses de excepcionalismo y triunfalismo. El relato bélico en la pantalla expresó y propagó eficazmente la cultura y el pensamiento de la clase dominante, siendo una vía vigorosa en la conformación de una conciencia nacional para lo cual fue fundamental la existencia-construcción de un antagonico (enemigo). Sin embargo, según el autor, si la Segunda Guerra Mundial resultó ser el momento de mayor auge de la cultura de la victoria a través del relato bélico triunfalista, Vietnam fue su tumba.

Si bien el fracaso estadounidense en el sudeste asiático constituye un momento bisagra en la construcción de este relato, creo que en lugar de derrumbarse lo que acontece es una

³ Marc Ferro. *Historia contemporánea y cine*; Barcelona, Editorial Ariel, 2000, páginas 15-27

⁴ Roland Barthes. “El discurso de la historia”, en *El susurro del lenguaje, Más allá de la palabra y la escritura*; Barcelona, Paidós, 1987, página 174

⁵ Fabio Nigra. “Ideología y reproducción material de la ideología por el cine”, en Fabio Nigra (coord.). *Hollywood, ideología y consenso en la historia de Estados Unidos*; Ituzaingó, Maipue, 2010, página 28.

⁶ Tom Engelhardt. *El fin de la cultura de la victoria. Estados Unidos la guerra fría y el desencanto de una generación*; Barcelona, Paidós, 1995

reconfiguración del mismo, proceso del que Hollywood no fue ajeno. Con el correr del tiempo los films producidos en los grandes estudios, a veces hasta sin una intención explícita, crearon una imagen determinada de Vietnam, que resignificó y revitalizó un relato bélico triunfalista que, lejos de estar perimido, perdura hasta nuestros días.

En la presente ponencia daré cuenta brevemente de cómo la representación cinematográfica de esta guerra construye una determinada visión consensual del conflicto que intenta permanentemente superar el “síndrome de Vietnam”⁷ (entendido como la resistencia del pueblo de Estados Unidos a intervenciones militares en conflictos internos de otros países) y cuáles son sus principales aspectos.

A estos efectos, haré uso de una herramienta teórica denominada intertextualidad. Ésta es un recurso de análisis literario que puede ser trasladado al abordaje de las fuentes fílmicas, pues la misma “se construye a partir de diversos textos que permiten la circulación del significado tomando como punto de partida a distintos sistemas semióticos”.⁸ Además de ésta intertextualidad intersistémica, se establece otra denominada intrasistémica; el proceso intertextual dentro de un mismo sistema semiótico. Es así como en este caso de estudio puedo afirmar que los textos fílmicos analizados además de valerse de otros sistemas lingüísticos dialogan entre ellos. Pues, como sostiene Cid Jurado: “la construcción de la imagen histórica supone el ejercicio de la traducción intersemiótica y de la intertextualidad como mecanismos para la construcción del sentido en la memoria colectiva de una sociedad”.⁹

Asimismo, al analizar las películas debe tenerse en consideración que si bien los elementos captados por la cámara pretenden dar una imagen realista, no dejan de ser un constructo que a su vez debe ser decodificado por el espectador que genera un juicio de semejanza en donde aprehende la imagen como algo real (producto del efecto de realidad)¹⁰, sin reparar que la misma es una representación. Como resultado de esta intervención decodificadora (que implica un proceso complejo en el cual participan valores, expectativas, deseos y preceptos anclados en el sentido común y en un universo simbólico determinado) el espectador, a través de la suspensión voluntaria de la incredulidad, toma como real una elaboración que está ideológicamente establecida y cuyos elementos muchas veces se encuentran socialmente normalizados. Pues, “en una película (...) hay por supuesto una

⁷Michael T Klare. “El ataque contra el ‘síndrome de Vietnam’”, en Pablo González Casanova (Coord.). *Estados Unidos, hoy*; México, Siglo XXI, 1984

⁸ Alfredo Tenoch Cid Jurado. “El desembarco de Normandía y el imaginario cinematográfico: del hecho fílmico a la reconstrucción del hecho histórico”, en *Semióticas del Cine*; Maracaibo, colección de Semiótica Latinoamericana nro. 5: *Semióticas del Cine*, 2007, página 54

⁹ *Idem.*, página 57.

¹⁰ Barthes desarrolla dicho concepto en donde sostiene que en la estética de las obras comunes de la modernidad en busca de una verosimilitud inconfesada se significa la categoría de lo “real” y no sus contenidos contingentes; la descripción en su función estética mezclada con imperativos “realistas” logra una representación de la “realidad”, en su búsqueda por la verosimilitud. Roland Barthes, “El efecto de realidad”, en *El susurro del lenguaje...* op. cit; páginas 179-187. Aplicándola al cine Rossi, profundizó dicha idea en el llamado “código de realidad”. María José Rossi. *El cine como texto. Hacia una hermenéutica de la imagen-movimiento*; Buenos Aires, Topía, 2007.

representación analógica de la realidad pero, en la medida en que ese discurso es tratado por la colectividad, implica elementos que no son directamente simbólicos sino ya interpretados, culturizados, incluso convencionalizados; y esos elementos pueden construir sistemas de significación segunda impuestos al discurso analógico...".¹¹

A su vez, al abordar el análisis de un relato no se puede dejar de considerar las omisiones o silencios que presenta el mismo. Por este motivo pienso que son de suma importancia las concepciones de Marc Angenot sobre el discurso social; entendiendo al término como todo lo que es posible pensar y decir, y lo que no, en una sociedad determinada.

El discurso social es todo aquello que se narra y se argumenta, si se considera que ambas acciones son los dos grandes modos de puesta de un discurso. Este, consiste en repertorios tópicos, reglas de encadenamiento de enunciados que en una sociedad dada, organizan lo decible (y pensable) y aseguran la división del trabajo discursivo (en su gran diversidad de soportes). Al cumplir con esta función, también por decantación el discurso social oculta o desvía la mirada de ciertas cuestiones; pues aquel sirve para legitimar y producir consenso sobre otras. De esta forma, "la hegemonía funciona como censura y autocensura: dice quién puede hablar, de qué y cómo".¹²

Ligado a lo antedicho, en cuanto al estudio, análisis y reconstrucción (y construcción) del pasado, Barthes asevera que el estatuto del discurso histórico es asertivo, constativo, de una manera uniforme: "el hecho histórico esta lingüísticamente ligado a un privilegio del ser: se cuenta lo que ha sido, no lo que no ha sido o lo que ha sido dudoso".¹³

Es precisamente la función de legitimar y controlar (entre otras tantas) que tiene el discurso social, sobre la cual se ve más palpable la construcción de hegemonía y -en relación a la orientación del presente análisis- la elaboración de una determinada visión de la guerra de Vietnam desde las películas hollywoodenses.

Vinculando las nociones desarrolladas por Raymond Williams sobre el concepto de hegemonía y en relación a la producción filmica que aquí atañe, vale resaltar que la cultura no resulta ser el mero reflejo de la estructura o base de un modo de producción, pues ella -a través de sus diversos soportes materiales- produce y reproduce determinada concepción de la "realidad" que forma parte activa del curso particular de la dominación y subordinación de clases sociales.¹⁴

¹¹ Roland Barthes. "Semiología y cine", en *El grano de la voz. Entrevistas 1962-1980*; Buenos Aires, Siglo XXI, 2005, página 32.

¹² Marc Angenot. *El discurso social. Los límites históricos de lo pensable y lo decible*; Buenos Aires, Siglo XXI, 2010, página 66.

¹³ Roland Barthes. "El discurso de la historia", en *El susurro...op. cit.*, página 171.

¹⁴ Ver María Elisa Cevasco. *Para leer a Raymond Williams*; Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes Ediciones, 2003

De este modo, el discurso social aporta a la constitución y permanencia de la hegemonía así entendida, pues naturaliza y rutiniza procesos sociales pero como mediación y reconfigurando resistencias, divergencias y agitaciones (ningún discurso es puramente performativo o debe atribuírsele solamente funciones represivas o que actúa sobre una masa pasiva y homogénea), es por ello que es dinámico y flexible. A su vez, por el tipo de fuentes aquí analizadas, creo pertinente mencionar que Angenot aclara que el discurso social y sus enunciados deben tener aceptabilidad (destinatarios socialmente identificables, que confirman sus “mentalidades” y saberes), pues lo que se dice en una sociedad no sólo tiene sentido (siempre susceptible de interpretaciones antagónicas) sino también encanto más allá de su eficacia comunicativa. Ligado a este concepto vale recordar que las *Major* de la industria estadounidense -para garantizar beneficios (considerando los altos costos de producción, distribución, publicidad, etc.)- lograron progresivamente instalar el llamado “modelo clásico de narración” de Hollywood. Esta fórmula narrativa apunta a satisfacer a un público que con el tiempo entrenó su percepción y moldeó sus expectativas a través de la misma.¹⁵

Finalmente creo pertinente aquí recobrar brevemente el concepto de memoria colectiva. Esta se elabora a través de una selección de recuerdos desde un presente que los evoca –con sus propias problemáticas, intereses y creencias- acorde a construcciones mentales, sociales y culturales inherentes a cada sociedad. Esta memoria, que encierra a otras individuales y se nutre de sentimientos identitarios pertenecientes a cada agregado, se erige más allá de las memorias particulares y se proyecta por medio de códigos y convenciones comunes (entre los cuales se destaca la palabra). A su vez, la memoria individual no es estrictamente personal, pues se encuentra condicionada social y colectivamente desde el lenguaje, ideas y experiencias compartidas. Esto permite también que los receptores (activos) de representaciones de recuerdos que ellos no vivenciaron sean capaces de conmemorarlos y hacerlos propios como parte de un proceso identitario común. Al ser selectiva, la construcción de la memoria también implica olvidos, silencios y omisiones. Asimismo, este fenómeno se desarrolla dentro de un grupo que comparte un mundo simbólico compuesto por determinados códigos interpretativos y ciertas convenciones sociales (cuyo afianzamiento, utilizando terminología althusseriana, descansa mayoritariamente en diversos aparatos ideológicos del Estado). De esta forma, podría relacionarse este último proceso con el que acontece cuando un espectador ve un film, más aun teniendo en cuenta lo antedicho sobre la construcción del modelo narrativo hollywoodense y considerando la penetración cultural que esta industria norteamericana posee a nivel global.

¹⁵ Ver Fabio Nigra. “La seducción positivista de las Major”, en Fabio Nigra (coord.) *El discurso histórico en el cine de Hollywood*; Buenos Aires, Imago Mundi, 2014.

A su vez, Angenot que destaca que “el discurso social tiene “respuesta para todo”, parece permitir hablar de todo y de múltiples maneras, transformando por eso mismo lo no decible en impensable (absurdo, infame o quimérico)”;

siempre en una coyuntura específica (tanto temporal como espacial). Pues la práctica discursiva es un fenómeno humano, que se genera por medio de relaciones sociales concretas entre distintos individuos. Teniendo todo esto en cuenta, se establece un estrecho vínculo entre la memoria histórica y el discurso social que la engloba. Así, la memoria (ya sea individual o colectiva) es parcial, selectiva, dinámica y siempre resignifica eventos desde el presente, por ello no escapa a lo decible, pensable u opinable de un discurso social que participa activamente en su construcción.

Teniendo en mente todas estas consideraciones hasta aquí expuestas, daré cuenta brevemente de los motivos recurrentes y las omisiones que presentan el corpus fílmico¹⁶ de producciones hollywoodenses que refieren a la guerra de Vietnam con el fin de evidenciar la progresiva construcción de una determinada mirada consensual sobre el conflicto. Creo pertinente mencionar que el análisis debe ser de carácter tanto sincrónico como diacrónico, pues como se demostró en un trabajo anterior¹⁷, si bien ciertas particularidades varían según

¹⁶ El cuerpo fílmico aquí analizado abarca todas aquellas películas de ficción producidas en Hollywood que abordan a Vietnam como tema central o que hacen a su trama: *The Ugly American* (1963), *The Green Berets* (1968), *Taxi Driver* (1976), *The Boys in Company C* (1978), *The Deer Hunter* (1978), *Coming Home* (1978), *Apocalypse Now* (1979), *First Blood* (1982), *Uncommon Valor* (1982), *Missing in action* (1984), *First Blood II* (1985), *Platoon* (1986), *Good Morning, Vietnam* (1987), *Hamburger Hill* (1987), *Gardens of Stone* (1987), *Full Metal Jacket* (1987), *Bat 21* (1988), *Jackknife* (1989), *Born on the Fourth of July* (1989), *Casualties of War* (1989), *For the boys* (1991), *Heaven and Earth* (1993), *Forrest Gump* (1994), *Nixon* (1995), *Tigerland* (2000), *We Were Soldiers* (2002), *Path to War* (2002), *Rescue Dawn* (2006), *American Gangster* (2007) y *The Butler* (2013).

¹⁷ Florencia Dadamo y Leandro Della Mora. “La guerra de Vietnam y el discurso cinematográfico: reconstruyendo la cultura de la victoria”, en Fabio Nigra (coord.). *El discurso histórico en el cine...* op. cit.

los contextos de producción de las películas¹⁸, todas ellas terminan por construir un discurso funcional a la reconfiguración del relato triunfalista estadounidense donde priman los siguientes elementos:

- a) La guerra representada como un error inexplicable: No existen menciones ni de las causas del conflicto ni un cierre coherente al mismo. Las autoridades políticas se representan mal asesoradas o confundidas o demasiado inmersas en sus propias discusiones (distinguiéndose la disputa entre los bandos conocidos como “palomas” y “halcones” según la postura que tuviesen frente a la intervención en el sudeste asiático); mientras que las jerarquías militares se muestran perdidas en estrategias, sin entender la verdadera naturaleza de la guerra. Esto se ve reforzado por la exhibición de la locura entre las tropas y sus superiores. Asimismo se desata una “guerra doméstica” propiciada por el movimiento antibélico y periodismo opositor. Todo esto se muestra mientras que los soldados en el frente se presentan como rehenes de esta confusión generalizada.
- b) La construcción de un enemigo invisible, inhumano, tramposo y peligroso que se confunde con el ambiente hostil en una guerra no convencional.
- c) La sociedad estadounidense “empantanada” y militarizada: donde en las diversas películas se muestran las distintas posturas frente al conflicto ya sea desde la perspectiva de población civil o militar (el rol de las mujeres, de las minorías étnicas, de los veteranos, etc.) frente a distintos tópicos que atañen a la guerra (conflictos raciales de diversa índole, la cuestión entorno a los POW-MIA¹⁹ y su impacto en la sociedad).

¹⁸ Se distinguen tres diferentes épocas: 1) desde los prolegómenos de la guerra hasta la llegada de Reagan a la presidencia (Dentro del primer grupo contemporáneo a la guerra y de la inmediata posguerra se encuentran las siguientes películas: *The Ugly American* es un llamado de atención a las clases gobernantes para que tomen conciencia sobre la inminencia de la guerra en el sudeste asiático debido al avance del comunismo y la poca comprensión de las especificidades de la población local por parte de la dirigencia norteamericana; *The green berets*, en clave triunfalista actúa de una forma didáctica sobre el por qué Estados Unidos se encuentra en Vietnam; *Taxi Driver* aborda las alteraciones mentales que pueden desarrollar los veteranos; *The boys in Company C* versa sobre el entrenamiento y la estancia en Vietnam de un pelotón como cualquier otro poniendo énfasis en la confusión e incompetencia de los oficiales al mando que provocan varias muertes evitables de sus subordinados; *The deer hunter* denuncia los estragos que la guerra hizo a un grupo de personas comunes de la clase trabajadora; *Coming home* revela las dificultades que tienen los soldados al regreso de Vietnam y la sociedad que los acoge; *Apocalypse Now*, transita entre la delgada línea entre la locura y la cordura a la cual fueron sometidos los soldados combatientes.), 2) La segunda etapa está marcada por las profundas transformaciones llevadas a cabo por las políticas reaganianas que revitalizaron la hegemonía de las clases dominantes. (época marcada por una reconversión de la hegemonía podemos incluir a los siguientes films: *First Blood*, la cual advierte sobre el maltrato recibido por los soldados a la vuelta a casa; *Uncommon Valor*, se mete de lleno en la problemática de los prisioneros de guerra los cuales son negados sistemáticamente por el gobierno vietnamita y el norteamericano; *Missing in action* y *First Blood II*, abordan la misma temática que el film anterior; *Platoon*, denuncia el mal manejo de la guerra, tanto por los dirigentes como por los combatientes en el campo de batalla; *Good morning Vietnam*, advierte la problemática de la censura al periodismo en la línea de combate; *Hamburger Hill*, narrando la toma de la colina 937 en el valle de Ashau, actúa como una crítica a aquellos sectores que se opusieron a la guerra; *Gardens of Stone* denuncia la incapacidad de la dirigencia militar en la formación de los soldados; *Full Metal Jacket*, bucea sobre la psicología de los soldados y como de jóvenes inocentes pasan a ser despiadados asesinos a sangre fría; *Bat 21* narra la historia de un coronel cuyo avión es derribado y tras líneas enemigas lucha por sobrevivir y retornar a salvo a la base norteamericana; *Jacknife* y *Born on the fourth of july*, hacen referencia a las dificultades que tuvieron que soportar los soldados en su retorno a casa; *Casualties of war* denuncia como los jóvenes soldados, muchachos comunes y corrientes pierden la cordura en el sudeste asiático; *For the boys* da cuenta de cómo Vietnam se erige como un conflicto atípico para la sociedad norteamericana. 3) La tercera y última época es aquella que comienza con el declive de la Unión Soviética y la conformación de un nuevo orden global (En el último grupo de films podemos insertar: *Heaven and Earth*, el cual versa sobre las respectivas dificultades que tienen un veterano y su esposa vietnamita al reinsertarse en la sociedad norteamericana; *Forrest Gump*, abordando la historia biográfica de un personaje común y corriente da cuenta de los principales hechos de la historia de Estados Unidos durante la Guerra Fría; *Nixon*, se centra en las vicisitudes que debe atravesar el controversial presidente marcado por la guerra del sudeste asiático; *Tigerland* versa sobre el duro entrenamiento previo a embarcarse hacia Vietnam; *We Were Soldiers*, narra el primer enfrentamiento entre tropas norteamericanas y norvietnamitas en el campo de batalla; *Path to war*, gira en torno a los días de Johnson en la Casa Blanca y los inicios de la guerra; *Rescue Dawn*, aborda nuevamente la temática del prisionero de guerra y la lucha por la supervivencia y la libertad; *American gangster*, narra la vida del famoso mafioso afroamericano Frank Lucas quien mediante contactos en el ejército importaba heroína del sudeste asiático durante la guerra de Vietnam; y *The Butler*, la cual aborda la historia de un mayordomo afroamericano de la Casa Blanca quién pierde a un hijo en la contienda bélica. ¹⁹ Finalizando la guerra se reproduce el mito de homologación de ambas categorías: prisionero de guerra (*prisoner of war* -POW-) y perdido en acción (*missing in action* -MIA).

Estos tópicos reunidos en estos tres grandes ejes a su vez terminan por confluír y entroncarse en una “invariante narrativa” que termina atravesando todos los relatos de alguna forma u otra: la inversión de victimario a víctima. Esta inversión acaba por convertirse en un elemento central para la construcción consensual de la visión de la guerra como un error inexplicable pero en el cual los estadounidenses se encontraron envueltos en un conflicto que ellos mismos perdieron (la derrota siempre se presenta como producto de falencias propias y no como resultado de la victoria vietnamita) transformándose ellos en víctimas de la coyuntura.

A su vez, para reforzar esta visión, el relato cinematográfico omite o silencia otros elementos²⁰:

- a) Causas de la guerra: de hacerse referencia a las mismas, no se mencionan las necesidades del complejo militar-industrial y termina por hacerse hincapié en la “teoría de dominó” (basada en la idea de que al caer Indochina bajo dominio comunista, este se extendería hasta la costa oeste de Estados Unidos).
- b) Negociaciones previas a las charlas de París. Pues existieron diversos intentos e iniciativas de paz anteriores; las desarrolladas por la administración Nixon ya sean de integrantes de ambos bandos o terceros.
- c) Tropas de países aliados a Estados Unidos: no existe representación de soldados de naciones que colaboraron con los estadounidenses (coreanos del sur, filipinos, tailandeses, neozelandeses o australianos).
- d) Técnicas, tecnología y destrezas de diversa índole desarrolladas por el enemigo más allá de las propias al combate de guerrilla. La ausencia de la representación de la fuerza aérea norvietnamita contrasta particularmente con la recurrente exhibición de la misma de la contraparte estadounidense. Lo mismo sucede con la artillería antiaérea y misilística. De igual forma se omiten los esfuerzos de técnicos y trabajadores calificados que participaron en la compleja construcción de la ruta de Ho Chi Minh.
- e) Diversos debates políticos y militares dentro de las facciones enemigas y sus aliados. Ni siquiera hubo representaciones de líderes o miembros jerárquicos del partido del Viet Minh (ya sea de Hó u otros generales de relevancia) o del FNL. Tampoco se muestran las disidencias políticas o estratégicas dentro del bando vietnamita o los diversos encuentros o congresos de los que participaron junto a sus aliados vecinos que incumbieron líderes laosianos o camboyanos. Las referencias que se hacen a aliados del enemigo siempre caen en la participación de potencias como la Unión Soviética o China.

Se evidencia así, cómo a través de procesos intertextuales e intratextuales (pues las diversas producciones “dialogan entre sí” en la elaboración del relato) se edifica desde el cine un discurso determinado que abona la construcción de la memoria histórica mientras que se reproducen ciertos estereotipos sobre el pasado concernientes a diversos aspectos del imaginario colectivo acerca de Vietnam.

Si bien, se produjeron ciertos cambios en los tópicos de las películas en relación a su contexto de producción, todas ellas terminaron por caer en la mirada consensuada sobre el

²⁰ Para mayor información sobre las omisiones narrativas a nivel cinematográfico ver Florencia Dadamo. “Hollywood y la guerra de Vietnam: los silencios que construyen el consenso”, en Fabio Nigra (coord.). *Visiones críticas del pasado. Hollywood y el cuestionamiento al sistema en los años sesenta y setenta*; Buenos Aires, Imago Mundi, 2018.

conflicto. En ellas prevalecieron y se resignificaron elementos que construyeron la misma visión hegemónica caracterizada por la confusión sobre los orígenes y naturaleza de la guerra, la construcción de un enemigo subdesarrollado pero despiadado y engañoso, donde los soldados norteamericanos (víctimas de la locura) perdieron la guerra por encontrarse combatiendo en un conflicto inusual en tierras inhóspitas sin un verdadero apoyo de la sociedad y los mandatarios estadounidenses. A los elementos que mutaron levemente a lo largo de las producciones se los puede relacionar con las denominadas “aparentes innovaciones” de Angenot: retorno de lo olvidado o rechazado pero reconfigurado de forma tal que respondieron a la coyuntura cuestionando ciertas dominancias pero sin avanzar más allá de ellas. El ejemplo más claro de una innovación aparente es la exhibición de los crímenes de guerra en *Apocalypse Now*, ganadora del Palma de Oro en 1979, año de su estreno. La película, aparentemente controversial para aquella época mostraba lo que poco más de una década atrás hubiese sido impensado o “no decible” y sin embargo, cuatro años luego de finalizado el conflicto, era aceptado colaborando con la legitimación y construcción de un nuevo relato bélico cimentado en la inversión de victimario como víctima.

Esta mirada hegemónica que perdura sobre la Guerra de Vietnam y las “aparentes innovaciones” que su representación cinematográfica presentó a lo largo del período analizado, llevarían a reflexionar sobre las posibles agitaciones o desvíos del discurso social que no llegaron a ser fecundos, si utilizamos el término de Angenot. Para el autor dichas rupturas se producen pero siempre son efectos en cadena y no algo propio de un sólo momento o individuo. A su vez, se realizan a destiempo, cuando se reinterpreta ese desvío ambiguo y se lo transforma y establece un espacio de credibilidad nuevo.

Analizadas en conjunto, en las representaciones fílmicas de Hollywood de la misma forma que no pueden “decir” la naturaleza misma de la Guerra de Vietnam como una necesidad básica para el desarrollo del complejo militar-industrial; en ellas tampoco resulta posible la mera enunciación de los crímenes de guerra como constitutivos de una política sistemática por parte de ciertas facciones de poder con el objetivo de mantener la hegemonía a nivel global. De esta forma, las producciones de ficción aquí abordadas continúan enunciado y silenciando elementos (que en otros soportes o sistemas semióticos si pueden ser expresados) que reproducen y afianzan esta visión hegemónica y consensuada que se desarrolla desde la pantalla grande.

UM DEBATE DIPLOMÁTICO EM PERSPECTIVA: A BARGANHA DE VARGAS E A DIPLOMACIA ESTADUNIDENSE NOS PREPARATIVOS DA CONFERÊNCIA DE WASHINGTON (1951)

Natália Abreu Damasceno

Doutoranda em História (PPGH-UFSC)

Orientador: Prof. Dr. Márcio R. Voigt

Palavras-chave: Conferência de Washington, Getúlio Vargas, relações Brasil-EUA.

Em 13 de janeiro de 1951, nos preparativos para a IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, Herschel Johnson, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, recebeu um memorando assinado pelo presidente eleito Getúlio Vargas. O documento de cinco páginas foi traduzido e enviado dois dias depois para o Departamento de Estado, em Washington, sob a forma de despacho confidencial. No conteúdo do escrito, o futuro ocupante do mais alto cargo do executivo brasileiro esboçava seus anseios e expectativas para as relações Brasil-EUA nos anos seguintes. Devido ao caráter categórico de suas demandas, expostas como verdadeiras “moedas de troca” à cooperação com os Estados Unidos em plena Guerra Fria, essa mensagem - também conhecida como *Vargas Document* - gerou um debate diplomático entre secretários e subsecretários da política externa estadunidense (JOHNSON, 1951).

O tom prescritivo do memorando nos informa sobre as premissas que nortearam o projeto varguista de desenvolvimento econômico e a desejada função do capital estadunidense no processo de modernização brasileiro. Já os comentários a seu respeito, nos quais figuras de diferentes setores do Departamento de Estado discutiram a relevância de uma parceria com o Brasil e os moldes nos quais esta deveria ser estabelecida, são reveladores dos desafios e divergências postos na definição de uma agenda de cooperação entre os dois países. Tendo em vista a relevância das questões aventadas nesta documentação, esse artigo faz um breve levantamento das tensões, conflitos de interesse e conciliações presentes nessa comunicação comprometida com o estabelecimento das bases das relações Brasil-EUA em plena gênese da Guerra Fria.

O contexto em que tais mensagens foram trocadas confere-lhes especificidades e nos ajuda a pensar o sentido das proposições de Vargas e da contrapartida estadunidense. A respeito disso, faz-se necessário pontuar alguns aspectos fundamentais da conjuntura pós-1945. Vejamos.

A estruturação geopolítica de um novo arranjo no cenário mundial do pós-Segunda Guerra impactou as relações dos Estados Unidos com a América Latina e, mais especificamente, com o Brasil. A rivalidade entre dois sistemas políticos e econômicos, o capitalismo e o comunismo, reorganizou o mundo sob uma lógica bipolar liderada por duas potências - os EUA e a União Soviética -, cujos confrontos e tensões se materializaram de forma descentralizada e distribuída por diversos pontos estratégicos do globo. Nesse contexto, consolidar um sistema interamericano coeso e alinhado em termos de política e segurança era uma importante questão de estratégia para os Estados Unidos. Assim, a assinatura do Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR), em 1947, e a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, representaram importantes avanços nesse sentido. (GILDERHUS, 2000)

No tocante à cooperação econômica, pauta bastante cara aos países latino-americanos desejosos de auxílio para a industrialização e o desenvolvimento de suas economias, o presidente estadunidense Harry Truman anunciou em 1949 um programa de assistência financeira e técnica às “economias periféricas” de regiões como a África, a Ásia e a América Latina. O Ponto IV, como ficou conhecida essa iniciativa de Washington, previa a concessão de créditos, principalmente via capital privado, e a disponibilização da ciência e tecnologia dos Estados Unidos para esses países por meio do treinamento de profissionais de áreas diversas e da participação de técnicos dos EUA em comissões mistas voltadas para o desenvolvimento. (RIBEIRO, 2012)

No entanto, devido ao evidente contraste com a “facilidade” de obtenção de ajuda financeira pelos países contemplados pelo Plano Marshall, dedicado à reconstrução das economias europeias no pós-Segunda Guerra, o Ponto IV frustrou expectativas de cooperação econômica e foi entendido como um sinal da indiferença e do desinteresse dos Estados Unidos em relação à América Latina. De fato, conforme aponta Joseph Smith (2005), entre 1945 e 1952, a Bélgica e Luxemburgo receberam mais auxílio financeiro direto dos EUA que os vinte países latino-americanos juntos. Além disso, havia um flagrante desencontro entre “as metas anunciadas e a vontade política de implementá-las” no tocante às solicitações de recursos para ajuda a países estrangeiros no Congresso estadunidense (AYERBE, 2000, p. 78). Segundo Ayerbe (2002), enquanto para a América Latina foram aprovados apenas 34,5 milhões dos 45 milhões de dólares solicitados, para a Europa, nos primeiros quinze meses de aplicação do Plano Marshall, foram solicitados e aprovados 6.8 bilhões de dólares.

Essa discrepância que desfavorecia o tratamento destinado à América Latina gerou um ressentimento generalizado na região, ao passo que demarcava as prioridades e o tipo de cooperação que os EUA desejavam estabelecer com seus parceiros continentais. No caso brasileiro, a ausência de um Plano Marshall para países latino-americanos foi motivo de grande

frustração, uma vez que a participação do Brasil na Segunda Guerra havia nutrido expectativas de “relações especiais” com os Estados Unidos ao fim do conflito (MCCAN, 1995). Porém, Gerald K. Haines (1989) entende que essa postura estadunidense era decorrente não de mera negligência, mas de um conjunto bem delimitado de interesses estratégicos relacionados aos aspectos conjunturais dos anos iniciais da Guerra Fria – que situaram as nações latino-americanas numa zona de baixo risco de ameaça comunista - e de certo senso de tutela e domínio sobre a América Latina já cristalizado anteriormente por iniciativas como a Doutrina Monroe¹.

O autor explica que o pleno acesso às matérias-primas energéticas, bem como a criação de um ambiente favorável ao capital privado em países latino-americanos eram paradigmas da política externa dos EUA para o continente. Portanto, o direcionamento dado por Washington ao desenvolvimento de países como o Brasil orientava-se pela intensificação da dependência financeira e pela busca por influência sobre a alocação de recursos a fim de criar um sistema hemisférico americano fechado num mundo de economias abertas.

Desse modo, a ampla abertura comercial e financeira, o compromisso com o anti-comunismo expresso pela perseguição às esquerdas no país e o extensivo alinhamento aos Estados Unidos empreendidos pelo governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) não conquistaram as contrapartidas esperadas pela crença nas “relações privilegiadas” com a potência hemisférica (VIZENTINI, 1995). Aliás, em resposta aos pleitos do presidente Dutra por auxílio econômico, “Marshall [Secretário de Estado dos EUA] recomendou ao governo brasileiro a utilização prioritária de recursos internos e a criação de um clima propício à atração de capital privado norte-americano.” (VIZENTINI, 2003, p. 201). Destarte, alguns dos setores brasileiros alinhados aos Estados Unidos se viram na posição de um “aliado esquecido” (MCCAN, 1995). Nessa conjuntura, pautas favoráveis a um maior protagonismo do Estado na economia brasileira e na exploração de recursos energéticos começaram a ganhar progresso espaço no debate político nacional.

Em 3 de outubro de 1950, Getúlio Vargas venceu as eleições presidenciais com 48.7% dos votos. A promessa varguista que angariou amplo apoio popular e das classes médias urbanas era a de um Brasil industrializado, moderno e soberano, com mercado interno fortalecido e significativa inserção internacional (D'ARAUJO, 1992). De volta ao poder, Vargas pretendia retomar a política de desenvolvimento e industrialização de base esboçada durante o Estado Novo. Para isso, a captação de recursos estrangeiros aliados aos nacionais, públicos e privados, constituiriam uma diretriz central da sua política externa, definida por Danilo Dalio

¹ Sobre o longo processo de formulações ideológicas que asseveraram a inferioridade, a “infantilidade” e a incapacidade de auto-gestão latino-americana, e que deram suporte à política externa intervencionista dos EUA para a América Latina, ver: HUNT, Michael H. Ideology in Twentieth-Century Foreign Policy. In: _____. Ideology and the U.S. Foreign Policy. New Heaven and London: Yale University Press, 2009, pp. 125-171.

(2009) como uma espécie de “alinhamento negociado” ou “barganha nacionalista-pragmática” com os Estados Unidos.

Nesse sentido, movimentações em direção à conquista de financiamentos do projeto desenvolvimentista de Vargas podem ser observadas já nos três meses entre a sua vitória na eleição e a sua posse em 31 de janeiro de 1951 (DALIO, 2009). Isso nos traz de volta ao memorando em questão. Escrito por uma comissão técnica que contava com nomes como Valentim Rebouças e Roberto Campos, o documento era uma resposta a uma mensagem entregue ao futuro chanceler João Neves da Fontoura em 29 de dezembro de 1950 sobre os principais pontos a serem discutidos na IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, também conhecida como Conferência de Washington.

Convocada pelos Estados Unidos, a Conferência de Washington (março-abril de 1951) tinha o intuito de intensificar a identificação de países latino-americanos com o combate internacional ao comunismo. O objetivo era direcionar a cooperação militar regional e amenizar a sensação de negligência da qual se queixava a América Latina. Previstas pela OEA, as reuniões de consulta tinham caráter emergencial e deviam possuir agendas restritas. Naquela conjuntura, a emergência era a de garantir a cooperação de países da América Latina na Guerra da Coreia, especialmente após o envolvimento da China comunista no conflito. Ademais, durante as discussões preliminares sobre uma possível agenda para a Conferência, o Sub-Secretário para Assuntos Interamericanos, Edward Miller, afirmou que em meados de 1950 outros países como a Bolívia e o Chile já tinham sinalizado a necessidade de uma reunião e que por isso, seria oportuno que essa fosse uma iniciativa convocada pelos Estados Unidos, para que não fossem pautados temas que pudessem ser inconvenientes para os interesses estadunidenses. (FOREIGN, 1951, doc. 606)

Dessa maneira, a Guerra da Coreia, a convocatória da IV Reunião de Consulta e o pleito estadunidense à América Latina por envio de tropas ou pela contribuição com matéria-primas estratégicas para o conflito no Oriente, abriram uma margem de manobra para as demandas de Vargas por cooperação econômica. Assim, já na primeira página do memorando presidencial afirmava-se que a cooperação brasileira com os Estados Unidos na Conferência de Washington estava condicionada ao entendimento das autoridades dos EUA de que o Brasil não estava disposto a realizar sacrifícios que afetassem a sua vida econômica a ponto de ter suas possibilidades futuras e imediatas de desenvolvimento e produção substancialmente reduzidas. Consequentemente, a boa vontade do Governo brasileiro de contribuir com matérias-primas nacionais para a economia de emergência dos Estados Unidos deveria ter contrapartida na boa vontade de Washington de dar prioridade ao Brasil na concessão de produtos manufaturados

e de créditos de médio e longo prazo para a imediata execução de um programa de industrialização e de obras públicas.

Propondo uma política de reciprocidade equilibrada, o memorando critica a “excessiva timidez” dos investimentos dos EUA na América Latina e afirma não haver justificativa para tal, uma vez que os investidores estrangeiros vinham tendo bons resultados. De modo semelhante, se posiciona contra restrições artificiais nos preços dos exportados brasileiros, especialmente o café. Sobre isso, acrescenta que “Qualquer política que não respeita preços reais, como os que o café tem alcançado numa economia de livre mercado, será contrária ao desenvolvimento do país” (JOHNSON, 1951, p. 2 - tradução nossa).

Ainda no rol das críticas, o escrito presidencial reprovou obstáculos legais e fiscais que minavam iniciativas estadunidenses de colaboração com o Brasil e taxavam excessivamente o capital emigrante. Outrossim, questionou as políticas de proteção que limitavam o estabelecimento de indústrias manufatureiras vindas de “um país com o mais alto grau de expansão econômica da história”. Nesses aspectos, Vargas e sua equipe exploraram uma contradição essencial do Governo Truman: a sua defesa de um mundo de portas abertas para o livre mercado internacional com o mínimo de restrições enquanto que, internamente, os Estados Unidos protegiam a sua economia interna com taxas e interdições burocráticas.

Entretanto, essas críticas contundentes foram equacionadas com concessões e afirmações da necessidade de se estreitar os laços entre Brasil e EUA recorrendo às noções de solidariedade e fraternidade panamericanas. Para tanto, os autores utilizaram como referência o sucesso da parceria econômica e militar “íntima e sincera” firmada nos anos da Segunda Guerra Mundial (JOHNSON, 1951, p. 1). Como concessões para viabilizar a cooperação, foram prometidos esforços para contrabalancear a inflação estimulada pela guerra e a garantia da manutenção de um ambiente favorável para investidores. Mais adiante, a mensagem procurava “acalmar” os Estados Unidos com a informação de que o Governo brasileiro não beneficiaria apenas empresas e serviços estatais. Pelo contrário, encorajaria, sempre que possível, a iniciativa privada de maneira coordenada e de acordo com o interesse público.

Por fim, o documento conclui com uma lista de 14 itens que configuravam um plano de desenvolvimento concreto do Brasil, o qual o novo Governo esperava que os Estados Unidos apoiasse direta ou indiretamente. Entre o pontos listados encontravam-se melhoramentos nos transportes, expansão da siderúrgica de Volta Redonda, construção de refinarias de petróleo, de plantas hidrelétricas, entre outras obras de infra-estrutura. A fim de negociar essa cooperação, o memorando sugeria que conversas bilaterais começassem no início de fevereiro, antes mesmo da Conferência, e adiantou uma simpatia pela criação de um organismo brasileiro-estadunidense para coordenar a colaboração técnico-financeira com burocracia reduzida.

Reações mais assertivas ao audacioso memorando ocorreram a partir de 25 de janeiro de 1951, quando o Sub-Secretário para Assuntos Interamericanos, Edward Miller, escreveu para o Secretário de Estado, Dean Acheson, comentando o *Vargas Document*. Na avaliação de Miller, apesar dos desafios práticos que as demandas do presidente brasileiro impunham aos Estados Unidos, o documento era de extrema importância. Segundo o seu relato, os pleitos urgentes de concessão de crédito e empréstimos esbarravam na recomendação do Tesouro dos EUA de não assumir acordos de longo alcance voltados para a promoção do desenvolvimento em países estrangeiros. Além disso, a urgência solicitada para os empréstimos era inviabilizada pelos problemas de jurisdição que atravessavam o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Export-Import Bank of United States (Eximbank), as duas agências financiadoras dos projetos de cooperação econômica previsto pelo Ponto IV². (MILLER, 1951)

Contudo, Miller entendia ser “imperativo para o futuro das nossas relações com o Brasil que respondamos positivamente às propostas do Presidente Vargas, mesmo que a realização por completo do seu programa não seja, obviamente, uma possibilidade a curto prazo.” (MILLER, 1951, p.1 - tradução nossa). Para ele, a resposta a esse memorando estabeleceria as bases das relações Brasil-EUA, e “se nós pudermos começar em bons termos com esse novo regime, poderemos contar com a ajuda ativa de um dos nossos aliados mais fortes [o Brasil].” (p. 4 - tradução nossa). Por isso, o sub-secretário anunciou que viajaria para o Rio de Janeiro em 17 de fevereiro e que até esta data, gostaria de ter recomendações e propostas concretas para o início das negociações bilaterais com o Brasil de Vargas. Além disso, em anexo a essa mensagem, foi enviado um esboço de um comunicado destinado ao presidente Truman, no qual Miller afirmava ser o *Vargas Document* “um dos mais importantes documentos nas relações Estados Unidos-Brasil dos últimos anos”. (p. 3 - tradução nossa)

No dia seguinte, em 26 de janeiro de 1951, Willard Thorp, Secretário Assistente para Assuntos Econômicos, enviou a Acheson uma avaliação do memorando de Vargas que contrastava com a posição de Miller. Thorp discordava da necessidade de um apelo pessoal ao presidente Truman sobre esse assunto, já que o Brasil sequer era a demanda mais urgente para os Estados Unidos naquele momento. Para ele, era necessário fazer valer as diretrizes do Conselho de Segurança Nacional³ que determinavam que os limitados recursos materiais dos

² Uma análise mais cuidadosa sobre o BIRD, o Eximbank e a política de empréstimos e concessão de créditos pode ser encontrada em: VIANNA, Sérgio Besserman. As relações Brasil-EUA e a política econômica do Segundo Governo Vargas. In: *Revista Brasileira de Economia*, v.40, n.3. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/366>. Acesso em 4/11/2017.

³ Criado em 1947, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) é uma base institucional consultiva para assuntos exteriores, especialmente relacionados à defesa. Segundo Hogan (2007), a criação do CSN foi um dos marcos da forte militarização da política estadunidense que originou o que ele chama de Estado de Segurança Nacional no pós-Segunda Guerra.

EUA precisavam ser alocadas zonas de maior risco de expansão comunista, como a Europa Ocidental e o Sudeste Asiático.

Desse modo, a situação do Brasil precisava ser colocada sob uma perspectiva que levasse em conta a baixa prioridade que as Américas representavam para a política externa estadunidense. Assim, Thorp enfatizou a inviabilidade do pedido de urgência de Vargas e criticou o “tom” do documento: “Ao invés de ser uma oferta sincera de apoio e amizade aos Estados Unidos, me pareceu muito mais uma proposta fria de negócios, no sentido de que o apoio e a assistência [de Vargas] podem ser comprados se nós estivermos dispostos a pagar o seu preço.” (THORP, 1951, p.2 - tradução nossa). Isto posto, tornam-se evidentes algumas das incompatibilidades essenciais entre a primazia da segurança nacional que balizou a política exterior dos EUA e a barganha nacionalista de Getúlio Vargas, cujos esforços se concentravam em condicionar o apoio político e estratégico a Washington ao auxílio econômico estadunidense para o desenvolvimento do Brasil.

A partir deste debate entre visões antagônicas, foi elaborado um documento síntese intitulado “Comentários sugeridos a serem feitos na conversa do Sr. Miller com o Presidente Vargas sobre a mensagem de Vargas de 15 de Janeiro de 1951”. Escrito por Ivan B. White, Consultor para Assuntos Econômicos e Financeiros do Escritório de Assuntos Interamericanos, o informe seguia algumas das orientações iniciais de Miller. Determinava que uma mensagem pessoal escrita por Truman acompanhada de sua tradução para o português deveria ser entregue a Vargas. Nela, estaria reafirmada a boa vontade de Washington de cooperar econômica e militarmente com o Brasil de forma a estimular a “confiança mútua”. (WHITE, 1951)

No entanto, apesar do teor generoso da comunicação, os direcionamentos dados aos pleitos econômicos de Vargas eram, em sua maioria, vagos e pouco propositivos. As propostas mais concretas não iam muito além da assistência técnica via Comissão Mista Brasil-EUA⁴ prevista pelo Ponto IV ou da recomendação de controle da inflação para a atração de capital privado. Já no que diz respeito aos aspectos políticos e militares, as propostas eram assertivas e bem delimitadas. Enfatizou-se, por exemplo, a importância de colocar a colaboração militar entre ambos os países como elemento de importância fundamental cuja implementação deveria ser imediata. Essa colaboração seria uma demonstração de força capaz de frear os planos de futura agressão dos “imperialistas soviéticos”. (WHITE, 1951, p. 1)

Mais especificamente, Miller foi orientado a convocar Vargas para ações militares concretas por meio da solicitação do envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia.

⁴ A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos foi instalada em 1951, composta por técnicos e economistas de ambos os países que formulariam projetos para serem submetidos a instituições financeiras, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco de Exportação e Importação (Eximbank). Esses projetos tinham o objetivo de sanar os pontos de estrangulamento ao desenvolvimento da economia brasileira, como a melhoria nos sistemas de transporte para o escoamento da produção e a exploração dos recursos minerais para a geração de energia.

Deveria ainda informar ao presidente que caso o Brasil aceitasse fazer essa contribuição, o seu anúncio na Conferência de Washington teria considerável efeito e influência no curso dos acontecimentos de modo a consolidar projeção regional brasileira. A fim de garantir uma atuação mais efetiva, os EUA se dispunham a treinar e dar apoio militar técnico e logístico às Forças Armadas do Brasil. Tal oferta foi reiterada não só durante a IV Reunião de Consulta, mas em diversas outras comunicações entre autoridades dos governos de ambas as nações. Vale ressaltar que a participação brasileira na Guerra da Coreia, cuja negativa definitiva foi adiada por meses, constituiu um importante recurso de barganha varguista para a concessão de empréstimos⁵.

Conforme atesta esse conjunto de documentos, havia um otimismo brasileiro em relação à cooperação econômica antes mesmo do início do Segundo Governo Vargas. Segundo aponta Monica Hirst (1990), a proximidade entre a posse do presidente e a Conferência de Washington estimulou confiança na conquista de demandas específicas em resposta à expectativa estadunidense em relação ao apoio brasileiro na Reunião dos Chanceleres e na Guerra da Coreia. Diante da frustração do imediato pós-guerra, que relegou ao capital privado o auxílio econômico estadunidense ao Brasil, a estratégia da barganha pragmática varguista concentrava-se na ampliação dos benefícios do Ponto IV por meio da busca por uma institucionalização da cooperação entre os países voltada para o financiamento de um plano concreto de desenvolvimento da infra-estrutura e da indústria de base brasileiras. (HIRST, 1990).

Nessa perspectiva, o *Vargas Document* pode ser entendido como um instrumento de pressão e barganha que expressa elementos para além da mera mudança na orientação da política externa brasileira já fartamente estudada por especialistas. O memorando assevera de modo específico os pontos de tensão que tumultuaram a definição das diretrizes da cooperação Brasil-EUA naquele contexto. O tom incisivo das demandas brasileiras impunha limites e condições ao livre acesso estadunidense às matérias-primas estratégicas nacionais. Em contraste, a reafirmação da vontade de estreitar laços e cooperar mutuamente, inclusive com valorização do capital privado, revela pretensões conciliatórias a fim de garantir de maneira pragmática o apoio necessário para a modernização do Brasil. Em toda a sua ambivalência, o documento exprime a dimensão palpável dos dilemas contingentes à Guerra Fria, nos quais o Governo brasileiro encontrou o desafio de lidar com sua vulnerabilidade econômica e sua dependência dos Estados Unidos ao passo que buscava caminhos de maior autonomia nacional para a definição de seus objetivos e alocação de recursos.

⁵ Para um análise mais completa sobre as relações militares Brasil-EUA e sobre a barganha brasileira em torno da solicitação de tropas para a Guerra da Coreia, ver: DAVIS, Sonny. Brazil-United States military relations in the early post-World War era. In: *Diálogos*. v. 6. Maringá: DHI/UEM, 2002.

A contrapartida estadunidense ao memorando presidencial é de igual importância para compreendermos os impasses da cooperação Brasil-EUA no período. Além de manifestar a heterogeneidade dos atores envolvidos nas tomadas de decisão, as mensagens diplomáticas nos apresentam algumas das condutas norteadoras do projeto de cooperação estadunidense para o Brasil. Os termos vagos em que as demandas econômicas brasileiras foram abordadas sinalizam o que indica Gilderhus: “líderes dos EUA enxergavam latino-americanos como atores menores que deveriam subordinar os seus desejos, interesses, e aspirações aos imperativos da Guerra Fria, conforme definidos pelos Estados Unidos.” (GILDERHUS, 2000, p. 133 - tradução nossa).

Às vésperas da Conferência de Washington, a mensagem escrita por Edward Miller atesta a importância estratégica dada ao apoio brasileiro que “traria não apenas um respaldo material - envio de tropas e fornecimento de matérias-primas - mas, sobretudo, imprimiria legitimidade às requisições dos EUA aos demais países do continente.” (DALIO; MIYAMOTO, 2018, p. 62). Nessa perspectiva, como expõe o documento de White, o apoio econômico restrito ao capital privado e a pontos de estrangulamento da economia brasileira ligados à matéria-prima, apontam para uma noção pragmática de cooperação econômica estadunidense com o Brasil. Associado às circunstâncias e não ao longo prazo, o auxílio econômico oferecido dava-se na medida em que esses investimentos pudessem retornar sob a forma de esforço de guerra, especialmente, por meio do acesso irrestrito a minerais estratégicos e produtos essenciais brasileiros. Essa lógica emergencial de apoio econômico sustentava, por exemplo, a disposição de Washington para a concessão de créditos e investimentos via Ponto IV destinados a financiar melhorias no sistema de transportes, mecanização da agricultura e exploração de minerais. O bom funcionamento dessas searas, tornaria mais eficiente a contribuição do Brasil para os interesses estratégicos dos EUA.

Assim, nesta investigação, observamos de um lado um projeto de política exterior brasileiro comprometido com as demandas nacionais de desenvolvimento interno e com uma cooperação econômica de caráter duradouro e efetivo. Enquanto de outro, vemos, ainda que em nuances diversas, uma política externa estadunidense desejosa de diminuir barganhas e assegurar a adesão do Brasil ao que se dizia serem os sacrifícios necessários para a “sobrevivência do mundo livre”. Na contingência dos preparativos para a Conferência de Washington o que estava em jogo para o Brasil, até então estreitamente alinhado ao sistema de segurança hemisférico chefiado pelos EUA, era a renegociação dos termos desse alinhamento de modo a reduzir assimetrias. Já para os Estados Unidos, as relações com a América Latina precisavam se dar no sentido de consolidar sua hegemonia sobre o continente e afiançar o comprometimento latino-americano com as demandas da Guerra Fria.

Por fim, o debate diplomático registrado nos documentos analisados levanta uma diversidade de questões cuja análise exaustiva extrapola a extensão deste artigo. Em seu conjunto, estas mensagens denotam os dissensos entre diferentes projetos de cooperação Brasil-EUA. Para além das dissonâncias entre projetos políticos distintos dentro de cada um dos países, essa comunicação põe em evidência tensões que podem ser pensadas sob o prisma das tensões que marcaram as relações entre economias periféricas e as potências durante a Guerra Fria. Por meio de uma análise empírica atenta às dinâmicas das negociações e aos argumentos construídos, legitimados ou recusados, acreditamos que essa complexa trama de conflitos e concessões, que perdurou por grande parte da década de 1950, pode apresentar aspectos que nos ajudem a pensar as contradições que marcaram as relações Brasil-EUA durante o Segundo Governo Vargas.

Referências

- DALIO, Danilo José. A barganha nacionalista-pragmática: a política externa do Segundo Governo Vargas para os Estados Unidos (1951-1954). Dissertação (mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Campinas, 2009.
- DALIO, Danilo José; MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a Conferência de Washington (1951). *História*, Franca, v. 28, n. 2, p. 57-78, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742009000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jul. 2018.
- DAVIS, Sonny. Brazil-United States military relations in the early post-World War era. In: *Diálogos*. v. 6. Maringá: DHI/UEM, 2002.
- GILDERHUS, Mark T. The second century: U.S.-Latin American relations since 1889. Wilmington, DE: Scholarly Resources, 2000.
- HAINES, Gerald K. **The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World, 1945-1954**. Wilmington: Scholarly Resource, Inc., 1989.
- HIRST, Monica. **O pragmatismo impossível: a política externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954)**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, 1990.
- HOGAN, Michael J. A Cross of Iron. Harry Truman and the Origins of the National Security State, 1945-1954. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.
- HUNT, Michael H. **Ideology and the U.S. Foreign Policy**. New Heaven and London: Yale University Press, 2009.
- MCCANN, Frank. Brazil and the World War II: The Forgotten Ally – What did you do in the war, Zé Carioca?. **Estudos Interdisciplinarios de America Latina Y el Caribe**. vol 6. n. 2. jul-dec, 1995.
- RIBEIRO, Thiago Reis Marques. Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da 'Missão Abbink' (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

SMITH, Joseph. Cold War Politics (1945-74). In: _____. **The United States and Latin America**: a history of American diplomacy 1776-2000. London and New York: Taylor & Francis Group, 2005, pp. 111-140.

VIANNA, Sérgio Besserman. As relações Brasil-EUA e a política econômica do Segundo Governo Vargas. In: *Revista Brasileira de Economia*, v.40, n.3. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/366>. Acesso em 4/11/2017.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política externa independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento** : o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964). Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995.

Fontes

JOHNSON, Herschel. Telegraph Branch Confidential. Embaixada dos Estados Unidos (Rio de Janeiro) para Secretary of State, 15 de janeiro de 1951. (National Archives Microfilm Publication M1489, rolo 1, fotogramas 375-379). Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil. 1950-1954. National Archives at College Park, College Park, MD. Digital Acervo digital da CDO/LabTempo. Comcap-Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

MILLER, Edward G. Office Memorandum Confidential. Bureau of Inter-American Affairs para Secretary of State, 25 de janeiro de 1951. (National Archives Microfilm Publication M1489, rolo 1, fotogramas 392-397). Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil. 1950-1954. National Archives at College Park, College Park, MD. Digital Acervo digital da CDO/LabTempo. Comcap-Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

THORP, Willard L. Memorandum. Assistant Secretary of State on Economic Affairs para The Secretary, 26 de janeiro de 1951. (National Archives Microfilm Publication M1489, rolo 1, fotogramas 399-400). Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil. 1950-1954. National Archives at College Park, College Park, MD. Digital Acervo digital da CDO/LabTempo. Comcap-Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

WHITE, Ivan B. Top Secret. Suggested comments to be made in Mr. Miller's talk with President Vargas in pursuance of Vargas' communication of January 15, 1951. 6 de fevereiro de 1951. (National Archives Microfilm Publication M1489, rolo 1, fotogramas 477-800). Records of the Department of State relating to Internal Affairs of Brazil. 1950-1954. National Archives at College Park, College Park, MD. Digital Acervo digital da CDO/LabTempo. Comcap-Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

FOREIGN Relations of United States 1951, Volume II, The United Nations; The Western Hemisphere, eds. Ralph R. Goodwin, David W. Mabon, David H. Stauffer (United States Government Printing Office Washington 1976), Document 606. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951v02/d606>.

IT'S A WONDERFUL LIFE: O CINEMA ENQUANTO DIFUSOR DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Giovana Ferreira de Faria (Mestrado em História Social – UEL)

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz

Palavras-chave: Cinema; Estados Unidos; Imperialismo.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a desenvolver de forma mais efetiva a construção da imagem de um país forte e hegemônico, impulsionados principalmente pela demonstração de seu poder bélico no conflito. O desejo de se apresentar como modelo a ser seguido estendeu-se por diversos âmbitos: político, cultural e ideológico. Desta forma, este país mobilizou muitos mecanismos para propagar a ideia de sua nação como a maior potência do globo. Entre elas, o cinema se destaca como um artifício eficaz em função de seu alcance numérico e os efeitos didáticos que produz. A partir destas premissas, pretende-se analisar o longa-metragem *It's a Wonderful Life* (1946), dirigido por Frank Capra. Utilizando as indicações metodológicas elaboradas por teóricos do cinema, a verificação da fonte ocorrerá no sentido de identificarmos o discurso construído na referida produção cinematográfica. Ao verificarmos a mensagem imbuída em sua narrativa, constatamos que o filme concentra as principais características do *American way of life* e *American Dream*, trazendo no enredo os valores e concepções da sociedade estadunidense. Ademais, colocamos em questionamento, os efeitos de produções do gênero na difusão da supremacia ideológica norte-americana.

INTRODUÇÃO

Atraindo cerca de um milhão de pessoas desde os anos 2000, os Estados Unidos consagraram-se como um dos destinos mais procurados por imigrantes que buscam melhores perspectivas referentes ao trabalho e à qualidade de vida (QUORA, 2017). Estes quesitos, aliados ao alto desenvolvimento tecnológico e econômico, propagaram a imagem deste país como o exemplo máximo de uma nação que deu certo, servindo assim, de parâmetro para os outros países do globo.

Tal imagem legitimou-se efetivamente após a Segunda Guerra Mundial. A entrada dos Estados Unidos no conflito, ainda que tardia, significou uma mudança nos rumos que a história tomava, contribuindo de forma decisiva para a vitória Aliada. Nesta conjuntura, os Estados Unidos vislumbraram a possibilidade de mostrar às demais nações, a capacidade bélica que

conseguiram atingir. Mas, não bastava obter excelência apenas no aspecto militar. Após 1945, os Estados Unidos articularam outros recursos que demonstrassem também sua efetividade nos campos social, ideológico e econômico, com o intuito construir cada vez mais, o retrato de um país forte e hegemônico.

Na sétima arte, reconheceram um grande aliado para a causa, tendo em vista a grande popularidade deste modo de entretenimento. Assim, algumas produções difundiram a ideia dos Estados Unidos como a “terra prometida”, em que cada cidadão teria sucesso e prosperidade, desde que trabalhasse arduamente para isso. *It's a Wonderful Life* (1946), produzido e dirigido por Frank Capra é uma destas obras que reúnem estes valores, consonante à uma atmosfera sentimental que potencializa o impacto do filme no espectador. Não por outra razão, o filme tornou-se um clássico natalino, considerado um dos mais queridos pelos americanos (WHELCHER, 2017).

Para assimilar a importância do filme enquanto difusor dessa supremacia, os objetivos do presente trabalho se concentraram em dois pontos principais. Primeiramente, trazer considerações iniciais sobre o longa-metragem, relacionando-as com os componentes que evidenciam a construção de um modelo da sociedade estadunidense e por fim, identificar o contexto histórico do período, avaliando as influências e os impactos da produção ao longo do tempo. A partir do reconhecimento destes aspectos, viabiliza-se compreender de melhor forma os valores vigentes na época e a forma como moldaram a mentalidade do cidadão americano.

Tais objetivos derivam das reflexões teóricas do historiador Alexandre Busko Valim, que compila a interpretação de diversos autores sobre o tema. Conforme Valim, a cultura é um campo de rivalidades, em que grupos distintos competem pela hegemonia através da mídia de forma geral (VALIM, 2005, p. 22). Por esse motivo, o autor sugere que a interpretação de um ou mais filmes seja realizada juntamente com a conjuntura de produção, com o intuito de assimilar como a obra analisada relaciona-se com as estruturas de dominação e resistência.

Neste viés, a análise foi realizada por sequências, verificando-se os diálogos, os cenários e as relações entre os personagens. Traçando um perfil para o protagonista, buscamos identificar como as disputas sociais e ideológicas aparecem no longa-metragem, tendo como referência o personagem principal. Partindo destas premissas, a verificação destes pontos resultou na divisão da análise em três eixos: paradigmas presentes na narrativa fílmica; contexto histórico e de produção; e influências e recepção, tanto da época do lançamento, quanto atualmente. Tais categorias concentram a proposta central da película, como veremos mais adiante.

2 PARADIGMAS DA NARRATIVA CINEMATOGRÁFICA

Avaliado com nota de 8,6/10 na plataforma IMDb, *It's a Wonderful Life*, narra a história do sonhador George Bailey, morador da pequena cidade de Bedford Falls, como consta na sinopse presente na contracapa do DVD original:

Em Bedford Falls, no Natal, George Bailey (James Stewart), que sempre ajudou a todos, pensa em se suicidar saltando de uma ponte, em razão das maquinações do banqueiro Henry Potter (Lionel Barrymore), o homem mais rico da região. Mas tantas pessoas oram por ele que Clarence (Henry Travers), um anjo que espera há 220 anos para ganhar asas, é mandado à Terra para tentar fazer George mudar de ideia. Fazendo-se visível e identificando-se, ele conta de sua missão, e ante o ceticismo de seu protegido, que se sentia um fracassado, o amigo espiritual mostra a sua importância na vida de amigos, familiares e de pessoas de sua cidade através de flashbacks.

Observando o protagonista, veremos que George Bailey é o cidadão ideal para os padrões da época. Branco, alto e detentor da típica beleza hollywoodiana dos anos 1940/1950, Bailey sempre tentou ajudar os moradores da cidade em que vive, mesmo que isso signifique sacrificar seus sonhos e ideais. Na tentativa de situar o espectador das boas ações do personagem, a jornada de George Bailey é relatada desde o seu primeiro emprego como atendente de farmácia de Mr. Gower, ainda quando criança. Nesta primeira fase do filme, situada na década de 1920, o cenário começa a dar os primeiros indícios do *American way of life*, bombardeando o audiente com extensa gama de propagandas. Além da venda dos medicamentos, a farmácia também comercializa sorvetes, refrigerantes e cigarros, sempre acompanhados dos clássicos pôsteres retratando homens e mulheres sorridentes ao consumirem os produtos.

Nos anos 1920, os Estados Unidos encontravam-se em uma fase movida pelos negócios, minimizando a participação do Estado nas atividades econômicas (TOTA, 2009, p. 138). O estímulo para o consumo foi tão eficaz, que se comprava qualquer coisa. Bastava vender a ideia de que o produto era essencial. No período, milhões de cidadãos americanos adquiriram carros, eletrodomésticos, aparelhos de rádio e tudo que significasse conforto e status social. Nas questões relacionadas ao consumo, outra sequência evidencia o estilo de vida americano. A cena mostra George Bailey jantando em sua casa na companhia dos pais e do irmão. Na casa em que vivem, há a presença marcante de porcelanas, lustres e pratos na composição do cenário, reforçando a posição que o protagonista ocupa. A família também emprega uma mulher responsável pelos serviços domésticos, sendo a única personagem negra da película. As vestimentas dos Bailey, sempre alinhadas, ressaltam as diferenças sociais entre

os habitantes da cidade, contrastando as roupas usadas pelos moradores com maior poder aquisitivo e as utilizadas pelos demais.

A perspectiva do filme começa a mudar com a morte de Peter Bailey em 1928, pai de George e um dos associados da construtora e financiadora da família. Desde criança, o protagonista almeja tornar-se engenheiro civil para poder viajar pelo mundo construindo pontes magníficas e arranha-céus. Mas, seus planos são interrompidos após este acontecimento, forçando-o a assumir o controle da empresa. Quatro anos depois, Bailey casa-se com Mary Hatch, no auge da Grande Depressão. Para ajudar os moradores de Bedford Falls que investiram na financiadora, Mary e George distribuem todas as economias que seriam gastas na lua de mel. A partir daí o longa-metragem adota um intenso senso de coletividade, que se estende até sua conclusão, buscando mostrar que alguns sacrifícios devem ser feitos em benefício da comunidade.

Resistindo a forte crise financeira, Bailey consegue manter as portas da construtora aberta, ainda que com dificuldades. Mas, os problemas do protagonista se intensificam com a crescente rivalidade entre ele e Mr. Potter, um rico banqueiro que deseja comprar a construtora para acabar com a concorrência, e assim construir cortiços de aluguel para os moradores que não podem comprar sua casa própria. Tendo consciência que a recuperação da saúde financeira do país seria lenta e gradual, George faz o impossível para que seus amigos, detentores de poder aquisitivo mais baixo, consigam financiar e adquirir seu próprio imóvel, mesmo que a longo prazo.

Além disso, o personagem principal acredita que a posse da casa própria contribui para a melhora da qualidade de vida, refletindo diretamente na eficácia do trabalho. Em um memorável diálogo entre Mr. Potter e George Bailey, a crença nesta premissa é ressaltada:

- Peter Bailey não era um homem de negócios, foi isso que o matou. Não quero parecer desrespeitoso. Ele era um homem de ideais, como dizem. Mas ideais sem bom senso podem arruinar a cidade. Vejam esse empréstimo a Ernie Bishop. Aquele rapaz passa o dia todo sentado em seu táxi. Sei que o banco rejeitou o seu pedido de empréstimo..., mas esta firma está construindo uma casa de US\$ 5.000 para ele. Por quê?

- Eu autorizei o empréstimo. Todos os documentos estão aí. Ernie é uma pessoa de caráter [...].

- [...] O que ganhamos com isso? Um povo preguiçoso em vez de trabalhador. Tudo por causa de sonhadores como Peter Bailey, que enche suas cabeças com sonhos impossíveis.

- Um minuto. Espere aí, Sr. Potter. Estava certo ao dizer que meu pai não era homem de negócios. Não sei porque ele fundou essa firma, mas não pode dizer nada contra seu caráter. Ele passou a vida... Em 25 anos, ele e o Tio Billy nunca pensaram em si mesmos. Não é, tio? Não teve dinheiro para pagar nossos estudos, mas ajudou muita gente a sair do seu cortiço. Isso é errado? Somos homens de negócios, melhorar de vida não os faz os melhores clientes? O que disse? Que eles devem esperar e economizar o dinheiro para comprar uma casa decente? Esperar o que? Esperar que os filhos cresçam e saiam de casa? Quanto tempo demoraria para economizar US\$ 5.000? Lembre-se de uma coisa. Essa gentinha que mencionou é responsável por grande parte do trabalho e dinheiro da cidade. É pedir demais que eles vivam e morram em uma casa decente? [...].

Como evidenciado no diálogo acima, George Bailey crê que a melhora de vida dos moradores de Bedford Falls contribui para o desenvolvimento econômico da cidade, partindo do pressuposto que as pessoas tendem a colaborar de forma mais efetiva, quando suas necessidades básicas estão sanadas. As representações de seus personagens remetem a uma disputa social entre as classes sociais mais ricas, personificada por Mr. Potter e as classes dos estratos mais baixos, simbolizadas por Bailey, que apesar de não pertencente a este grupo, é um ferrenho defensor de seus direitos. Curiosamente, por causa deste aspecto particular, o filme foi considerado comunista pelo FBI durante a Guerra Fria, em razão de demonizar a figura dos banqueiros (ANDREWS, 2017).

Relacionado ao *American way of life*, o diálogo também reflete o conceito cunhado pelo historiador James Truslow Adams (1931), o *American Dream*. Adams define este termo como “aquele sonho de uma terra na qual a vida deve ser melhor, e mais rica, e mais completa para todos, com oportunidades para cada um de acordo com a habilidade ou realização” (*apud* IYENGAR, 2013, p. 77). Desta perspectiva, os Estados Unidos são vistos como a terra das oportunidades, em todos podem prosperar e ascender socialmente. Os conceitos influenciam-se simultaneamente, a medida em que se reforça comportamentos voltados para o consumo intenso, partindo da concepção da prosperidade como algo garantido.

A propaganda estadunidense foi tão efetiva neste aspecto que, associada a outros fatores, o número de imigrantes a partir da década de 1950 cresceu exponencialmente, chegando a 43,7 milhões de imigrantes residentes no país em 2016 (BATALOVA, HALLOCK, ZONG, 2018). A admiração sem precedentes aos Estados Unidos reflete-se não somente nos expressivos números do fluxo imigratório, mas nas preferências literárias, cinematográficas, de marcas consumidas e até mesmo no culto da bandeira americana, presentes em objetos de decoração, roupas e outros itens, em detrimento de elementos da cultura nacional.

2.1 Valores Sociais

It's a Wonderful life ultrapassa o modelo do consumo e também estabelece paradigmas relacionados aos valores sociais. A moral conservadora – o aspecto mais acentuado do filme – enfatiza a todo momento que o centro gravitacional da sociedade é família, tornando-se a parte mais importante da vida para qualquer indivíduo. Bailey então, constitui uma família mononuclear com a esposa Mary e os quatro filhos. George é visto como provedor desta unidade e por este motivo, a questão financeira é decisiva para guiar as ações do protagonista, mesmo que isso signifique horas ininterruptas de trabalho.

Mary Hatch, a esposa de Bailey consegue se graduar, mas depois do casamento, dedica-se exclusivamente à família e à criação dos filhos. No flashback do mundo paralelo onde George não existe, Mary é retratada como a “solteirona” da cidade, tendo sua vida resumida no trabalho como funcionária da biblioteca pública. Aqui, a ausência da constituição do núcleo familiar também é entendida como forma de fracasso e infelicidade. Além disso, Mary reúne todas as qualidades da esposa ideal para o período: é paciente, dedicada nos serviços domésticos e compreensiva com todas as situações que envolvem o marido, mesmo nas dificuldades financeiras. Em sua figura, o filme coloca Mary Hatch como outro paradigma a ser reproduzido, de esposas que sejam voltadas para os interesses do lar e do âmbito da família.

Associada a estes valores, a percepção de nunca desistir é recorrente. Mesmo com dedicação e afinho, o filme mostra que algumas vezes as coisas podem sair do controle, tomando rumos inesperados. Neste ponto, a mensagem transmitida ao público é a de ter fé e perseverança mesmo quando as coisas estão ruins, partindo do princípio que, se você fez o seu melhor, há alguma solução. A tentativa de Mr. Potter de contratar Bailey oferecendo-lhe uma grande quantidade de dinheiro, resume bem este princípio, reiterando que apesar da oferta tentadora, o protagonista atém-se aos seus princípios, acreditando que o sucesso virá de sua perseverança e de seu próprio esforço.

A historiadora Lúcia Lippi de Oliveira (2000, p. 191) relata sua experiência acerca desta ideia de êxito por meio do “dar o melhor de si”, mostrando que estes valores estão fortemente enraizados na cultura americana. Em uma viagem aos Estados Unidos, sua filha andava próximo a uma quadra de tênis de uma escola, quando a bola atravessou a rede de proteção e caiu na rua. A menina resgatou a bola, mas ficou hesitante para arremessá-la de volta, porque a cerca era muito alta. Do lado de dentro da quadra, outra criança que observava a situação, passou a incentivá-la, dizendo que ela iria conseguir se desse seu melhor. A menina arremessou, mas não conseguiu fazer com que a bola ultrapassasse a rede. Mesmo assim, o outro menino continuou a dizer mensagens positivas: “Não tem importância, tente outra vez que dará certo!”.

Este episódio ilustra uma das palavras-chave que conforme Antonio Pedro Tota (2009, p. 267), auxiliam no entendimento da sociedade norte-americana: perseverança. O autor acredita que esta qualidade, juntamente com a ideia de fé, autoestima, patriotismo e excepcionalidade, construíram a base da mentalidade vigente nos Estados Unidos, contribuindo para a consolidação para visão interna e externa deste país atualmente.

3 O PÓS-GUERRA: HOLLYWOOD EM NOVA PERSPECTIVA

A Segunda Guerra Mundial acarretou mudanças no setor cinematográfico, tanto durante, quanto depois de seu fim¹. Com o ataque japonês à base naval de Pearl Harbor e a entrada dos Estados Unidos no conflito, o diretor Frank Capra logo se alistou no exército e foi convocado para trabalhar diretamente sob a orientação do Chefe do Estado Maior, o general George Marshall. Capra então, recebeu o desígnio de produzir uma série de filmes de caráter factual e informativo que explicasse aos soldados por que e por quais princípios estavam lutando (CAPRA, 1971). A série de filmes foi intitulada *Why We Fight* e procurava justificar o envolvimento do Exército americano, ao mesmo tempo em que objetivava estimular o comprometimento dos soldados e posteriormente da população no conflito.

Terminada a guerra, o cineasta fundou a Liberty Films, uma nova produtora em associação com os diretores George Stevens e William Wyler. Capra tinha a pretensão de inaugurar a companhia com uma comédia dramática natalina chamada *It's a Wonderful Life*. A narrativa era baseada em um conto intitulado *The Greatest Gift*, escrito em 1939 por Philip van Doren Sterns. Vendida para o cinema em 1944, a história foi publicada na revista *Good Housekeeping* sob o título *The Man Who As Never Born* (HARRIS, 2016, p. 452-61). O texto original também reforçava a ideia da fé em uma força maior que auxilia o ser humano a enxergar a vida de modo positivo, contribuindo para aumentar a percepção do indivíduo de seu valor para o mundo.

O Capra acreditava que esse filme, bem como a própria produtora, seria o marco de uma nova era em Hollywood, que buscava se distanciar das produções mecânicas, inserindo elementos que evocassem uma atmosfera mais emocional (HARRIS, 2016, p. 457). A nova concepção do diretor baseou-se na ideia de que a guerra mudou a forma de pensar dos cineastas americanos e por esse motivo as novas filmagens procurariam mostrar representações que evidenciassem essa transição. É nesta época que filmes como *My Darling Clementine* (1946), de John Ford e *The Best Years of Our Lives* (1946), de William Wyler foram produzidos e lançados, sendo este último ganhador de sete categorias do Academy Awards de 1947.

Além de auxiliar na nova composição da imagem dos Estados Unidos, a obra acabou exercendo outra função no período do pós-guerra. De acordo com James (2016), *It's a Wonderful Life* ofereceu um deslumbre de esperança pra audiência da época, que devastada pelas consequências da guerra, necessitava acreditar que todos os sacrifícios realizados eram necessários para o bem da sociedade e da nação. Por meio da mensagem inspiradora, a obra de Frank Capra traz em seu cerne a concepção que o problema de um indivíduo integrante da

¹Cf. HARRIS, Mark. **Cinco Voltaram**: uma história de Hollywood na Segunda Guerra Mundial. trad. Leonardo Alves. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

comunidade é de âmbito coletivo e por essa razão, deve ser solucionada com o auxílio de todos.

4 RECEPÇÃO E INFLUÊNCIAS

O filme inicialmente foi um fracasso de bilheteria na estreia, porque acabou perdendo espaço para *The Best Years of Our Lives* (1946), de William Wyler, que foi muito aclamado pela crítica. Dos jornais que se posicionaram sobre *It's a Wonderful Life*, alguns acharam o filme extremamente comovente, classificando-o como um dos melhores filmes de Capra e outros defendiam que o diretor exagerou no tom moralizante (HARRIS, 2016, p. 475). O retorno financeiro também não ocorreu como o esperado, tendo em vista o alto investimento do diretor, que gastou 50% a mais do orçamento inicial de 2 milhões de dólares. Um ano depois, abalados pelo insucesso do filme, Capra e seus associados venderam empresa para a Paramount Pictures (HARRIS, 2016, p. 476). A decisão foi a única encontrada pelo trio, diante do enorme prejuízo causado.

A produção mais querida de Capra tornou-se popular a partir dos anos 1970, quando, por um engano, passou a ser domínio público. Quando a película foi filmada, U.S. Copyright em vigor, determinava 28 anos de detenção dos direitos autorais, podendo ser renovada mediante a apresentação de alguns documentos e o pagamento de uma taxa nominal. A Republic Pictures que possuía os direitos autorais no período deixou de renovar os termos em 1974 (SLATE, 1999). Em função deste descuido, o filme entrou no domínio público e passou a ser amplamente exibido durante as festas de fim de ano, não pagando royalties a seus produtores.

A Republic Pictures, conseguiu recuperar os direitos autorais de *It's a Wonderful Life* apenas em 1993 e no ano seguinte, cedeu os direitos exclusivos para o canal de televisão NBC, que o exibe de uma à três vezes por ano. A venda da película atualmente, também é um vestígio da popularidade alcançada, não só nos Estados Unidos, mas no mundo todo. Até 2017 a obra rendeu mais de US\$ 72 milhões em vendas de DVDs e Blu-ray (THE NUMBERS, 2017). O filme tornou-se tão querido pelos americanos que todo ano há um festival em Seneca Falls², New York – a cidade que inspirou o cenário do filme. Lá, há um museu dedicado ao longa-metragem, em que os visitantes podem percorrer clássicos cenários, como a casa dos Bailey e o táxi de Ernie Bishop. Até o referente ano, alguns atores – que interpretaram os filhos de George Bailey – participam do festival, dando continuidade à tradição.

² A programação anual do festival pode ser acompanhada através do site oficial: <http://therealbedfordfalls.com/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos até aqui, que *It's a Wonderful Life* reflete os estágios percorridos pelos Estados Unidos de 1920 até a década de 1940. A primeira etapa, caracterizada pelos “anos dourados” da fase econômica, remete ao intenso desenvolvimento industrial, que dita o ritmo do consumo. A segunda, alude ao período de instabilidade causado pela Grande Depressão e posteriormente, pela Segunda Guerra Mundial. Por fim, a terceira fase reflete o período de esperança e reconstrução da sociedade estadunidense, ressaltando a fé inabalável na democracia americana.

Honesto, dedicado ao trabalho e à família, ligado profundamente às tradições, o personagem de George Bailey consegue mostrar de forma didática o que os Estados Unidos esperavam dos habitantes da nação. De forma geral, o filme retrata as ideias da sociedade norte-americana, dos anos 1940/1950, mas que ainda refletem na constituição da população estadunidense atualmente. A fé e perseverança aparecem como a mensagem principal, em que êxito é alcançado a partir da persistência e na crença em si mesmo. A excepcionalidade americana apresenta-se como elemento tão forte quanto a das noções anteriores, reforçando a concepção os Estados Unidos são um país eleito, feito para dar certo independentemente dos efeitos de crises econômicas ou conflitos mundiais.

FONTE

CAPRA, Frank. *It's a Wonderful Life*. Produção: Frank Capra. USA: Liberty Films, 1946. 130 min, son., p&b.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, Travis. 'It's a Wonderful Life' was once considered communist propaganda by the FBI. **Independent**, 2017. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/its-a-wonderful-life-communist-fbi-propaganda-christmas-film-frank-capra-james-stewart-george-bailey-a8123016.html>. Acesso: 10 nov. 2018.

BALATOVA, Jeanne, HALLOCK, Jeffrey, ZONG, Jie. Frequently Requested Statistics on Immigrants and Immigration in the United States. **Migration Information Source**. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/frequently-requested-statistics-immigrants-and-immigration-united-states>. Acesso em: 30 out. 2018.

CAPRA, Frank. **The Name Above the Title**: an autobiography. New York: Macmillan, 1971.

HARRIS, Mark. **Cinco Voltaram**: uma história de Hollywood na Segunda Guerra Mundial. trad. Leonardo Alves. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016.

IMDb. **Most Popular Feature Films Released 1946-01-01 to 1946-12-31**. Disponível em: https://www.imdb.com/search/title?year=1946&title_type=feature&. Acesso em: 23 out. 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. USA: impressões de viagem. In: _____. **Americanos:** representações de identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. cap. IX, p. 189 – 196.

QUORA. **How many legal immigrants does the US allow per year**. 2018. Disponível em: <https://www.quora.com/How-many-legal-immigrants-does-the-US-allow-per-year>. Acesso em: 10 nov. 2018.

THE NUMBERS. **It's a Wonderful Life (1946)**. Disponível em: <https://www.the-numbers.com/movie/Its-a-Wonderful-Life#tab=video-sales>. Acesso em: 15 de out. 2018.

TOTA. Antonio Pedro. **Os Americanos**. São Paulo: Contexto, 2009.

VALIM, Alexandre Busko. Entre textos, mediações e contextos: anotações para uma possível história social do cinema. **História Social**, Campinas – SP, 2005. p. 17 – 40.

WHELCHER, Hugh. Why do we all watch “It’s a Wonderful Life” every Christmas? **Institute for Faith, Work & Economics**, 2017. Disponível em: <https://tifwe.org/why-watch-its-a-wonderful-life/>. Acesso em: 11 out. 2018.

YENGAR, Sheena. Sinta-se livre. In: _____. **A Arte da Escolha**. 1ª ed. Belo Horizonte – MG: Unicult, 2013. cap. 7, p. 67 – 78. 4

A REVOLUÇÃO AMERICANA SEGUNDO HANNAH ARENDT

Flávio Henrique Navarro Hashimoto (Mestrado em Geografia na UEL)

Orientadora: Jeani Delgado Paschoal Moura.

Palavras-chave: Revolução Americana; Hannah Arendt; Democracia

INTRODUÇÃO

A Revolução Americana é um evento que permitiu o início da saída dos europeus nas Américas. Por meio dessa busca pela independência estadunidense, fez com que ocorresse toda uma mudança de poder que existia no continente, fazendo as colônias fossem aos poucos conseguindo a sua libertação diante dos colonizadores.

Esse momento importante para a história marca o início de mudanças que viriam ao longo da história do Ocidente. Com essa revolução, a geopolítica global foi se alterando e novos interesses foram surgindo.

Esse período histórico foi e é muito estudado por estudiosos de diversas áreas, que buscam compreender como a revolução impactou o mundo Ocidental. Uma dessas estudiosas foi a filósofa Hannah Arendt, por meio de sua obra *Da Revolução*. Nessa sua obra Arendt buscou verificar como as revoluções, como a Revolução Americana, foram fatores importantes para que a participação política pudesse ocorrer.

Visando nisso, o artigo buscou verificar como a Revolução Americana segundo a filósofa. Para isso, foi dividido o estudo de uma forma que pudesse atender o que é proposto.

Inicialmente foi realizado uma breve descrição histórica da Revolução Americana, sendo que na sequência foi abordado sobre a importância da participação política para Arendt. Por fim, é feito uma análise sobre a visão da filósofa sobre a Revolução Americana.

BREVE DESCRIÇÃO HISTÓRICA SOBRE A REVOLUÇÃO AMERICANA

Nesta parte do trabalho tem-se como objetivo, abordar sobre a Revolução Americana ou a Guerra de Independência dos Estados Unidos. Contudo, se fez necessário apontar apenas alguns momentos, a fim de apenas demonstrar o contexto que se tinha antes da ocorrência da revolução.

A Revolução Americana foi a busca de 13 colônias inglesas na América do Norte pela independência diante da coroa. Oficialmente a revolução ocorreu entre os anos de 1775 e

durou até o ano de 1783, entretanto, houveram fatores que ocasionaram esse momento importante não apenas para o próprio Estados Unidos, mas também para o mundo.

Segundo Oliveira (2008, p. 2) “o processo de independência dos atuais Estados Unidos da América, ocorrido em fins do século XVIII, foi o precursor dos movimentos de emancipação política das colônias do continente americano em relação às suas metrópoles europeias”. A partir dessa mudança, ocorreu todo um efeito cascada nas outras colônias existentes nas Américas.

Contudo, para que a situação chegue num nível de revolta popular, onde a sociedade busque com as “próprias mãos” a mudança pelo sistema vigente no momento, foi preciso toda uma série de fatores, como já apontado, para ocasionar. Por meio disso, quais são os fatores que ocasionaram a Revolução Americana?

Para compreender como se deu a Revolução Americana, é preciso compreender o que se passava com a Inglaterra para verificar o porquê algumas de suas colônias se rebelaram e buscaram o seu desligamento diante da coroa inglesa. É preciso verificar como era a Inglaterra naquele período.

Inicialmente, segundo Karnal et al. (2007), ainda no Século XV, o Estado Inglês estava enfrentando o seu mais longo conflito, a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) contra a França. Logo após o fim dessa guerra o país se via em mais um conflito, porém em um combate interno: A Guerra das Duas Rosas (1455-1485).

A primeira guerra permitiu uma certa unidade na população, pois o fator geográfico possibilitou essa união entre os ingleses. Porém, a segunda batalha causou o enfraquecimento da nobreza e um sentimento na população por um poder centralizador e pacificador (KARNAL et al., 2007). Esse último conflito permitiu a vitória da dinastia Tudor e a centralização do poder real inglês.

Com o aumento dos poderes dos Tudor, foi possível então que ocorresse a Reforma Religiosa no Século XVI. “Usando como justificativa sua intenção de divórcio, o rei Henrique VIII rompeu com o papa e fundou o anglicanismo, tornando-se chefe da Igreja na Inglaterra e confiscando as terras da Igreja Católica” (KARNAL et al, 2007, p. 32).

Assim, se antes o rei precisava do aval da Igreja Católica Apostólica Romana, com o rompimento ele ganha uma maior autonomia e liberdade para governar. Com essa situação, alinhado com o enfraquecimento da nobreza, permitiu com que a dinastia Tudor aumentassem ainda mais seus poderes.

Enquanto isso, a colonização inglesa no que atualmente é os Estados Unidos, começou só em 1584, quando a Rainha Elizabeth I, a última da Casa dos Tudor, concedeu permissão para o *sir* Walter Raleigh (1552-1618) iniciasse o processo de colonização. “*Sir* Walter

estabeleceu – em 1584, 1585 e 1587 – expedições à terra que batizou de Virgínia, em homenagem a Elizabeth, a rainha virgem” (KARNAL et al, 2007, p. 40).

De acordo com Boaventura (2012, p. 39), o governo britânico iniciou a colonização em três sistemas

[...] a) governador nomeado encarregado de administrar sob o comando das ordens da coroa (Nova York); b) concessão a um homem ou companhia a propriedade de certas porções de terra (Maryland, as Carolinas, Pensilvânia e Nova Jersey); c) concessão a certo número de emigrantes o direito de auto-governarem em tudo que não era contrário às Leis da mãe-pátria (Nova Inglaterra, e depois Massachusetts).

Aos poucos as colônias foram ganhando uma certa autonomia, diferente do que ocorreu no Brasil, fazendo com que os colonos pudessem ter uma certa emancipação comercial e financeira da coroa.

Mesmo assim, a relação colônia-colonizador não era tão positiva e pacífica, uma vez que os colonos queriam serem tratados como ingleses e terem o direito de participar das decisões do parlamento. Enquanto isso, o colonizador não queria com que as suas colônias tivessem esse direito de atuação política, já que poderia impactar a atuação das ações da Coroa sobre a colônia.

Essa relação piora logo após o fim da Guerra dos Sete Anos ocorrida entre os anos de 1756 à 1763, já que a Inglaterra se encontrava em péssima situação financeira, mesmo que tivesse saído vitoriosa. Com isso, “a Inglaterra visando obter mais recursos a partir das colônias inaugura uma política de rigorosa tributação, o que leva esta identidade nacional americana a se unir para a reação” (BOAVENTURA, 2012, p. 41).

Boaventura (2012) aponta que o *Stamp Act*, criado em 22 de março de 1765, foi um dos primeiros exemplos de taxaço por parte da coroa inglesa em suas colônias. A Lei do Selo determinava que todos os documentos que estivessem em circulação na colônia deveriam receber os selos provenientes da metrópole. Ou seja, era visado o controle das informações na colônia, aumento dos custos que permitia gerar receita para o governo e, também, buscando assim ter um controle das informações que circulavam. No entanto essa lei não durou muito tempo, sendo revogado em 18 de março de 1766.

Em 1768 John Dickinson, segundo Geissler (2018), escreveu a primeira música patriótica, denominada de Liberty Song ou Canção da Liberdade. Também nesse período houve o boicote das mulheres da colônia diante dos produtos ingleses, que começara a produzir suas próprias vestimentas.

Outro momento ocorreu no dia 16 de dezembro de 1773, quando os habitantes das colônias atiraram 45 toneladas de chá no mar no porto de Boston. “Um grupo de 50 a 100

homens, fantasiados de índios, foram até o porto de Boston, esvaziaram os navios e atiraram cerca de 45 toneladas de chá ao mar” (GEISSLER, 2018). Essa atitude se deve a taxaço por parte do governo inglês sobre o chá, mercadoria esse que era o principal produto consumido na colônia.

Tantos outros impostos surgiram, como por exemplo a Lei da Moeda, Lei da Hospedagem e Atos Towshend. A situação inglesa diante da crise financeira causada pela Guerra dos Sete Anos, aliado a busca por mais autonomia das colônias, ocasionou a criação de um sentimento de revolta nos colonos diante do governo inglês.

Essa situação ocasionou a Declaração da Independência dos Estados Unidos no dia 4 de julho de 1776, onde as 13 colônias da América do Norte se declararam independentes do Governo inglês, conforme descreve Boaventura (2012, p. 45)

[...] em 4 de julho de 1776, o comitê para escrever a Declaração da Independência foi instaurado, composto pelo próprio Benjamim Franklin, Thomas Jefferson, John Adams, Roger Sherman e Robert R. Livingston, e consegue a aprovação por unanimidade de um texto que representaria a consolidação das idéias e vontades políticas das treze colônias britânicas que naquele momento passariam a se denominar de Estados Unidos da América.

As 13 colônias que se declararam independentes foram: Virgínia; New Hampshire; Massachussets; Maryland; Connecticut; Rhode Island; Carolina do Norte; New York; New Jersey; Carolina do Sul; Pensilvânia; Delaware; e Geórgia.

Após esse ato, as ex-colônias tiveram que lutarem contra os ingleses em várias batalhas, na busca pelo sua independência. Uma dessas batalhas ocorreu em 1777, na Batalha de Saratoga.

Depois de sucessivos conflitos contra os ingleses que não aceitavam a perda de seus territórios, no dia 3 de setembro de 1783 é assinado o Acordo de Paris, onde os Estados Unidos tem a sua independência aceita pelo Governo Inglês e pondo um fim à guerra entre os países.

HANNAH ARENDT E A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A filósofa Hannah Arendt (1906-1975) nasceu na cidade de Linden-Alemanha e faleceu em Nova Iorque-Estados Unidos, tinha ascendência judaica e é considerada uma das filósofas mais importantes do século XX. Iniciou a sua vida acadêmica em 1924 quando estuda na Universidade de Marburg, sendo que em 1928 ela realizou o seu doutorado na Universidade de Heidelberg, sob a orientação do filósofo Karl Jaspers (1883-1969).

De acordo com Correia (2006, p. 1) descreve que no final da década de 1920 Arendt começou se envolver com a política judaica

[...] no final desta década, ela se envolveu com a política judaica através do movimento sionista e no começo da década seguinte, em 1933, com a ascensão do nazismo e o incêndio do Parlamento Alemão em Berlim, cidade onde ela residia desde 1930 com seu primeiro marido, foi perseguida e presa por suas atividades.

Com a ascensão de Adolf Hitler (1889-1945) como Terceiro *Reich* no governo alemão, a filósofa foi impedida de defender a sua segunda tese. Com esse impedimento, ela não pode assumir a docência nas universidades alemãs.

Essa situação pioraria para Arendt quando ela presa e mandada para um campo de refugiados. Porém, oito dias depois ela foge para a Praga-República Checa (na época era a capital da antiga Tchecoslováquia), em seguida para Genebra-Suíça e depois para Paris-França. De acordo com Chazit Hanoar (2018), Arendt trabalha na Youth Aliyah na França

[...] em Paris, trabalhou na YouthAliyah, ajudando a resgatar crianças judias da Alemanha e a levá-las para o que viria a se tornar o Estado de Israel. Após divorciar-se de Günter Stern, casou-se com Heinrich Blücher, de quem foi separada após a invasão alemã na França, em 1940. Hannah foi levada para o campo de refugiados de Gurs, de onde fugiu, ao reencontrar seu marido, para Nova Iorque, Estados Unidos.

Nos Estados Unidos Arendt dedica nos seus escritos discutir sobre a importância da participação política pelas pessoas. Na sua obra *A Condição Humana*, a filósofa aponta três conceitos: Trabalho; Produção; e Ação. Juntas formam a *Vita Activa*.

Os dois primeiros estão relacionados a atividade física, sendo que o Trabalho visa atender o biológico (sustenta a vida), enquanto a Produção não atende o sustento da vida (trabalho superficial). Já o terceiro, a ação, refere-se na atividade que o ser humano exerce abertamente com outros seres humanos. “Única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana de pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (ARENDR, 2007, p. 15).

É na ação que são realizados as atuações políticas, porém se faz necessário que sejam buscados os interesses do coletivo e não do privado. Os assuntos do coletivo devem se sobreporem do individual, ou seja, a política não deve ser um espaço de conflito de interesses individuais e é a ação que pode garantir que todos possam serem ouvidos.

A REVOLUÇÃO AMERICANA PARA HANNAH ARENDT

Em sua busca de analisar a Revolução Americana, Hannah Arendt buscou verificar primeiramente quais foram as origens das revoluções. Quais motivos levam a ocorrência das revoluções?

A filósofa buscou comparar as revoluções Americana e Francesa como forma de detectar o que cada uma delas resultou para as suas sociedades. O ponto comum entre elas, segundo Arendt, se deve ao “legado deixado [...] foi a exemplaridade da fundação da liberdade política, ou seja, a ideia de compromisso com o mundo – que Arendt também nomeia de interesse público – e a consequente busca de liberdade” (MÜLLER, 2013, p. 65).

As revoluções, neste caso as revoluções modernas, ocorrem devido à uma série de fatores mal geridos pelos governantes que fazem com que as pessoas se rebelem contra o sistema vigente.

Para compreender essas duas revoluções é preciso considerar que cada uma delas continham objetivos diferentes. “Enquanto as reivindicações da França se baseavam no cessar das necessidades básicas e reduziam-se à “multidão dos pobres e oprimidos” que surgiam nas ruas pela primeira vez, em toda a História, nos Estados Unidos, parecia prevalecer um ideal de igualdade” (ECCEL, 2013, p. 113).

Mas o que é a Liberdade e Libertação?

Ao dizer sobre o desaparecimento gradual do sistema vigente na Europa na Idade Média, Arendt (1989) aponta que isso se deve graças a população que descobriu o desserviço ou a inutilidade dos nobres, além de determinar que eles eram parasitas. Essa descoberta da não necessidade dos seus governantes fez com que ocorresse a queda de muitas nobrezas.

Rousseau (1996, p. 15) também apontou sobre a importância que a liberdade tem para o indivíduo

[...] renunciar à própria liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, e até aos próprios deveres. Não há nenhuma reparação possível para quem renuncia a tudo. Tal renúncia é incompatível com a natureza do homem, e subtrair toda a liberdade a sua vontade é subtrair toda a moralidade a suas ações. Enfim, é inútil e contraditória a convenção que estimula, de um lado, uma autoridade absoluta, e, de outro, uma obediência sem limites. Não está claro que não se tem o direito de tudo exigir? E esta simples condição sem equivalência, sem compensação, não acarreta a nulidade do ato? Pois que direito teria meu escravo contra mim, se tudo o que ele possui me pertence, se, sendo seu direito o meu, esse direito meu contra mim mesmo é uma palavra desprovida de qualquer sentido?

A liberdade arendtiana tem muita ligação com a participação política, consequentemente com a democracia. Para a filósofa, assim como Rousseau, era necessário que o indivíduo para ter a plena liberdade seria se ele tivesse o direito ao voto, pois é com o voto que ele ganha um *status* de livre, não apenas liberto.

A Revolução Americana, ao contrário da Revolução Francesa que passou a ser muito criticada por ela, é colocada como uma revolução que permitiu uma liberdade. O problema é que Arendt passou para alguns uma interpretação de que a filósofa se conecta com os liberais. “Arendt não é a teórica da liberdade negativa ou da liberdade dos modernos, mas, antes, da liberdade positiva, ou seja, do mesmo tipo de liberdade apreciada e vivenciada pelos antigos gregos” (ECCEL, 2013, p. 116).

É importante dizer que a liberdade arendtiano é muito ligada a liberdade política, além disso, para a filósofa existe uma diferença entre a liberdade com libertação.

A libertação, em sua visão, se refere apenas a mudança do opressor. Por exemplo, a pessoa pode só querer se libertar da fome, mas se precisar renegar a sua liberdade ela aceita, enquanto a liberdade se refere ao indivíduo que não precisa sacrificar algo para apenas se libertar de alguma coisa.

Arendt (1988) aponta que a Revolução Americana tinha-se como objetivo principal a liberdade sobre o sistema atual, que no caso seria o Governo Inglês. Era buscado a retirada da governança atual, além de poder participar das decisões políticas.

A revolução foi uma consequência da incapacidade dos governantes, uma vez que fez com que a sociedade das colônias visse a inutilidade de seus governantes. Para a filósofa, o ponto diferencial dessa revolução, se deve a busca pela “liberdade” e não apenas pela “libertação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução Americana foi um período da história estadunidense que influenciou o restante do Ocidente, pois a busca pela independência por parte dos colonos das 13 colônias, desencadeou a diminuição dos poderes dos europeus nas Américas. A revolta criada nos colonos, alinhado com o sentimento de mudança política, causou o surgimento do viria a ser os Estados Unidos e seus valores.

O que se verifica é a busca pelo direito que os indivíduos da colônia estavam buscando, que seriam serem respeitados como ingleses e que pudessem terem direito a atuação política. Essa segunda exigência seria um dos fatores que causariam a ruptura dos colonos diante do seu colonizador.

Após verem que os seus governantes não os tratariam da forma que desejavam, além do aumento da exploração, o sentimento de inglês foi se alterando e, uma sensação de liberdade, foi sendo substituído. Agora, se antes queriam apenas algumas exigências, os colonos queriam serem independentes e não apenas autônomos.

Essa situação ocasionou Revolução Americana que teve vários combates entre os dois lados, tendo o seu fim apenas em 1883.

Porém, o que pode-se concluir que, conforme a filósofa Arendt apontou, o fator chave foi quando as pessoas viram a inutilidade de seus governantes. Quando isso ocorre, dificilmente poderá ser restaurado o respeito.

REFERÊNCIAS

- ARENDR, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Robert Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10 ed., 2007. 352 p. Tradução de: The Human Condition.
- _____. **Da Revolução**. Editora Ática: São Paulo, 1988. Tradução de Fernando Dídimo Vieira. Tradução de: On Revolution.
- _____. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 562 p. Tradução de Roberto Raposo. Tradução de: The Origins of Totalitarianism.
- BOAVENTURA, Bruno J. R. Declaração de Independência e Constituição americana: uma história própria de federalizar o Estado. **Revista de la Facultad de Ciencias Sociales y Jurídicas de Elche**, Elche, v. 1, n. 8, fev. 2012. Disponível em: <<https://revistasocialesyjuridicas.files.wordpress.com/2012/02/08-tm-03.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.
- CHAZIT HANOAR. **Hannah Arendt (1906-1975)**. 2018. Disponível em: <<http://www.chazit.com/cybersio/biografias/delet/arendt.html>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- CORREIA, Adriano. Hannah Arendt (1906-1975). **Revista Ética & Filosofia Política**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/03/9_2_adriano.pdf.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- ECCEL, Daiane. Da Revolução: Arendt, uma moderna? **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, n. 3, set.dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v36n3/a07v36n3.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- GEISSLER, Ralf. **1773: A “Festa do Chá” em Boston**. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1773-a-festa-do-ch%C3%A1-em-boston/a-355171>>. Acesso em: 21 nov. 2018.
- KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 282 p.
- MÜLLER, Maria Cristina. Revolução Americana e Francesa: luta por liberdade ou libertação? **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, n. 23, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/74742/78334>>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- OLIVEIRA, Saulo Carneiro de. A Construção dos Estados Unidos a partir do seu processo de Independência, da Constituição e do Ideal Republicano. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE DIREITO; ENCONTRO REGIONAL DE ASSESORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA, 21., 1., 2008. **Anais...** Crato: FENED, 2008. p. 1-9.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social: princípios do direito político**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 3. ed.1996. 186 p. Tradução de: Du contract social: ou principes du droit politique.

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE ESTADOS UNIDOS E BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Heitor Esperança Henrique (Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná)

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

Palavras-chave: Relações Internacionais; diplomacia; Brasil; Estados Unidos.

As relações internacionais entre Brasil e Estados Unidos começam antes do início do século XX e vai além da segunda metade do mesmo século. Escolheu-se tratar deste recorte temporal em específico devido a uma aproximação definitiva entre os dois governos. Porém, tal período é marcado por aproximações e afastamentos em maior ou menor grau entre os dois gigantes das Américas, tema que será mais discutido e aprofundado na sequência deste texto que se apresenta.

Uma parceria mais modesta teve início com a implantação da Doutrina Monroe dos Estados Unidos a partir de 1823 e a tentativa de aproximação com os outros países americanos a fim de formar uma união continental que pudesse atender a seus anseios, interesses e objetivos econômicos, além de, tentar evitar qualquer possibilidade de retomada de territórios na América por parte dos europeus.

Neste momento, início do século XIX, o Brasil iniciou a sua vida como país independente de Portugal vivendo sob o controle de um regime imperial e até o início da República no fim do mesmo século as relações comerciais internacionais do Brasil se aproximavam muito mais do eixo britânico e europeu, por serem os principais compradores dos produtos econômicos exportáveis do país, do que dos Estados Unidos, que era o grande país que surgia ao norte e mais tarde dominaria o continente. O início da República viu uma mudança de paradigma nas relações internacionais brasileiras com o Barão do Rio Branco frente ao Itamaraty.

Rio Branco revolucionou o ministério dando a ele sua real importância, aumentando o número de funcionários e seus vencimentos. Atuou de acordo com três aspectos principais, sendo eles: as relações simétricas com seus vizinhos do Prata, mostrando uma postura firme do Brasil em relação aos interesses na região; a definição do território brasileiros através de acordos; e as relações assimétricas com as principais potências europeias e os Estados Unidos. Mesmo o Brasil encontrando-se abaixo em nível de grandeza a esses países, Rio Branco buscou defender os interesses nacionais sem se deixar intimidar por tão difícil tarefa. Neste momento o Brasil articulou uma aproximação maior com os Estados Unidos e um certo distanciamento

dos britânicos e europeus em seu comércio exterior. Ocorria uma mudança do eixo econômico mundial da Europa para a América do Norte, os norte-americanos tornavam-se a grande potência econômica do planeta e também o principal comprador do essencial produto econômico brasileiro que era o café. Rio Branco teve a sutileza de perceber essa mudança no cenário econômico mundial e fez com que o Brasil pudesse acompanhar e se aliar com o responsável por esta transição. (RICUPERO, 2017, p. 286-301)

Rio Branco foi ministro num momento de relativa paz e tranquilidade no cenário mundial e se diferenciou frente ao Itamaraty buscando com muito trabalho e sapiência uma inserção de maior destaque e respeito para o Brasil no cenário internacional até o fim do seu ministério em 1912, ano de seu falecimento. Após ele as relações internacionais tornaram-se mais confusas e conflituosas e os próximos ministros do Brasil não tinham o talento necessário, tal como Rio Branco tinha, para dirigir o Itamaraty frente aos novos desafios mundiais que se apresentavam. O Brasil teve no intervalo de 1912, fim do ministério de Rio Branco, a 1938, início do ministério de Oswaldo Aranha, ministros que pecavam por sua timidez e fraqueza frente aos novos desafios ou que exageravam na posição buscada ao país frente aos recursos e meios limitados que o Brasil tinha para sustentá-la. (RICUPERO, 2017, p. 301-314)

Junto com o fim do ministério de Rio Branco, terminava-se também um momento de relativa paz internacional. A guerra nos Balcãs entre 1912 e 1914 era um prenúncio da Grande Guerra que estava para acontecer, demonstrando uma época de instabilidade ao qual o mundo passava, que marcaria o fim dos impérios centrais europeus e uma grande destruição em todo o continente e a ascensão dos Estados Unidos como o grande centro financeiro do mundo. Foi um momento de maior aproximação entre Brasil e Estados Unidos ao atuarem do mesmo lado na guerra.

A guerra parecia distante do Brasil em seu início. Na segunda metade do conflito os Estados Unidos entram na guerra contra as potências centrais, e aos poucos o Brasil também se aproxima da guerra. A diplomacia brasileira já caminhava para uma posição pró-Estados Unidos, que era evitada pelo ministro Lauro Müller que era considerado germanófilo. Diante da dificuldade da manutenção da neutralidade brasileira e as investidas alemãs no Oceano Atlântico, somada aos ataques pessoais ao ministro, o mesmo pede demissão do cargo em 3 de maio de 1917. O ministro seguinte Nilo Peçanha estreita as relações com os Estados Unidos de maneira definitiva, porém a declaração de guerra à Alemanha só aconteceria em 25 de outubro. (DARÓZ, 2016, p. 92-101) Naquele momento o difícil era saber de que modo o país poderia auxiliar o vizinho do norte num conflito tão acima de suas capacidades.

O exército brasileiro era pequeno, mal equipado e pouco treinado, utilizado apenas para sufocar revoltas internas. A marinha detinha um respeito maior, e era considerada de impacto a

nível sul-americano, possuía dois encouraçados da classe Dreadnought (o Minas Gerais e o São Paulo), alguns cruzadores, contratorpedeiros, navios de apoio e três submarinos. Diante dessas possibilidades o Brasil enviou a Europa em 1918 uma divisão naval para patrulhar e combater submarinos alemães no Oceano Atlântico e uma missão médica para a França. Atrasados pelo surto de gripe espanhola que abateu centenas de marinheiros, os brasileiros chegaram a guerra um dia antes de seu término e nos meses seguintes cumpriram missão diplomática na Inglaterra, França e Itália, retornando ao Brasil sem combater em junho de 1919. (BERTONHA, 2011, 104-111; DARÓZ, 2016, 112-113)

O período entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o início da gestão de Oswaldo Aranha frente ao Ministério das Relações Exteriores foi marcado por ministros fracos e sem a competência que tinha Rio Branco. Por diversas ocasiões foram tomadas decisões aquém ou além das possibilidades brasileiras. O episódio de tentativa de uma cadeira na Liga das Nações exemplifica bem essa debilidade momentânea.

Após a Primeira Guerra Mundial foi criada a Liga das Nações com o intuito de resolver possíveis problemas que pudessem surgir entre as potências mundiais que antes participaram ou não da guerra. Com a recusa dos Estados Unidos em participar da Liga, a vaga do assento temporário foi facilmente preenchida pelo Brasil e durante o início da década de 1920 participou ativamente, mais do que qualquer outro país latino-americano das negociações mundiais, o que representava um motivo de orgulho para diplomacia e para a nação brasileira. O problema de conseguir o assento permanente na Liga se deu nas opiniões deferidas em relação a ocupação de um outro assento permanente da Alemanha. A diplomacia brasileira exagerou na sua capacidade de alcance ao ser contra a posse do assento pela Alemanha, mas isso demonstrava uma preocupação com um poder maior da Europa dentro da Liga, que já contava com muitos membros. Após a admissão dos germânicos na Liga e o pedido de recusa do Brasil à Alemanha não ter sido atendido o país se retirou da Liga das Nações em 10 de junho de 1926. (SANTOS, 2003)

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil só passou a ter um nome de peso novamente a partir de 1938 com Oswaldo Aranha durante o Estado Novo de Vargas. Aranha era um homem visionário e conhecedor do jogo diplomático internacional, tinha contato direto com o presidente, destinado a ser um destaque no Itamaraty. Participou diretamente da criação do New Deal após a Primeira Guerra Mundial, não tinha tendências nazifascistas e era defensor da democracia liberal e pró-ocidental. Tinha como experiência sido ministro da Fazenda de 1931 a 1934 e embaixador em Washington entre 1934 e 1938 o que lhe rendia contatos diretos com as principais lideranças dos Estados Unidos. (RICUPERO, 2017, p. 323-324)

Apesar da aproximação de uma nova guerra mundial, o país estava distante, geograficamente, do conflito e era um retrato do atraso em relação as potências que brevemente estariam se enfrentando. A economia brasileira era exportadora de produtos primários, principalmente café, sem uma industrialização efetiva e mostrava déficits econômicos, tecnológicos, educacionais e sanitários. Politicamente vivia um autoritarismo e o exército era a instituição mais atuante e influente, sem integração com a população. (FERRAZ, 2003, p. 46-47)

Ao fim da década de 1930 o Brasil era um país majoritariamente rural, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados que mal era povoado em questão de densidade. A maioria de seus quase 42 milhões de habitantes viviam próximos a costa, sendo 70% no campo e tendo São Paulo e Rio de Janeiro como as únicas cidades do país que ostentavam mais de um milhão de habitantes cada. Os moradores do campo viviam atormentados pela pobreza, desnutrição e doenças, dominados por uma monocultura e a produção de subsistência como modo de vida. Essas enormes áreas rurais eram controlados por fazendeiros paternalistas e seus jagunços armados. (MCCANN, 1995, p. 25)

A educação brasileira era praticamente inexistente, os níveis de analfabetismo ficavam entre 75 e 85%. O hiato entre a população comum e a elite era espantoso. Enquanto os ricos moravam nas capitais, tinham acesso à educação, esporte e lazer, os demais viviam nos campos e eram obrigados a lutar contra a fome. Os números brasileiros de fins da década de 1930 eram menores que os de seus vizinhos sul americanos, apesar de possuir a maior população e o maior território da América Latina. (MCCANN, 1995, p. 25-29, RICUPERO, 2017, p. 313-314)

No mesmo período a população dos Estados Unidos, país que estava se tornando o principal aliado do Brasil nos assuntos internacionais, chegava a 138 milhões de habitantes, seis cidades já tinham ultrapassado a marca de um milhão de habitantes, só Nova York tinha quase sete e meio. (PURDY, 2015, p.199). E possuíam também a maior produção manufatureira, a maior indústria, o maior consumo de energia, maior produção de ferro e aço, o maior PIB, o maior investimento em defesa e maior poderio bélico do planeta. (KENNEDY, 1989, p. 195-320)

Esses dados mostram a grande diferença entre os números dos dois países e traz uma noção da assimetria dentro da parceria que se estreitava entre Estados Unidos e Brasil e o difícil trabalho que as autoridades brasileiras teriam diante da situação de inferioridade para tentar alcançar os seus objetivos com a aliança.

Neste momento Vargas barganhava com ambos os lados que se oporiam na Segunda Guerra Mundial. Mantinha relações econômicas com os Estados Unidos e com a Alemanha. O

ministro Oswaldo Aranha sempre se mostrara mais próximo e apoiava uma aliança definitiva com os Estados Unidos. Com o decorrer da década de 1940 a aliança com os Estados Unidos se consolidava ao mesmo tempo que o Brasil cortava relações comerciais com a Alemanha e sofria susa represálias.

O pendulo político levado por Vargas durante a década de 1930 chegava ao fim com a aproximação e aliança militar definitiva com os Estados Unidos em contexto de guerra. Porém o verdadeiro objetivo de Vargas para aquele momento era a tentativa de criar uma indústria de base no país a fim de trazer um desenvolvimento econômico para o Brasil e uma posição de maior respeito no cenário internacional do pós-guerra. Objetivo traçado e tentado ser alcançado junto de Oswaldo Aranha a frente do Itamaraty.

Com a definitiva posição de guerra contra o Eixo fazendo apoio aos Aliados através do grande vizinho do norte a aliança militar entre EUA e Brasil foi controlada por duas instituições entre os anos de 1942 e 1945, criadas justamente para este fim. São chamadas de Joint Brazil-United States Defense Commission - JBUSDC (Comissão Conjunta de Defesa Brasil Estados Unidos) com sede em Washington e Joint Brazil-United States Military Commission - JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil Estados Unidos) com sede no Rio de Janeiro. (OLIVEIRA, 2015, p.35)

A comissão conjunta foi responsável por toda a organização militar da aliança, exemplos: instalação de bases militares nas cidades litorâneas do norte e nordeste brasileiro; proteção do nordeste; entrega de armamentos americanos às forças brasileiras; criação das unidades que lutariam na guerra, desde seu treinamento a entrega de materiais necessário para a ação; bem como o local de participação dessas forças. A aliança também funcionou bem no sentido político de buscar uma posição de maior respeito para o Brasil no cenário pós-guerra, mesmo tal objetivo ter se mantido longe de ser alcançado. (OLIVEIRA, 2015)

Diante da situação de guerra ao Eixo e aliança com os Estados Unidos, Oswaldo Aranha escreveu uma análise da situação internacional do Brasil para o Presidente Vargas em janeiro de 1943. O ministro tinha ciência que o Brasil era um país limitado em ternos econômicos e militares e, por isso, buscava uma maneira para encontrar o seu desenvolvimento. Desta forma, o Aranha

“terminou por avaliar alguns objetivos políticos que o Brasil deveria perseguir: melhor posição na política mundial; consolidação da sua superioridade na América do Sul; cooperação mais segura e íntima com os Estados Unidos; maior influência sobre Portugal e suas posses; desenvolvimento de sua força marítima; desenvolvimento do poder aéreo; desenvolvimento de indústrias pesadas; criação de indústrias de guerra; criação de setores-agrícolas, extrativista e mineral-complementares às dos Estados Unidos e essenciais para a reconstrução do mundo; ampliação de ferrovias e rodovias do Brasil para fins econômicos e estratégicos; exploração de combustíveis essenciais.” (FERRAZ, MCCANN, 2011, p. 129 – 131)

“Além de razões internacionais, Vargas provavelmente pensou que distrair o Exército com uma campanha externa seria dar-lhe algum espaço político para o desenvolvimento de uma base populista na qual preservaria os ganhos do recém-rotulado Estado Novo. Os opositores da ditadura rapidamente consideraram o papel de combate como garantia de que o regime não iria durar além da guerra. Eles afirmaram que os brasileiros não poderiam lutar contra a tirania no exterior e voltar a conviver com ela no próprio país.” (FERRAZ, MCCANN, 2011, p. 131)

Para o ministro Oswaldo Aranha a participação brasileira garantiria um maior diálogo com os Estados Unidos e ajudaria o Brasil a fortalecer as suas forças armadas e indústria e manter um diálogo maior com o vizinho do norte. Isso seria apenas o começo para desenvolver o Brasil. Para que isso se tornasse possível, o ministro acreditava ser necessário uma cooperação maior da Força Expedicionária Brasileira e a sua permanência no cenário da guerra após o fim do conflito como força mobilizada, fato que não ocorreu. (FERRAZ, MCCANN, 2011, p. 132)

“Um das motivações brasileiras ao enviar tropas para a guerra era a conquista de um lugar de destaque na política internacional do pós-guerra. No entanto, ao recusar o uso das tropas como força de ocupação na Europa destruída, perdeu a oportunidade de ganhar a importância na reordenação mundial. Mesmo no continente, a aliança com os Estados Unidos não produziu os efeitos desejados de uma preeminência brasileira na América do Sul. Aos Estados Unidos, potência hegemônica capitalista no mundo, não interessava compartilhar poder político no continente sul-americano com o Brasil ou qualquer outro país.” (FERRAZ, 2005, p. 66-67)

“O Brasil saiu da guerra com a melhoria dos aeroportos, portos e ferrovias e as forças armadas mais fortes do sul do continente.” (MCCANN, 2011, p. 50) Em termos econômicos, o Brasil buscou a conquista de uma base para o desenvolvimento industrial do país, com a construção do complexo siderúrgico de Volta Redonda no estado do Rio de Janeiro. Mas a situação econômica brasileira não melhoraria em relação ao período anterior ao conflito, continuou inserido na reorganização mundial do capitalismo pós-guerra mantendo sua fragilidade e dependências estruturais, principalmente em relação aos Estados Unidos.

O último governo brasileiro antes do final da primeira metade do século XX foi o governo do General Dutra (1945-1951). Em relação a diplomacia brasileira e à política externa o governo foi marcado por um recrudescimento das relações exteriores do Brasil em relação aos Estados Unidos e a uma perda de autonomia da mesma. Dentro do nascente mundo bipolar marcado pela disputa política, econômica e ideológica entre Estados Unidos e União Soviética,

o Brasil estava cada vez mais alinhado e absorvido dentro do bloco capitalista de influência norte-americana.

BIBLIOGRAFIA:

BERTONHA, João Fábio. A Primeira Guerra Mundial: o conflito que mudou o mundo (1914-1918). Maringá: Eduem, 2011

DARÓZ, Carlos. O Brasil na Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2016.

FERRAZ, Francisco Cesar Alvez. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira, 1945-2000. Tese (Doutorado)- História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2003.

FERRAZ, Francisco Cesar Alvez. Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FERRAZ, Francisco Cesar Alvez & McCANN, Frank. A participação conjunta de brasileiros e norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. In: MUNHOZ, Sidnei J. e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI. Maringá: Eduem, 2011.

KENNEDY, Paul. A Ascensão e Queda das Grandes Potências. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

McCANN, Frank. Aliança Brasil - Estados Unidos, 1937-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.

_____. Brasil e Estados Unidos: dois séculos de relacionamento. In: In: MUNHOZ, Sidnei J. e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI. Maringá: Eduem, 2011.

OLIVEIRA, Dennison de. Aliança Brasil-Estados Unidos: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015.

PURDY, Sean. O século americano. In: KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos. São Paulo: Contexto, 2015.

RICUPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SANTOS, Norma Breda dos. Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 46 2003: 87-112.

THE PROGRESSIVE ERA: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA NEW HISTORY NORTE-AMERICANA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Fabio Luciano Iachtechen

(Departamento de História - Universidade Estadual de Ponta Grossa)

Palavras-chave: New history; historiografia norte-americana; historiografia progressista

History: an account mostly false, of events mostly unimportant, which are brought about by rulers mostly knaves, and soldiers mostly fools
Ambrose Bierce, Devil's dictionary, 1911

A definição de História cunhada pelo jornalista e ensaísta norte-americano Ambrose Bierce em seu dicionário satírico tem o tom crítico e irônico comum ao gênero, um instrumento linguístico que expõe ridiculamente as instituições, figuras públicas e costumes. Este dicionário particularmente contém mais de mil verbetes, epigramas e pequenos ensaios que constituem um panorama interessante sobre as ideias circulantes nos Estados Unidos dos anos 1910, a partir de sua aguçada ironia, e na prática foi seu grande sucesso literário. Mesmo considerando a aparente despreziosidade nesta definição crítica de História, tomada em um sentido institucional, ela dirige-se abertamente a uma forma de se pensar e fazer a história, particularmente associada ao século XIX e a determinadas correntes de pensamento do período e, ao mesmo tempo, ilustra um conjunto de críticas dirigidas aos historiadores novecentistas no início do século XX.

A definição capta em algum sentido o entendimento cada vez mais comum à época de que uma determinada forma de escrita e produção da história seria caracterizada por ser uma reunião falsa e\ou artificial de eventos pouco importantes, nos quais figuravam grandes vultos, como governantes e militares de alta patente. É também uma crítica a história essencialmente política, voltada aos indivíduos considerados importantes e a cuja a natureza era factual e episódica.

Podemos associar este espírito crítico ao movimento historiográfico heterogêneo e desarticulado que surgiu na transição dos séculos XIX e XX, mais ou menos simultaneamente em diferentes partes do planeta, denominado genericamente "Nova História". Este grupo teve como elemento unificador a rejeição às escolas científicas de pensamento histórico do século XIX, a partir do diagnóstico de que os modelos explicativos do passado consagrados por estas abordagens europeias, associadas ao chamado "paradigma tradicional", não estariam mais aptas a explicar a dinâmica social e política do início do século XX.

Este trabalho propõe analisar um dos grupos que contribuíram decisivamente para a constituição e posterior repercussão deste movimento geral, a *new history* norte-americana, denominada também escola progressista ou *progressive era*. Apesar da expressão “nova história” ser observada anteriormente, foi um grupo de historiadores ligados às universidades de Columbia e Maryland, no início da década de 1910 até pelo menos o final dos anos 1930, quem protagonizou uma proposta de mudança radical, conceitual e metodológica, em relação ao século anterior.¹

O termo “progressista” foi consagrado posteriormente por Richard Hofstadter para definir o grupo inicial de historiadores norte-americanos ligados à *new history*. Em *The progressive historians: Turner, Beard, Parrington* (1968), Hofstadter analisou três obras que considerou referenciais para a formação do campo nos Estados Unidos entre o final do século XIX e início do XX: *The significance of the frontier in American history* (1894), de Frederick Jason Turner, *An economic interpretation of the Constitution of the United States* (1913), de Charles Beard e *Main currents in American thought* (1927), de Vernon L. Parrington.²

É notável a ausência de Carl Becker, que frequentemente é citado como um dos expoentes do grupo e um de seus idealizadores mais importantes, justificada por Hofstadter pelo fato de Becker não ter escrito nenhuma obra que se assemelhasse às que elegeram como representativas do conjunto de ideias que analisou enquanto historiografia progressista. Isto posto, a introdução do livro faz a ressalva de que ao agrupá-los enquanto progressistas não pretendia defini-los como uma escola totalmente unitária, e menos ainda sugerir que eles adotaram precisamente o mesmo ponto de vista sobre a produção do conhecimento histórico ou mesmo sobre as grandes questões políticas ou sociais da época.³

De fato, ainda que tenham vindo da mesma região, a costa leste norte-americana, e tenham pertencido mais ou menos à mesma geração, tiveram experiências diferentes em determinados momentos. Charles Beard, por exemplo, concebia que a tese da fronteira elaborada por Frederick Turner, apesar de estar ligada a alguns movimentos políticos insurgentes nos Estados Unidos das duas primeiras décadas do século XX, estava também recoberta de um certo conservadorismo nacionalista como ideia fundante da unidade

1 Os argumentos sobre a perda de influência da *new history* na historiografia norte-americana estão relacionados à ascensão da chamada “consensus school”, que advogava uma abordagem voltada à unidade dos valores americanos em detrimento às análises sociais e estruturantes. Ocorriam também os primeiros debates sobre História Intelectual, a partir de trabalhos de Paul Lovejoy, como, por exemplo, *The great chain of being: a study of the history of an idea*, de 1933. É possível considerar também a importância posterior da seriação de dados que deu origem aos chamados “cliometristas”, inaugurando uma abordagem adequada ao quadro geopolítico no qual os EUA estavam inseridos após a Segunda Guerra Mundial. C. f. VASCONCELOS, José Antonio. *Quem tem medo da teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005, p. 31-32.

2 Neste trabalho uso a edição em espanhol da Editora Paidós, publicada no mesmo ano da edição original: HOFSTADTER, Richard. *Los historiadores progressistas*. Buenos Aires: Paidós, 1968.

3 *Idem, ibidem*, p. 12.

conceitual americana.⁴ Tanto Beard quanto Vernon Louis Parrington responderam melhor aos movimentos de esquerda dentro do heterogêneo campo progressista. Justamente por ocasião do *New Deal* na década de 1930, as teses econômicas e sociais de explicação da constituição dos Estados Unidos se tornaram mais populares, em detrimento a rejeição ao modelo explicativo sugerido por Turner.

A partir da afirmação do historiador britânico Jack R. Pole, é possível considerar que a força dirigente do movimento intelectual progressista seja a *new history*, mesmo determinando que um importante grupo de historiadores, como, por exemplo, Herbert Osgood e Thomas Wertenbaker, escreveriam o que escreveram da mesma forma, sem a presença do movimento. Para Pole, o programa da *new history* pode ser resumido com relativa simplicidade, o que não é necessariamente um demérito aos seus praticantes: a ideia central seria transformar a história (conhecimento, ensino, profissão) em um instrumento positivo de progresso social por meio de uma abordagem das origens históricas de determinados problemas do presente. Isso seria possível pela relação conceitual e metodológica com as ciências sociais emergentes, em uma tentativa totalizante de compreender e interpretar cada aspecto da vida humana no passado.⁵

A proposta central deste trabalho se assenta na tese de que, a despeito desta anunciada ausência de coesão e de um programa mais objetivo, a contribuição da *new history* na abordagem histórica e crítica dos grandes temas sociais de seu tempo também se propôs a representar uma espécie de nova convenção, que substituiria a “tese da fronteira” de Turner como modelo explicativo hegemônico da formação dos Estados Unidos, uma espécie de novo pacto de desenvolvimento baseado no progressismo construído por uma nova visão histórica.

Nas décadas de 1920 e 30, os novos historiadores trouxeram, em diferentes oportunidades, questionamentos sobre o protagonismo da imaginação histórica norte-americana calcada em Frederick Turner, considerado por alguns como um precursor do movimento por propor uma grande síntese, em olhar perspectivo, com ferramentas da economia e geografia. A questão passa pelo problema de classes não resolvido por Turner, que argumentava que a força-síntese da fronteira seria naturalmente responsável pela destruição de uma determinada aristocracia economia. Um ponto comum defendido por Charles

4 A *frontier thesis* foi elaborada por Frederick Jackson Turner e primeiramente apresentada como um artigo, *The significance of the frontier in American history*, endereçado à *American Historical Association* em 1893. Seu argumento central explicava a constituição da democracia norte-americana pela expansão Oeste das fronteiras, desvinculando das antigas tradições europeias a essência da formação nacional. O Oeste atraía milhares de colonos, que livres das amarras institucionais do Leste, buscavam a liberdade econômica e política, transformando constantemente a democracia norte-americana a partir do avanço geográfico. Segundo Arthur de Lima Ávila, a importância da tese da fronteira está no fato da expansão para o Oeste ser confundida com a própria história da expansão da América ou, em outras palavras, como sendo a própria história da nação em um processo de institucionalização e profissionalização da história no contexto da expansão no ensino superior na última década do século XIX. C. f. ÁVILA, Arthur Lima de. Da história da fronteira à história do Oeste: fragmentação e crise na *Western history* norte-americana no século XX. *História Unisinos* 13 (1), Jan-Abril 2009, p. 84-85.

5 POLE, J. R. The new history and the sense of social purpose in american historical writing. *Transactions of the Royal Historical Society*, vol. 23 (1973), p. 222.

Beard e seus pares é que o industrialismo e o progresso social configuravam uma força impessoal tão importante na desconfiguração das instituições e tradições quanto foi o avanço físico das fronteiras para a conformação da nação estadunidense.

Além da análise desta questão inicial, a intenção é também perceber o que os aproxima da nova história enquanto movimento generalista, e o que é particular na *new history*, ou seja, o que essencialmente os caracteriza como um grupo de acadêmicos (em sua maioria), que em um determinado momento apresentou de maneira organizada e relativamente coesa um conjunto de propostas interdisciplinares para a produção e difusão do conhecimento histórico.

A new history norte-americana

O professor Albert Menthiez, da Universidade de Paris, ao resenhar *The Jacobins, an essay in New History* (1930), de Crane Brinton, usou as seguintes palavras iniciais: “*New History, which comes to us from the United States of course, declares with pride that to attain its aims its followers must be at once economists, sociologists, philosophers and journalists, altogether omniscient; in short – Americans*”.⁶

Menthiez se tornou conhecido por sua interpretação marxista da Revolução Francesa, e pela ênfase no conflito de classes oriundo do Antigo Regime. Foi, portanto, um historiador que apesar de não estar vinculado aos *Annales* - pelo contrário, era um *Sorbonist*, - tinha uma abordagem da história dependente de conceitos e métodos da economia e estudos sociais. Mesmo assim, sugere que este diálogo interdisciplinar com as ciências sociais, no qual o historiador precisa ser todos de uma só vez, não estava relacionado aos pressupostos historiográficos franceses que compartilhava. Era, enfim, coisa de americanos.

Pode-se inferir que um campo em formação, genericamente chamado *new history*, essencialmente caracterizado por uma reação não orquestrada em relação a um (in)determinado paradigma tradicional, e que não apresentava um receituário conceitual e programático mais aprofundado, não tenha atraído a atenção de Menthiez, que na sequência do texto sequer o relacionou com fenômenos intelectuais semelhantes que estavam em curso na França de sua época. Ou, ainda, é possível sugerir que além da ausência deste programa mais objetivo, estabelecido por parte dos novos historiadores, a relação de outras áreas de conhecimento com a história talvez não parecesse tamanha novidade, ao menos não suficiente para determinar esta condição de *nova* ou sua novidade.

6 BRINTON, Crane. “The ‘new history’ and ‘past everything’”. *The American Scholar*, vol. 8, n. 2, 1939, p. 144. “A Nova História, que chega até nós dos Estados Unidos, obviamente, declara com orgulho que para atingir seus objetivos os seguidores devem ser, ao mesmo tempo, economistas, sociólogos, filósofos e jornalistas, totalmente oniscientes; em resumo – americanos.”

Algumas ideias iniciais da *new history* podem ser encontradas de uma maneira mais direta no manifesto de 1911 redigido por James Harvey Robinson, no qual expôs, ainda que brevemente, o que parecia ser um conjunto de anseios amplamente compartilhados sobre a produção da história no início do século XX. Logo no primeiro parágrafo, há uma declaração sobre quais seriam as fontes a serem privilegiadas enquanto novas linguagens, dando conta de um alargamento da noção de fonte histórica, semelhante ao encampado posteriormente pelos *Annales*, além de uma definição sobre qual deveria ser o objeto da história.

Em seu significado mais amplo, a história inclui todos os traços e vestígios de tudo o que o homem fez ou pensou desde o seu aparecimento na face da Terra. Ela pode aspirar ao destino das nações ou descrever os hábitos e emoções do mais obscuro indivíduo. Suas fontes de informação vão desde as rústicas machadinhas de pedra de Chelles até o jornal da manhã. Ela é a ciência vaga e abrangente dos assuntos humanos do passado. É de história que se trata quando deciframos uma hipoteca numa placa assíria, calculamos o valor do colar de diamantes ou descrevemos o excesso de massa podre que Carlos V devorava ao ponto de passar mal. As trágicas reflexões da nora de Eli, quando soube da derrota de seu povo em Ebenezer, são história; história são também as cláusulas da Magna Carta, as origens da doutrina da transubstanciação, a queda de Santiago, a diferença entre um monge beneditino e um frade carmelita, as tiragens do New York World até 1º de fevereiro deste ano; cada fato tem seu interesse e importância; tudo foi cuidadosamente registrado.⁷

Robinson sugere que esta revisão temática/metodológica se fazia necessária face ao que definiu como as “peculiaridades da historiografia popular” de sua época, uma alusão ao paradigma tradicional, que definiu em três grandes pontos:

- 1- A inclusão descuidada de meros nomes, que dificilmente podem ter algum significado para o leitor e, em vez de estimular a reflexão e o interesse, apenas sobrecarregam o espírito;
- 2 - Uma propensão mais ou menos insopitável a enfileirar fatos políticos, com a exclusão de assuntos geralmente muito mais importantes;
- 3 - O velho hábito de narrar episódios extraordinários, não porque ilustrem a tendência geral dos assuntos humanos ou as condições predominantes de uma determinada época, mas, simplesmente, porque são conspícuos nos anais do passado. Isso resulta numa ridícula falta de perspectiva que atribui mais importância a um jornalista demente como Marat do que a um autor influente como Erasmo.⁸

A concepção de uma história viva, socialmente relevante e que produza um sentido de orientação para as pessoas no presente é o propósito central defendido por Robinson. Por isso, o fazer histórico deveria partir de um princípio semelhante ao que rege nossa relação pessoal com o passado, uma correlação íntima entre nossas experiências no tempo e a forma como a contamos, organizando, encadeando e damos sentido sobre o que queremos lembrar como significativo para nossas vidas. A história deveria preencher certas necessidades do

⁷ ROBINSON, James Harvey. “A nova história”. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri. *Nova história em perspectiva*. Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 519.

⁸ Idem. *Ibidem*, p. 528-29.

presente, e não “se assemelhar àquelas memórias muito ruins que insistem em lembrar fatos que não guardam nenhuma relação visível com as nossas necessidades, e é por essa razão que o valor prático da história ficou obscurecido por tanto tempo”.⁹

Para compreendermos algumas características essenciais da *new history* podemos tomar como ponto de partida a resenha escrita por Carl Becker a respeito do livro *New history and social studies*¹⁰, publicado em 1925 por Harry Elmer Barnes, este aluno de James Harvey Robinson em Columbia, um dos principais expoentes posteriores do movimento e um dos poucos na defesa do seu legado enquanto escola historiográfica na segunda metade dos anos 1930. Becker argumenta que o sentido geral da *new history* identificado entre seus pares é a recusa a um tipo de escrita da história inspirada em Edward Augustus Freeman, historiador liberal e professor da Universidade de Oxford durante a segunda metade do século XIX. A expressão que emprega é “Freemanesque conception”, que significaria uma espécie de adequação da história aos eventos políticos episodicamente selecionados e expostos. O próprio Carl Becker faz questão de ressaltar que a proposta da *new history* não é a rejeição integral aos temas relacionados ao poder, mas sim à submissão a esta tradição que concebe o passado como essencialmente político.

A esta primeira afirmação, Becker acrescenta que outra grande contribuição pode ser verificada na ampliação do escopo do historiador, que passa a conceber a reconstrução das civilizações, em sua totalidade e diferentes dimensões, como modelo preferencial. A ideia de totalidade seria expressa na busca de tudo aquilo que diz respeito a passagem humana pela Terra, um esforço de busca e organização da informação a respeito de tudo que fizemos, construímos, sentimos ou experienciamos. A expansão deste modelo seria, para Becker, o triunfo do que chamou de “genetic orientation”.¹¹

Em outra obra de Harry Elmer Barnes, *History of historical writing* (1937), há uma tentativa de expor sinteticamente um pretense programa da *new history* enquanto uma das concepções de escrita da história elencadas pelo autor desde a Antiguidade Clássica. Nela, Barnes defende que a *new history* foi responsável por propor não apenas novos temas ligados às estruturas e civilizações, mas que sua contribuição está na formação de um novo profissional da história, capaz de captar as importantes mudanças causadas pelo industrialismo, pelos

9 *Idem. Ibidem*, p. 531.

10 Nesta obra Barnes faz uma apresentação inicial dos pressupostos orientadores da *new history*, dividida em propósitos, escopo e interpretação. Em seguida, há uma extensa exposição sobre como cada ciência nova - *new sciences*, grupo assim chamado de ciências surgidas ou consolidadas desde a segunda metade do século XIX - pode oferecer métodos, técnicas e conceitos para a história. Cada uma delas é abordada em um capítulo, a começar pela geografia e pela influência de Frederick Turner e o conceito de fronteira na historiografia americana do final do século XIX. Sua análise segue com a apresentação da importância da psicologia, antropologia, economia, ciência política, além de um capítulo final no qual se remete a uma “social intelligence”, traduzida, em linhas gerais, por sociologia. A função destas áreas de conhecimento seria oferecer para a história um alargamento de suas fronteiras de atuação, delimitadas por uma exagerada condução científica que não permitiria uma relação mais dinâmica com os fenômenos passados, além de proporcionar um conjunto de ferramentas de análise social operacional para os novos tempos.

11 BECKER, Carl. *New history and social studies. Saturday Review of Literature*, Aug. 15, 1925, p. 233.

meios de comunicação e pela relação com a informação. Na tarefa de reconstrução das diferentes fases das civilizações seria importante um equipamento intelectual mais amplo, que preferencialmente estivesse relacionado à biologia, antropologia, psicologia, economia e sociologia. “*The new history implies both a new program as to the content of history and a new set of qualifications for the practice of history.*”¹² E defende que a “novidade” do movimento apresentada nas décadas anteriores está justamente na “orientação genética” mencionada por Carl Becker:

The chief claim to novelty which the new history can make with respect to the scope of its subject matter is the degree to which this broader point of view has gained acceptance in the present age. (...) In previous generations the writers on the history of culture were lonely and often despised individuals. Today, perhaps a majority of the younger historians have seriously embraced the prospectus of the new history. (...) The triumph of the evolutionary viewpoint and the genetic attitude, leading the historian to be chiefly interested in showing how the present order has come into being, is, moreover, truly novel and unique.¹³

Este pretense “programa” da *new history* foi sinteticamente apresentado por Gerson Moura, em seu estudo introdutório sobre a historiografia americana, a partir das seguintes considerações gerais: primeiro, uma de suas motivações centrais estaria em produzir uma resposta ao processo de cientificização da história, que a tornou por demais especializada e pouco inteligível ao grande público. Sua produção deveria ser pautada por determinados preceitos científicos, mas a apresentação deveria ser literária. A segunda questão estava na necessidade de produzir uma história que fosse além da singularidade do fato, para um olhar sobre os fenômenos do passado sob uma perspectiva mais cultural e social, o que sugere seu caráter precursor da História Social desenvolvida no século XX.

Esta abordagem implicaria a necessidade de um alargamento das fronteiras conceituais e metodológicas, abarcando a contribuição de outras ciências humanas e sociais, uma maneira de lidar com problemas contemporâneos e acentuar sua função social, um contraste com as formas consideradas pedantes de erudição histórica, voltadas exclusivamente ao passado e nele circunscritas. Para Moura,

12 “A nova história implica tanto um novo programa como um novo conteúdo para a história, além de um novo conjunto de qualificações para a prática da história.”

13 BARNES, Harry Elmer. *A history of historical writing*. New York: Dover Publications, 1962, p. 374-375. “A principal aspiração à novidade que a nova história pôde concretizar, no que diz respeito ao escopo de seu objeto, é o grau que esse ponto de vista mais amplo ganhou em termos de aceitação atualmente. (...) Nas gerações anteriores, os escritores da história da cultura eram indivíduos solitários e muitas vezes desprezados. Hoje, talvez a maioria dos historiadores mais jovens tenha abraçado seriamente o prospecto da nova história. (...) O triunfo do ponto de vista evolutivo e da atitude genética, levando o historiador a estar principalmente interessado em mostrar como a ordem atual surgiu, é, além disso, verdadeiramente original e único.”

(...) um elemento crucial para se entender a “nova história” estava na sua identificação com o espírito reformista que teve grande importância no final do século XIX e início do XX, como resposta à grande transformação urbano-industrial, de magnitude e velocidade sem precedentes na experiência norte-americana. (...) Os historiadores progressistas, queriam não apenas explicar a transformação, mas também participar dela.¹⁴

Este espírito reformista mencionado por Gerson Moura, embasado pela relação da história com as ciências sociais, pode ser captado nos novos historiadores a partir de alguns pontos comuns como, por exemplo, a ideia de que a industrialização seria uma força propulsora imanente rumo ao progresso, e responsável pela destruição das elites econômicas tradicionais do século XIX, ligadas à expansão das fronteiras e dotada de privilégios tais que configurariam uma ameaça aos ideais democráticos fundantes da nação.

Podemos encontrar uma síntese deste ideal em um dos primeiros livros de Charles Beard, *The Industrial Revolution* (1901), resultado de pesquisas realizadas na Inglaterra e Alemanha no intuito de compreender aquilo que julgava ser o futuro inevitável da América. Quebrando a tradição de Turner, Beard argumentava que a salvação humana não estaria em escapar para a natureza, mas sim em escapar da própria natureza por meio da transformação cada vez mais eficiente da matéria-prima em riqueza.¹⁵

No entanto, estas importantes mudanças no sistema produtivo trouxeram também notável desordem social. Apesar de a Inglaterra ter observado um estado daquilo que classificou como “selvageria social”, no qual a pobreza crescente e a competição entre indivíduos fomentada pelo capitalismo industrial atingiu níveis comprometedores. Mesmo assim, esta situação seria apenas transitória: a lei do progresso seria inexorável e o futuro da nação sob a égide do industrialismo estava na necessária organização racional para este caos social. Beard acreditava que este processo se daria em duas fases: a primeira já havia sido experimentada na Inglaterra, ou seja, a transformação dos meios de produção pela introdução de um sistema que substituía a energia e limitações humanas. A segunda teria destino do outro lado do Atlântico no início do século XX, a partir da emergência das instituições sociais e democráticas que atuariam em conjunto com o industrialismo.

Um dos efeitos mais importantes para a história seria a necessidade em se criar um modelo de análise que desse conta dos vários aspectos sociais inerentes a esta complexidade, ao mesmo tempo que uma inevitável nova fronteira, com conformações mundiais, seria criada pelo industrialismo, gerando novos temas e problemas em âmbito mundial

14 MOURA, Gerson. *História de uma história: rumos da historiografia norte-americana no século XX*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 20-23. O estudo de Gerson Moura sobre a historiografia americana foi produzido como parte de uma obra maior sobre atuação dos brasilianistas nas universidades dos Estados Unidos, “A leitura brasilianista da história do Brasil”, obra interrompida pelo seu falecimento em 1992.

15 BEARD, Charles. *The Industrial Revolution*. London: Sonnenschein, 1901, p. 23.

Em outro livro de Charles Beard, em colaboração com James Harvey Robinson, *The development of Modern Europe* (1907), a questão da força motriz da democracia industrial norte-americana reaparece em um formato mais próximo daquele que caracterizaria a historiografia do movimento posteriormente: uma grande obra de divulgação e educação popular, em linguagem mais simples acessível ao grande público. No próprio prefácio, os autores argumentam que este não seria um livro de história comum, seria “*new history*”, diferente da abordagem histórica tradicional porque focaria primeiramente no presente, para então voltar ao passado de maneira a traçar o desenvolvimento dos fatores mais importantes da sociedade contemporânea.¹⁶

A ênfase do livro está no século XVIII, período no qual estariam as verdadeiras raízes da moderna América, pois uma dupla revolução pôde ser ali observada: além do novo sistema produção substitutivo da manufatura, uma revolução no mundo das ideias havia sido concretizada pela tradição iluminista que serviria como inspiração racionalista para a nova ordem social. Para os autores as duas revoluções, juntas, trariam a inspiração da consciência social do progresso disseminada pelos *philosophes*, para que o século XX fosse erigido não apenas pelos elementos materiais do industrialismo, mas também pela popularização de um ideal de comum de progresso.¹⁷

Bibliografia

AVILA, Arthur de Lima. “Servindo a Lúcifer e não a Clio”: a retórica da suspeição e da deslegitimação profissional na historiografia sobre o Oeste norte-americano (1990-1995). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 30, n. 53, maio-agosto 2014, p. 533-556.

BEARD, Charles. That Noble Dream. *American Historical Review*, vol. 41, n. 1. (Oct., 1935), p. 74-87.

_____. Written history as an act of faith. *American Historical Review*, vol. 39, n. 2, Jan. 1934, p. 219-231.

BECKER, Carl. Everyman his own historian. *American Historical Review*, vol. 37, n. 2, Dec. 1931, p. 221-236.

BANNER, Jr, James. (org.) *A century of american historiography*. Boston: Bedford, 2010.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Main Trends in history*. New York/London: Holmes & Meier Publishers, 1978.

BENDER, Thomas. New history: then and now. *Reviews in American History*, vol. 12, n. 4, Dec., 1984, p. 612 – 622.

BIERCE, Ambrose. *The devil’s dictionary*. New York: Dover Publications, 1993.

BRAEMAN, John. Charles A. Beard: the formative years in Indiana. *Indiana Magazine of History*, vol. 78, issue 2, 1982, p. 93-127.

¹⁶ BEARD, Charles; ROBINSON, James Harvey. *The development of Modern Europe*, 2 vols. Boston: Ginn, 1907, vol. I, p. 12.

¹⁷ *Idem*. *Ibidem*, vol. I, p. 167.

- DENIPOTI, Cláudio; JOANILHO, André Luiz. Novos brasilianistas: temas de história do Brasil na historiografia norte-americana recente. *Revista de História Regional* 6, n. 2, 2001, p. 175-185.
- FILENE, Peter G. An obituary for "The progressive movement". *American Quarterly*, vol. 22, n. 1, spring, 1970, p. 20 - 34.
- HAMILTON, Gary G. The "new history" in sociology. *Politics, Culture and Society*, vol. 1, n. 1, Fall 1987, p. 89-114.
- HIMMELFARB, Gertrude. Reflections on the new history. *The American Historical Review*, vol. 94, n. 3, Jun., 1989, p. 661 - 670.
- _____. The new history and the old: a critical essays and reappraisals. Cambridge: Bellknap Press, 1987.
- HOFSTADTER, Richard. *Los historiadores progressistas*. Buenos Aires: Paidós, 1968.
- IGGERS, George. *New directions in Europe historiography*. Connecticut: Wesleyan University Press, 1984,
- KATZNELSON, Ira. Reflections on the New School's founding moments, 1919 and 1933. *Social Research*, vol. 76, n. 2, summer 2009, p. 395-410.
- KLEIN, Milton. Everyman his own historian: Carl Becker as historiographer. *The History Teacher*, vol. 19, n. 1, Nov. 1985, p. 101-109.
- MARTINS, Estevão de Rezende. *História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MOURA, Gerson. *História de uma história: rumos da historiografia norte-americana no século XX*. São Paulo: Edusp, 1995.
- NOBLE, David. *Historians against history: the frontier thesis and the national covenant in american historical writing since 1830*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1965.
- NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri. *Nova história em perspectiva*, vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- NOVICK, Peter. *That noble dream: the "objectivity question" and the American Historical Profession*. New York: Cambridge University Press, 1988.
- ROBINSON, James Harvey. Nova história. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri. *Nova história em perspectiva*, vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 519-533.
- VASCONCELOS, José Antonio. *Quem tem medo da teoria: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume\Fapesp, 2005.
- WILKINS, Burleigh Taylor. Frederick York Powell and Charles Beard: a study in Anglo-american historiography and social thought. *American Quarterly*, vol. 11, n. 1 (Spring, 1959), p. 21-39.

O BRASIL NA MIRA DO TIO SAM: O PROJETO PONTES E A PARTICIPAÇÃO DOS EUA NO GOLPE DE 2016

Gabriel Lecznieski Kanaan (História – UFSC)

Palavras-chave: Imperialismo; Relações Brasil – Estados Unidos; Wikileaks.

“Nós não estamos com medo do PT”, dizia o Secretário de Estado Assistente para Assuntos do Hemisfério Ocidental dos EUA¹ Otto Reich para o recém eleito presidente Lula e seus conselheiros José Dirceu, Antonio Palocci e Aloizio Mercadante. O encontro da delegação de Reich com a equipe de transição do Partido dos Trabalhadores aconteceu dia 21 de novembro de 2002, três semanas depois da vitória de Lula nas urnas, e foi relatado pela embaixadora dos Estados Unidos no Brasil Donna Hrinak em telegrama enviado no dia seguinte para o Secretário de Estado Colin Powell². Além de Hrinak, acompanharam Reich o Diretor do Escritório do Cone Sul (BSC)³ James Carregher, o conselheiro do Departamento de Estado William Perry (especialista em Brasil⁴ e também conhecido de Dirceu muito antes de Lula chegar à Presidência⁵) e Michael Zarin, conselheiro para América Latina do Departamento de Estado (2001-2004)⁶ e figura próxima de Reich⁷.

Reich, republicano de carteirinha e conhecido por seu fervoroso histórico anti-comunista, veio ao Brasil preparar o terreno para a visita de Lula a Washington – programada para o dia 10 de dezembro – e discutiu o futuro das relações entre os Estados Unidos e o Brasil em tom, segundo o telegrama, "caloroso e produtivo". Não era a primeira vez que Reich encontrava a equipe de Lula: já em junho de 2002, o Secretário de Estado Assistente encontrou Dirceu na casa de um amigo, empresário paulista, acompanhado da embaixadora Dona Hrinak e do cônsul em São Paulo Patrick Duddy. Reich retornou aos Estados Unidos com um novo perfil de Lula para relatar a Bush, após Dirceu, que a partir de então se tornou o principal

1 O *Assistant Secretary of State for Western Hemisphere Affairs* (A/S WHA) é responsável pela direção das operações do Departamento de Estado (o ministério das relações exteriores dos Estados Unidos) no continente americano.

2 HRINAK, Donna. **A/S Reich's meeting with Lula**. *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 22 de novembro de 2002, *Confidential*. Canonical ID: 02BRASILIA4227_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/02BRASILIA4227_a.html. Acesso em: 11 de setembro.

3 O *Bureau of Southern Cone* é uma repartição da Secretaria de Assuntos do Hemisfério Ocidental (WHA) responsável por coordenar a Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

4 DENT, David W. **U.S. – Latin American Policymaking**: A Reference Handbook. Westport: Greenwood Press, 1995, p. 107. WIARDA, Howard J. **Democracy and its discontents**: development, interdependence, and U.S. policy in Latin America. Londres: Rowman & Littlefield Publishers, 1995, p. 99.

5 NASSIF, Luís. **Diplomacia paralela e showbiz**. Folha de São Paulo, 29 de março de 2015. Disponível em: bit.ly/2MVwsBu. Acesso em: 11 de setembro.

6 ZARIN, Michael. **Currículo LinkedIn de Michael Zarin**. Disponível em: linkedin.com/in/michaelzarin/. Acesso em: 11 de setembro.

7 REICH, Otto. **Remarks to the Center for Strategic and International Studies (CSIS)**. US Department State, 2002. Disponível em: 2001-2009.state.gov/p/wha/rls/rm/8751.htm. Acesso em: 11 de setembro.

interlocutor dos Estados Unidos, garantir que “Lula respeitaria integralmente os compromissos internacionais e financeiros do país” e mostrar que “não havia caminhos possíveis para a esquerdização do país”⁸.

“A relação começou com o pé direito”, escreveu Donna Hrinak como subtítulo do telegrama. A embaixadora conta que “tanto Reich quanto Lula expressaram grande interesse em trabalhar juntos, particularmente em assuntos comerciais”, citando a insistência de Mercadante na necessidade de duplicar o comércio bilateral entre os dois países. Dirceu comprometeu-se a honrar todos os acordos que o novo governo herdava, Palocci disse que as três prioridades de curto prazo do Brasil seriam “crédito, crédito e crédito” e Mercadante enfatizou o afastamento do PT de figuras como o presidente de Cuba Fidel Castro (1976-2008) e o presidente da Venezuela Hugo Chavez (1999-2013). Reich respondeu assegurando que “nós não estamos com medo do PT”, e Lula, por fim, comentou estar ansioso para encontrar Bush e disse que “dois políticos como nós vão entender um ao outro quando se olharem cara a cara”.

De fato, parecia não haver nada a temer. No primeiro ano de mandato, Lula e a cúpula do PT se comprometeram com o FMI e cumpriram suas “exigências fiscais” reformando a previdência. Nas palavras de Hrinak, foi “uma grande escolha sem demora de Lula entre lealdades sindicais passadas e a atual exigência fiscal”. Lembrando como “ao longo da presidência de Cardoso, o PT se opôs às tentativas de reformar o sistema previdenciário, especialmente à noção de pensões do setor público serem ‘nada menos’ que ‘integral’ [100% do salário final], Hrinak, exultante, tranquilizava a Casa Branca dizendo que “a administração de Lula está virando as costas para a história do PT”⁹.

Mas nem toda correspondência da embaixada fala do Brasil em tom tão “destemido” e “caloroso”. Ao longo dos 13 anos dos governos Lula e Dilma, a política externa norte-americana enfrentou uma sequência de atritos com Brasil, principalmente com o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores – MRE), definido até mesmo pelo Ministro da Defesa Nelson Jobim como anti-americano em conversa com o embaixador Clifford Sobel¹⁰. Em outubro de 2003, logo após os atritos entre o Brasil e os Estados Unidos no encontro da Comissão de Negociação Comercial da Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA), Donna Hrinak

8 NASSIF, Luís. **Como Lula se aproximou dos Estados Unidos**. GGN, 1 de julho de 2014. Disponível em: jornalgggn.com.br/noticia/como-lula-aproximou-se-dos-estados-unidos. Acesso em: 11 de setembro.

9 HRINAK, Donna. **Brazil's pension ("previdencia") problem: a basic primer**. *US Embassy in Brasília* para *Secretary of State*, 9 de janeiro de 2003. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/03BRASILIA80_a.html. Acesso em: 11 de setembro.

10 SOBEL, Clifford. **Brazilian Defense Minister on DCA, trip to France and Russia, civil aviation**. *US Embassy in Brasília* para *Secretary of State*, 25 de janeiro de 2008, *Confidential*. *Canonical ID*: 08BRASILIA129. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/08BRASILIA129_a.html. Acesso em: 11 de setembro.

indagava se “o estrangulamento do Itamaraty à ALCA?”¹¹. A atuação multilateral do governo Lula na arena política internacional também entrou em atrito com a diplomacia estadunidense ao articular iniciativas de integração com outras potências emergentes, destacadamente os BRICS, e iniciativas de integração regional, como o aprofundamento da participação no MERCOSUL, a criação da UNASUL (2008) e da CELAC (2010). A aproximação com a Venezuela de Chavez, por exemplo, era vista com muitos maus olhos pela embaixada. Em telegrama de março de 2005, o embaixador John Danilovich informava para a Secretária de Estado Condoleezza Rice, contrariado, que Celso Amorim “não via Chavez como uma ameaça”¹².

A querela no terreno militar envolvia claramente a desaprovação dos norte-americanos pela busca por “independência” (aspas irônicas usadas pelos embaixadores) militar do governo brasileiro. Em telegrama de janeiro de 2009 sobre a “Estratégia Nacional de Defesa” lançada por Lula, Sobel critica a ênfase dada pelo governo brasileiro à “independência no controle de armamentos” e ataca a busca do Brasil por acordos militares com países dispostos a transferir tecnologia, chegando a atribuir parte do “problema” à “formação socialista de Lula no PT”¹³. Alguns meses depois, Clifford Sobel traçava a “estratégia final” da *Boeing* para vencer o Projeto FX-2, o plano do governo brasileiro para comprar nova frota de caças. À época, os *Super Hornet's* da Boeing competiam com os caças franceses *Rafaele*, que ofereciam, ao contrário dos norte-americanos, a transferência da tecnologia para a fabricação de novos caças no Brasil¹⁴. Isso levou Charles Rivkin, embaixador dos EUA na França, a esboçar para Sobel suas preocupações com a parceria entre França e Brasil no telegrama “França e Brasil: o início de um caso amoroso”¹⁵.

Acumulada a estes atritos, a questão chave no tensionamento da relação Estados Unidos – Brasil foi a descoberta da camada pré-sal de petróleo na costa brasileira e a subsequente lei do governo Lula que garantia à Petrobras pelo menos 30% da exploração dos campos. Dennis Hearne, cônsul no Rio de Janeiro, relatava indignado que a Petrobras seria a operadora principal na exploração dos campos de petróleo do pré-sal, e articulava com os(as) CEO's das

11 HRINAK, Donna. **Can Itamaraty's stranglehold on FTAA policy be broken?** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 27 de outubro de 2003, *Confidential*. Canonical ID: 03BRASILIA3459_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/03BRASILIA3459_a.html. Acesso em: 11 de setembro.

12 DANILOVICH, John. **Brazil: ambassador's 14 march meeting with FM Amorim.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 15 de março de 2005, *Secret*. Canonical ID: 05BRASILIA715_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/05BRASILIA715_a.html. Acesso em: 11 de setembro.

13 SOBEL, Clifford. **Brazil's New Defense Strategy – Strategy for Development.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 9 de janeiro de 2009, *Confidential*. Canonical ID: 09BRASILIA34_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA34_a.html. Acesso em: 11 de setembro.

14 SOBEL, Clifford. **Brazil's fighter purchase: endgame strategy.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 19 de maio de 2009, *Secret*. Canonical ID: 09BRASILIA634_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA634_a.html. Acesso em: 11 de setembro.

15 RIVKIN, Charles. **France and Brazil: the start of a love affair.** *US embassy in France para US embassy in Brasília*, 17 de novembro de 2009, *Confidential*. Canonical ID: 09PARIS1526_a. Disponível em: search.wikileaks.org/plusd/cables/09PARIS1526_a.html. Ver também WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Wikileaks expõe diplomacia dos EUA e chamusca Jobim.** Carta Maior, 1 de dezembro de 2010. Disponível em: bit.ly/2zsc7ke. Acesso em: 11 de setembro.

petrolíferas estadunidenses como “derrubar a lei do pré-sal”¹⁶. Para Hearne, “a possibilidade de uma nova empresa estatal possuir e administrar todas as reservas de pré-sal é um anátema para a indústria representantes no Rio de Janeiro”¹⁷. Em dezembro, com a proposta do Executivo já em tramitação no Congresso, Hearne escrevia que, para a indústria, “o aspecto mais prejudicial do projeto (...) é a designação da Petrobras como operadora principal”. “Resignada” à aprovação do Projeto de Lei encaminhado à Câmara dos Deputados, a estratégia da indústria será, escrevia Hearne, “alistar novos parceiros para se concentrar no Senado, com os objetivos de acrescentar emendas parlamentares aos PL's e atrasar as votações até as eleições presidenciais e parlamentares de outubro de 2010”. Entre os parceiros, Eike Batista, dono da OGX, a FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo) e a CNI (Confederação Nacional das Indústrias), e o então governador de São Paulo José Serra, que conversou com Patricia Pradal acerca do marco regulatório proposto pelo PT. Pradal repassou a Hearne que Serra teria dito para “deixar esses caras [Partido dos Trabalhadores] fazer o que quiserem. Não vão haver leilões, e então mostraremos a todos que o modelo antigo funcionava... E nós vamos mudar de volta”.

Além de engajar empresários e políticos brasileiros da oposição na defesa dos interesses norte-americanos, a embaixada também investiu no treinamento de juízes, promotores e policiais federais. Em telegrama de outubro de 2009¹⁸, a *charge d'affaires* Lisa Kubiske relatava a realização de conferência organizada pela embaixada sobre “crimes financeiros ilícitos”, que se estendeu por seis dias no Rio de Janeiro e treinou juízes e promotores dos 26 Estados brasileiros e mais de 50 agentes da Polícia Federal – dentre eles Sérgio Moro, que palestrou sobre “lavagem de dinheiro” – no “combate à corrupção”. A conferência foi apenas uma parte do Projeto Pontes, definido por Kubiske como “um novo conceito de treinamento introduzido pela embaixada em fevereiro de 2009 para consolidar treinamentos bilaterais de aplicação da lei”, uma “oportunidade de fazer parcerias com diversas entidades brasileiras de aplicação da lei para o combate às crescentes ameaças transnacionais que surgem no Brasil”. Kubiske aponta Curitiba como um dos centros para a continuação do treinamento, que “deve ser de longo prazo e coincidir com a formação de forças-tarefa”, tendo como base “investigações reais que evoluíram até a conclusão do caso no tribunal”, o que “permitiria o acesso a especialistas dos EUA para orientação e apoio contínuos”.

16 HEARNE, Dennis. **Can the oil industry beat back the pre-salt law?** *US Consulate in Rio de Janeiro para Secretary of State*, 2 de dezembro de 2009, *Confidential*. Canonical ID: 09RIODEJANEIRO369_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369_a.html. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

17 HEARNE, Dennis. **Rio's oil players react to speculation on Pre-Salt regulations.** *US consulate in Rio de Janeiro para Secretary of State*, 27 de agosto de 2009. Canonical ID: 09RIODEJANEIRO14_a. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO14_a.html. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

18 KUBISKE, Lisa. **Brazil: Illicit Finance Conference uses the “T” word, successfully.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 30 de outubro de 2009. Canonical ID: 09RIODEJANEIRO14. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO14_a.html. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

Dia 20 de março de 2014 – nove meses depois do vazamento dos programas de espionagem da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos EUA com alvo nos telefones da Petrobras – a Polícia Federal, com a autorização do juiz de Curitiba Sérgio Moro, dirigente da “força-tarefa” da Lava Jato, começa prendendo o ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, o primeiro passo da operação que reduziu o valor da empresa na bolsa de valores de R\$ 310 bilhões em setembro de 2014 a 226 bilhões em janeiro de 2018¹⁹ e levou a Petrobras a cortar pela metade seu quadro de funcionárias(os) demitindo 197 mil trabalhadoras(es) de 2014 a 2017²⁰.

Para Moniz Bandeira, que durante meio século analisou as relações Brasil – Estados Unidos, “há evidências, diretas e indiretas, de que os Estados Unidos influíram e encorajaram a *lawfare*, a guerra jurídica para promover a mudança do regime no Brasil”²¹. Segundo o autor, objetivo da Lava-Jato é “desestruturar, paralisar e descapitalizar as empresas brasileiras, estatais e privadas, como a Odebrecht, que competem no mercado internacional, América do Sul e África”²²³²⁴. De acordo com o Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA) da UFRJ, essa desestruturação das bases produtivas e institucionais brasileiras interessa sim aos agentes externos, especialmente os norte-americanos, pois isso (i) possibilita a abertura da exploração do pré-sal para as empresas estrangeiras; (ii) retarda/paralisa o projeto nuclear brasileiro; (iii) desestabiliza o engajamento do Brasil aos arranjos configurados pelos BRICS; e (iv) desestabiliza a presença das empresas de construção civil nacional na América Latina e África, abrindo mercados para novos entrantes²⁵.

A tática de *regime change* (o conjunto de táticas mobilizadas pelo imperialismo estadunidense para derrubar governos hostis aos seus interesses e instaurar novos governos alinhados ao império) é característica central do “império do capital”. Ellen Wood nota que, ao contrário dos outros impérios da história, os Estados Unidos não exercem controle político ou

19 ROSA, Bruno. **Ações da Petrobras ainda não recuperaram perdas da Lava-Jato**. O Globo, 4 de janeiro de 2018. Disponível em: glo.bo/2GG5klE. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

20 FERREIRA, Afonso. **Petrobras corta equipe quase pela metade**. Uol Economia, 31 de maio de 2017. Disponível em: bit.ly/2s3w0Hz. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

21 Lawfare é uma forma “jurídica” de guerra, na qual lei é usada como ferramenta para atingir um objetivo político. Na definição de Bruno Rocha, “manobras jurídico-legais são empregadas como substituto da força armada” por uma força assimetricamente maior que outra. Nos acordos de cooperação entre órgãos jurídicos e policiais brasileiros e estadunidenses, por exemplo, os EUA detêm uma vantagem estratégica devido aos seus avançados sistemas de monitoramento e espionagem (como o PRISM), que os permitem selecionar as informações centrais a serem trocadas – como é o caso do fornecimento dos dados da espionagem realizada pela NSA aos juizes da Lava-Jato. ROCHA, Bruno Lima. **Os ataques sofridos em escala internacional pelas empresas líderes da engenharia brasileira**: uma análise por esquerda. Estratégia & Análise, 2016. Disponível em: bit.ly/2J0IkUJ.

22 MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Moro e Janot atuam com os Estados Unidos contra o Brasil**. Jornal do Brasil, 3 de dezembro de 2016. Disponível em: bit.ly/2x2UZQZ.

23 CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A construção civil brasileira nos tempos da Operação Lava Jato**. Jornal dos Economistas, Rio de Janeiro, nº 336, agosto de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2w3fn32>.

24 ROCHA. **Os ataques...**

25 PINTO, Eduardo Costa; PINTO, José Paulo Guedes; SALUDJIAN, Alexis; NOGUEIRA, Isabel; BALANCO, Paulo; Schonerwald, Carlos; BARUCO, Grasiela. **A guerra de todos contra todos: a crise brasileira**. Campinas: XXII Encontro Nacional de Economia Política, 2017, p. 31-2. Disponível em: www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0062017pinto-et-al.pdf.

militar direto sobre suas "colônias", mas realizam "intervenções cirúrgicas" para derrubar governos hostis aos seus interesses, geralmente através da sustentação política e apoio econômico às forças opositoras locais, historicamente subordinadas – pois entrelaçadas – aos interesses dos capitalistas transnacionais. Para Gene Sharp, um dos principais formuladores da política de regime change do governo Bush, a tática de *regime change* consiste em fomentar o "*political defiance*" (desafio político), termo usado pelo coronel Robert Helvey para descrever como “derrubar um governo e conquistar o controle das instituições mediante o planejamento das operações e a mobilização popular no ataque às fontes de poder nos países hostis aos interesses e valores do Ocidente”²⁶.

Em 2009, Hillary Clinton dizia que “ter Democracia na América Latina não é o suficiente, temos que apoiar judiciários fortes e independentes nesses países”²⁷. Como vimos, o Judiciário hondurenho teve papel central na derrubada de Manuel Zelaya, ao ter emitido a ordem de prisão ao presidente e legitimado todo o processo completamente ilegal de novas eleições. No Paraguai, da mesma forma, o Judiciário foi peça chave ao considerar legítimo o julgamento e condenação relâmpagos do presidente Fernando Lugo. A embaixadora Liliana Ayalde (2008-2011) – que, significativamente, viria a se tornar a embaixadora no Brasil (2013-2017) durante o golpe que derrubou Dilma – é uma das principais estrategistas da tática de *regime change* por meio de golpes brancos com apoio judicial na América Latina. “Temos sido cuidadosos em expressar nosso apoio público às instituições democráticas do Paraguai – não a Lugo pessoalmente”, escrevia Ayalde em telegrama para o Departamento de Estado dia 7 de dezembro de 2009²⁸. Ayalde diz que nos últimos cinco anos (2004 – 2009) a embaixada, por meio do USAID (*United States Agency for International Development*), investiu US\$ 100 milhões em empresas, ONG's e órgãos governamentais paraguaios. O programa *Threshold* (em espanhol, Umbral), uma “iniciativa de luta contra corrupção” financiada pela *Millenium Corporation Challenge* (MCC) e administrada pela USAID, recebeu mais de US\$ 60 milhões nesse período. O caso paraguaio é um exemplo explícito de como a estratégia do imperialismo incorporou a *lawfare*, e serviu de laboratório para a aplicação do golpe no Brasil.

Ayalde analisa nos telegramas como os investimentos tiveram um bom retorno: “atores políticos de todos os espectros nos procuram para ouvir conselhos”, diz Aylade, completando que “a nossa influência aqui é muito maior do que as nossas pegadas”²⁹. Enquanto o Senado paraguaio votava a deposição de Lugo dia 22 de junho de 2009, Michael Eschleman, diretor

26 MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Record, 2013, capítulo 5.

27 MIER, Brian. *Is the US using Odebrecht as a Trojan Horse?* Brasil Wire, 24 de fevereiro de 2018. Disponível em: bit.ly/2xH2Eli. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

28 AYALDE, Liliana. **Scen setter for A/S Valenzuela's visit to Paraguay**. *US Embassy in Asunción para Secretary of State*, 7 de dezembro de 2009, *Confidential*. Canonical ID: 09ASUNCION675_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09ASUNCION675_a.html

29 AMARAL, Marina; VIANA, Natália. **O bispo e seus tubarões**. Agência Pública, 2014.

Programa de Democracia da USAID – seção que comandou o Programa Umbral – enviava um e-mail para a MCC comentando que a mudança governamental significaria “boas novas” para a USAID: “Franco e a sua equipe conhecem muito bem o programa Umbral porque trabalharam próximos a nós nos últimos anos”. Os novos ministro do Interior e chefe da Polícia “são pessoas que chamaríamos de aliados”, e o ministro das Finanças e o chefe do gabinete de Franco “conhecem e respeitam a USAID”. Exultante com o desenrolar do golpe, Eschleman evitava cometer o mesmo erro da tática de Otto Reich na Venezuela, isto é, reconhecer o novo governo de imediato e escancarar a interferência dos Estados Unidos no processo. Em email do dia 9 de julho, Eschleman dizia que por causa da “atenção internacional aos eventos locais, a USAID tem mantido um *low profile*”.

No Brasil, o Projeto Pontes foi a versão brasileira do Programa Umbral. Entre os dias 4 e 9 de outubro de 2009, a embaixada investiu milhares de dólares na realização da conferência Illicit Financial Crimes (Crimes Financeiros Ilícitos), no Rio de Janeiro. A participação de Moro no evento, ao contrário dos treinamentos que realizou em terras norte-americanas, não consta em seu currículo, e passaria despercebida não fosse o telegrama vazado pelo Cablegate em que Lisa Kubiske, então vice-embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, comenta a conferência para Hillary Clinton, Secretária de Estado. Kubiske relata que a embaixada reunira “com sucesso” a delegação estadunidense com juízes e promotores dos 26 estados brasileiros e mais de 50 agentes da Polícia Federal para discutir como combater “crimes financeiros” como “lavagem de dinheiro”.

O financiamento veio do Programa de Não-proliferação, Anti-terrorismo, Desminagem e Relacionados³⁰ do Escritório de Contra-Terrorismo (*Bureau of Counter Terrorism – S/CT*) do Departamento de Estado. Dia 5 de dezembro de 2008, Condoleezza Rice, em seu último mês como segunda guerra fSecretária de Estado, enviava para mais de 50 embaixadas ao redor do globo telegrama oferecendo ajuda financeira via S/CT para realização de atividades regionais de combate ao terrorismo³¹. Dia 31 de dezembro Kubiske respondia solicitando U\$ 200 – 300 mil para a realização da conferência³². Portanto, a fala de abertura da conferência foi feita por Shari Villarosa, Vice-Coordenadora do Burô de Contra-Terrorismo, que focou na relação entre “finanças ilícitas” e “terrorismo”. Taticamente, realizar no Brasil uma formação focada no combate ao terrorismo, girando Villarosa para a tarefa de abrir a conferência, foi uma manobra ofensiva: até então, os formuladores da política externa norte-americana viam os agentes

30 *Nonproliferation, Anti-terrorism, Demining, and Related Programs – NADR.*

31 RICE, Condoleezza. **S/CT: solicitation for NADR-funded proposals to support the regional strategic initiatives.** *Secretary of State para US Embassy in Brasília*, 5 de dezembro de 2008. *Canonical ID:* 08STATE128554_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/08STATE128554_a.html.

32 KUBISKE, Lisa. **Embassy brasilia proposal for S/CT NADR project.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 31 de dezembro de 2008, *Confidential*. *Canonical ID:* 08BRASILIA1684_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/08BRASILIA1684_a.html.

políticos brasileiros como hostis à ideia de que existiam atividades terroristas no Brasil. "Na maior parte do planejamento da embaixada com as contrapartes brasileiras", contextualiza Kubiske, "o mantra tradicional tem sido evitar o uso da palavra 'terrorismo' e, em vez disso, usar o termo menos polêmico 'crime transnacional'".

Mas não foi essa a posição dos juizes, promotores e policiais na conferência, que "consideraram o tópico [do terrorismo] extremamente interessante e importante". Kubiske ressalta no telegrama como essa postura "difere das anteriores, que historicamente evitavam qualquer treinamento que referenciasse terrorismo". "Desafiar tais afirmações" era a reação "usual (...) quando lidamos com o Ministério de Relações Exteriores ou Membros do Executivo no Brasil". Os juizes, promotores e policiais federais, termina Kubiske, "estavam menos preocupados com o campo minado político em torno do termo". A abertura dos brasileiros para discutir o tema foi percebida como uma oportunidade pelo *staff* norte-americano: deveras, Kubiske ressaltou-a no título do telegrama: "Brazil: conferência sobre finanças ilícitas usa a palavra 't' com sucesso". Depois da fala de Villarosa, a segunda fala da conferência foi de Gilson Dipp, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (1998-2014), que "forneceu uma visão geral da história legislativa e política brasileira relativa à lavagem de dinheiro". Além da exposição de Dipp, a única fala que mereceu a menção de Kubiske, da centena de juizes, promotores e policiais convidados a participar da conferência, foi a do "Juiz Federal de Lavagem de Dinheiro Sérgio Moro, que discutiu as 15 questões mais comuns que ele vê em casos de lavagem de dinheiro nos tribunais brasileiros". Na sequência, as delegações discutiram vários aspectos relacionados à investigação e julgamento de casos de finanças ilícitas e lavagem de dinheiro, incluindo "cooperação internacional formal e informal", "confisco de bens", "métodos de prova", "delações premiadas" e "uso do interrogatório como ferramenta". Por fim, ocorreu o que os participantes brasileiros destacaram como "o ponto alto do evento": uma simulação da preparação e interrogatório de uma testemunha. Solicitaram reiteradamente "treinamento adicional" relativo à "coleta de evidências", "interrogatórios e entrevistas", "práticas em tribunais" e, enfaticamente, o "modelo de força-tarefa".

"Consequentemente", escreveu Lisa Kubiske à Hillary Clinton, "há uma necessidade contínua de fornecer treinamento prático aos juizes, promotores e órgãos de segurança pública federais e estaduais brasileiros em relação a financiamento ilícito de conduta criminosa". A *charge d'affaires* no Brasil percebeu a possibilidade aberta para aprofundar os laços entre agentes de justiça estadunidenses e brasileiros, e insistiu para que o Departamento de Estado não deixasse a oportunidade passar. "A conferência demonstrou claramente que o setor judiciário brasileiro está muito interessado em se envolver de forma mais proativa na luta contra o terrorismo", mas, alertava Kubiske, "precisa das ferramentas e do treinamento para

efetivamente se engajar". Tal treinamento "deve ser de longo prazo e coincidir com a formação de forças-tarefa", tendo como base "investigações reais que evoluiriam até a conclusão do caso no tribunal", o que "permitiria o acesso a especialistas dos EUA para orientação e apoio contínuos". Os locais para a execução dos treinamentos deveriam ser "dois grandes centros urbanos com comprovado apoio judicial para casos de financiamento ilícito" ("*proven judicial support*" provavelmente significando "apoio judicial dos Estados Unidos"). Os dois grandes centros urbanos "a serem selecionados como local para esse tipo de treinamento são São Paulo, Campo Grande ou Curitiba". Não parecem restar dúvidas que a "república de Curitiba" foi uma das cidades escolhidas pelo Departamento de Estado para a formação de uma "força-tarefa" para realização de uma "investigação real" relativa à "crimes financeiros ilícitos".

A conferência de outubro em que Moro palestrou sobre lavagem de dinheiro foi apenas uma das atividades promovidas sob o guarda-chuva do "Projeto Pontes" (Bridges Project), que Kubiske, no telegrama sobre a conferência, explica ser "um novo conceito de treinamento introduzido pela embaixada em fevereiro de 2009 para consolidar treinamentos bilaterais de aplicação da lei". Em março de 2009, meio ano antes da conferência, Lisa Kubiske escrevia o telegrama "Oportunidades de parcerias para aplicação da lei no Brasil"³³, informando que com a criação do "Projeto Pontes", a embaixada "estava agarrando a oportunidade de fazer parcerias com diversas entidades brasileiras de aplicação da lei para o combate às crescentes ameaças transnacionais que surgem no Brasil".

"Enfrentar a corrupção ao redor de todo o globo" foi a meta apontada por Jason Marczak, Diretor do *Center for Latin America* do *Atlantic Council* – um *think tank* estadunidense de assuntos internacionais – na fala de abertura da conferência "Lições do Brasil: lutando contra a corrupção em meio à turbulência política", realizada em Washington em julho de 2017 e organizada pelo *Atlantic Council*. A fala seguinte foi de Kenneth Blanco, Vice-Procurador Geral Adjunto do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, que agradeceu ao "amigo Rodrigo (Janot) pela maravilhosa visita feita ao meu escritório e pela ótima conversa que tivemos", e disse que "é difícil imaginar uma relação de cooperação melhor na história recente do que a que temos entre o Departamento de Justiça dos EUA e o Brasil"³⁴.

Em consonância com o *Atlantic Council*, o *think tank Americas Society and Council of the Americas (AS/COA)* – que tem como um dos diretores o ex-embaiador no Brasil Clifford Sobel (2006–2009)³⁵ – glorificou a Operação Lava Jato. Analisando os artigos escritos pela

33 KUBISKE, Lisa. **Opportunities for law enforcement partnerships in Brazil**. *US Embassy in Brasilia para Secretary of State*, 10 de março de 2009. *Canonical ID*: 09BRASILIA278_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA278_a.html.

34 A cooperação escancarada entre Departamento de Justiça dos EUA e Lava Jato. TV GGN, 16 de março de 2018, 3:50 – 4:03. Disponível em: bit.ly/2IVogj4.

35 HOEVELER, Rejane. **Imperialismo e neoliberalismo nas Américas**: o caso do Council of the Americas. Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC68/mc683.pdf.

revista do conselho, a *Americas Quarterly*, Brian Mier constatou que durante o período de 3 meses antes do golpe, a AS/COA escreveu 14 artigos sobre o Brasil, nos quais "as três mensagens centrais foram que não foi um golpe, as instituições democráticas brasileiras estão funcionando e o 'impeachment' foi uma coisa positiva para o Brasil"³⁶. *Portanto, apontamos como hipótese que os aparelhos privados de hegemonia norte-americanos cumpriram, em atuação conjunta com a embaixada, um papel importante na articulação do golpe. Como disse William Colby, ex-diretor da CIA, "muitas operações, antes conduzidas de forma encoberta pela CIA, poderiam doravante ser realizadas, abertamente e sem questionamento, pelas ONGs (um terço das cem maiores estava baseado nos Estados Unidos)"*³⁷. Assim como a global war on terror e a global war on drugs, a linguagem da global war on corruption de Shari Villarosa e de Jason Marczak usou a mesma tática para legitimar a intervenção norte-americana na política interna do Brasil, assim como fizeram em Honduras e no Paraguai.

Não à toa, as empresas norte-americanas tiveram todas suas demandas atendidas pelo governo golpista de Michel Temer. Dia 5 de outubro de 2016, um mês depois do impeachment, foi revogada a obrigatoriedade da Petrobras ser operadora principal e ter participação mínima de 30% na exploração dos campos do Pré-Sal. Escrachadamente, a redação da lei foi de Serra. Como assinalou o deputado federal Glauber Braga (PSOL), em parecer sobre a nova lei, "as conversas entre Patrícia Pradal e o referido candidato não eleito presidente a época surtiram efeito"³⁸. No fim do ano, em dezembro de 2016, a Venezuela é expulsa do Mercosul, e Temer anuncia a substituição dos softwares livres dos computadores do governo pelos softwares da Microsoft, com uma compra de 140 milhões de dólares em pacotes de serviços da empresa³⁹. Em outubro de 2017, as 2º e 3º rodadas de leilões do Pré-Sal entregaram o bloco Norte de Carcará para a estadunidense Exxon (40%)⁴⁰, e em junho de 2018, a Chevron e a Exxon, que sentaram com Serra para articular como derrubar a lei do pré-sal, arremataram, respectivamente, 30% do campo de Três Marias e 28% do campo de Uirapuru⁴¹. No mês seguinte, se concretiza a venda de 51% da Embraer, peça fundamental da Estratégia Nacional de Defesa, para a Boeing⁴², e o governo Temer reabre as negociações sobre a cessão da Base de Alcântara para uso norte-americano⁴³. Como sintetizou Virgínia Fontes, "Temer e seu bando

36 MIER, Brian. **EUA: assim...**

37 MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto, **A segunda...** epílogo.

38 BRAGA, Glauber. Parecer ao Projeto de Lei nº 4567. Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: www.camara.gov.br/sileg/integras/1466207.pdf. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

39 BERGAMO, Monica. **Governo faz compra gigante na Microsoft e grupos veem risco para software livre.** Folha de São Paulo, 14 de dezembro de 2016. Disponível em: bit.ly/2pu1R3p. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

40 ROSA, Bruno. **Confira quem arrematou os blocos do leilão do pré-sal.** O Globo, 27 de outubro de 2017. Disponível em: glo.bo/2JpdCjK. Acesso em 11 de setembro.

41 CORRÊA, Marcello. **Confira quem levou cada bloco da 4º rodada do leilão do pré-sal.** O Globo, 7 de junho de 2018. Disponível em: glo.bo/2JDUDoY. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

42 MORAIS, Fernando. **Venda da Embraer à Boeing: anatomia de um crime de lesa-pátria.** Nocaute, 11 de julho de 2018. Disponível em: bit.ly/2QVzdEO. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

43 ORTE, Paola. **Estados Unidos e Brasil negociam utilização de Base de Alcântara.** Agência Brasil, 4 de junho de 2018. Disponível em: bit.ly/2O8JVJr. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

foram aos EUA demonstrar que recuam da disputa das posições subalternas com pretensões capital-imperialistas para a posição tradicional de rastejamento subalterno”⁴⁴.

Por fim, é importante ressaltar, retomando o debate sobre o caráter associado e subalterno da inserção internacional do capital-imperialismo brasileiro, enfatizamos como a interferência norte-americana no Brasil se dá por associação com agentes internos. Ao apontar a interferência norte-americana na arena militar, na política e na economia brasileira, ou ao traçar os vínculos entre os agentes da Lava Jato com organizações estadunidenses, não acreditamos que o império imponha unilateralmente sua agenda, ou, como pontuaram os integrantes do Grupo de Análise Marxista Aplicada (GAMA), “que há um cérebro da Lava Jato fora do país, mas sim que ocorreu convergências de interesses entre agentes externos e internos”⁴⁵. Para compreendermos a relação dialética entre o capital-imperialismo estadunidense e o capital-imperialismo brasileiro, entendemos que é necessário perceber como as relações sociais fundamentais internas do Estado brasileiro e as relações internacionais “são momentos do movimento unitário do Estado e que estão em permanente intercâmbio, uma refletindo sobre outra, condicionando-a e sendo condicionada”⁴⁶.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marina; VIANA, Natália. **O bispo e seus tubarões**. Agência Pública, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A construção civil brasileira nos tempos da Operação Lava Jato**. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, nº 336, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2w3fn32>.

DENT, David W. **U.S. – Latin American Policymaking**: A Reference Handbook. Westport: Greenwood Press, 1995, p. 107.

FONTES, Virgínia. **Diretas já são muito pouco diante das nossas necessidades**. *Correio da Cidadania*, 7 de junho de 2017. Disponível em: bit.ly/2QQvFnb. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

HOEVELER, Rejane. **Imperialismo e neoliberalismo nas Américas**: o caso do Council of the Americas. *Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC68/mc683.pdf.

MATHIAS, Meire; BRITO, Cássius. Dependência, imperialismo, neoliberalismo e capital-imperialismo: a dinâmica da posição brasileira na América Latina. *Rebela*, Florianópolis, v. 6, n. 2, 2016.

MIER, Brian. **EUA: assim se constrói o apoio ao golpe no Brasil**. *Outras Palavras*, 7 de março de 2018. Disponível em: bit.ly/2tz0a6b. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

MIER, Brian. *Is the US using Odebrecht as a Trojan Horse?* *Brasil Wire*, 24 de fevereiro de 2018. Disponível em: bit.ly/2xH2Eli. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

44 FONTES, Virgínia. **Diretas já são muito pouco diante das nossas necessidades**. *Correio da Cidadania*, 7 de junho de 2017. Disponível em: bit.ly/2QQvFnb. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

45 PINTO, Eduardo Costa et. al, op. cit. p. 31-2.

46 MATHIAS, Meire; BRITO, Cássius. Dependência, imperialismo, neoliberalismo e capital-imperialismo: a dinâmica da posição brasileira na América Latina. *Rebela*, Florianópolis, v. 6, n. 2, 2016, p. 331.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio.** Rio de Janeiro: Record, 2013.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Moro e Janot atuam com os Estados Unidos contra o Brasil.** Jornal do Brasil, 3 de dezembro de 2016.

PINTO, Eduardo Costa; PINTO, José Paulo Guedes; SALUDJIAN, Alexis; NOGUEIRA, Isabel; BALANCO, Paulo; Schonerwald, Carlos; BARUCO, Grasiela. **A guerra de todos contra todos: a crise brasileira.** Campinas: XXII Encontro Nacional de Economia Política, 2017.

ROCHA, Bruno Lima. **Os ataques sofridos em escala internacional pelas empresas líderes da engenharia brasileira: uma análise por esquerda.** Estratégia & Análise, 2016. Disponível em: bit.ly/2J0IkUJ.

WIARDA, Howard J. **Democracy and its discontents: development, interdependence, and U.S. policy in Latin America.** Londres: Rowman & Littlefield Publishers, 1995, p. 99.

FONTES

AYALDE, Liliana. **Scenesetter for A/S Valenzuela's visit to Paraguay.** *US Embassy in Asunción para Secretary of State*, 7 de dezembro de 2009, *Confidential*. Canonical ID: 09ASUNCION675_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09ASUNCION675_a.html

BRAGA, Glauber. Parecer ao Projeto de Lei nº 4567. Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: www.camara.gov.br/sileg/integras/1466207.pdf. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

DANILOVICH, John. **Brazil: ambassador's 14 march meeting with FM Amorim.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 15 de março de 2005, *Secret*. Canonical ID: 05BRASILIA715_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/05BRASILIA715_a.html. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

HEARNE, Dennis. **Can the oil industry beat back the pre-salt law?** *US Consulate in Rio de Janeiro para Secretary of State*, 2 de dezembro de 2009, *Confidential*. Canonical ID: 09RIODEJANEIRO369_a. Disponível em:

wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369_a.html. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

HEARNE, Dennis. **Rio's oil players react to speculation on Pre-Salt regulations.** *US consulate in Rio de Janeiro para Secretary of State*, 27 de agosto de 2009. Canonical ID: 09RIODEJANEIRO14_a. Disponível em:

https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO14_a.html. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

HRINAK, Donna. **A/S Reich's meeting with Lula.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 22 de novembro de 2002, *Confidential*. Canonical ID: 02BRASILIA4227_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/02BRASILIA4227_a.html. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

HRINAK, Donna. **Brazil's pension ("previdencia") problem: a basic primer.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 9 de janeiro de 2003. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/03BRASILIA80_a.html. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

HRINAK, Donna. **Can Itamaraty's stranglehold on FTAA policy be broken?** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 27 de outubro de 2003, *Confidential*. Canonical ID: 03BRASILIA3459_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/03BRASILIA3459_a.html. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

KUBISKE, Lisa. **Brazil: Illicit Finance Conference uses the "T" word, successfully.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 30 de outubro de 2009. Canonical ID: 09RIODEJANEIRO14. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO14_a.html. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

KUBISKE, Lisa. **Embassy brasilia proposal for S/CT NADR project.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 31 de dezembro de 2008, *Confidential*. *Canonical ID*: 08BRASILIA1684_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/08BRASILIA1684_a.html.

KUBISKE, Lisa. **Opportunities for law enforcement partnerships in Brazil.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 10 de março de 2009. *Canonical ID*: 09BRASILIA278_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA278_a.html.

REICH, Otto. **Remarks to the Center for Strategic and International Studies (CSIS).** US Department State, 2002. Disponível em: 2001-2009.state.gov/p/wha/rls/rm/8751.htm. Acesso em: 11 de setembro.

RICE, Condolleezza. **S/CT: solicitation for NADR-funded proposals to support the regional strategic initiatives.** *Secretary of State para US Embassy in Brasília*, 5 de dezembro de 2008. *Canonical ID*: 08STATE128554_a.

RIVKIN, Charles. **France and Brazil: the start of a love affair.** *US embassy in France para US embassy in Brasília*, 17 de novembro de 2009, *Confidential*. *Canonical ID*: 09PARIS1526_a. Disponível em: search.wikileaks.org/plusd/cables/09PARIS1526_a.html. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

SOBEL, Clifford. **Brazilian Defense Minister on DCA, trip to France and Russia, civil aviation.** *US Embassy in Brasilia para Secretary of State*, 25 de janeiro de 2008, *Confidential*. *Canonical ID*: 08BRASILIA129. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/08BRASILIA129_a.html. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

SOBEL, Clifford. **Brazil's fighter purchase: endgame strategy.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 19 de maio de 2009, *Secret*. *Canonical ID*: 09BRASILIA634_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA634_a.html. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

SOBEL, Clifford. **Brazil's New Defense Strategy – Strategy for Development.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 9 de janeiro de 2009, *Confidential*. *Canonical ID*: 09BRASILIA34_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA34_a.html. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

NOTÍCIAS DE JORNAL

BERGAMO, Monica. **Governo faz compra gigante na Microsoft e grupos veem risco para software livre.** *Folha de São Paulo*, 14 de dezembro de 2016. Disponível em: bit.ly/2pu1R3p. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

CORRÊA, Marcello. **Confira quem levou cada bloco da 4ª rodada do leilão do pré-sal.** *O Globo*, 7 de junho de 2018. Disponível em: glo.bo/2JDUDoY. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

FERREIRA, Afonso. **Petrobras corta equipe quase pela metade.** *Uol Economia*, 31 de maio de 2017. Disponível em: bit.ly/2s3w0Hz. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

MORAIS, Fernando. **Venda da Embraer à Boeing: anatomia de um crime de lesa-pátria.** *Nocaut*, 11 de julho de 2018. Disponível em: bit.ly/2QVzdEO. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

NASSIF, Luís. **Como Lula se aproximou dos Estados Unidos.** *GGN*, 1 de julho de 2014. Disponível em: jornalggm.com.br/noticia/como-lula-aproximou-se-dos-estados-unidos. Acesso em: 11 de setembro.

NASSIF, Luís. **Diplomacia paralela e showbiz.** *Folha de São Paulo*, 29 de março de 2015. Disponível em: bit.ly/2MVwsBu. Acesso em: 11 de setembro.

ORTE, Paola. **Estados Unidos e Brasil negociam utilização de Base de Alcântara.** *Agência Brasil*, 4 de junho de 2018. Disponível em: bit.ly/2O8JVJr. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

ROSA, Bruno. **Ações da Petrobras ainda não recuperaram perdas da Lava-Jato.** O Globo, 4 de janeiro de 2018. Disponível em: glo.bo/2GG5kIE. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

ROSA, Bruno. **Confira quem arrematou os blocos do leilão do pré-sal.** O Globo, 27 de outubro de 2017. Disponível em: glo.bo/2JpdCjK. Acesso em 11 de setembro.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Wikileaks expõe diplomacia dos EUA e chamsca Jobim.** Carta Maior, 1 de dezembro de 2010. Disponível em: bit.ly/2zsc7ke. Acesso em: 11 de setembro.

A HISTÓRIA DA GUERRA DE SECESSÃO NA REVISTA EM QUADRINHOS “TEX”: UM COMENTÁRIO

Manoel Adir Kischener (Universidade Estadual de Maringá)

Everton Marcos Batistela (Universidade Tecnológica Federal do Paraná)

Cezar Cristovão Sperandio (Universidade Estadual de Maringá)

Palavras-chave: Tex Willer; HQs; História.

1. Introdução/justificativa

Tex é um gibi que tem sua trama passando-se no Velho Oeste americano. “Aprendi a ler com ele, nos idos de 1980. Com ele recebi valores e influência em muito do que sou”. Assim, pode-se iniciar esse texto, como um relato autobiográfico do primeiro autor, e também sobre o poder que, em outros tempos, a leitura de histórias em quadrinhos (HQs) tinham sobre as crianças e jovens.

A introdução ao mundo das letras e dos sonhos, ao imaginário, àquilo que auxiliava como espécie de lazer, se deu aprendendo a ler e a colecionar a *Revista Tex*, e daquele mundo se agarrava ao que mais podia ter significado a um guri interioriano, que como assinala Antonio Candido, adentrava a cultura de massas, pois “(...) na maioria dos nossos países há grandes massas ainda fora do alcance da literatura erudita”, que estão mergulhados ainda “(...) numa etapa folclórica de comunicação oral. Quando alfabetizadas e absorvidas pelo processo de urbanização, passam para o domínio do rádio, da televisão, da história em quadrinhos, constituindo a base de uma cultura de massa” (CANDIDO, 1989, p. 144-5), então, vivendo em local praticamente inacessível, mas com penetração dos modismos urbanos, lá chegou o destemido ranger, contribuindo para que se socializasse perante os filhos de agricultores com as fantasias características dessas estórias/histórias (independente da forma que se entende a palavra), diferentes que eram do que se pensava e do que se convencionava e costumava ser o lúdico naquele espaço, pois, “(...) não é o colecionador que se transporta para sua coleção, mas esta que adentra o espaço do primeiro” (RIBEIRO e COSTA, 2009, s./p.).

E nesse sentido, lá pelos idos de 1984, aos setes anos, recebe a primeira revista e, com ela adentra a aventura do civilizar-se, pois, “(...) ato de colecionar leva a considerar que as pessoas colecionam para se civilizar” (LOPES, 2010, p. 381). Em uma família que fazia da roça a forma de sustento e que o culto a leitura não era aceito e mesmo até desestimulado, “Larga dessas bobagens!”, dizia o pai ou “Não presta ler isso.”, afirmava a mãe – gerando indisposição

e certa incompreensão aos que, *contagiados* pela leitura e pelo desejo de aventuras passam a colecionar (OLIVEIRA, HOLANDA e MACIEL, 2016).

A ideia de colecionar *Tex* de início desestimulada, depois é até motivo de orgulho, pois, quando o primeiro autor iniciou a escolarização formal já estava praticamente alfabetizado, acostumado que estava a devorar os gibis, mesmo com as agruras do esforço pesado do dia a dia da lavoura, nas tarefas como limpar chiqueiro e “cuidar dos bichos” (levar água aos porcos, mudar os bois, cortar pasto, debulhar milho para as galinhas etc.) e *fazer lenha* (para o fogão), assim, “A coleção pode ser uma válvula de escape, um refúgio onde o colecionador se abriga para se distanciar das preocupações e problemas do dia a dia” (OLIVEIRA, HOLANDA e MACIEL, 2016, p. 45).

A história enquanto ciência tem se permitido a certo alargamento no que entende como fonte, daquilo que pode ser entendido como documento, e as Histórias em quadrinhos (HQs), aqui entendidas como uma espécie de ramo da literatura e, essa tem travado relação continua com a história que, teoriza-se, avança, se aceita determinados pontos de vista, há retornos e, enfim, essa afinidade se constitui em “uma *velha-nova* história” (PESAVENTO, 2006) e, decorrente disso, entende-se que “(...) as HQs são uma fonte legítima de pesquisa para compreender nossa sociedade contemporânea” (ANTUNES, 2015, p. 19), dessa possibilidade que se abre, objetiva-se fazer apontamentos (também a partir da revisão de bibliografia) e, estes se dão a partir da estória “Lua encarnada”, editada no Brasil nos números 551 a 553, entre setembro e novembro de 2015, em diálogo com as produções bibliográficas acadêmicas. A história dos Estados Unidos perpassada nessas edições, é de pouco depois da Guerra de Secessão e permite perceber as feridas que aquele país abriu com o conflito interno.

2. A Guerra de Secessão em uma estória de “Tex”

Como o contexto histórico do surgimento de Tex e seus *pard's* (os colegas de aventura), é no após II Guerra, quando “Em 1948, Gianluigi Bonelli edita Tex Willer, o personagem fumetti mais famosos de todos os tempos, em vendagem e repercussão ao redor do globo” (FRANJOTTI e ARANTES, 2015, p. 273-4), este pode ser entendido como “(...) um produto de apreensão cultural de italianos se projetando sobre os mitos de unificação de outro país, os EUA, e a partir desta apreensão constroem uma representação com particularidade associadas a sua própria cultura de origem” (ANTUNES, 2015, p. 114).

Para além desse entendimento, agrega-se a valoração que toda leitura de HQs pode trazer a criança e mesmo aos adultos, Tex é um gibi que atraia a leitura atenta de crianças e jovens, como passatempo e forma de aprendizado, pois, para além das lendas que o Velho

Oeste nessas histórias e mesmo no cinema, argumenta-se que a Revista Tex, editada no Brasil com esse nome desde 1971 (e que foi criada na Itália, em 1948, por Aurelio Galleppini e Gianluigi Bonelli), contribuiu para popularizar o gênero histórico de tirinhas e, trouxe conhecimentos propriamente de História, para uma geração, anestesiada que estava dado o rigor da Ditadura Militar que então vigorava no Brasil.

O primeiro autor é colecionador da revista e percebe nela duas fases: a primeira, mais direta e de ação, com estereótipos típicos de uma época, década de 1940 em diante e centrada nos seus dois criadores e, uma segunda fase, de maior abertura e renovação, com novos ilustradores e roteiristas, de vários países e renovação do mercado editorial com Sergio Bonelli à frente da Revista (filho do criador, Gianluigi).

Então, dos clichês e estereótipos presentes nas primeiras edições, a revista se modernizou e, conceitualmente reproduziu a História e a Geografia em suas páginas de forma bastante aproximada aos manuais do gênero e, nesse sentido, discorda-se de Antunes e Campo (2015, s./p.) que afirmam que “Tex é um gibi carregado de estereótipos e representações, entre elas destacamos a das mulheres, dos índios, dos negros, dos mestiços, dos brancos, dos chineses residentes em São Francisco, e dos mexicanos”, com o olhar apurado de colecionador e com o desconto que o aficionado pode ter, a impressão é que as autoras detiveram sua análise apenas para a fase inicial da revista, olhar diferente que quem a acompanha há mais de 30 anos. Contradizendo-se, em outro trabalho, uma das autoras faz caracterização da personagem aceita pelos leitores:

“Tex, *à priori*, não é um *super* herói, mas sim um ser humano totalmente íntegro e correto, que possui uma correção moral inflexível, a qual nunca permite que se submeta aos ditames dos poderosos caso sua linha mestra de conduta seja pressionada. Tex segue na linha de seus valores morais de maneira inabalável, e sem crises de consciência ou autoquestionamentos depressivos. Esta é, possivelmente, uma das explicações para sua aceitação tão massiva e sua permanência longínqua no mercado” (ANTUNES, 2015, p. 22).

Pensando propriamente nos apontamentos que o artigo se propõe, a partir da narrativa “Lua encarnada”, editada no Brasil nos números 551 a 553, entre setembro e novembro de 2015, de autoria/roteiro de Mauro Boselli (nascido em Milão, Itália, em 30 de agosto de 1953) e desenhada/ilustrações por Corrado Mastantuono (nascido em Roma, Itália, em 20 de dezembro de 1962); as três capas das edições da revista a seguir (Figura 01), são de autoria de Claudio Villa (nascido em Lomazzo, Itália, em 31 de outubro de 1959).

A história dos Estados Unidos perpassada nessas edições, ocorre no Sul do Texas, pouco depois da Guerra de Secessão (1861-1865) e permite perceber as feridas que aquele país abriu com o conflito interno, pois, em uma *lua encarnada* que também se entende como lua comanche (como esses índios a chamavam, segundo a revista) no rancho de Edward Stark

acontece o ataque do comanche, mestiço, Charvez (ex-cowboy do rancho) e o rapto da filha do rancheiro, Ada, justamente quando a chuva chega.

Na ação, Stark é ferido gravemente (depois morre) e dois cowboys são mortos (Ramon e Olsen). No encalço do fugitivo e seus comandados, partem Rick Simmons, o capataz do rancho Black Moon, que fora chamado com os vaqueiros que estavam nos pastos e, Carl Robbins, do Rancho Double Rock, pretendente de Ada.

Na caçada se encontram com dois rangers, Gus Bailey e Tex Willer que estavam a procura de três comanches. Do encontro se forma apenas um grupo que seguirá à caça dos “peles-vermelha”, como se referiu o noivo de Ada. Eles avançam território adentro do Texas na esperança de encontrar a “comancheria”, local de recrutamento dos jovens indígenas que estavam se rebelando (por isso os rangers estavam investigando e perseguindo três deles).

Tex sai à procura e encontra o local dos sequestradores. Na luta que se trava em seguida, entre feridos dos dois lados, Charvez mata Gus, apunhalando-o. Vem uma enchente que a tudo arrasa. Charvez imagina que todos os seus perseguidores foram pegos pela enxurrada, mas Tex consegue segui-lo: “Está indo para aquela caverna! Se a garota estiver ali, talvez ainda haja esperança de encontrá-la viva!” (TEX 551, 2015, p. 93).

Os dois lutam. Tex vence. Charvez cai em um aguçal e é tido como desaparecido. Ada é recuperada. Na viagem, Carl, o pretendente da moça, passa a se atemorizar perante a dúvida se ela foi ou não violentada. O grupo retorna ao rancho de Stark que, antes de morrer faz o pedido ao capataz Rick que case com a sua filha. Ele e o ranger Gus são sepultados no rancho. Tex parte sozinho.



Figura 01: capas das edições em análise (dos autores).

Que o leitor compreenda que, trazer ao debate as HQs e, essencialmente *Tex* para esse congresso, tem-se a intenção, antes de tudo de apresentar a obra, de forma breve e introduzir, quem sabe, a temática nos estudos históricos para futuros desenvolvimentos.

Nesse sentido, concorda-se com Antunes (2015, p. 72) quando a autora afirma que (...) não é possível tomá-lo como um relato fiel e verídico da Guerra de Secessão, mas que é uma representação, uma leitura, uma criação livre sobre o conflito”.

Apesar de que, os autores de Tex, ao logo dos anos tem tido a preocupação de incluir elementos históricos às tramas, com a preocupação de sugerir “(...) um caráter de veracidade às tramas, inserindo pesquisas sobre os temas que abordam, dados históricos” (ANTUNES, 2015, p. 107). A Guerra de Secessão foi um conflito que dividiu os Estados Unidos, de Norte a Sul, depois do encontro com os nativos, “Ainda que se comportassem como primeiros ocupantes, os pioneiros americanos deparavam antecessores: os indígenas” (RÉMOND, 1989, p. 45), o país se defrontava com uma guerra civil.

Sem a intenção de historiar a guerra (na sua cronologia e em detalhamentos ou mesmo em suas causas e consequências) apontam-se alguns elementos que trazem segurança ao que se desenvolveu na trama dos quadrinhos em teste.

Nesse sentido, “Por sua duração e amplitude, a Guerra de Secessão prenunciou as grandes guerras do século XX: ela já constituiu uma guerra total, do tipo em que os adversários empenham todos os seus recursos e todas as suas forças” (RÉMOND, 1989, p. 65), como “(...) los mortíferos obuses de artillería, las armas automáticas tipo Gatling, las cargas con bayoneta” (ZINN, 1999, s./p.) que, por outro lado e fruto disso, deixou um lastro de atrocidades e violências, traduzida em números, “(...) perderam força diante do impacto simbólico do fim da escravidão” (FERNANDES e MORAIS, 2007, p. 136), mas que, segundo o primeiro autor, se a guerra fraticida entre os estados nortistas (ou a União) *versus* os estados sulistas (ou confederados) resolveu o conflito “(...) esteve longe de solucionar a questão do negro” (RÉMOND, 1989, p. 67).

A respeito da abolição da escravidão, em decorrência da guerra, “(...) que promoveu a libertação de mais de quatro milhões de escravos sem indenização aos proprietários” (MARQUESE, 2015, p. 38) e, assim, aos poucos,

“(...) a unanimidade nacional é reconstruída em detrimento dos negros, que se tornam cidadãos de segunda categoria. Duas sentenças do Supremo Tribunal mostram a extensão do fato. Ainda em 1876, os estados obtêm a liberdade de estabelecer o quadro de relações entre negros e brancos dentro de seus territórios. Isolados, humilhados e ameaçados, os negros do Sul perdem o direito de voto. Abre-se o caminho para a segregação racial. Em 1896, ou seja, vinte anos mais tarde, o Supremo Tribunal chega a reconhecer sua legalidade no caso Plessy contra Ferguson. A escravidão deu lugar à discriminação” (AMEUR, 2013).

No entanto, se “A escravidão deu lugar à discriminação” conforme o autor anterior, muito se deve ao fato que, “A equiparação jurídica entre brancos e negros não foi, porém, assimilada pelos derrotados” (MARTIN, 2006, p. 248) e, “O continuum de violência contra os

negros, se alongando do campo para as cidades” e o novo mundo que o conflito interno criou, sugere-se, “(...) permaneceu imerso em concepções de cidadania muito pouco igualitárias” (IZECKSOHN, 2017, p. 349), com sorte que “A guerra, embora tenha conduzido à derrota dos escravistas, permaneceu como uma revolução bloqueada” (BIANCHI, 2014, p. 225), não legando a emancipação a população, seja negra, seja indígena. Esse é o turbilhão que dá cenário a história de Tex aqui analisada.

Dezesseis anos se passaram desde o ocorrido na edição 551. Ada e Rick se casaram. De passagem pela região, Tex vai visitar o casal de rancheiros antes de retornar a sua aldeia (a dos Navajos, da qual é o agente indígena e concilia a função de ranger).

Ele escrevera cartas a Daniel, filho do casal. Há no falar da população de Salt Springs, cidade que abastece o rancho, o boato que Daniel é filho de Charvez, pela semelhança que denota: “Dá pra ver de longe que é um meio-índio” (TEX 552, 2015a, p. 13), afirma um dos cowboys de Carl Robbins, do Rancho Double Rock que, anteriormente pretendia se casar com Ada, eles estão no Mesquite Saloom. Como é de costume o racismo e aversão aos índios pela maioria da população da região, os cowboys tentam dar uma surra em Daniel, que é socorrido pelo “pai” Rick.

Charvez, à espreita a tudo observa. Sim, ele não morreu! E está para se desenrolar a vingança desse, o primeiro alvo é justamente Carl, que é torturado até a morte, pois, acenderam uma pequena fogueira baixo de seu corpo suspenso por uma corda (a lenha molhada faz mais fumaça que fogo, mas levou a morte). Depois, rapta o seu filho, Daniel.

Mesmo que já se tenha afirmado que se discorda das autoras atrás que afirmam a *Revista Tex* ser cheia de estereótipos, o contexto dessa estória faz aflorar o ódio, recém contido na Guerra de Secessão, o país está desestabilizado e há a crença que a tudo se resolve com o revólver e, por conta própria, desde que de forma honrada. Se a

“A disputa pela memória da Guerra de Secessão começou logo após o fim do conflito. A maioria dos homens da geração de 1860 estavam entranhados com os valores vitorianos de coragem e beligerância” (MOÇO, 2011, p. 3),

assim, concorda-se que,

“(…) Tex Willer contribui para a disseminação e consolidação de um discurso nacionalista de uma nação, de um EUA que se constrói em cima de uma Guerra Civil na qual a União é vitoriosa. E é também uma faceta de toda a produção Bonelliana de como o personagem Tex vai sendo formado baseado em um discurso de justiça muito próprio, que está presente na Itália pós-fascismo: a necessidade da União que não seja pelo totalitarismo, mas pela defesa da justiça e da democracia, apesar da justiça permanecer em mãos de justiceiros estrelados e com o uso da violência” (ANTUNES, 2015, p. 113).

Nova caçada a Charvez passa a ocorrer com Tex e seus amigos (do rancho de Rick) e com os vaqueiros do ex-pretendente de Ada, que fora morto pelo comanche. Ao longo da empreitada, Rick tem pesadelos, quando do descanso, com a ideia de que, Daniel, sendo meio-índio vá se juntar ao pai (Charvez) por vontade própria, já que, a maioria o impele a isso, por preconceito e por sua aparência a um conflito interno: quem é ele? se “branco” ou índio. Depois do confronto com o grupo de Charvez, mortos e feridos pelos dois lados, Tex segue só rumo ao enfrentamento com o índio.

Depois de um cerco pelos índios de Charvez ao grupo de Tex, ferido e quase perdendo a batalha, restando ele e Rick (que se juntara a ele), são surpreendidos pela ajuda de Ada, que não aguentara e se juntou ao grupo em busca do filho. A seguir há todo um enfrentamento, mais psicológico do que efetivo, tático dos comanches, que enfraquece o grupo do rancho, e desta forma Charvez mantém subjogado Daniel, seu filho, meio em transe que inclusive ataca Rick sem lembrar que fora ele quem o criou.

Avança a narrativa e chega-se ao clímax com dois duelos, de “Águia da Noite” (como Tex é chamado pelos índios) *versus* Charvez, enquanto que Daniel deverá enfrentar Rick. Ao final se revela que Daniel encenava e enganou o pai, para vencer ao lado de Tex e Rick, aquele que ele considera de fato seu pai. E Charvez? “Esse é o fim miserável que Charvez merecia... morto por uma mulher branca! Restam poucos de vocês! Acho que chegou a hora de separarem o seu destino do de seu chefe, guerreiros comanches!” (TEX 553, 2015b, p. 111), brada Tex, após Ada ter acertado o pai de seu filho. Ao final, os poucos índios comanches do bando agressor aceitam e, pela honra, deixam o local.

3. Considerações finais

O propósito do texto foi introduzir uma temática. E trazer a lume a contribuição da *Revista Tex*, a despeito que alguns a vejam com estereótipos (do personagem), pode trazer ao estudo e a análise da história dos Estados Unidos, especialmente nesse caso, sobre a Guerra de Secessão, ao contrário são mostrados na história que foi objeto de análise estereótipos, preconceitos decorrentes contra mestiços e indicando que o justicamento era prática recorrente; também o papel da mulher, Ada, ao final é a protagonista, dando fim ao vilão (o comanche que a violentou depois do rapto e, que dessa forma inicia a narrativa); a contribuição da *Revista Tex* já reconhecida pelos leitores que, aprenderam a ler (e aprendem, acredita-se!) com o gibi.

Junto aos criadores da revista, italianos que, como os brasileiros (e os outros povos que também leem Tex) desbravam as pradarias ou o relevo que seja em busca de justiça e aventura.

A história enquanto ciência, se sensível a esse público e, se aberta ao diálogo com a vivência e com o imaginário daqueles que, por relatos autobiográficos, revelam sua formação de infância, o seu entreter, ganhará em emoção, ao menos.

Maior aprofundamento e trato da revista enquanto fonte deverá ser feito. Mas há um mar de possibilidades de pesquisa, pois, o ranger se aventurou por várias partes do mundo, inclusive nos pampas *gauchos* da Argentina, recentemente.

Ficam os questionamentos: a) qual a validade do testemunho de Tex via seus autores italianos e, de seus desenhistas, de várias partes do mundo? b) de que forma uma pesquisa poderá reter a essência da caracterização da personagem, a partir de seus autores e ilustradores ou por seu conteúdo? c) em que medida a publicação da revista, de fato, embarcou na onda de fortalecimento da imagem dos Estados Unidos enquanto nação? d) ou se prestou mais ao lazer (em uma leitura desinteressada)? e) qual a contribuição que outras áreas podem agregar a uma investigação desse porte?

Finalizando, “Se a História representa o desejo da verdade, o romance representa o desejo da efabulação, com a sua própria verdade” (CANDIDO, 1989, p. 99), assim, se se pensar na aproximação do gibi com o romance, produto da Literatura, a *Revista Tex* mantém essa possibilidade assinalada pelo autor, acena ao leitor com a verdade, mas essa pode vir com pitadas de efabulação e, cumpre, desta forma, segundo Candido em outro texto, a “(...) função humanizadora da literatura, isto é, (...) a capacidade que ela tem de confirmar a humanidade do homem” (CANDIDO, 2002, p. 77).

4. Referências

- AMEUR, Farid. **Guerra da Secessão**. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- ANTUNES, Aline F.; CAMPO, Mônica B. Personagens característicos: os estereótipos presentes nas revistas de Tex Willer. Anais das **3as Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos**, 18 a 21 de agosto de 2015, ECA, São Paulo, p. 1-14.
- ANTUNES, Aline F. **Tex Willer: o mito do herói estadunidense produzido na Itália**. Uberlândia: UFU, 2015 (Monografia de Conclusão de curso de Licenciatura e Bacharelado em História).
- BIANCHI, Alvaro. Lincoln, Marx e a guerra civil nos Estados Unidos. **Revista Outubro**, n. 22, 2º, p. 201-226, sem./2014.
- CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção**. Sel. de Vinicius Dantas. São Paulo Editora 34/ Duas Cidades, 2002.
- CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.
- FERNANDES, Luiz E.; MORAIS, Marcus V. de. Os EUA no século XIX. In: KARNAL, Leandro et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 99-172.

FRANJOTTI, Ronaldo V.; ARANTES, Taís T. Fumetti com filosofia: uma leitura de Dylan Dog à luz de Nietzsche e Schopenhauer. In: **XIX Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2015, p. 273-281.

IZECKSOHN, Vitor. Guerra civil nos Estados Unidos: novo balanço da Reconstrução (resenha). **Almanack**, n. 15, p. 346-355, jan./abr., 2017.

LOPES, José R. Colecionismo e ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos vitais. **Horizontes Antropológicos**, ano 16, n. 34, p. 377-404, jul./dez. 2010.

MARQUESE, Rafael de B. A guerra civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil. **Afro-Ásia**, n. 51, p. 37-51, 2015.

MARTIN, André. Guerra de secessão. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 219-252.

MOÇO, Aline C. P. Os 150 anos do início da Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América: resistências, memória e esquecimento. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011, p. 1-10.

OLIVEIRA, Douglas F. H. de; HOLANDA, Adriano F.; MACIEL, Josemar de C. Coleções e colecionadores: compreendendo o significado de colecionar. **Revista Nufen: Phenomenology and interdisciplinarity**, vol. 8, n. 1, p. 31-54, jan./jul., 2016.

PESAVENTO, Sandra J. História e literatura: uma *velha-nova* história. In: COSTA, Cléria B. da; MACHADO, Maria C. T. (Org.). **História e literatura: identidades e fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 11-28.

RAMOS, André L. A.; MIRANDA, Augusto R. de A. Religião civil, Destino manifesto e política expansionista estadunidense. **Ameríndia - História, cultura e outros combates**, vol. 4, nº 2, p. 1-17, 2007.

RÉMOND, René. **História dos Estados Unidos**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

RIBEIRO, Leila B.; COSTA, Thainá C. *O Colecionador: uma análise informacional de coleções de objetos em histórias em quadrinhos*. In: **Anais do Quinto Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, V ENECULT**, 27 a 29 de maio, Salvador: UFBA, 2009, s./p.

TEX. **Fetiche mortal**. Tex, nº 553, Mythos Editora, 114 p., nov./2015b.

TEX. **Caçada sinistra**. Tex, nº 552, Mythos Editora, 114 p., out./2015a.

TEX. **Lua encarnada**. Tex, nº 551, Mythos Editora, 114 p., set./2015.

ZINN, Howard. **La otra historia de los Estados Unidos: desde 1492 hasta el presente**. Trad. Toni Strubel. Siglo XXI Editores: México, 1999.

AS VINHAS DA IRA E A GRANDE DEPRESSÃO: APONTAMENTOS PARA REFLETIR SOBRE O PROCESSO DE MECANIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL

Manoel Adir Kischener (Universidade Estadual de Maringá)

Everton Marcos Batistela (Universidade Tecnológica Federal do Paraná)

Cezar Cristovão Sperandio (Universidade Estadual de Maringá)

Palavras-chave: As vinhas da ira; Grande Depressão; História.

1. Introdução

A história e a Literatura enquanto ciências próximas uma e outra têm contribuído ao entendimento de aspectos que, talvez, de forma separada, apenas com o olhar histórico ou com o olhar literário não daria conta enxergar e trazer à tona a complexidade da realidade social, caso, por exemplo, da Grande Depressão, americana e mesmo do processo de modernização da agropecuária no Brasil, aqui em busca de similaridades.

As Vinhas da Ira, de John Steinbeck, nesse artigo, traz o pano de fundo o histórico do que estava a ocorrer em solo americano, como uma espécie de testemunho, a partir mesmo de sua própria percepção, vide que o autor se encontrava enquanto herdeiro da chamada “nova classe média” do campo, observa ele, então, o que essa passa a sofrer, não apenas as transformações econômicas e culturais que culminaram na depressão (nesse texto não se tem a intenção de historiar, em sua cronologia, causas ou consequências aquele período), mas também o relato da persistência da esperança daqueles que tinham que atenuar a precariedade e a miséria decorrentes da pauperização do contexto que viviam.

Outro viés que se pode apontar da obra em teste é a demonstração das transformações que levaram a acentuada mecanização das práticas agrícolas nos Estados Unidos, do que resulta, na facilitação do trabalho de uns e no desterro de outros, tendo as máquinas como vilãs da história.

Nesse sentido, o livro de Steinbeck em relação a modernização agrícola dos Estados Unidos, pelo pioneirismo de lá em vários aspectos, permite fazer apontamentos para refletir sobre o processo e mecanização da agropecuária no Brasil como uma extensão da adoção dos modelos de lá, mas, também dos efeitos, muitas vezes, desastrosos dessa modernização. Esse é objetivo.

Dos muitos aspectos, se sobressaem então, a perda de referenciais de um modo de vida que passa a se chocar, em uma perspectiva mais tradicionalista frente à dita moderna – mas

não impede que permaneçam relações tradicionais dentro do capitalismo, o que demonstrou Martins (1975), frente ao processo de modernização da agropecuária no Brasil e, por outro lado, destaca-se o papel, muitas vezes não menos nocivo, dos mediadores e intelectuais junto às populações do campo nas suas iniciativas de extensão rural, arrebanhamento para movimentos sociais e sindicais e, em projetos de pesquisa.

John Steinbeck nasceu em Salinas, Estados Unidos, em 27 de fevereiro de 1902 e faleceu em Nova Iorque, a 20 de dezembro de 1968. Ganhou o Prêmio Nobel de Literatura em 1962 (e venceu o Prêmio Pulitzer em 1940 pela obra em análise). Sua obra foi constantemente adaptada ao cinema e, ele mesmo chegou a escrever roteiros, inclusive indicado para a categoria de “melhor história” (na atualidade seria “melhor roteiro original”) do Oscar de 1944, pelo filme “Um barco e nove destinos”, dirigido por Alfred Hitchcock.

As Vinhas da Ira foi publicado em 1939, como um romance, a respeito desse Kölnn (2014) expõe que é “(...) de grande interesse “em si” – por conta de sua complexidade e seus usos da ficção –, é também um romance de fôlego quase épico enquanto documento histórico sobre os anos 30 e boa parte de suas contradições intestinas” (KÖLNN, 2014, p. 136), nesse sentido, Pesavento (2006, p. 12) afirma que “(...) o imaginário é sempre um sistema de representações sobre o mundo que se coloca no lugar da realidade, sem com ela confundir-se, mas tendo nela o seu referente” e a história e a literatura, em encontro, como uma *velha-nova história*, como afirma a autora, podem ser vistas como que siamesas, pois, “A Literatura, assim como a História, é, indubitavelmente, narrativa que (re) cria e (re) inventa o mundo e a realidade” (FILHO e FONTINELES, 2012, p. 103).

2. *As Vinhas da Ira* e o processo de mecanização da agropecuária no Brasil

A modernização da agropecuária nos Estados Unidos – e, em muitos outros aspectos da vida nacional brasileira em que constantemente se copia de lá – pode ser vista como semelhante a que ocorreu no Brasil, em que pese o atraso temporal em relação aqui-àquela. E polêmico é o tema, desde, aliás a conformação da ideia de modernidade (que não é a mesma coisa que moderno) que se arrasta até hoje nos debates acadêmicos.

Dependendo da orientação que o autor tiver (e aqui entra-se no problema de se misturar ciência com política, o que ocorre com frequência infelizmente) se enxergará o processo de forma negativa, desemprego, homens substituindo máquinas, paisagens destruídas, imaginários idílicos sendo postos à força para a realidade embrutecida ou positiva, poupança de força e dispêndio de braços na lavoura, mais tempo para lazer, acesso a serviços antes

reservados apenas aos cidadãos e mesmo a renovação da paisagem, agora, com o acréscimo da transformação humana.

Exemplo disso, das percepções (e aqui não se está a acusar o autor de ser de esquerda, por exemplo) John Steinbeck quando escreveu a obra *As Vinhas da Ira* estava embriagado daquela realidade, ele mesmo parte, vivenciando o processo com sua família: “Tamanha era a ligação do escritor com esse mundo que, mesmo depois de ter deixado a pequena propriedade dos pais, Steinbeck continuou escrevendo livros sobre o campo californiano” (KÖLNN, 2014, p. 138), a descrição e a densidade da narrativa da obra foi tão dura que a Grande Depressão foi vista como um

“(...) redemoinho infernal de humilhações a que foram submetidos milhões de pequenos proprietários, camponeses e trabalhadores norte-americanos. A desgraça humana ficaria conhecida como a Grande Depressão. A natural seria um longo período de seca que arrasou lavouras e agricultores de vários Estados do sul do país” (MARINGONI, 2011, p. 2).

Desta forma, por lá a Depressão e o que viria após, com as reformas (o *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt), condicionaram à mudança um modo de vida, uma forma de viver da terra, a agricultura se moderniza intensamente, se se pensar no acréscimo de máquinas e na supressão de homens, pois, “Uma vez posta em xeque a base material do mundo do pequeno proprietário, também o foi seu modo de vida e sua sobrevivência, o que significou uma crise de valores, sentimentos, visões de mundo, hábitos e costumes” (KÖLNN, 2014, p. 140).

Uma sociedade que se firmará em crise, entre o tradicional e o moderno e frente à necessidade de mudanças, que para muitos se tornará um peso demais para carregar. Nesse sentido, “‘As Vinhas da Ira’ é, seguramente, um dos livros mais comprometidos com a análise socioeconômica de uma realidade do século XX, mas também é uma das epopeias mais profundas dos tempos modernos” (MOURÃO, 2005, p. 380).

Os paralelos possíveis com a modernização da agropecuária brasileira são muitos, donde se destaca que, por cá, desde os anos 1960 pelo menos, o homem do campo vem sofrendo as agruras do processo, seja os ditames mesmo da transformação que se impõe, seja das ações desastrosas do Estado brasileiro que, via de regra, tem optado pela grande lavoura, mais recentemente, por exemplo, dos governos militares que, temerosos da ameaça comunista que se via em Goulart, abriram ao grande capital espaços antes prenhes de uma sociabilidade camponesa, em que se vivia ainda sem a transformação que se vive na atualidade, quando a balança comercial brasileira é superavitária graças a pujança da máquina de fazer riquezas que se transformou a agropecuária brasileira, especialmente com o *ouro verde*, a soja, alheia a cultura, claro, ao processo violento que muitas populações do campo tem enfrentado.

Lá, “Steinbeck tomou como suas as dores, os temores e as angústias que enfrentavam diariamente os pequenos proprietários” (KÖLNN, 2014, p. 141), e via nos tratares a invasão da modernização que a tudo assolava e transformava, deixando rastros de destruição entre os pequenos, “Cada trator enxota dez famílias. Tá cheio de tratores por ali, agora. Rasgam a terra e os meeiros têm de sair” (STEINBECK, 2012, s./p.).

Por cá, pelo olhar da percepção das transformações e da vivência do primeiro autor, como filho de pequenos agricultores, pequenos proprietários, que ficaram endividados para o banco, agregados, acampados e assentados pelo MST e, depois, pauperizados ainda mais, retornam à cidade, a maior ação talvez nem seja a modernização em si, e sim a violência dos mediadores, que dizem incluir ou mesmo salvar, fazendo frente as transformações, inevitáveis em muitas regiões, pois faz parte da dinâmica da financeirização do capitalismo contemporâneo que a quase tudo solapa e destrói/afasta, chegam eles, com propostas fantasiosas como a transformação do campo a partir de investidas que mais remetem o agricultor ao atraso, fazendo aversão a uso de químicos e mesmo máquinas, pois, tudo é “ecológico”, “orgânico” etc., em alguns casos, justamente quando o problema da mão de obra e da sucessão familiar mais crítico se apresenta.

O processo de transformação em *As Vinhas da Ira* lá nos Estados Unidos, foi doloroso,

“Monstros de nariz chato, a levantar a poeira, enfiando nela o focinho, marchando firmes pelas terras duras, arrasando cercas, portais, demolindo tudo na sua rota implacável. Não corriam pelo chão, mas por estradas que eles próprios traçavam. Ignoravam colinas e vales e cursos d’água, cercados e casas” (STEINBECK, 2012, s./p.).

No Brasil, não foi diferente, com seu ronco matraqueiro, “E no tranco sem fim da evolução/Transformou a paisagem dos poteiros”, como canta Leopoldo Rassier em *Não Podemo Se Entregá Pros Home*¹, os tratares a tudo arrasavam, especialmente um modo de vida que ficava no tempo e na memória daqueles que testemunharam a transformação.

Com a transformação da agricultura, em especial, toda uma forma de ver a vida, de se relacionar com a natureza (aqui sem ideologização, pois, não se é possível retornar ao passado) pode estar se perdendo, uma erosão cultural em contraste ao campo cheio de riquezas de agora.

Saberes, práticas, costumes, meios de fazer a vida e de se autosustentar perdem-se, mesmo que as gerações passam e a maioria vive naquilo que no Brasil se convencionou ser urbano, no amontoado dos pequenos centros (que constituem a maioria das sedes dos municípios do Brasil) que, mantém a ruralidade, o campo em traços múltiplos, seja no linguajar

¹ Composição de Humberto Gabbi Zanatta ficou imortalizada na voz do pelotense Rassier, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cm_LJzxw_AQ>. Acesso em 16/08/2018.

e mesmo no hábito salutar de manter uma pequena horta no quintal da casa ou de forma vertical, nos apartamentos. Meio que virou moda, mas vale a pena.

Nos Estados Unidos, com nosso autor, “O passado de prosperidade continuava sendo uma referência de valores e modo de vida para os despossuídos, e Steinbeck notou essa permanência”, da mesma forma, ele percebia “O descompasso existente entre o que os despossuídos eram de fato, e o que ainda mantinham como visão de mundo, foi um dos pontos em que Steinbeck mais pôs ênfase, pois certamente foi um dos mais dolorosos aspectos dessa mudança” (KÖLNN, 2014, p. 149).

A lembrança que fica, o saudosismo do processo, se gera empregos, como o turismo rural que têm apoiado muitos agricultores a se manter na propriedade, com a família, é um ganho. Não pode cair em discurso de político ou mesmo de mediador ou intelectual que se mete a estudar e “decifrar” o mundo dos pobres, dos simples do campo, para “salvá-los”, *estranho* que é àquele mundo e àquelas pessoas que, nem percebe, mais atrapalha.

É um dos desafios da academia, levar a sério o saber daqueles que resistiram naquele modo de vida, se adaptaram e estão aí, vivendo as transformações que o capitalismo impõe ao campo, com a abertura para se *modernizar* no que for necessário e acessível e, viver economicamente bem, pois, a vida é dinâmica e é para ser vivida, não para que encaixe em determinadas teorias que assombram o campo e as pessoas que vivem por lá.

Os que se mantêm, “E o homem do trator disse: — Me falaram que o banco também recebe ordens do Leste. E as ordens são: faça as terras produzirem de qualquer jeito, ou terá que cerrar as portas” (STEINBECK, 2012, s./p.), necessitam de olhar diverso do que se fez, tradicionalmente até agora, ao menos no Brasil, em se tratando da extensão rural, dos mediadores, da forma que a Universidade vê e se relaciona com o homem do campo, mais predatória e pouco devolve e mesmo gera de tecnologias que possam deixar a vida mais mansa nos cansaços de quem ainda se faz valer das forças físicas do corpo para o pão do dia a dia.

O cotidiano das pessoas que vivem na roça é cheio de enfrentamentos e, a Universidade não percebe, os seus pesquisadores, a dissimulação e o ocultamento das relações de poder que por lá se estabelecem e mesmo ela contribui para que se mantenham, pois geram votos e, pesquisa, *Lattes* cheio!

A colheita rende muito, os professores guarda-chuvas se alastram e chegam a “Nível A” em produtividade, mas própria, infelizmente ao homem do campo, como afirma outro poeta dos pampas, “(...) Chegou, ficou e esperou por uma mão estendida,/ Por que o deixam tão só,

por que lhe negam guarida./ Por que o deixam tão só, por que lhe negam guarida./ De que vale tanta ciência para o pobre agricultor (...)”², sábio Cenair Maicá.

E a modernização nos Estados Unidos, desagregou a população? Sim, “O desemprego e a miséria social em massa tornam-se as principais características da história norte americana dos anos de 1930” (MELO, 2014, p. 32), ainda mais, segundo Ferreira (2005, p. 45), a partida era inevitável, pois, “A mecanização dos campos destruiu todo um estilo de vida e levou os meeiros a buscarem novos horizontes”, pois,

“(...) a crise que se arrastou pela década de 1930, não se apresentava somente orno reflexo do colapso financeiro. Houve uma necessidade de ajustar as relações econômicas e políticas com o propósito de melhorar a condição de vida de todos. Com isso, a revolução tecnológica e de gerenciamento, o desenvolvimento da produção nas indústrias e nos campos, abriram as portas para a nova etapa do capitalismo. Assim, surgiu a necessidade de reorganizar a produção do espaço (uso da terra, de transporte, de comunicação e de tecnologia) para uma melhor apropriação e domínio do espaço. Ou seja, a crise econômica, que abalava o sistema econômico e social, ocorreu devido à necessidade de um novo ritmo espaço-tempo capitalista, que procurava uma nova forma de reorganizar as relações econômicas. Na perspectiva de Steinbeck esse processo se manifestou de maneira degradante e as medidas tomadas para melhorar as condições de produção e restabelecer o preço dos produtos agrícolas não se manifestavam em prol de todos, mas sim de uma minoria (dos proprietários de terras e das associações)” (FERREIRA, 2005, p. 34).

De certa forma, por cá também. Mas deve se ressaltar que, conforme Martins (1975) manifesta, nada impede que, em regiões consideradas atrasadas ou à margem do sistema capitalista, coexistam relações tradicionais e modernas, aliás, essa é uma das formas de manutenção e mesmo reprodução do capital, expropriando e mantendo nos mesmos espaços e locais relações arcaicas e modernas, “(...) pois, o estabelecimento tradicional que se constitui num dos pontos de apoio da efetivação do mundo capitalista e urbano no país” (MARTINS, 1975, p. 13).

É como se existissem dois mundos, como demonstrado em *As Vinhas da Ira*: “E à medida que esses pequenos mundos se moviam rumo ao Oeste, regulamentos tornavam-se leis, embora ninguém notificasse as famílias” (STEINBECK, 2012, s./p.), entre a lei oficiosa e a lei dos costumes, por assim dizer, há uma transformação impulsionada pelo Estado, é como se apressasse aquele modo de vida (dos expulsos das terras) que está entrando em conflito e, conseqüentemente em extinção, pelo moderno (daqueles que avançam com suas máquinas) que sobrepuja a tudo e a todos, sem “se notificar” como informa o autor.

A partir de certa perspectiva teórica os *atrasados* do campo quanto mais empobrecidos e submetidos ao grande capital maior é a demonstração das contradições e,

² De autoria do Cenair, missioneiro do Rio Grande do Sul, com o argentino Chaloy Jara. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=npFTyypXnoU>>. Acesso em 16/08/2018.

consequentemente, das condições para a revolução. Como numa teleologia, o camponês dará o grande salto rumo a proletarização e, no enfrentamento de classes triunfará sobre a burguesia.

O risco que esta compreensão tem do campo é que, efetivamente não se propicie acesso a formas que levem a efetiva emancipação humana, aquilo que Marx afirma em “Sobre a questão judaica” (1843): “A *emancipação política* de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral” (MARX, 2013, p. 41), pois, essa concepção tende a considerar e supervalorizar os aspectos políticos, no anseio de sociedades imaginárias e com o olhar idílico que muitos intelectuais e mediadores têm, se vê no campesinato a possibilidade de concretização de seus devaneios teóricos e se fantasia que nos assentamentos se efetiva a emancipação, logo chegará o socialismo, como se os aspectos apenas aparentes, que pode ser o viés político enchessem a barriga (mas a deles!), pois propiciam e capitalizam forças de representação que, por vezes, ancoram cargos e rateio de verbas e/do dinheiro público (o que, incrivelmente, têm legitimado a maioria das lutas sociais dos ditos movimentos na atualidade) e, se esquecem que a vida é dura para aqueles que, alijados pelos ditames do grande capital que avança imperioso e traz nova sociabilidade, ainda têm nos *estranhos* que chegam por lá como auxiliares e ideólogos (falsos intelectuais orgânicos) mais um empecilho à concretude de suas vidas com decência, apesar de todo esforço e dureza do dia a dia a enfrentar.

Nesse sentido, “O realismo crítico foi uma estética literária adotada pelos escritores norte-americanos durante a década de 30, uma literatura que tinha o objetivo de criticar e expressar as novas preocupações sociais dentro da nova sociabilidade” (COSTA, 2011, p. 21) e, Steinbeck deve ser relativizado quando ideologiza e vê naquele modo de vida em decomposição algo como o paraíso, de forma idílica, que o cinema que este ajudou em roteiros e fez fortuna via as grandes produções dirigidas por John Ford, por exemplo, na linha do *western*, de como a desumanização do homem, do habitante originário sofre, via a adentrada de processos considerados civilizadores rumo ao Oeste, também vistos e disseminados nos gibis, como a *Revista Tex* (em estudo em outro trabalho nesse mesmo congresso).

Também a visão do desenvolvimento deve ser relativizada se ficar apenas na ideia da dualidade, a) para a esquerda com a desumanização alienadora e, que cria as condições de efetivas contradições e, na ideia teleológica conhecida, se chega a fase superior, o socialismo, b) para outros, que se dizem da direita, que não se deixe terra sem transformar, não interessando quem nela esteja.

A sociedade é dinâmica, os próprios sujeitos fazem escolhas, apostas e percebem os ganhos e as perdas do processo, então, não estando alheio às injustiças que se aperceba

também as transformações que legaram positividade, seja no acesso a bens de consumo, seja na informação que propicie formas de emancipação social para além da tutela que se têm feito. É como se o fossem do campo, como em *As Vinhas da Ira* “Qué ver uma coisa me provocar? É esse diabo do Willy Feeley guiando o trator, expulsando a sua própria gente da terra em que nasceu. Isso me deixa louco de raiva. Eu podia compreender se fosse um sujeito de fora” (STEINBECK, 2012, s./p.), pois, se dizem dum lado, mas ao final contribuem para quem está doutro.

3. Considerações finais

Intentou-se trazer apontamentos a partir da história dos Estados Unidos perpassada pela obra literária de John Steinbeck, *As Vinhas da Ira*, associando-a e apontando sobre o processo de modernização da agropecuária no Brasil.

Se por lá Steinbeck acentuou a desumanização do projeto diretamente, inclusive tendo sua família como partícipe dos acontecimentos, como membro da nova classe média que passou a existir e sofrer as consequências da entrada, principalmente, de máquinas na agricultura.

Por cá, alheio a ideia de uma obra ou mesmo escrito que contemple os mesmos aspectos, optou-se por trazer duas facetas presentes na modernização da agropecuária no Brasil, mas com ação indireta, a deterioração do mundo, de uma sociabilidade camponesa com os intentos modernizantes e excludentes dos governos da Ditadura Militar e, mesmo em período recente, fruto da fase de financeirização do capitalismo na sociedade contemporânea, e também da ação dos mediadores, intelectuais, daqueles que, sob a ideia de auxiliar ou mesmo *emancipar* as populações do campo, mais têm contribuído para a piora de sua situação e, a consequente migração, atrás da esperança de melhorias nas condições de vida, nas cidades.

Finalizando, se a “(...) função humanizadora da literatura, isto é, (...) a capacidade que ela tem de confirmar a humanidade do homem” (CANDIDO, 2002, p. 77), como aparece em *As Vinhas da Ira*, sob o protesto e a denúncia, do realismo crítico do que ocorria nos Estados Unidos que, desumanizados, em êxodo, enxotados do campo, de seu modo e meio de vida, como o testemunho de uma época, seu uso associado as semelhanças com a realidade brasileira, tendo em conta o descompasso dos tempos históricos das duas ocorrências, permite trazer a lume questões ainda pouco enfrentadas pela academia, qual seja, o seu papel, se se pensar nos mediadores e intelectuais/pesquisadores, na manutenção das precárias condições de vida no campo.

Referências

- CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção**. Sel. de Vinicius Dantas. São Paulo Editora 34/ Duas Cidades, 2002.
- COSTA, Lucio P. da. **Migração e opressão social: um estudo comparativo entre Vidas Secas de Graciliano Ramos e As Vinhas da Ira de John Steinbeck**. Guarabira: UEPB, 2011 (Monografia de conclusão de curso de Licenciatura em Letras).
- FERREIRA, Lílian A. **O tropejar dos tratores nos campos agrícolas americano: n'as vinhas da ira 1939**. Natal: UFRN, 2005 (Monografia de conclusão de curso de História).
- FILHO, Pedro P. F.; FONTINELES, Cláudia C. da S. *Of mice and men*: análise histórico-literária da Grande Depressão. **Revista Literatura em Debate**, v. 6, n. 10, p. 88-106, ago. 2012.
- KÖLNN, Lucas A. B. *As Vinhas da Ira*: a leitura histórica de Steinbeck acerca da Grande Depressão. **Revista Trama**, vol. 10, nº 19, p. 135-154, 1º Sem./2014.
- MARINGONI, Gilberto. As vinhas da ira, o épico da Grande Depressão. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011, p. 1-8.
- MARTINS, José de S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Trad. Nélcio Schneider. 1ª ed., 1ª reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MELO, Flávia da R. **Família norte americana e miséria: análise das representações da pobreza e da instituição familiar em As Vinhas da Ira, de 1940**. Curitiba: UFPR, 2014 (Monografia de conclusão de curso de História).
- MOURÃO, Paulo R. Falando sobre economia a partir de “As Vinhas da Ira”. **Economia e Sociedade**, v. 14, n. 2 (25), p. 375-383, jul./dez. 2005.
- PESAVENTO, Sandra J. História e literatura: uma *velha-nova* história. In: COSTA, Cléria B. da; MACHADO, Maria C. T. (Org.). **História e literatura: identidades e fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 11-28.
- STEINBECK, John. **As Vinhas da Ira**. Trad. Herbert Caro e Ernesto Vinhaes. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

VIVER E MORRER NO SONHO AMERICANO: PASSAGENS DA SOCIEDADE ESTADUNIDENSE NO CINEMA DE MICHAEL MANN¹

Artur Felipe Lopes (PPGH – UFSC)²

Orientação: Prof. Dr. Alexandre B. Valim

Palavras-chave: Sonho Americano; História e Cinema; Capitalismo; Michael Mann.

O texto que segue pretende fornecer chaves de leitura a partir do exame de alguns aspectos da configuração cultural e social dos Estados Unidos da América tomando como base a relação existente entre a história e o cinema, muito estudada por diversos autores e autoras ao longo das últimas décadas. Direcionamos nossa atenção por duas vias: A recorrência do conceito do Sonho Americano e a possibilidade de pensá-lo como uma categoria de análise historiográfica, bem como a sua representação no cinema hollywoodiano, especificamente no trabalho do cineasta Michael Mann.

*

O chamado Sonho Americano é um termo que emerge no cenário caótico proporcionado pela Grande Depressão de 1929. Dentre muitas alternativas incensadas, o Sonho Americano adquire destaque como uma alternativa identitária viável para a ocasião. Apesar de circular em meios literários restritos desde o início do século XX, o termo ganharia sua face popular como tópico de “auto-ajuda” em 1931, com base no trabalho do historiador James Truslow Adams, *The Epic of America*, que faz do Sonho um mantra de perseverança, e posteriormente o associa ao ímpeto desbravador e sentimento de união - elementos supostamente inatos no povo estadunidense, e verificáveis em episódios da história da nação - essenciais para impedir a desagregação do país em outros momentos de dificuldade do passado, que deveriam ser retomados para sobreviver em meio à adversidade da Grande Depressão.³

A popularidade do termo se consolida mais tarde, apenas no período da Guerra Fria, uma vez que passa a ser instrumentalizado pela retórica política e ganha a forma de estrutura de consumo e acumulação material. Isso se deu pelo crescimento da classe média urbana estadunidense, um grupo para o qual o Sonho Americano adquiriu apelo maior ao longo do

1 Este texto é baseado na pesquisa de mestrado deste autor, a qual segue em andamento.

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

3 CULLEN, J. *The American Dream: A short history of an idea that shaped a nation*. Nova York: Oxford University Press, 2003, p.4-5.

tempo, e também devido ao fortalecimento econômico e hegemônico dos Estados Unidos no ocidente a partir da década de 1950, que gerou mais postos de trabalho, estabilidade financeira, e possibilitou um cenário de ascensão social para muitos trabalhadores na ocasião.⁴

Para os pesquisadores Earl Wyszog e Robert Perucci, o Sonho Americano se sustenta em ideias, valores, e expectativas que os estadunidenses da classe operária tradicionalmente atribuem à classe-média: emprego estável, segurança financeira, oportunidade de ascensão, renda suficiente para algum tipo de conforto, benefícios e direitos trabalhistas, além de algo importantíssimo, que é a capacidade de planejamento de um futuro melhor para a família.⁵

Durante as décadas do crescimento econômico, do final da Segunda Guerra até o início dos anos 1970, os conceitos praticamente se fundiram um ao outro. Desfrutar do Sonho Americano, significava ser da classe-média; e ainda que muitos trabalhadores, por diversos motivos, não tenham conseguido participar dessa classe média em ascensão, havia ao menos a expectativa de que isso se realizaria em pouco tempo.⁶

A fragilidade estrutural deste conceito, sendo assim, não tardaria para vir à tona. O trabalho de conciliação de Franklin D. Roosevelt entre corporações e trabalhadores na década de 1930, seria sistematicamente destruído nas décadas subsequentes. Apesar da agitação proporcionada pelos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, o que se viu foi o ataque frontal aos direitos trabalhistas e aos sindicatos, além da redução dos postos de trabalhos, cortes dos benefícios e reduções salariais.⁷

A celeuma social causada pelo Movimento dos Direitos Civis durante década de 1960, pode ser pensada como uma tentativa de rever as bases do Sonho Americano, uma vez que ficava cada vez mais claro seu caráter nada inclusivo, mas a história dos EUA, entretanto, mostra que as demandas das corporações sempre tiveram prioridade. Ao longo de décadas, quantidades imensuráveis de dólares são colocadas à disposição das grandes empresas estadunidenses, além dos subsídios fiscais, concessões, recuperações judiciais, terras públicas, recursos naturais, aparato militar, e muito mais, numa lógica em os lucros são privatizados, e os custos socializados.⁸

Este conjunto de fatores e questões se tornaram fundamentais para pensar o Sonho Americano e sua inserção na plataforma conservadora que levou Ronald Reagan, bem como o Partido Republicano ao poder por mais de uma década nos anos subsequentes.

4 SOUSA, R. F. de. *A nova esquerda americana: de Port Huron aos Weathermen (1960-1969)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.33-35.

5 PERUCCI, R.; WYSONG, E. *The new class society: goodbye American dream?* Lanham: Rowman and Littlefield, 2014, p.79-80.

6 *Ibid.*, p.104.

7 PURDY, Sean. O século americano. In: KARNAL, L. et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007, p.258-259.

8 PARENTI, M. *Democracy for the Few*. Boston: Wadsworth, 2011, p.60-63.

*

O Sonho Americano encontra forma e expressão em uma longa tradição nas artes, na literatura, na música, e no cinema estadunidense. Se para os políticos o Sonho prevê uma trajetória linear de superação e trabalho duro, sucesso e prosperidade, a ficção americana tende a tratá-lo como uma “realidade mais complexa, desafiadora e indeterminada.”⁹

Os filmes estadunidenses forneceram ao Sonho Americano muitas de suas características culturais, assimiladas de forma inconsciente ou não. A História do cinema hollywoodiano nos mostra que certos estilos narrativos e gêneros estão mais propensos do que outro a expressar formas comportamentais específicas, que invariavelmente podem ser interpretadas como traços identitários, condutas políticas, ou maneiras de pensar.

Costumeiramente, especialistas e estudiosos do cinema definem filmes e gêneros cinematográficos centrados em crimes e contravenções, como promotores das vertentes mais críticas ao Sonho Americano, principalmente na representação dos criminosos.

Para Jack Shadoian, a construção arquetípica dos bandidos hollywoodianos clássicos, os tornam metáforas distorcidas do Sonho Americano, indivíduos que podem ser interpretados como desafiadores da ordem vigente para a realização de seus objetivos pessoais.¹⁰ Heredero e Santamarina afirmam que durante as décadas de 40 e 50, muitos criminosos seriam retratados como pessoas em luta contra o sistema para legitimar sua autossuficiência e independência, reafirmando a ideia *self-made men* para triunfar sobre as adversidades.¹¹ Já para Thomas Schatz, há também a possibilidade de se pensar o criminoso como um misto entre contradição e negação do Sonho Americano: “O bandido da tela representa o perverso alter ego do ambicioso homem americano de mentalidade lucrativa.”¹²

Tais elementos foram desenvolvidos no período do cinema clássico, mas servem como a estrutura básica para produções atuais, misturando-se com problemas e questões contemporâneas. Sua influência na carreira de muitos cineastas em atividade é notória. Um dos principais realizadores do gênero criminal/policial, é Michael Mann. Nascido em 1943, em Chicago, oriundo de uma família judaica de classe operária, Mann é o diretor, roteirista, e produtor creditado em filmes como *Maratona Final* (1979), *Profissão: Ladrão* (1981), *Caçador de Assassinos* (1986), *Os Tiras de Los Angeles* (1989), *Fogo Contra Fogo* (1995), *Colateral* (2004), *Miami Vice* (2006), *Inimigos Públicos* (2009), e *Hacker* (2015), todos exemplos de uma

9 JILLSON, C. *The American dream: In history, politics, and fiction*. Lawrence (KS): University Press of Kansas, 2016, p.264.

10 SHADOIAN, J. *Dreams and Dead Ends: The American Gangster Film*. Nova York: Oxford University Press, 2003, p.3-4.

11 HEREDERO, C. F.; SANTAMARINA, A. *El Cine Negro: Maduración y crisis de la escritura clásica*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1996, p.173.

12 SCHATZ, T. *Hollywood Genres: formulas, filmmaking, and the studio system*. Nova York: Random House, 1981, p.85. Tradução nossa.

vasta carreira desse cineasta pela temática criminal, preocupado com questões políticas e sociais, as quais estão permeadas por quase todas as suas obras.¹³

Max: O que há com você? Será que os padrões normais, que as pessoas supostamente deveriam ter, não existem em você? [...]

Vincent: Olhe no espelho. Papel-toalha... Táxi Limpo... Empresa de limusines algum dia... Quanto você já economizou?

Max: Não é da sua conta.

Vincent: Algum dia... "Um dia meu sonho se realizará"... Uma noite vai acordar e descobrir que nunca aconteceu. Tudo se virou contra você. Nunca aconteceu, e você está velho. Não aconteceu. Não aconteceu porque não ia acontecer de qualquer forma. Vai ficar na memória, enquanto você descansa na poltrona, sendo hipnotizado o dia inteiro pela TV, pelo resto da sua vida. Então não me fale de assassinato. Tudo que você já teve foi a entrada pra dar em um Lincoln... Ou aquela garota, que você nem vai telefonar. O que está fazendo da porra da vida dirigindo um táxi?

Max: Foi porque nunca tive tempo pra acertar a minha vida... Eu deveria ter feito isso...¹⁴

O trecho acima faz parte dos vários diálogos que acompanhamos no longa-metragem *Colateral* (*Collateral*, 2004), realizado pelo cineasta Michael Mann.¹⁵ A discussão em questão envolve os dois protagonistas, Max e Vincent (Jaime Foxx e Tom Cruise, respectivamente), e ocorre em um momento mais acalorado do filme. Nessa altura já estamos familiarizados com ambos. Max Durocher é um taxista do período noturno à pelo menos 12 anos. Um profundo conhecedor das ruas de Los Angeles.

Além de motorista experiente, Max parece ter muita esperança em realizar o Sonho Americano: fica evidente ao longo da trama o seu nobre desejo de ascender socialmente, obter a felicidade a partir do seu próprio suor, um self-made man nato, empreendedor livre. Esta noção nos é expressa em sua vontade de deixar seu emprego "temporário" (como ele mesmo define), para abrir seu próprio negócio, que no caso, se trata de uma empresa de aluguel de limusines.

Desejo que não deixa de ser curioso: uma ascensão econômica que o transformaria de prestador de serviços de um público bastante diverso, mas próximo das classes populares, para prestador de serviços das classes mais abastadas (não seria nenhum exagero supor que sejam esses os indivíduos que alugam limusines em Los Angeles).

Todavia, todo este planejamento é transformado em ruínas, no que deveria ter sido uma noite comum de trabalho, por um cliente inusitado. Vincent, um assassino de aluguel requisita os serviços de transporte de Max para levá-lo a visitar algumas pessoas (boa parte delas, diga-

¹³ FEENEY, F. X.; DUNCAN, P. *Michael Mann*. Madrid: Taschen, 2006, p.9-14.

¹⁴ Extraído de: COLATERAL. Direção: Michael Mann: Paramount, 2004. Arquivo digital (119 min). A tradução do diálogo foi feita por este autor.

¹⁵ Para descrever aspectos da obra e do estilo adotado por Michael Mann, vou me basear no livro de Jonathan Rayner. Conf.: RAYNER, Jonathan. *The Cinema of Michael Mann: Vice and vindication* (Director's cut series). Nova York: Wallflower press, 2013.

se, ligadas ao extrato social que Max deseja atender com seu novo empreendimento), que na realidade fazem parte da lista de alvos encomendados pelos empregadores deste implacável atirador.

Discutindo em linhas gerais, esta trama se desenvolve nos termos da narrativa habitual do cinema criminal, permeada por perseguições, policiais, bandidos, violência, injustiça, ameaça a propriedade privada, e defesa de valores tipicamente relacionados à classe média. Esta temática é não só recorrente, mas também razão do reconhecimento da obra deste realizador, e não apenas no filme em questão. Deste modo, Michael Mann procura conduzir de forma a estabelecer uma relação de cumplicidade e ambiguidade entre dois homens, de lados opostos da lei, que acima de qualquer coisa, estão submetidos a concepções de mundo, condições materiais, e éticas de trabalho completamente diferentes.

Acima de tudo, existe uma crítica, um tanto quanto diluída pela sua obra, sobre a estrutura de pensamentos que se tornou hegemônica a partir dos Estados Unidos da América ao longo do Século XX. Acreditamos que no caso de Mann, várias das posturas políticas e sociais discutidas em sua obra, podem ser historicamente definidas a partir das mudanças percebidas nas economias que orbitam em torno do chamado “capitalismo avançado”, que ocorrem na passagem das décadas de 1970 e 1980. Destaco novamente as experiências sociais ocorridas nos EUA, tais como a contracultura e o movimento pelos direitos civis durante as décadas de 60 e 70, a crise econômica de 1973 em função do preço do barril de petróleo, e por fim, a consolidação de um projeto político neoliberal simbolizado nas administrações de Reagan e Thatcher.¹⁶

É também muito importante, ainda que em princípio não nos fixemos tanto nelas, demonstrar que este contexto sócio-histórico está associado às influências teóricas e artísticas, bem como correntes cinematográficas que definitivamente pontuam boa parte da carreira de Michael Mann. O cinema assim assume o papel de articulador intermediário com o mundo fora da tela e suas representações, com o contexto, as percepções, os fatos, as decisões históricas e os atores sociais, que fornecem para Mann, e outros realizadores, o subsídio para construção de suas tramas e seus personagens.

Conforme nos explica Douglas Kellner, “há uma cultura veiculada pela mídia”, com o exato propósito de disponibilizar através dos meios de comunicação, as ferramentas para que sua audiência construa seu próprio senso de classe social, raça, gênero, nacionalidade, moralidade, identidade.¹⁷ Não é nem necessário assumir um tom conspiratório para constatar tal influência. O historiador Michael Parenti, por exemplo, também vai mostrar que diversos

16 Conforme explica David Harvey. Conf.: HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. *Interfacehs – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v.2, n.4, agosto de 2007.

17 KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia – Estudos Culturais: Identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru (SP): Edusc, 2001, p. 09.

filmes e séries estadunidenses, principalmente aqueles que são realizados sob a égide dos governos de Ronald Reagan, mobilizam imagens e discursos de apoio à postura imperialista dos EUA, bem como anticomunismo, triunfo do estilo de vida capitalista, racismo, sexismo, militarismo, violência e autoritarismo, vigilantismo, e uma variedade de atitudes contrárias às classes operárias, tais como o estímulo à acumulação desenfreada, louvor à livre iniciativa, e a exaltação de trabalhadores tipicamente identificamos como yuppies ou então de colarinho branco.¹⁸

Mas não podemos nos descolar dos receptores destas mensagens. Afinal, é verdade que esses sujeitos são muito mais ativos do que muitos trabalhos teóricos geralmente costumam supor. Por isso se torna fundamental assumir a importância de estudos do comportamento da mídia e daqueles que a produzem associadas a metodologias e análises próprias das ciências humanas e sociais.

Se o *Sonho Americano* lida com a expectativa de melhoria nas condições de vida como uma alternativa próxima e inevitável, Michael Mann costuma permear a sua obra com personagens desesperançosos ou indiferentes, de humor instável, indivíduos com rompantes nervosos, em alguma medida frustrados, em especial, na medida em que fica clara a impossibilidade de construção de um planejamento de vida de longo prazo. É esse o principal ponto da discussão entre Max e Vincent reproduzida no início deste texto. A explosão de violência ocorre no momento em se vislumbra que o plano não deve acontecer como previsto.

A inviabilidade de modos de vida organizados em médio e longo prazo, para dar lugar a realizações de espaço curto de tempo ou imediatas, em nome de uma suposta flexibilidade ou adaptabilidade, frente às adversidades, estão muito próximas daquilo que Richard Sennett abordou como “corrosão do caráter”. Numa sociedade organizada em curtos episódios destrói as possibilidades de relações sociais duráveis, e por sua vez o engajamento com causas coletivas é substituído pelo individualismo e o egocentrismo, conforme desenvolve este autor¹⁹. Tais mudanças no estilo de vida ocidental podem ser determinadas historicamente.

Historiadores e analistas do período pós-guerra, são enfáticos ao pontuar os anos 1970 e 1980 como início da inversão dos chamados “anos dourados”, compreendidos nas décadas de 1950 e 1960, e a sua súbita substituição por anos de recessão e crise.²⁰

Pelo menos dois eventos de alcance global predominam nesta narrativa de crise. Um deles é o abandono promovido pelos Estados Unidos do sistema de regulação de taxas de câmbio internacional de Bretton Woods. Conforme resume Tony Judt:

18 Parenti faz uma análise bem completa deste período nesta obra: PARENTI, Michael. *Make-Believe Media: The politics of entertainment*. Nova York: St. Martin Press, 1992.

19 Cf.: SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (14ª Ed.). Rio de Janeiro: Record, 2009.

20 HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p.312.

Em 15 de agosto de 1971, o presidente dos EUA, Richard Nixon, anunciou unilateralmente que seu país abandonaria o sistema de taxas de câmbio fixas. O dólar norte-americano, âncora do sistema monetário internacional desde Bretton Woods, passaria a flutuar em relação às outras moedas. O pano de fundo para essa decisão era o imenso ônus militar causado pela Guerra do Vietnã, bem como o crescente déficit orçamentário federal dos EUA. O dólar estava atrelado a um padrão-ouro, e crescia em Washington o temor de que detentores de moeda norte-americana no exterior (inclusive os Bancos Centrais europeus) tentariam trocar dólares por ouro, drenando as reservas dos EUA.²¹

O outro evento que se segue paralelo a esse momento, e seria um problema na economia em escala global por conta de uma não esperada elevação nos preços praticados pelo barril de petróleo extraído nos países componentes da OPEP. Yanis Varoufakis nos dá os números do período:

Enquanto isso, passados dois anos da arrojada atitude de Nixon em agosto de 1971, o dólar tinha perdido 30% de seu valor em relação ao marco alemão e 20% em relação ao iene e ao franco. Os produtores de petróleo de repente descobriram que seu ouro negro, quando comercializado em ouro amarelo, valia apenas uma fração do que costumava ser. Os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que regulamentava o preço do combustível através de cortes coordenados na produção, logo foram clamando por uma ação conjunta para aumentar o valor em ouro do líquido negro. Na época do anúncio de Nixon, o preço do petróleo era menor que us\$ 3 por barril. Em 1973, com a Guerra do Yom Kippur entre Israel e seus vizinhos árabes em ritmo acelerado, o preço saltou para us\$ 8 e us\$ 9, depois pairando em um intervalo de us\$ 12 a us\$ 15 até 1979. Em 1979, houve um novo surto de aumentos, com o preço do petróleo indo acima de \$ 30 pela década de 1980 adentro.²²

Todavia, tanto Varoufakis, quanto Judt, não parecem muito convencidos da efemeridade de tais acontecimentos, isso até porque, levando em conta o cenário da política externa do período, em que os Estados Unidos se apresentaram como meticulosos enxadristas, fazendo jogadas que mantiveram sua longa hegemonia no Ocidente industrializado, que havia sofrido um aparente abalo por, entre outras coisas, a experiência má sucedida em termos políticos e econômicos no conflito do Vietnã.

Nesse sentido, David Harvey²³ e Noam Chomsky²⁴, destacam o memorando encaminhado em 1971 para a Câmara Nacional de Comércio - composta basicamente de lobistas das grandes empresas - assinado Lewis F. Powell Jr., indicado para a Suprema Corte de Justiça por Richard Nixon. O documento expressava a preocupação da classe corporativa, que estaria perdendo o controle sobre a sociedade, e condicionava a sobrevivência da livre iniciativa e do próprio capitalismo na flexibilização de regulamentações governamentais, além

21 JUDT, Tony. *Pós-Guerra: Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 573.

22 VAROUFAKIS, Yanis. *O Minotauro Global: A verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016, p.130.

23 HARVEY, D. *Breve historia del Neoliberalismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2007, p.49.

24 CHOMSKY, N. *Réquiem para o sonho americano: os dez princípios de concentração de riqueza e poder*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2017, p.29.

de acusar instituições como universidades e imprensa de serem responsáveis pela criação do clima de antagonismo da sociedade civil em relação aos detentores do grande capital.

O fato é que esta conjuntura produziu um cenário negativo como não se percebia a algum tempo. “Pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade reapareceram depois de 1973”²⁵. Mas não é que tivessem ido embora algum dia. Sempre estiveram ali. Ocorreu, na realidade, uma crise nos referenciais. “A depressão dos anos 70 pareceu pior do que na realidade o foi devido ao contraste com o que se passara antes”²⁶ já que havia certo otimismo motivado pelas experiências das lutas por direitos civis ocorridas em alguns poucos anos antes.

A análise da obra do cineasta Michael Mann considera estes fatores. Em suma, o que desejamos determinar (em uma pesquisa de abordagem mais ampla) é que os personagens dos filmes de Mann são criados dentro de experiências que são necessariamente apreendidas a partir desse contexto global pós-1973, em especial, nos Estados Unidos, e de alguma forma, sob a influência de duas correntes de pensamento que se tornaram muito recorrentes entre os acadêmicos até hoje, a saber, as atribuições das políticas neoliberais e o pensamento pós-moderno. O desejo de empreender por si mesmo, representado em Max e sua empresa de limusines, pode parecer algo atrelado mais a vontades individuais do que a projetos políticos, a princípio. Mas uma análise paralela desses dois conceitos poderia ser capaz de elucidar uma série de condições que são impostas pelo contexto social e político e interferem nas escolhas dos indivíduos.

O neoliberalismo tem sua força retirada da excessiva confiança de que o ímpeto individualista e o livre mercado são caminhos para emancipação das pessoas, e tais ideias ganham um fôlego extra a partir de 1973 ante a crise do modelo econômico Keynesiano, que por sua vez, significou uma retomada de autores ligados a famigerada escola austríaca, tais como Hayek e Mises, por exemplo.²⁷

Mas o neoliberalismo tem no binômio Thatcher/Reagan os principais propagadores de sua fé, durante a década de 1980. Conforme descreve Perry Anderson, pragmaticamente, esses foram governos que agiram de modo a cercear qualquer tipo de benefício ou agrupamentos que pudessem beneficiar os trabalhadores, bem como uma série de medidas tributárias visando beneficiar as camadas mais ricas²⁸. Esse tipo de ataque é explorado ao longo da obra de Michael Mann por um clima de “abandono à própria sorte” no qual os personagens estão sempre inseridos, que creem que a resolução de seus problemas depende unicamente de suas

25 HOBSBAWM, Eric. Op cit., p.314.

26 JUDT, Tony. Op. cit.

27 HOBSBAWM, idem, p.316.

28 Cf.: ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

capacidades individuais. Mesmo que tais capacidades signifiquem cometer delitos, roubos, e até assassinatos, elas o são empregadas mesmo assim, com pouco ou nenhum juízo moral.

De fato, o real significado das políticas neoliberais, é descrito de maneira perspicaz por David Harvey, ao perceber que existe nesse pensamento uma explícita retórica classista, na qual aqueles que estão em uma situação social e econômica inferior são vítimas de seu próprio “destino”, por razões culturais ou ausência de “vontade” para melhorar sua situação, por exemplo. Evidentemente que os mais ricos são grandes beneficiários, pois tal retórica reafirma o poder das elites dirigentes e fortalece ainda mais os privilégios de classe.²⁹

Com relação à questão pós-moderna, sua significância para a academia ocidental sempre torna seu estudo um tanto mais complexo. Tony Judt vai alegar que o termo é evasivo, fruto de uma descrença em ações coletivas que parece ter sido preponderante nos principais círculos universitários europeus e estadunidenses a partir dos anos 1970.³⁰ Necessariamente, conforme acredito ter demonstrado até aqui, prefiro pensar neste conceito dentro de abordagens de autores como Frederic Jameson, Perry Anderson, e David Harvey, que descreve em um de seus célebres livros que a ideia de pós-modernidade está arraigada diretamente a condição histórica de regimes de trabalho e acumulação que acometeram sobre o ocidente na parte final do século XX, influenciando as relações sociais, as escolhas políticas, e as artes e formas de representar o mundo.³¹

Para muitos estudiosos do período, esse período é marcado pela ausência de identidades fixas. Como se os sujeitos passassem a se apresentar de acordo com a exigência de cada ocasião, ou por, de forma indistinguível. Quando vemos Vincent pela primeira vez, podemos presumir sua índole, mas não conseguimos identificá-lo como assassino. Sua vestimenta, sua forma de falar e se vestir lembram muito um executivo, um empresário, um advogado, ou qualquer outra profissão de colarinho branco. Só tomamos conhecimento de seu verdadeiro ofício quando uma de suas vítimas acidentalmente cai sobre o táxi de Max. Deste ponto de vista, Kellner, tomando como base a série televisiva *Miami Vice* (1986-1992) – produzida por Michael Mann - faz uma ótima observação sobre a configuração identitária deste assim chamado sujeito pós-moderno:

29 HARVEY, David. Op cit., p.17-18.

30 JUDT, Tony. Op cit., p. 603-604.

31 Cf. HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (17ª Ed.). São Paulo: Edições Loyola, 2008.

A identidade pós-moderna, então, é construída teatralmente pela representação de papéis e pela construção de imagens. Enquanto o lugar da identidade moderna girava em torno da profissão e da função pública (ou familiar), a identidade pós-moderna gira em torno do lazer e está centrada na aparência, na imagem e no consumo. A identidade moderna era um negócio sério que implicava escolhas capazes de definir quem somos (profissão, família, identificações políticas, etc), enquanto a identidade pós-moderna é uma função do lazer e baseia-se no jogo, no ludíbrio, para a produção de uma imagem.³²

Por isso a leitura do indivíduo nesta chave pós-moderna é capaz de nos mostrar a capacidade destrutiva do capitalismo em termos individuais. Talvez seja esse o melhor terreno para o crescimento de projetos neoliberais. De alguma forma, acredito que Michael Mann tenta mostrar tais contradições, com indivíduos cujos planos ruem lentamente em uma perspectiva predatória. Por isso, se torna importante um diálogo com as diversas áreas que se ocupam das trajetórias dos cineastas e da análise de filmes, para otimizar a utilização desse tipo de fonte pelas ciências humanas. Pois é certo que os filmes estejam entre as formas mais perspicazes de se captar determinadas reações ou sentimentos que são possíveis em um mundo que persiste em manter formas de opressão sobre aqueles que ocupam camadas mais baixas.

Referências Bibliográficas:

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- CHOMSKY, N. *Réquiem para o sonho americano: os dez princípios de concentração de riqueza e poder*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2017.
- CULLEN, J. *The American Dream: A short history of an idea that shaped a nation*. Nova York: Oxford University Press, 2003.
- FEENEY, F. X.; DUNCAN, P. *Michael Mann..* Madrid: Taschen, 2006.
- HARVEY, D. *Breve historia del Neoliberalismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2007.
- _____. *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural (17ª Ed.)*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- _____. Neoliberalismo como destruição criativa. *Interfaces – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v.2, n.4, agosto de 2007.
- HEREDERO, C. F.; SANTAMARINA, A. *El Cine Negro: Maduración y crisis de la escritura clásica*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1996.
- HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- JILLSON, C. *The American dream: In history, politics, and fiction*. Lawrence (KS): University Press of Kansas, 2016.
- JUDT, Tony. *Pós-Guerra: Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia – Estudos Culturais: Identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru (SP): Edusc, 2001.
- PARENTI, M. *Democracy for the Few*. Boston: Wadsworth, 2011.

32 KELLNER, Douglas. Op cit, p.311.

- _____. *Make-Believe Media: The politics of entertainment*. Nova York: St. Martin Press, 1992.
- PERUCCI, R.; WYSONG, E. *The new class society: goodbye American dream?* Lanham: Rowman and Littlefield, 2014.
- PURDY, Sean. O século americano. In: KARNAL, L. et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007, p.173-276.
- RAYNER, Jonathan. *The Cinema of Michael Mann: Vice and vindication (Director's cut series)*. Nova York: Wallflower press, 2013.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo (14ª Ed.)*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SHADOIAN, J. *Dreams and Dead Ends: The American Gangster Film*. Nova York: Oxford University Press, 2003.
- SCHATZ, T. *Hollywood Genres: formulas, filmmaking, and the studio system*. Nova York: Random House, 1981.
- SOUSA, Rodrigo. F. *A nova esquerda americana: de Port Huron aos Weathermen (1960-1969)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- VAROUFAKIS, Yanis. *O Minotauro Global: A verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

NELSON ROCKEFELLER E AS POLÍTICAS CULTURAIS DO OFFICE OF INTER-AMERICAN AFFAIRS¹

Danielle Misura Nastari (Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte/USP)

Orientadora: Profa. Dra. Daisy Valle Machado Peccinini

Palavras-chave: Política da Boa Vizinhança, Política Cultural, Segunda Guerra Mundial.

Nelson Rockefeller foi fundamental na efetivação da Política da Boa Vizinhança durante a Segunda Guerra Mundial. Comandante do *Office of Inter-American Affairs* (OIAA), a agência federal americana responsável por fomentar relações amigáveis com a América Latina, Rockefeller foi um homem muito habilidoso em utilizar manifestações culturais e artísticas para promover relações internacionais. Essa habilidade é fruto de sua convivência com as artes desde a infância.

Neto de John D. Rockefeller, fundador da *Standard Oil Company*², Nelson nasceu quando os Rockefeller eram a família mais rica e poderosa do planeta. Seus pais eram colecionadores, patronos das artes e figuras muito atuantes na esfera cultural, em escala global. Seu pai, John D. Rockefeller Jr. teve atuação muito ampla na área da filantropia, supervisionando zelosamente uma extensa lista de projetos e doando imensas somas para iniciativas de pesquisa, preservação e restauro do patrimônio histórico. Alguns exemplos dos trabalhos com os quais se envolveu incluem o restauro do Palácio de Versailles e da Catedral de Reims, na França; o restauro do Caminho Sagrado das tumbas Ming, na China, a criação do Rockefeller Archeological Museum, em Jerusalém; a criação do The Cloisters, braço do Metropolitan Museum de Nova York dedicado à arte medieval, que recebeu a coleção medieval de John D. Rockefeller Jr. Sua mãe, Abby Aldrich Rockefeller, colecionava arte desde a adolescência, mantendo acervos de temas diversos como gravuras japonesas, pinturas renascentistas e obras de arte moderna. Abby fundou o Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) em 1929, mantendo-se intensamente envolvida com a instituição até a sua morte, em 1948. A instituição apresentava ao público várias vertentes artísticas como arte, cinema, fotografia e design, apresentando abordagem de conteúdo inovadora para um museu contemporâneo.

¹ Este texto é uma adaptação de parte do quarto capítulo da minha dissertação de mestrado, "A gênese da coleção de arte brasileira do MoMA: a década de 1940, Portinari e artistas seguintes".

² A Standard Oil Company, fundada em 1870, foi uma empresa de produção, transporte, refinamento e venda de petróleo. Detentora do primeiro monopólio de commodities da história, foi a maior refinaria de petróleo do mundo e a primeira e maior multinacional existente até 1911, quando seu pleno controle do mercado foi considerado ilegal pela justiça americana.

Ao crescer dentro de um ambiente repleto de experiências intensas com objetos e elementos de culturas diversas, Nelson gradualmente envolveu-se com a área das artes. Como tema de seu trabalho de conclusão de curso na *Dartmouth College*, optou por um assunto ligado à arte³. A escolha desse tema não é de todo surpreendente. Nelson era o filho mais ligado a Abby e, em 1928, em seu segundo ano em *Dartmouth*, foi com ela a *Downtown Gallery*, estabelecimento nova-iorquino que comercializava obras de artistas americanos de vanguarda como Arthur Dove, Stuart Davies e William Zorach⁴.

A experiência mostrou-se marcante para Nelson. Ele comenta o episódio, em carta para a mãe, no início do ano: “Sinto como se tivesse sido apresentado a um novo mundo de beleza, e pela primeira vez penso que fui capaz de apreciar e compreender obras de arte, mesmo que somente um tantinho. Espero continuar quando estiver em Nova York e talvez colecionar um pouquinho” (ROCKEFELLER apud LOEBL, 2010, p. 138, tradução nossa)⁵. E dela recebeu a seguinte resposta: “Nós poderíamos passar um tempo tão agradável passeando juntos [...] se você começar a cultivar seu gosto e seu olhar tão jovem, você será muito bom nisso quando puder colecionar em grande quantidade” (ROCKEFELLER apud LOEBL, 2010, p. 138, tradução nossa)⁶. Abby estava certa, o filho tornaria-se um colecionador voraz, dono de um gigantesco acervo de fazer inveja a muitos museus.

Depois da experiência estética marcante com a mãe, Nelson começou a frequentar exposições de artes visuais, e acabou cruzando com as mostras da *Harvard Society for Contemporary Art*⁷. Ele escreveu a Abby a respeito do assunto, comentou ter gostado do que viu e ter conhecido os organizadores da exposição. O mentor da sociedade era Lincoln Kirstein, judeu de origem alemã, cujo pai presidia uma renomada loja de departamentos em Boston chamada Filene. Sua ousada proposta para a associação artística atraiu um conselho de peso na ocasião de sua fundação, em 1928, com nomes como Alfred Barr, Lillie Bliss, Frank Crowninshield e Paul Sachs – muitos deles, como os aqui listados, integrariam mais adiante o conselho do ainda inexistente MoMA. Os caminhos de Nelson e Kirstein se cruzariam novamente em empreitadas artísticas conjuntas, também em projetos do OIAA. Kirstein foi o

³ TOTA, 2014, p. 50.

⁴ LOEBL, 2010, p. 136.

⁵ “I feel as if I had been introduced to a new world of beauty, and for the first time I think that I have really been able to appreciate and understand pictures, even though only a little bit. I hope to continue when I am in New York and maybe do a tiny bit of collecting myself.” (ROCKEFELLER apud LOEBL, 2010, p. 138)

⁶ “We could have such a good time going about together [...] if you start to cultivate your taste and your eye so young, you ought to be very good at it by the time you can collect much.” (ROCKEFELLER apud LOEBL, 2010, p. 138)

⁷ Sociedade fundada na Universidade de Harvard pelo estudante Lincoln Kirstein, em fevereiro de 1929. Seu objetivo era expor obras de vanguarda ignoradas pelos conservadores círculos artísticos bostonianos e sem aceitação tanto na Boston Arts Society como no museu da universidade, o Fogg Museum.

espião enviado por Rockefeller à América do Sul com a missão de adquirir obras de arte latino-americanas para a coleção do MoMA em 1942.⁸

Na família Rockefeller, Nelson foi o mais sólido apoiador de Abby quando ela decidiu conduzir o projeto do MoMA e, já em 1930, no último semestre da faculdade, foi nomeado pelos conselheiros do recém-fundado Museu como integrante do Comitê Consultivo Júnior. O grupo escolhido para participar dessa junta era composto de “jovens nova-iorquinos inclinados à arte, que seriam treinados para ser futuros conselheiros”⁹ (REICH, 1996, p. 102, tradução nossa), como George Gershwin, Edward Warburg, Philip Johnson e Lincoln Kirstein. Pouco tempo depois, em maio de 1930, A. Conger Goodyear nomeou Nelson como presidente do grupo.

Em 1932, Nelson já era um conselheiro pleno e, em 1934, presidia o Comitê Financeiro do MoMA, sendo muito bem-sucedido em utilizar sua esfuziante personalidade para trazer recursos às então magras reservas do museu. É possível que, sem os fundos levantados pelo empenho entusiasmado de Rockefeller nesse período, o MoMA não tivesse conseguido vencer os seus primeiros anos. Em 1935 ele presidia os comitês de Finanças, Doações e Nomeações. Em 1936, foi instituído presidente do comitê para a construção da nova sede do museu, assumindo papel vital no processo de elaboração e inauguração da edificação. Esta ocorreu em nove de maio de 1939, de maneira superlativa, contando com um discurso ao vivo do presidente Franklin Delano Roosevelt, feito por rádio em cadeia nacional. Nessa mesma data, Rockefeller foi nomeado presidente do MoMA. Nelson ansiava por encontrar uma maneira de ter acesso ao presidente, pois queria levar a ele uma questão que considerava realmente grave e que pensava estar fora do foco de atenção do governo: a expansão alemã na América Latina, em um cenário de guerra iminente.

⁸ Um relato detalhado da missão de Kirstein para o OIAA está apresentado na minha dissertação de mestrado, “A gênese da coleção de arte brasileira do MoMA: a década de 1940, Portinari e artistas seguintes”, disponível para download no banco de teses da Universidade de São Paulo.

⁹ “Young art minded New Yorkers who would be groomed as future trustees.” (REICH, 1996, p. 102)



Nelson Rockefeller examina uma pintura no MoMA em 1939. Fonte: Bettmann/CORBIS.

A região já havia sido explorada por Nelson em 1937. Em 28 de março desse ano, Rockefeller iniciou uma viagem de reconhecimento de quase dois meses pelo sul do continente, com pequena comitiva que incluía sua esposa e o irmão Winthrop. O objetivo, apesar de não revelado publicamente, era conhecer aspectos de alguns países e inspecionar as instalações de uma subsidiária da *Standard Oil* na Venezuela, a *Creole Petroleum Corporation*, da qual Nelson havia adquirido ações. Ali Rockefeller reestruturou o modo de vida dos empregados da companhia. Os americanos possuíam instalações muito superiores às dos nativos, cercadas de arame farpado, que não podiam ser utilizadas pelos venezuelanos. Fora isso, não faziam nenhum esforço para aprender o idioma local. Percebendo tensões latentes, Nelson decidiu transformar radicalmente a estrutura vigente. Levou para a Venezuela doze professores de espanhol; retirou o arame farpado; construiu casas populares com sistema de água e esgoto; pavimentou ruas; construiu escolas e igrejas; criou programas de prevenção à malária e construiu um hospital. Essa experiência serviria de base para futuros projetos executados na América Latina pelo OIAA.

A viagem incluiu também Trinidad e Tobago; Brasil, com estadas no Rio, São Paulo e em Belo Horizonte; Argentina, Chile; Peru e Panamá. Essa não foi a primeira incursão de Nelson a América Latina. Em 1933, passou as férias de um mês com a esposa e amigos no México,

sendo recebido e ciceroneado por um grupo de intelectuais e artistas locais, incluindo Diego Rivera¹⁰.

Em seu contato com a América do Sul, Rockefeller percebeu que a região era primariamente produtora de diversos tipos de commodities, com populações inteiras diretamente ligadas a essas atividades econômicas. A iminente guerra na Europa faria com que significativa parte dessa produção, consumida pelos países envolvidos no embate, deixasse de ser comercializada, o que certamente causaria problemas de geração de renda para as repúblicas vizinhas ao longo do conflito. Nações fragilizadas economicamente seriam muito mais vulneráveis ao crescente avanço alemão e o alinhamento desses países às forças germânicas era uma ameaça concreta que deveria ser combatida.

A poderosa máquina de guerra de Hitler conquistou vitórias importantes em curto espaço de tempo no início da guerra, como a tomada de Paris em junho de 1940. Isso fez com que o governo americano temesse que os nacionais-socialistas atravessassem a Espanha, chegando então ao Marrocos e ao Senegal, e de lá rapidamente ao nordeste do Brasil, o que explica o grande interesse dos Estados Unidos em instituir uma base militar em Natal.

Preocupado com a situação, e ciente da simpatia que algumas regiões ao sul do equador nutriam pelos alemães, Nelson vinha reunindo um pequeno grupo para pensar e realizar estudos a respeito da situação latino-americana e sua relação com a política estadunidense. Era claro que apenas cordialidades de bons vizinhos não solucionariam os graves problemas iminentes. A saída era apresentar as conclusões de sua equipe ao presidente. As sugestões chegaram em boa hora, uma vez que o governo federal buscava meios de uma aproximação mais eficaz com as outras repúblicas americanas, tencionando preservar a unidade política do continente. As medidas propostas pareceram bastante interessantes: aumentar os tipos de transações comerciais com países latino-americanos; ajudá-los a reorganizar a produção e diminuir ou eliminar taxas e impostos; comprar excedentes de seus produtos; ajudar em sua expansão industrial e agrícola; rever as dívidas, a partir de um viés político; reformular relações diplomáticas, buscando aproximações sensíveis às culturas vizinhas. Os trabalhos deveriam ser tocados por duas comissões distintas, uma pública e outra privada, gerenciadas por um coordenador geral.

Roosevelt ouviu as propostas e mobilizou de imediato sua equipe para colocar os planos em prática. No processo de estruturação dos trabalhos, ficou clara a necessidade de uma agência governamental separada da assistência administrativa da Casa Branca. O memorando que propunha sua criação descrevia os encargos de seu coordenador da seguinte forma:

¹⁰ TOTA, 2014, p. 61.

Suas obrigações incluíam o poder de realizar estudos e recomendar um programa que correlacionaria atividades comerciais e culturais na área [da América Latina] e relacionar essas atividades ao programa de Defesa Nacional. O memorando enfatizava que o programa latino-americano era um programa de defesa hemisférica e deveria, portanto, estar correlacionado ao trabalho de Conselho de Defesa Nacional, e também houve uma necessidade imediata de um veículo executivo para correlacionar as atividades das muitas agências e departamentos trabalhando em problemas latino-americanos.¹¹ (OFFICE OF INTERAMERICAN AFFAIRS, 1947, p. 7, tradução nossa)

Nasceu então o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, ou OCIAA¹². A descrição exposta acima expressa claramente que se tratava de um organismo do governo federal voltado à defesa hemisférica e diretamente ligado ao Conselho de Defesa Nacional, que coordenava o trabalho de diferentes setores do governo, relacionados à América Latina. Todas as ações por ele propostas tinham como base a premissa de defesa nacional. Importante mencionar que a inserção da palavra “culturais” no texto foi realizada pelo próprio presidente Roosevelt. A função do coordenador, por sua vez, abrangia as seguintes atividades:

O Coordenador deveria “rever leis existentes, coordenar pesquisas das diversas agências Federais, e recomendar novas legislações que forem julgadas necessárias para o Comitê Interdepartamental,” para a realização eficaz dos objetivos básicos do programa do Governo. Na formulação e execução desse programa que, “pelo uso eficaz de recursos Governamentais e privados em campos como artes e ciências, educação e turismo, o rádio, imprensa e cinema, iriam avançar a defesa nacional e fortalecer os laços entre as nações do Hemisfério Ocidental,” ele foi instruído para cooperar com o Departamento de Estado. Ele respondia diretamente ao Presidente, a quem deveria submeter relatórios e recomendações.¹³ (OFFICE OF INTERAMERICAN AFFAIRS, 1947, p. 7-8, tradução nossa)

Apesar da pouca idade, da filiação ao partido Republicano - opositor do presidente - e da falta de experiência no serviço público, o nome de Nelson foi escolhido para coordenar os trabalhos. A seu favor contavam sua personalidade vibrante; sua postura proativa em resolver problemas; sua vasta rede de contatos; sua experiência administrativa no grande complexo comercial da família, o Rockefeller Center; a bagagem latino-americana adquirida na transformação da área ocupada pela *Creole Petroleum Corporation* e a longa lista de funções

¹¹ “His duties would include the power to make studies and to recommend a program which would correlate commercial and cultural activities in the field and relate those activities to the program of National Defense. The memorandum emphasized that the Latin American program was a program of hemisphere defense and should therefore be correlated with the work of the Council of National Defense, and also that there was immediate need for an executive vehicle to correlate the activities of the several agencies and departments working on Latin American problems.” (OFFICE OF INTERAMERICAN AFFAIRS, 1947, p. 7)

¹² Ou Agência do Coordenador de Assuntos Interamericanos, nome adotado a partir de 30 de julho de 1941. O organismo governamental operou sob outras duas designações, porém sem alteração de suas funções. Inaugurada em Agosto de 1940 como *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*, a agência foi rebatizada em 23 de março de 1945, terminando seus dias como *Office of Inter-American Affairs*.

¹³ “The Coordinator was to “review existing laws, coordinate research by the several Federal agencies, and recommend to the Inter-Departmental Committee such new legislation as might be deemed essential” to the effective realization of the basic objectives of the Government’s program. In the formulation and execution of this program which, “by effective use of Governmental and private facilities in such fields as arts and sciences, education and travel, the radio, press and cinema, would further national defense and strengthen the bonds between the nations of the Western Hemisphere,” he was instructed to cooperate with the Department of State. He was responsible directly to the President, to whom he was required to submit reports and recommendations.” (OFFICE OF INTERAMERICAN AFFAIRS, 1947, p. 7-8)

administrativas acumuladas no MoMA. Essas capacitações validaram a sua indicação ao posto. O salário, porém, era simbólico: um dólar ao ano. Iniciava-se aí a bem-sucedida carreira política de Nelson Rockefeller, que o levaria até a vice-presidência dos Estados Unidos. Pode parecer incoerente que o filho do capitalista mais rico da América tenha se envolvido profundamente com o serviço público, mas uma observação mais cuidadosa dos fatos mostra que não é bem assim:

Ele era um os herdeiros não só da fortuna da família como também de uma visão de mundo aprendida com o pai, a mãe e as escolas que frequentou. Sempre considerava as atividades do setor privado inspiradoras para o mundo público. O individualismo liberal americano não era incompatível com sua atuação como homem público de ideias progressistas; pelo contrário, de acordo com sua formação, o primeiro aspecto poderia complementar o segundo. Ele fazia parte de uma espécie de intelligentsia não oriunda de meios acadêmicos intelectualizados, mas endinheirada, culta e sustentada no espírito religioso protestante como base para as ações filantrópicas, entendidas como realizações de Deus na terra, pelas mãos de alguns escolhidos. (TOTA, 2014, p, 89)

Lançada oficialmente em 16 de agosto de 1940, a Agência de Nelson tornou-se “uma das maiores e mais complexas Agências do governo Roosevelt” (TOTA, 2014, p. 99), funcionando com uma equipe formada por menos de mil pessoas, chegando a ter aproximadamente 1 100 funcionários¹⁴ no pico de suas operações. Além de iniciativas na área comercial, o poderoso organismo realizou ações voltadas às relações culturais dos Estados Unidos com as outras repúblicas do continente. Para que essas ações prosperassem, primeiro era necessário definir exatamente o que a expressão “relações culturais” significava. Nelson enviou uma definição preliminar do termo – redigida por Robert Granville Caldwell, funcionário do OIAA, diretor da *School of Humanities, Arts and Social Sciences* do MIT e, antes disso, enviado diplomático à Portugal e Colômbia – a Robert Maynard Hutchings, presidente da *University of Chicago*, pedindo a ele que acadêmicos de áreas diversas, pertencentes à universidade, elaborassem uma significação do termo, sugerindo projetos à sua agência. O sociólogo e professor de direito Quincy Wright propôs o seguinte conceito, adaptado às atividades do OIAA:

¹⁴OFFICE OF INTERAMERICAN AFFAIRS, 1947, p. 8.

O termo “relações culturais” inclui todas as interações de culturas distintas umas em relação às outras. Da maneira como é usado nessa agência [OCIAA] inclui somente os contatos que aumentem a compreensão empática e a amizade entre os povos de diferentes nações. Essa compreensão entre as repúblicas americanas é estimulada pela disseminação do conhecimento mútuo de sua história, língua e organização social. E é incentivada adiante por meio do desenvolvimento da apreciação recíproca de crenças características, hábitos, maneiras de pensar, trabalhar e esforços criativos – especialmente na sua melhor expressão. Um programa positivo de relações culturais, como o que essa agência está patrocinando, busca sobretudo nutrir esses objetivos e ideias culturais mantidas em comum entre os povos do Hemisfério Ocidental.¹⁵ (WRIGHT apud SADLIER, 2012, p. 14, tradução nossa)

As atividades do OCIAA na área cultural foram bastante amplas, e seu objetivo final era promover o *american way of life*, mostrando os atrativos do desenvolvimento industrial e científico dos Estados Unidos aplicados à vida cotidiana de seus cidadãos. A partir das recomendações de Wright para a promoção do conhecimento mútuo e o desenvolvimento da apreciação recíproca entre as culturas, buscou-se enfatizar elementos comuns entre elas. Para isso, lançou-se mão de programas de informação pública e educação, divulgados por meio de transmissões radiofônicas, uma diversidade de itens de mídia impressa e das artes. Nesse último campo, foram implementados projetos nas áreas de cinema, música, publicações e traduções literárias, intercâmbio de estudantes e professores universitários, fundação e ampliação de bibliotecas, entre outras ações.

Dos vinte e seis projetos primeiramente aprovados, que custaram juntos quase meio milhão de dólares, o de maior orçamento foi uma exposição de pintura contemporânea estadunidense que circulou a América Latina, organizada pelo MoMA, no valor de US\$ 150.000¹⁶. A mostra, exposta antes da itinerância no *Metropolitan Museum*, em Nova York, continha obras de artistas como Georgia O’Keeffe, Thomas Hart Benton, Edward Hopper, Stuart Davis, Loren MacIver, Eugene Speicher, Peter Hurd e Robert Henri. A exposição foi apresentada na Cidade do México, Quito, Lima, Santiago, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Montevidéu, Havana, Caracas e Bogotá, atraindo um público total de 218.089 visitantes¹⁷. No Brasil, resenhas positivas da mostra foram redigidas por Manuel Bandeira e José Lins do Rego. Como complemento, foi organizada uma exibição de arte latino-americana destinada a circular pelos Estados Unidos, com peças pertencentes a diversos museus, empresas e instituições do país

¹⁵ “The term “cultural relations” includes all interactions of distinctive cultures upon one another. As used in this office [OCIAA] it includes only those contacts which increase sympathetic understanding and friendship among the peoples of different nations. Such understanding among the American Republics is stimulated by the dissemination of knowledge of each other’s history, language and social organization. It is further stimulated by the development of appreciation of each other’s characteristic beliefs, habits, ways of thought, work and creative efforts – especially in their best expression. A positive program of cultural relations, such as this office is sponsoring, seeks above all to foster those cultural objectives and ideas held in common among the peoples of the Western Hemisphere.” (WRIGHT apud SADLIER, 2012, p. 14)

¹⁶ O equivalente a US\$ 2.439.826,01 em 2015, de acordo com o calculador de inflação, disponível em: <www.westegg.com/inflation>. O valor é considerável, correspondendo praticamente a um terço de todo o montante alocado para esse primeiro lote de projetos.

¹⁷ SADLIER, 2012, p. 159-160.

como o MoMA, *Art Institute of Chicago*, *Pan American Union*, IBM, *The Philadelphia Museum of Art* e *The San Francisco Museum of Modern Art*¹⁸. Candido Portinari era um dos artistas presentes. O novo cargo governamental e as responsabilidades a ele inerentes levaram Rockefeller a abdicar da presidência do MoMA, decisão anunciada em nove de janeiro de 1941. Apesar de oficialmente desligado do museu, as relações de Nelson com a instituição não diminuíram, mas Rockefeller utilizou o MoMA como instrumento de efetivação da Política da Boa Vizinhança. Nos anos seguintes, o museu seria palco de diversos eventos para promover a cultura latino-americana, como exposições, apresentações musicais e exibições de filmes. A instituição não foi a única a ser utilizada por Nelson para esses fins lançando, de certo modo, as bases para esforços do OIAA na área cultural.

Referências Bibliográficas

LOEBL, Suzanne. *America's Medicis: the Rockefellers and their astounding cultural legacy*. Nova York: Harper Collins, 2010.

OFFICE OF INTERAMERICAN AFFAIRS. *History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1947.

REICH, Cary. *The life of Nelson A. Rockefeller: worlds to conquer, 1908-1958*. Nova York: Doubleday, 1996.

SADLIER, Darlene J. *Americans All: good neighbor cultural diplomacy in World War II*. Austin: University of Texas Press, 2012.

TOTA, Antonio Pedro. *O Amigo Americano: Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

¹⁸ SADLIER, 2012, p. 160.

Absolutismo cultural, cine y la hegemonía de Estados Unidos en el siglo XX

Fabio Nigra

“Tarde o temprano, se alcanzará un punto en que las alianzas entre los poderes del Estado y el capital, que se forman en respuesta a esta competencia, lleguen a ser tan formidables que eliminen la competencia misma y, por consiguiente, la posibilidad de que emerja un orden superior para los nuevos poderes capitalistas”

Giovanni Arrighi. *El largo siglo XX*; Madrid, Akal, 1999

El concepto de imperialismo cultural tuvo un desarrollo importante en las décadas de 1960 y 1970, que fue desapareciendo a medida que el impacto del pensamiento posmoderno transformó las discusiones académicas hacia los pequeños problemas, en vez de los grandes relatos de legitimación (como llamaban a los modelos ideológicos tales como el marxismo, el liberalismo o el fascismo). De la misma forma que la discusión sobre la ideología pasó a cuarteles de invierno tras la aparición de los consumidores, las orientaciones sexuales o las cuestiones identitarias subnacionales para los mismos años, el concepto de imperialismo comenzó a desdibujarse tras la supuesta finalización de la historia y la emergencia de un concepto de globalización que no tenía nada de nuevo.

Desde hace varios años el proceso de concentración de capitales que se produce a nivel mundial permite asegurar que nos encontramos en una etapa superior del desarrollo del capitalismo, que en otro lugar llamé “absolutismo capitalista”¹, donde se reduce la cantidad de empresas de todo orden, hacia megaempresas transnacionales. La industria del cine, entendida dentro de un concepto mayor que se puede denominar *grandes medios de comunicación concentrados*, no ha escapado a dicho proceso. En consecuencia, corresponde intentar comprender un fenómeno que es económico y también cultural, cuya síntesis no es otra que un direccionamiento político de una gran burguesía transnacional. De esta forma, es lógico comenzar analizando los procesos económicos, para luego desarrollar los fenómenos culturales y sociales anclados a aquél. Siempre es útil recordar que Marx lo pudo ver, y lo propuso muy claramente, cuando sostuvo que

¹ Fabio Nigra. “El absolutismo. Etapa superior del imperialismo”, en Pablo Pozzi y Fabio Nigra. *Huellas Imperiales. De la crisis de 1929 al presidente negro*, 2da. Edición actualizada; Buenos Aires, Imago Mundi-Ciccu, 2013.

“las ideas de la clase dominante son las ideas dominantes en cada época; o, dicho en otros términos, la clase que ejerce el poder material dominante en la sociedad es, al mismo tiempo, su poder espiritual dominante. La clase que tiene a su disposición los medios para la producción material dispone con ello, al mismo tiempo, de los medios para la producción espiritual, lo que hace que se le sometan, al propio tiempo, por término medio, las ideas de quienes carecen de los medios necesarios para producir espiritualmente. Las ideas dominantes no son otra cosa que la expresión ideal de las relaciones materiales dominantes, las mismas relaciones materiales dominantes concebidas como ideas; por tanto, las relaciones que hacen de una determinada clase la clase dominante son también las que confieren el papel dominante a sus ideas.”²

De este brillante fragmento pueden obtenerse muchas conclusiones. Sin embargo, el eje central está en que la clase dominante, al tener a su disposición los medios de producción (que en el caso de la comunicación de masas implica estudios, cámaras, luces, pero también redes internacionales, satélites, etc.), puede imponer sus ideas o percepciones, forma de ver el mundo, ideología o cultura, o como bien dice, las “ideas dominantes no son otra cosa que la expresión ideal de las relaciones materiales dominantes”. Ello evidentemente no es tan taxativo, el mismo Gramsci, sin contradecir abiertamente el postulado, advirtió que las cosas son menos lineales y mucho más complejas, por lo cual cabe efectuar distinciones y precisiones al respecto. Lo que sí resulta claro es que los grandes medios de comunicación entendidos como masas concentradas de capitales, por un lado; y los grandes lineamientos económicos-ideológico-culturales por el otro (que hoy es consensualmente denominado y englobado como *neoliberalismo*), funcionan entrelazados como una cadena de ADN: las dos capas del imperialismo absolutista trabajan en la misma dirección reafirmando uno la potencia del otro.

En consecuencia, para volver a indagar sobre el fenómeno que se puede denominar imperialismo cultural, es imprescindible efectuar un recorrido que comience por lo material, para luego pasar a lo cultural e ideológico, a fin de culminar en ejemplos específicos e ilustrativos.

1

Pardo sostiene que “la internacionalización del negocio del cine está llevando a difuminar las fronteras entre la nacionalidad de las empresas y de las películas”³, lo que es una verdad indiscutida si se reflexiona sobre los capitales que dan sustento a las *Majors*. Sin embargo, deben tenerse en cuenta otros elementos para comprender la profundidad e importancia de esa idea. En primer término, destacar que conforme lo han establecido muchos autores, la producción y exportación de películas por parte de Estados Unidos se benefició por

² Carlos Marx. *La Ideología Alemana*; Montevideo, Pueblos Unidos, 1985, páginas 50-51.

³ Alejandro Pardo. “Europa frente a Hollywood: breve síntesis histórica de una batalla económica y cultural”; en *Revista Doxa. Comunicación*, nro. 12, 2011, página 50.

las consecuencias emergentes de las dos Guerras Mundiales y la crisis de 1930, estableciéndose por ello momentos en que avanzó sobre otros mercados en base a su capacidad de producción a escala de películas, y la imposibilidad material de desarrollar el volumen necesario en las filmografías no norteamericanas.⁴ Si a ello le sumamos la acción decidida por parte de los diferentes gobiernos federales en el frente externo, junto al accionar de la MPEA (*Motion Picture Export Association*-Asociación para la Exportación Cinematográfica), conocida como la “pequeña Secretaría de Estado” en lo que hace a las presiones comerciales sobre la distribución en el exterior, es evidente que las *Majors* de Hollywood son el eje alrededor del cual se ha impuesto una fórmula de elaboración de filmes y elementos subsidiarios incontrolable por parte de los intentos no norteamericanos.

Hace años destacué el hecho de que se había superado la etapa tradicionalmente llamada imperialismo, para dar paso a una nueva instancia que denominé absolutismo capitalista. Se asumía el proceso, que había destacado Robert Reich, de dispersión de las producciones parciales hacían un producto mundial, de esta forma:

“Por ejemplo, cuando un norteamericano compra un Pontiac Le Mans a General Motors, inconscientemente está realizando una transacción internacional. De los 10.000 dólares que paga a General Motors, cerca de 3.000 van a Corea del Sur, donde se efectuaron los trabajos de rutina y las operaciones de montaje; 1.750 dólares van a Japón por la fabricación de los componentes de vanguardia (motores, eje de dirección e instrumentos electrónicos); 750 dólares a Alemania por el diseño y el proyecto del prototipo; 400 dólares a Taiwán, Singapur y Japón por los pequeños componentes; 250 dólares a Gran Bretaña por los servicios de marketing y publicidad; y cerca de 4.000 dólares pasan a los intermediarios estratégicos de Detroit, a los abogados y banqueros de Nueva York, a los ‘lobbistas’ en Washington, a las aseguradoras de todo el país, y a los accionistas de General Motors -la mayoría de los cuales son norteamericanos, aunque hay un número creciente de extranjeros.”⁵

Con el proceso económico que se llamó la *Era Corporativa de Hollywood* durante la década de 1990 del siglo pasado, se puede cambiar motor por guión; diseño por idea; caja de cambios por montaje, y así hasta alcanzar todos los procesos necesarios que hacen a una película. Es decir, si una película puede tener su origen remoto en un guionista indú, los servicios legales en Nueva York, la preproducción parcial en Los Ángeles y en otras localidades del mundo; los desarrollos digitales para los efectos especiales en el Sudeste Asiático, los actores de diversas nacionalidades y el director de otra, estamos en un sistema de producción de mercancía mundial. Si a esto se añaden los subsidios y apoyos por parte del gobierno

⁴ Puede consultarse al respecto Toby Miller, Nitin Govil, John McMurria y Richard Maxwell. *El Nuevo Hollywood. Del imperialismo cultural a las leyes del marketing*; Barcelona, Paidós, 2005; Enrique E. Sanchez Ruiz. *Hollywood y su hegemonía plantearia: una aproximación histórico-estructural*; Guadalajara, Revista de la Universidad de Guadalajara-La colección de Babel nro. 28, 2003; Alberto González Pascual. *Ideología en el cine estadounidense (1990-2003)*; Madrid, Ed. Fundamentos, 2010; Joel Augros. *El dinero de Hollywood. Financiación, producción, distribución y nuevos mercados*; Barcelona, Paidós, 2000, entre otros.

⁵ Robert B. Reich. *El trabajo de las naciones. Hacia el capitalismo del siglo XXI*; Madrid, Vergara, 1993, página 92.

federal de Estados Unidos, junto -en caso de coproducción por contrato con otro país, pongamos Australia- a los subsidios, créditos a tasa subsidiada y los bajos salarios de los técnicos varios de este último país o de cualquier otro país periférico, nos encontramos ante un producto mundial como lo es un automóvil, pero en el cual la fórmula que garantiza el éxito está rígidamente pautada al estilo narración clásica de Hollywood. Además,

“al igual que las empresas de segundo rango de todas partes, también están desarrollando operaciones globales, sobre todo en naciones que hablan la misma lengua. Como consecuencia, las empresas mediáticas de segundo rango de las naciones en vías de desarrollo tienden a tener agendas políticas pro-comerciales y a apoyar la expansión del mercado mediático global, lo que las enfrenta con grandes segmentos de la población de sus propios países. Juntos, los setenta u ochenta colosos de primer y segundo orden controlan gran parte de los medios de comunicación del mundo: publicación de libros, revistas y periódicos; grabación musical; producción televisiva; cadenas de televisión y canales por cable; sistemas de televisión por satélite; producción cinematográfica, y salas de cine. Pero el sistema todavía está evolucionando mucho. El resultado final de toda esa actividad entre las empresas mediáticas de segundo orden es probable que sea la creación de uno o dos colosos más, y es casi seguro que eso significa que el número de competidores viables dentro del sistema seguirá cayendo en picado.”⁶

Evidentemente el proceso de transición al absolutismo capitalista no podía dejar afuera a Hollywood, por cuanto es el mejor reproductor cultural de pautas, valores y principios funcionales a la expansión del ideario norteamericano (amén de ser también mercancía), tal como venimos estudiando desde hace años. En *El absolutismo...*, sostuve que “si el monopolio es el contrario dialéctico de la libre competencia, cabe pensar al absolutismo capitalista como contrario dialéctico del imperialismo. Uno, negando en términos fácticos la condición de posibilidad del mercado atomizado; el otro, negando la condición de posibilidad del mercado de carácter nacional.” De alguna forma, lo mismo argumenta McChesney, cuando indica que

“el régimen global en su totalidad es el resultado de las estrategias políticas neoliberales impuestas por el gobierno de los Estados Unidos. Y, aún más importante, no muy lejos de la superficie se encuentra el papel del ejército estadounidense como policía global del capitalismo, con las corporaciones y los inversores afincados en los Estados Unidos al asiento del conductor. Recuérdense las palabras de aprobación de Thomas Friedman: «La mano oculta del mercado nunca funcionará sin un puño oculto. McDonald's no puede florecer sin McDonnell Douglas, el diseñador de los F-15. Y el puño oculto que hace que el mundo siga siendo un lugar seguro para las tecnologías de Silicon Valley lleva por nombre Ejército, Aviación, Marina y Cuerpos de Marines de los Estados Unidos». En pocas palabras, es necesario desarrollar una comprensión de la globalización neoliberal articulada con el militarismo estadounidense -y las terribles implicaciones que ello sugiere-, más que una explicación opuesta a aquélla. Esa relación clave entre el ejército estadounidense y el proyecto global neoliberal, una de las cuestiones políticas centrales de nuestro tiempo, también le resulta casi desconocida al periodismo de la CNN, propiedad de AOL-Time Warner...”⁷

⁶ Robert W. McChesney. “Medios de comunicación globales, neoliberalismo e imperialismo”, publicado en *Monthly Review* nro. 52, de marzo de 2001, página 118.

⁷ Idem, página 126.

Tal como sostiene Pardo, las películas de Estados Unidos apenas han encontrado competencia en el país en el que desembarcan, de forma tal que las producciones de Hollywood copan el 70% del mercado, contra el 5% de las películas extranjeras dentro de Estados Unidos. Y por ende, «a lo que estamos asistiendo», dice Christopher Dixon, analista mediático de la firma de inversiones PaineWebber, «es a la creación de un oligopolio global. Ya les pasó a las industrias petrolera y automovilística anteriormente en este siglo; ahora le está sucediendo a la industria del entretenimiento»⁸, lo que de alguna forma ratifica, desde una voz autorizada por formar parte del *inner circle*, la transformación descrita como *absolutismo capitalista*. Es evidente que este proceso comenzó en los años de Ronald Reagan y Margaret Thatcher, pero dicha modalidad se consolidó y profundizó a partir de la década de 1990 configurando un salto adelante en lo que se dio en llamar el *Hollywood Corporativo*, que es:

“fruto de la unión ‘del principio de sinergia y diversificación controlada con otras importantes fuerzas como la globalización, la digitalización y la desregulación de los medios en Estados Unidos’ (...) Como resultado una nueva serie de gigantes mediáticos –AOL-Time Warner, Sony-Columbia, News Corporation-Fox, Viacom-Paramount y Disney-Capital Cities/ABC, NBC-Universal- se hicieron con el control de los estudios de Hollywood y se convirtieron en la fuerza dominante de una industria del entretenimiento clara y rápida expansión global.”⁹

Vale destacar que Sony-Columbia es de capitales japoneses; News Corporation-Fox, de Rupert Murdoch (podría decirse que británico), y que General Electric es propietaria de NBC-Universal, sin perjuicio de la relación entre el CréditLyonnais y MGM que es más dominio que otra cosa. Este proceso muestra la interrelación entre filmes, grandes medios de comunicación, capital financiero e inversiones de cobertura de empresas que originalmente se dedicaban a la producción de bienes de consumo. Sin embargo,

⁸ Citado en Robert W. McChesney. “Medios de comunicación globales...”, op cit, página 111.

⁹ Alejandro Pardo. “Europa frente...”, op cit, página 50.

“la idea de que las corporaciones mediáticas son simples proveedoras de cultura estadounidense es cada vez menos plausible, según el sistema de medios de comunicación se va volviendo progresivamente más concentrado, comercializado y globalizado. Como he señalado antes, los gigantes mediáticos globales son las empresas más genuinamente multinacionales, cuyos accionistas, cuyas sedes y cuyas operaciones están diseminados por todo el planeta. El sistema mediático global se entiende mejor como un sistema que pone en primer lugar los intereses y los valores corporativos y comerciales y denigra o ignora todo aquello que no pueda incorporarse a su misión. No existe ninguna diferencia discernible entre los contenidos de las diferentes compañías, tanto si sus propietarios son accionistas japoneses o franceses como si su sede está en Nueva York, Alemania o Sydney.”¹⁰

En la actualidad, la concentración es aún mayor, tal como surge de la Revista *Variety*, y tomando datos de la empresa de auditoría PWC, las fusiones y adquisiciones del año 2013 se incrementaron:

“Este año ha visto una serie de pactos llamativos entre Time Warner Cable y Comcast, y AT & T y DirecTV. La mayor parte de la actividad se realizó en el llamado espacio ‘megadeal’, que clasifica fusiones y adquisiciones por valor de más de mil millones. Esos aumentaron en un 50% año tras año, de seis a nueve, e incluyen la venta de Los Angeles Clippers por \$ 2 mil millones junto al contrato de 5.7 mil millones de Level 3 TW Telecom, además de la compra de DirecTV por AT & T, y la de \$ 46 mil millones por Comcast efectuada por Time Warner Cable. Durante el trimestre fiscal más reciente, la actividad de fusión llegó a \$ 74 mil millones. El mayor movimiento ocurrió en el sector de publicidad y mercadotecnia, donde se llevaron a cabo 53 transacciones, seguidas de publicaciones con 42 ofertas e Internet y servicios de información con 40. Hubo 11 acuerdos en el espacio cinematográfico, 16 en el mundo de la radiodifusión y cinco en el sector del cable. Aquellos que buscan expandir su alcance echan un vistazo en el extranjero: las empresas de EE. UU. adquirieron 100 objetivos en el extranjero a lo largo del primer semestre de 2014 en comparación con los del 79 año pasado.”¹¹

Para estas nuevas *Majors*, “las exportaciones de películas y programas de televisión norteamericanos aumentó un 22% en 1999, y la lista de las 125 películas más taquilleras de 1999 se compone casi exclusivamente de material de Hollywood.”¹² Ya en el año 2009 (se recuerda que es el año siguiente al de la explosión de la crisis económica de las hipotecas *subprime*), la recaudación por entradas de cine dentro de Estados Unidos alcanzó a 10.600 millones de dólares, mientras que la recaudación mundial se estimó en 29.200 millones de dólares, que se corresponden con 9.600 millones para Europa, África y el Medio Oriente; 6.400

¹⁰ Robert W. McChesney. “Medios de comunicación globales...”, op cit, página 125. Y amplía el autor respecto a la cotidianeidad de la concentración cuando sostiene que “muchas de las mayores empresas mediáticas comparten los mismos accionistas principales, son propietarias las unas de las otras, o sus juntas directivas se entrecruzan. Cuando *Variety* confeccionó su lista de las cincuenta mayores compañías mediáticas globales de 1997, observaba que la ‘fusionmanía y la propiedad entrecruzada habían creado una compleja red de interrelaciones capaz de «marear a cualquiera». El mercado global propicia con fuerza que las corporaciones establezcan sociedades conjuntas en términos de paridad, en los que dos o más gigantes de los medios de comunicación comparten la propiedad de una empresa. De este modo, las compañías reducen la competencia y el riesgo y aumentan la probabilidad de obtener rentabilidad. Como expresaba en *Variety* el director ejecutivo de Sogecable, la mayor empresa de medios de comunicación de España y una de las doce mayores empresas privadas de medios de comunicación de Europa, la estrategia «no es competir con las compañías internacionales, sino unirse a ellas.»’ Idem, página 118.

¹¹<http://variety.com/2014/biz/news/media-and-entertainment-mega-mergers-increase-50-1201286817/>, consultado el 21/11/2015

¹² Robert W. McChesney. “Medios de comunicación globales...”, op cit, página 124-

millones para el área de Asia-Pacífico y 2.600 millones para América latina y otros menores. Es decir, el consumo doméstico de Estados Unidos alcanza a 1/3 del total mundial. Sin embargo, si el 70% de las exhibiciones en Europa se corresponden con películas de aquel país, ¿cuánto dinero del resto de la recaudación fue a parar a las arcas de las *Majors*?

Para el caso de Argentina, la dominación de los films provenientes de Estados Unidos es similar a lo que sucede en el resto del mundo, esto es, entre el 75 y el 80% del total de los espectadores concurren a ver una película de este origen. Los datos se complementan con la recaudación según el origen del producto, marcando una fuerte predominancia de las producciones originadas en Estados Unidos, sin perjuicio del fuerte esfuerzo económico realizado durante la primera década del siglo XXI para incrementar la producción de cine argentino, tal como surge de la tabla y el gráfico que siguen:

Cine. Recaudación según origen del film (EE.UU., Argentina y otros).

Argentina 2004 a 2013

Año	Recaudación (en porcentajes)		
	EE.UU.	Argentina	Otros
2004	74,78%	12,49%	12,73%
2005	75,63%	11,33%	13,04%
2006	78,74%	10,09%	11,16%
2007	78,58%	8,45%	12,97%
2008	81,73%	11,27%	7,00%
2009	77,36%	15,29%	7,34%
2010	83,74%	7,95%	8,31%
2011	82,78%	6,12%	11,10%
2012	82,55%	8,52%	8,93%
2013	80,02%	14,19%	5,79%

FUENTE: DEISICA (Depto. de Estudio e Investigación del Sindicato de la Industria Cinematográfica Argentina).

Esto fue posible porque los grandes conglomerados asentaron oficinas de distribución en prácticamente todo el mundo, a fin de, a través de su “pequeña Secretaría de Estado”, lograr presionar a los mercados externos, y cuando no era posible esto, ceder su lugar al Gobierno Federal de Estados Unidos, el que a través de la OMC ejerciera las presiones correspondientes.

El primer punto que debe dejarse en claro entonces es que las películas emanadas de los Grandes Estudios, aquellas que son consideradas de clase A y conocidas comúnmente como *blockbusters*, son un producto mercantil, y por ende su objetivo primario no es el arte expresado, sino el beneficio capitalista, tal como se sostuvo en “Las Majors de Hollywood”.¹³ La consultora *Price-Waterhouse Coopers* ha estimado que a principios del siglo XXI las empresas cinematográficas con sede en Estados Unidos obtuvieron alrededor de 11 mil millones de dólares por exportaciones de películas. Y poco antes, hacia 1995, el 75% de las entradas de cine que se compraron en Europa eran de películas emanadas de Estados Unidos. ¿No se siente un aroma de imperialismo liso y llano con estos datos? Y eso sin considerar ampliamente el uso de los cañones y la bandera, tan típico del imperialismo. A fines del siglo XX,

“los gobiernos y las empresas de Estados Unidos siguen atacando los intentos de otros países por afirmar sus derechos a la autodeterminación nacional en las pantallas mediante restricciones a la importación. Washington le comunicó al mundo que iba a utilizar las célebres disposiciones del Acta de Comercio de 1974 contra cualquier proteccionismo cultural que le desfavoreciera.”¹⁴

Ello, sin perjuicio de un conjunto de acciones desarrolladas desde la década de 1990, gracias al auge del neoliberalismo a nivel global, por las cuales, con una diferente división nacional e internacional del trabajo, que promovió un nuevo nivel de explotación de estos trabajos culturales, se logró mundializar a los *blockbusters*, esto es, las películas de gran presupuesto y gran cuidado visual, que se sabe tendrán éxito y que podrán ser apoyadas por el marketing, el *merchandising*, la derivación al formato DVD, la televisión y la exportación. De esta forma, la producción de tipo cultural (tomando a las películas dentro de este concepto) comenzó a diseminarse a lo largo y ancho del mundo, en particular donde o es predominante o se ha convertido en *lingua franca* el inglés. Por caso, en los productos de animación, el Sudeste Asiático tiene una base sustancial:

“Existen 239 productores *majors* repartidos por treinta y nueve países, y el 90% de los dibujos animados televisivos se hacen en Asia, de Los Simpson a las Tortugas Ninja. Los estudios de Manila producen media hora por un presupuesto de 120 a 160.000 dólares, mientras que en Estados Unidos el coste es de 300.000 dólares. China y Vietnam están aún peor pagados. Hasta el *Public Broadcasting Service* de Estados Unidos manda hacer sus dibujos animados afuera.”¹⁵

¹³ Fabio Nigra. “Las *Majors* de Hollywood: una aproximación a la estructura de un aparato cultural imperial”; en Fabio Nigra. *El cine y la historia de la sociedad. Memoria, narración y representación*; Buenos Aires, Imago Mundi, 2016.

¹⁴ Toby Miller, Nitin Govil, John McMurria y Richard Maxwell. *El Nuevo Hollywood. Del imperialismo cultural a las leyes del marketing*; Barcelona, Paidós, 2005, página 22.

¹⁵ Idem, página 77.

Tal como grandes fábricas eran desmontadas de su localización original en Estados Unidos, para ser relocalizadas en lugares donde no existieran condicionamientos sindicales, y con gobiernos y normas favorables a los intereses del gran capital, así hicieron los grandes estudios para lograr un doble objetivo: la reducción de costos de producción, junto a la penetración creciente en los mercados externos. De esta forma, la “des-localización permite una re-territorialización a ojos de un extranjero, que hace, por ejemplo, que Canadá sea ‘el norte de Hollywood’, en la misma medida en que es ‘el norte de México.’” La producción de una película norteamericana tanto en Canadá, Australia o Inglaterra es conocida como *producción runaway* (producción fugitiva). Filmada con técnicos, directores o artistas extranjeros, y localizada en distintos lugares -baratos- del mundo, finalmente son películas norteamericanas de Hollywood. Estas producciones pasaron de 500 millones de dólares en 1990 a 2.800 millones en 1998, y por ello, “hacia finales de los noventa, la NICL (Nueva división internacional del trabajo cultural) le estaba costando supuestamente 7.500 millones de dólares al año a Los Ángeles en efectos multiplicadores, además de 20.000 puestos de trabajo.”¹⁶

2

En un trabajo de principios de la década de 1990, Joseph Straubhaar, analizando la evolución del concepto de imperialismo cultural, en particular el desarrollado por los medios de comunicación, sostuvo que tal como Guback y otros señalaron,

“el éxito internacional de las películas estadounidenses y de la industria de la televisión no se basó exclusivamente en lo atractivo de los productos culturales de ese país. La industria también empleó esquemas de distribución monopólica para asegurar su predominio en el mercado mundial. El cártel de la *Motion Picture Export Association of America* era ejemplo de una cooperación poco usual entre competidores. Dicha organización obtuvo el permiso del gobierno de Estados Unidos para pasar por alto las leyes anti-monopolio de ese país al establecer precios y coordinar ventas a otros continentes.”¹⁷

El autor realiza un recorrido de las décadas de 1960 a la de 1980 respecto al concepto de imperialismo cultural, marcando la evolución de la idea originaria del concepto de dependencia cultural por un lado, y por el otro de domesticación o aceptación acrítica por parte de los receptores de la cultura que recibían en base a criterios de clase o meramente económicos. Eran ideas apoyadas fuertemente en un conjunto de supuestos tales como el

¹⁶ Ibid, páginas 82-83.

¹⁷ Joseph Straubhaar. “Más allá del imperialismo de los medios. Interdependencia asimétrica y proximidad cultural”; en *Revista Comunicación y Sociedad* (CEIC, Universidad de Guadalajara), num. 18-19, mayo-diciembre de 1993 (publicado originalmente en la Revista *Critical Studies in Mass Communication*, 8-1991), página 80.

“control de las estructuras locales de los medios, el rol ideológico de la publicidad, así como la importación de noticias y otros productos de medios”, y de esta forma, la perspectiva “concibe todavía a las estructuras y a los factores económicos como determinantes y no presta mucha atención a la interacción de la audiencia con el texto o con el contenido de los productos culturales.”¹⁸ Una visión alternativa es la del imperialismo de los medios en términos menos estructurales y marxistas, que tiende a centrarse en los desequilibrios de poder y en los flujos de los medios, aunque para el autor adolecían de fallas metodológicas y teóricas en su sustento. Si bien en ese momento su conclusión permitió un espacio para las alternativas locales ante la invasión norteamericana, queda claro que el proceso avanzó hasta tal punto que las producciones locales optaron por no competir en aquellos espacios en que la hegemonía estadounidense resultara tan clara, como las series y las grandes producciones, optando por buscar los espacios que contemplen gustos u orientaciones culturales locales, con bajo presupuesto (al estilo de *talk shows*, o miniserias acotadas con temas muy locales).

En la actualidad todo hace suponer que la segunda opción se desdibuja en favor de la primera, por cuanto gigantes estilo Netflix están no solamente quebrando el monopolio de la televisión de aire o por cable estilo Directv, sino que se ha convertido en un gigante *absolutista*. De alguna forma, esta concentración afecta las percepciones, de manera tal como sostuvo Mattelart, quien si bien cuestionó el hecho de que durante mucho tiempo se trató al imperialismo cultural como una cuestión genérica, a su entender “el objetivo de lo que se llama ‘imperialismo cultural’ es contribuir a la creación de un modelo de ciudadano que sea apropiado a la era del capitalismo.”¹⁹ Sin embargo, es relevante considerar que para conceptualizar la idea de imperialismo cultural es imprescindible basarse en la cuestión material, pero también esa cuestión material se encuentra entrelazada con lo simbólico, y por ello, tal como sostuvo Gramsci (que es citado por Mattelart)

“es preciso tener en cuenta que las relaciones internas de un Estado se entrecruzan con las relaciones internacionales, creando nuevas combinaciones originales e históricamente válidas. Una ideología nace en un país desarrollado, se difunde en los países menos desarrollados y tiene incidencia en el juego de combinaciones local. Esa correlación entre las fuerzas internacionales y las fuerzas nacionales se complica aún más porque en el interior de cada Estado existen divisiones territoriales, con diferentes estructuras y distintas relaciones de fuerzas en todos los niveles...”²⁰

La cuestión, entonces, es que no se termina de precisar qué se entiende por el concepto, más allá de apelaciones subterráneas a lo que el sentido común académico y militante puede concebir como “imperialismo cultural”. Sin embargo, siendo consistentes con lo planteado en

¹⁸ Idem, página 70.

¹⁹ Armand Mattelart. “Notas al margen del imperialismo cultural”, en *Comunicación y cultura*, febrero 1979, página 10.

²⁰ Idem, página 11. La cita de Gramsci la tomó de la *Antología* editada en Madrid por Siglo XXI, página 415.

el apartado anterior, debemos asumir un problema conceptual, que es el de aceptar la idea consensualmente aceptada de imperialismo o, por el contrario, delimitar si este avance de tipo cultural es de características absolutistas.

En *Palabras Clave* Raymond Williams aseguraba que la cultura tiene un doble significado, ya que desde la antropología cultural refiere a la producción material, mientras que en los estudios culturales, a la producción simbólica.²¹ El problema, indica, es que este doble sentido oculta la relación concreta y real entre la producción material y la simbólica. Terry Eagleton entiende que la cultura es una versión estetizada de una sociedad, ya que se “supone que la palabra «cultura» debería designar un tipo de sociedad, pero de hecho sólo es una manera normativa de imaginar esa sociedad.”²² Y por ello considera que aquello que afecte a la identidad (espiritual y material) puede impulsar a la gente a tomar las calles con el objetivo de defenderla.

Debe asumirse que la conciencia social es la que produce el sentido, y por ende las expresiones culturales, tal como insisten reiteradamente Verón²³ y Williams.²⁴ Sin embargo dejar de lado lo material resulta un error de concepto, por cuanto “nuestra propia noción de cultura, pues, se apoya en una alineación peculiarmente moderna de lo social por lo económico, de lo simbólico por lo material.”²⁵ Y dado que la producción cultural (como significación y como materia concreta) es el resultado de un gran agregado social, el Estado no puede estar ausente (cualquier forma de Estado, desde ya).

En consecuencia, podría aproximarse la idea de que el “imperialismo cultural” entrelaza claramente lo material en un doble aspecto (lo “social por lo económico”) y asimismo, lo cultural o simbólico en un doble aspecto (“lo simbólico por lo material”). El absolutismo capitalista no es sólo una dirección específica del proceso de acumulación de capital diseñado a partir de la década de 1980 del siglo pasado. La concentración de los capitales se produce en la totalidad de las ramas de industria imaginables, pero es solamente una parte del proceso. Hoy los medios de comunicación masivos no son herramientas de expresión sin sesgo o dirección. Como producto de la organización social y la división del trabajo no expresan “cultura” de manera inocente.²⁶ La “cultura” que los medios masivos de comunicación transmiten buscan múltiples objetivos: beneficio, construcción de consenso, homogeneización de los gustos. Por ello, como argumenta Williams los medios masivos de comunicación (en este caso el cine) “se constituyen como elementos indispensables tanto de las fuerzas productivas como de las relaciones de

²¹ Raymond Williams. “Cultura”, en Raymond Williams. *Palabras Clave*; Buenos Aires, Nueva Visión, 2008, página 91.

²² Terry Eagleton. *La idea de cultura*; Barcelona, Paidós, 2001, página 44.

²³ Eliseo Verón. “El sentido como producción discursiva”, en *La Semiosis Social*; Buenos Aires, Gedisa, 1998, página 25.

²⁴ Raymond Williams. *Marxismo y Literatura*; Barcelona, Península, 1997, página 152.

²⁵ Terry Eagleton. *La idea de...*, op cit, página 58.

²⁶ Como se sostuvo ya en Fabio Nigra. “Las *majors* de Hollywood o la forma del absolutismo cultural”, en Fabio Nigra. *El cine y...*, op cit, 2016.

producción.”²⁷ Es evidente que lo que está siendo visto en realidad es aquello que se está produciendo para ser visto.²⁸ En consecuencia, no hay inocencia cultural sino un aparato, un dispositivo específicamente diseñado, construido con la potencia de los grandes capitales para que sea lo que el receptor debe disfrutar (sentido común, digamos, o conceptualmente dicho, acción hegemónica).

Pierre Bordieu sostiene que existe una nueva vulgata, que es planetaria y que tiene un origen claro: Estados Unidos de América. El imperialismo cultural, a su entender, es una violencia simbólica, por cuanto

“se apoya en una relación de comunicación hecha para adornar la sumisión y cuya particularidad consiste en que universaliza los particularismos relacionados con una experiencia histórica singular, de modo que son desconocidos en tanto que particulares, pero reconocidos como universales.”²⁹

En otras palabras, la búsqueda de los grandes medios concentrados absolutistas es la determinación del sentido común. Estados Unidos es un país con enorme diversidad, constituido históricamente (como cualquier otro país, puede decirse). Sin embargo es mucho más fácil, para un habitante de casi cualquier país del mundo, identificarse con aspectos, situaciones o procesos originados en Estados Unidos que en el propio país o en el vecino. O en otras palabras, no caben dudas que los fundamentalistas islámicos son los malos de cualquier historia, mientras que el soldado o el agente de la CIA o quien sea (mientras sea estadounidense) representa los mejores valores posibles. Sin embargo, una mirada levemente crítica puede descubrir rápidamente que las cosas no son tan simples.³⁰ El proceso de implantación del ideario neoliberal (muy bien analizado por Perry Anderson³¹ y David Harvey³² entre muchos otros) logró la remodelación de las relaciones sociales y sus percepciones, de las prácticas culturales -y sus percepciones- y también del gusto (de la alimentación, el vestido, el esparcimiento, etc.), todo en perspectiva de las pautas impuestas en los Estados Unidos. Es por ello que Bordieu y Wacquant aseguraron que

²⁷ Raymond Williams. “Los medios de comunicación como medios de producción”; en Raymond Williams. *Cultura y Materialismo*; Buenos Aires, La Marca Editora, 2012, página 72 (el artículo es de 1978).

²⁸ Idem, página 84.

²⁹ Pierre Bordieu y Loïc Wacquant. “La nueva vulgata planetaria”; en *El Dipló* edición Cono Sur, número 11, mayo de 2000, página 11. Tomado de <https://www.insumisos.com/diplo/NODE/2639.HTM>, consultado por última vez en 1/03/2018.

³⁰ Como sostienen los autores citados, “este superpoder único, esta Meca simbólica de la Tierra, se caracteriza por el desmantelamiento deliberado del Estado social y del hipercrecimiento correlativo del Estado penal, la destrucción del movimiento sindical y de la dictadura de la concepción de empresa, fundada solamente sobre el ‘valor-acción’, y sus consecuencias sociológicas, la generalización del salario precario y de la inseguridad social, constituida como motor privilegiado de la actividad económica.” En Idem, página 11.

³¹ Perry Anderson. “Neoliberalismo: un balance provisorio”, en Emir Sader y Pablo Gentili (comps.). *La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusión social*; Buenos Aires, Clacso-Eudeba, 1999.

³² David Harvey. *Breve historia del neoliberalismo*; Buenos Aires, Akal, 2015.

“al imponerle al resto del mundo unas categorías de percepción homólogas de las estructuras sociales, los Estados Unidos readecuan el mundo a su propia imagen: la colonización mundial que se realiza a través de la difusión de estos conceptos ambiguos sólo puede conducir a una especie de ‘Consenso Washington... [que] está dotado de un poder de hacer ver las realidades que pretende describir, según el principio de la profecía autorrealizable...”³³

Para lograr este nivel de penetración debe destacarse no solamente su potencia material para obligar, de alguna forma, aceptar sus producciones visuales (entre otras), entendiendo esta idea como capacidad económico-financiera de penetración, sino que también se trabaja en múltiples niveles que para el ciudadano común pasan desapercibidos. Tal como sostuvo el gran especialista en Comunicación, Vicente Romano:

“Con los recursos científicos de las disciplinas más diversas (sociología, estudios de opinión, psicología, politología, relaciones públicas, estudios del comportamiento y de las motivaciones, teoría de la comunicación, etc.) se obtiene un pensamiento en modelos preformados. Una manera de pensar que, además, refuerza la apariencia de que se actúa libremente. Bajo el manto de una supuesta libertad de expresión, los pocos que realmente disfrutan de ella, es decir, los pocos que disponen de los medios para expresarla, intentan moldear sistemáticamente las conciencias de millones de personas, los condenan a la minoría de edad intelectual, los educan para ser dóciles, para soportar, sin críticas, el sistema de dominio y explotación vigente, y para considerar como propios los ideales falsos de este sistema. Las actuaciones y conductas resultantes se presentan como decisiones ‘libres’, autodeterminadas, cuando en realidad son inducidas, heterodeterminadas.”³⁴

Todo haría suponer que con semejante operación mediática concentrada, los grandes medios de comunicación “construyen” la opinión pública. Pero pasan dos cosas. En primer lugar, la opinión pública, tal como sostuvo Bordieu, “no existe”³⁵ ya que se la define con cuestiones preconstituidas y políticamente direccionadas, si bien es cierto que “la bestia capitalista engorda su poder a costa de la subjetividad”.³⁶ En segundo, que la orientación de la subjetividad, en la sociedad de masas y de medios de comunicación de masas en la que vivimos se encuentra atravesada por técnicas claramente estudiadas del efecto de un color, de una vestimenta, de un encuadre, etc., sobre el receptor. La discusión sobre la eventual pasividad o no de los espectadores (cine, teatro, televisión) es materia de los estudios de la recepción, y todo hace suponer que es un concepto en movimiento, gracias a lo cual no hay grandes consensos. Como sostiene Merlin,

³³ Pierre Bordieu y Loïc Wacquant. “La nueva...”, op cit, página 12.

³⁴ Vicente Romano. “Poder y Comunicación”, en *Revista Laborinto* nro 3, del 24 de Mayo de 2009; en http://laborinto.uma.es/index.php?option=com_content&view=article&id=79:poder-y-comunicacion&catid=37:lab3&Itemid=54; consultado por última vez el 1/03/2018.

³⁵ Pierre Bordieu. Exposición hecha en Noroit (Arras) en Enero de 1972. Publicada en *Les Temps Modernes*, Enero 1973, páginas 1292-1309. Incluida en *Questions de Sociologie* páginas 222-235, Les Éditions de Minuit, Paris 1980 y 1984.

³⁶ Nora Merlin. *Colonización de la subjetividad. Los medios masivos en la época del biomercado*; Buenos Aires, Letra Viva, 2017, página 37.

“en el neoliberalismo el mercado se pone el disfraz de la política, cuando en realidad opera un dispositivo planificado de sugestión y manipulación montado en la utilización de técnicas de venta, que lleva a que el accionar de los ciudadanos permanezca indiferenciado entre la libertad de elección y la sugestión. Se adquiere una marca, una identificación y una pertenencia imaginaria a un determinado universo de significación, sin advertirse que tras ello hay un proyecto político y económico.”³⁷

Es decir, el proceso de concentración absolutista de los medios de comunicación ha llevado a otro proceso, que es el de la concentración simbólica de las percepciones y decisiones, es decir, de la subjetividad del espectador.

3

Hay demasiadas películas producidas por el aparato previamente descrito, por lo que los ejemplos posibles excederían en mucho el espacio disponible. Dado que el objetivo aquí es poner en evidencia la importancia de la capacidad de transmisión y reproducción cultural-ideológica del cine de características absolutistas, se pondrán solamente dos ejemplos, uno ubicado en un contexto que efectivamente se produjo (Rambo III, y la presencia soviética y estadounidense en Afganistán); y el otro que mezcla hechos históricos reales con fusiones de personajes (El Patriota, sobre la guerra de independencia de los Estados Unidos de América).

Rambo III, la película más desembozadamente ideológica de la saga, fue estrenada el 25 de mayo de 1988, tal vez como un adelanto para las elecciones en las que ganaría George Bush (padre), el vicepresidente en ejercicio de Ronald Reagan. No resulta tan casual cuando se lo piensa como una parte más de la estrategia republicana (y en particular, de los sectores capitalistas más concentrados). El director fue Peter McDonald, y el script fue elaborado en conjunto por el mismo Sylvester Stallone junto a Sheldon Lettich. Tuvo un costo de unos 66 millones de dólares, y la recaudación global fue de unos 190 millones de dólares (un buen negocio, digamos).

Conforme el libro Guinness de los Records, Rambo III en su momento rompió un récord al ser el film más violento, ya que en él se producen 221 actos de violencia con más de 108 muertes... Desde el inicio expresa un claro posicionamiento ideológico, funcional

al nuevo diseño estratégico de la política exterior norteamericana, por cuanto se intenta mostrar la idea de que pese a mantenerse algunos de los elementos que condicionaron la posición de Estados Unidos en el sudeste asiático, la vocación reconciliadora es la que debe primar. En efecto, la película comienza como una especie de versión de una de las escenas claves de una película que caló profundo en la cultura norteamericana (hasta el punto de ganar

³⁷ Idem, página 38.

cinco premios Oscar), como lo fue El Francotirador (*The Deer Hunter*). Pero al revés.³⁸ Rambo luchando para conseguir dinero y donarlo, junto a su trabajo de constructor, a un templo budista.

Desde el inicio se busca construir una imagen falsa. En la guerra de Vietnam los Estados Unidos no solamente no ganaron, sino que además pusieron (y perdieron) mucho dinero. Asumiendo que existen dos películas previas en donde Rambo reivindica Vietnam y la postura de las Fuerzas Armadas norteamericanas, aparecer luchando y ganando es ya, cuando menos, una idea poco verosímil, aunque esté en consonancia con la evolución de la saga. Además cuando gana los mismos tailandeses lo ovacionan como si fuera un héroe propio, mostrando que si se es lo suficientemente fuerte y se aplica la “mano dura” el resultado no puede ser otro que la victoria y el apoyo popular (y muy coherente respecto a Rocky IV y la ovación en el estadio soviético).

Esta escena busca crear una equivalencia y pretende dejar asentado que lo sucedido no fue lo que sucedió, o en su defecto, que de haber dejado a los hombres que sabían hacer lo que debían hubiera sido lo correcto para obtener la victoria. De alguna forma se desideologiza el conflicto y el único problema es que no se ganó, y por ello si se hubiera ganado, serían aceptadas y vitoreadas las Fuerzas Armadas.

Rambo aceptará ir a Afganistán cuando le informan que su amigo, el Coronel Trautman, ha caído prisionero en la misión en la que le había solicitado apoyo. Sin solución de continuidad aparece en un mercado de –tal como indica un sobreimpreso- Peshawar, Pakistán, cerca de la frontera afgana, pero presentado con una mirada claramente prejuiciosa (desordenado, sucio, plagado de armas a la venta o en las espaldas de los paseantes). La percepción del otro aquí resulta condicionada y condicionante, porque no solamente se muestra lo que los realizadores suponen es un país cualquiera de medio oriente, sino también refuerza en el espectador esa percepción.

El mensaje ideológico antisoviético se encuentra por ejemplo en la escena en la que el Coronel Trautman ha de ser interrogado por el oficial a cargo de la zona que debían infiltrar. En primer término el lugar. Un fuerte oscuro, sucio, con mazmorras, casi como un castillo medieval. En la mazmorra, en donde va a ser interrogado y torturado el oficial norteamericano se mantiene una muy claramente posicionada discusión entre Trautman y el soviético, Coronel Zaysen. Considerando que estaba en su propio terreno, la apariencia de Zaysen es obviamente configurada para generar rechazo a priori: sucio, sin afeitado, desgarrado, tomando un vaso de

³⁸ El punto de la tergiversación del hecho histórico a través del cine puede analizarse con el excelente trabajo de Bruce Franklin, *Vietnam y las fantasías norteamericanas*, con el caso del asesinato del miliciano vietnamita por parte del jefe de la policía de Saigón. El análisis de la resignificación de ese crimen con base a la lógica inherente de la película *The Deer Hunter* es lo suficientemente expresivo como para no abundar aquí. Ver Bruce Franklin. *Vietnam y las fantasías norteamericanas*; Buenos Aires, Final Abierto, 2008, en particular páginas 45-51.

bebida similar al agua, que todo hace suponer que es vodka. De la charla entre ambos personajes surgen dos ejes muy claros. El primero, vinculado al tradicional discurso soviético sobre

la paz. Ahora bien, el mensaje de la película busca ridiculizarlo, por cuanto muestra que quienes hablan de paz han ocupado un país y generan masacres entre los civiles. El autosuficiente Coronel Zaysen le dice a su prisionero que tiene todo bajo control, y lo único que necesita para poder volver a su país con gloria es la información imprescindible para hacer fracasar la entrega de los misiles que Estados Unidos le entregarían a los *freedom fighters*, amén de darle a sus superiores al primer oficial norteamericano capturado en Afganistán (con todas las implicaciones diplomáticas y políticas que el hecho pudiera generar).

El segundo eje es nuevamente Vietnam. Como bien dijera Michael Klare, el trabajo para revertir la incidencia de Síndrome de Vietnam era constante, continuo, ideológico y cultural. Algo así como si se dijera: “Nosotros aprendimos de Vietnam, no nos metemos en lugares a luchar contra gente que defiende lo suyo, como en este caso los afganos. Aprendan de la historia y verán”, o sea, se quiere decir en este pequeño extracto, “que nosotros ya nos equivocamos. Ahora estamos para ayudar a los combatientes de la libertad.” No es casual su mención en el parlamento de Trautman, porque está en consonancia con la política de su gobierno de brindar apoyo material a dichos combatientes, como en Nicaragua o El Salvador, justificando de esta manera los nuevos lineamientos muy agresivos de la política exterior que se venían llevando adelante desde la Administración Reagan.

El oficial soviético es individualista, porque el planteo que le hace al Coronel Trautman es esencialmente personal, para salir de allí (en el caso el ofrecimiento es para ambos, porque busca implicarlo en su necesidad), lo que lo torna una figura decadente y despreciable. En cambio, el norteamericano no le contesta en términos personales, sino reproduciendo el discurso patriótico, o sea, mientras uno que proviene de un país que hace gala de las acciones colectivas como eje de su política actúa en forma individualista; el otro, que proviene de un país que hace gala de los beneficios del egoísmo individual responde con conciencia grupal, social, nacional. El norteamericano, en su discurso, actúa en forma totalmente cínica porque él, como representante de su país, y su país en conjunto, se creen depositarios de la bandera de la libertad y la democracia no como los soviéticos... claro que para ello al mismo tiempo debe invadir países (Granada), sabotear países (Nicaragua), o bloquearlos (Cuba).

Para sintetizar, el mensaje de la película es una ratificación de las ideas expuestas: los soviéticos son sanguinarios, los afganos son creyentes y patriotas (¿como tal vez deberían ser los norteamericanos?), y *freedom fighters*. Los norteamericanos amantes de la paz, la libertad

y enemigos del totalitarismo. Entonces, van a ir a combatir en el fuerte para que la lucha sea conocida y apoyada por el mundo libre. Sin embargo, no pueden dejar de marcar que

Rambo, cuando se pone a jugar con los afganos un juego tradicional (algo similar al pato, a caballo y disputando, levantando del piso y trasladando a una oveja hasta un punto de meta), resulta el mejor jugador y vencedor, como todo héroe norteamericano ha de ser.

El otro ejemplo para analizar los temas aquí desarrollados es la película *El Patriota*, del año 2000, dirigida por Robert Rodart, y protagonizada por Mel Gibson, Heath Ledger, Joely Richardson, Jason Isaacs, Chris Cooper y Tom Wilkinson, entre otros. Tuvo un presupuesto estimado de 110 millones de dólares pero la facturación global alcanzó a más de 215 millones; y fue filmada principalmente en Estados Unidos. La importancia en este caso es, en primer lugar, porque resulta ser un film que, al decir de Natalie Davis, es de ambientación histórica en que el argumento y personajes son ficticios, pero su marco histórico es intrínseco a la acción y su significado. En esta película el background sustancial es lo que Rosenstone denomina la

“falsa historicidad” “o ‘el mito del realismo’ que ha imperado en Hollywood desde siempre. Este mito es, en definitiva, la falsa idea de que la historia en realidad no es más que el ‘retrato de un período’, de que los objetos son historia por sí mismos y no en función de lo que significaron para la gente en un momento y lugar determinados. Y la conclusión a la que llega Hollywood a partir de esto es la siguiente: ‘con tal que el decorado y los objetos parezcan históricos, a fin de que el pasado sea más interesante, puedes inventarte los personajes y los hechos que consideres necesarios’.”³⁹

Por su parte, el trasfondo de *El Patriota* es la guerra de independencia de las Colonias del norte de América. Es claramente una película del tipo *high concept*, ya que su costo estimado de producción fue de 110 millones de dólares. Asimismo es del tipo *runaway*, ya que en los créditos figura como una coproducción con Gran Bretaña. El título del film es claramente indicativo en varios niveles: el de los invariantes (patriotismo, lucha del bien contra el mal, etc.)⁴⁰; la independencia como lucha fundacional y constitutiva del ciudadano estadounidense, como la vuelta a las raíces de la patria; la necesidad de hacer un acto de entrega por el supremo valor que es la propia tierra y la propia familia. Para decirlo de otra forma, todos los prototipos, los esquemas mentales que el espectador espera recibir con ese título han de hallarse a lo largo de la película. Es que lo que se cuenta posee con precisión todos los tópicos necesarios para una película histórico-comercial de éxito: la familia, el amor, el heroísmo, el patriotismo.⁴¹

³⁹ Robert Rosenstone. “El cine histórico. Una visión del pasado desde una época posliteraria”, en Robert Rosenstone. *El pasado en imágenes...*, op cit, página 47.

⁴⁰ Para el tema de los invariantes, puede consultarse “Sobre la historia norteamericana, versión Hollywood. Algunas hipótesis de trabajo”, en *Siembra*, Revista de Artes y Humanidades de la Universidad Autónoma de Chapingo, Año 3, nro. 7, mayo-agosto de 2007

⁴¹ Para desarrollar estos conceptos, puede consultarse “Elementos estructurales de la narración en Cine-Historia”, en Fabio Nigra (coord.) *Visiones críticas del pasado. Hollywood y el cuestionamiento al sistema en las décadas de 1960 y 1970*; Buenos Aires, Imago Mundi, en prensa.

La historia se ubica inicialmente en 1776 en Carolina del Sur. El personaje principal se llama Benjamin Martin, que según el autor del guión Robert Rodart, es una “amalgama” libre de varios personajes reales que tuvieron una actuación destacada durante la guerra de independencia (Thomas Sumter, Andrew Pickens, Daniel Morgan, Elijah Dark y Francis Marion), que le proveen al personaje de Martin piezas sustanciales de su carácter. Este personaje fue, en la historia de la película, un héroe de las guerras Franco-Indias en la época colonial, muy conocido no solamente por sus destacados actos guerreros sino también por la brutal crueldad con la que trató a los vencidos (y que a lo largo de la película es recordado tanto por sus adversarios como por algunos de sus aliados). Ese pasado oscuro lo llevó a pretender una pacífica, apacible y familiar vida de plantación –no debe olvidarse que Carolina del Sur era una zona esclavista-, por lo que al inicio del conflicto con Gran Bretaña se muestra contrario a la participación en la guerra. Esto no es contradictorio, ya que los sureños tenían una relación económica privilegiada con ese país, exportando tabaco, añil, arroz y luego algodón. Entonces, que un plantador sureño esté en contra de la guerra es consistente con el personaje.

Sin embargo, sus hijos mayores, abrazados por un profundo sentimiento patriótico, no piensan lo mismo. El mayor, sin permiso de su padre, se enlista en el Ejército Continental y participa en una batalla en que el general Horatio Gates es fácilmente derrotado. Al recibir a los heridos de ambos bandos en la propia casa de Martin, el coronel de Dragones Verdes del ejército británico, William Tavington, llega con su regimiento a retirar a los propios y asesinar a los adversarios, sin considerar su estado. Esta es la primera muestra de las tácticas brutales y violentas de este militar, que seguirán a lo largo de todo el film, y que serán objeto de cuestionamientos tanto de sus enemigos como de sus superiores. Asimismo, toma prisionero al hijo mayor de Martin acusándolo de espía, y al intentar defender a su hermano mayor, el tercer hijo de Martin es asesinado por Tavington. Finalmente, ordena quemar la casa de Martin en represalia por haber recibido a soldados rebeldes.

Este acto es el disparador del cambio de actitud de Benjamin Martin, quien en medio del fuego entra a su habitación a recuperar sus antiguas armas, para perseguir –junto a otros dos de sus hijos menores- hasta un pequeño sendero a los ingleses que transportaban a su hijo mayor, y en un combate casi personal, mata a casi todos los casacas rojas. Si bien puede liberar a su hijo mayor, la muerte del tercero establece un parteaguas en su postura respecto a la revolución de independencia. Ello hace que se sume al Ejército Continental, pero no como soldado regular sino como coronel de milicias no regulares. El objetivo central de la labor de Martin era detener el avance del ejército británico de Lord Cornwallis hasta que el general Washington pudiera reorganizar el maltrecho Ejército Continental.

Estos son los elementos centrales que conducen gran parte del film, ya que a continuación se muestra cómo recluta hombres en su zona, cómo organiza una guerrilla y a lo largo del resto del film, cómo combate con estas tácticas a los ingleses. Asimismo, como elementos de la trama, se incorporan nuevos actos brutales del coronel Tavington, y hechos militares que se corresponden con alguna u otra acción que hayan realizado los personajes tomados como referentes para la construcción del personaje de Martin (liberar milicianos propios prisioneros de los británicos con una argucia, ataques rápidos y efectivos sobre tropas o abastecimientos de los ingleses, etc.), hasta la victoria final en una épica batalla en la que Martin tomando la bandera de las colonias avanza y reorganiza a las tropas propias que se retiraban en desbandada, para encarar la lucha personal con el coronel Tavington, al que finalmente mata.

Debe destacarse que la película es una sumatoria de hechos conectados entre sí por el personaje principal y su confrontación con la representación de la opresión y brutalidad británica, pero en su conjunto es la descripción de varios eventos, que han sido contruidos ideológicamente por la historiografía dominante u oficial (asumiendo la idea de que el evento es el hecho bajo descripción). La barbarie y el autoritarismo británicos son la pieza clave por la que el personaje principal cambia su perspectiva; de alguna forma podría decirse que el asesinato de su hijo produce un momento de revelación en Benjamin Martin, ya que gracias a ello puede ver lo que le decían los otros revolucionarios que se habían levantado contra la corona. Es decir, puede pensarse que en el conjunto de hechos mostrados en la filmación se encuentran pocos eventos: la revelación revolucionaria contra la salvaje tiranía; el amor por la familia que es también el amor a la propia tierra, o la patria. La lucha contra la corona explica eventos de los diferentes personajes que hicieron al padre fundador Martin, sus sufrimientos, dolores y pesares junto a sus éxitos, pequeños, pero que en la sumatoria conducían a la libertad, como un principio de condensación (en términos de Rosenstone).⁴² Tal vez personajes que no adquirieron la relevancia de los Washington, Franklin o Adams, pero que juntos en su objetivo contribuyeron a la construcción de la victoria.

Aquí cabe resaltar que el conjunto de pequeños hechos militares o no, que se muestran en la película, tienen una lógica positivista holywoodeana, ya que mientras que el decorado, los objetos y las vestimentas sean históricas, tenemos lo que Barthes llamó el efecto de realidad. En pocas palabras, Barthes sostiene que en la literatura realista la acumulación de detalles en la descripción no cumple más que un papel de notación sin una función específica para el relato, más que agregar una información inevitable y sin profundo significado. Entonces, si los detalles denotan directamente lo real, dice, no hacen otra cosa que significarlo,

⁴² Robert Rosenstone. *El pasado en imágenes. El desafío del cine a nuestra idea de la historia*; Barcelona, Ariel, 1997

y por ello “la carencia misma de lo significado en provecho solo del referente llega a ser el significado mismo del realismo”.⁴³ El positivismo en su formulación tradicional es la descripción de hechos –en algunos casos, que de minúsculos terminan siendo insignificantes en términos históricos–, con lógica causal, inductiva. La película encadena hechos –aún a costa de dar enormes saltos temporales– con lógica de causa-efecto (y aquí corresponde mencionar lo sostenido por Bordwell sobre el guión y su necesidad causal)⁴⁴, hasta la conclusión final de gloria revolucionaria. Puede decirse que con lógica positivista darwiniana, la humanidad mejora en un salto en calidad hacia la libertad y la democracia (norteamericana, claro está).

Es gracias a esta modalidad que Hollywood cierra la cisura entre las monografías secas y detallistas, aburridas, monotemáticas y la Historia: encontró la fórmula del gusto popular, retocando esa manera de contar, con base en el melodrama. El gran descubrimiento de la narración, para el caso de las películas históricas en el sistema de Hollywood, es la elipsis. Una definición de manual dice que la elipsis en lenguaje cinematográfico es un salto en el tiempo o en el espacio, y sin embargo, el espectador no pierde la continuidad de la secuencia aunque se han eliminado los pasos intermedios. O sea, se construye una historia inductivamente, con lógica de causa-efecto, pero con elipsis que anulan las causas o los efectos que hacen decaer el interés en dicha historia. No debe olvidarse que la inducción es la manera de construir su objeto en el positivismo, pero también es la manera en que la mente elabora una historia narrada.

En términos históricos para el film de referencia, la clave temporal, es la elipsis, porque desde el ingreso de Carolina del Sur a la guerra de independencia (1776), hasta la batalla final de Yorktown (1781), en que el general Lord Charles Cornwallis se rinde ante una fuerza combinada de regulares norteamericanos, milicias y tropas francesas, transcurren varios años y allí no termina la guerra. Esto no es mencionado con claridad en la película, pero para cualquier norteamericano medio no es más que una obviedad, porque el fin es conocido. Es evidente que lo importante es la evolución del personaje principal y su exitoso final, no la historia de la revolución de independencia. Pero sí, por cuanto los tópicos centrales de la historia de Estados Unidos se encuentran subterráneamente expresados.

En términos de la narración clásica de Hollywood tenemos todos los elementos sustanciales de dicha estructura: un personaje central que es Benjamin Martin presentado en su hecho inalterado de pacífico plantador esclavista sureño (por supuesto, amado por sus esclavos que luchan por él y hasta le reconstruyen su casa sin que lo haya pedido); la alteración de la situación inicial, cuando Tavington asesina a su pequeño hijo; las vicisitudes que hacen a

⁴³ Roland Barthes. “El efecto de realidad”, en: *El susurro del lenguaje. Más allá de la palabra y de la escritura*; Barcelona, Paidós, 1987, páginas 179-187.

⁴⁴ David Bordwell. *La narración en el cine de ficción*; Barcelona, Paidós, 1996.

la historia, con algunos éxitos y algunos fracasos, hasta la resolución final. En paralelo, dos historias de amor: la del hijo mayor de Martin con una joven de un poblado cercano, que es asesinada por Tavington junto a todo el poblado encerrados en la iglesia que es quemada; y a la vez la de Martin con la hermana de su esposa muerta, que alcanza un final feliz, y de alguna forma se cierra el círculo familiar con un mecanismo que en esa época estaba más que bien visto.

En lo que hace a la estructura técnica de filmación, *El Patriota* no incorpora ninguna técnica o fórmula que no hubiera sido ya probada (no es *Matrix*, desde ya), por lo que se mantiene el *découpage* clásico en el armado; los actores y los escenarios son de lo más representativos de los lugares y las vestimentas que el espectador puede ver, aunque no debe olvidarse que tanto estas vestimentas como el inglés hablado utilizado se apoyan en la idea de facilitar al espectador su introducción en la trama. La historia contada es bastante simple, repleta de convencionalismos y patrones que disparan los conocimientos prototipo que lleva en su mente el espectador para la construcción de la historia. Sin embargo es claro el parecer verdadero, aunque un montaje haga pasar años en la *elipsis* propuesta (pero *desdibujada*), esto es, con pretensión de continuidad como si en el medio o no hubiera pasado nada, o se continuó con lo mismo y por ende no hubo modificaciones sustanciales, hasta la nueva escena.

Finalmente, debe notarse cómo funciona el principio de causalidad, porque en el montaje planteado, en lo que hace a las historias paralelas (las de amor, y las de guerra), un acto concreto se encadena con el siguiente para evolucionar una tras otra hacia la resolución final de cada una de ellas (la del amor heterosexual, la de las batallas).

4

Si bien la capacidad económico-financiera que poseen los Grandes Estudios es central e imprescindible para garantizar la penetración de sus productos en los diferentes mercados internacionales, también es necesario asumir la existencia de un conjunto de pautas culturales implantadas, con relativa independencia de la discusión no saldada por los desparejos niveles de recepción y procesamiento de los mensajes que en la actualidad, considero, se encuentran en un punto bastante muerto.⁴⁵ Sin embargo, un hecho concreto y real es que las producciones originadas en los Estados Unidos de América resultan hegemónicas en las salas de espectáculo de cualquier país, demostrado claramente en primer lugar con los resultados de las taquillas año tras año, y sin perjuicio de la movilidad de los espectadores que registra Carlón (escasa

⁴⁵ Tal como se puede colegir de la lectura de textos específicos, tales como Florencia Saintout y Natalia Ferrantes (comps.) *¿Y la recepción? Balance crítico de los estudios sobre el público*; Buenos Aires, La Crujía, 2006; y Daniel Dayan. "Os misterios da recepcao"; en Jorge Nóvoa, Soleni Biscouto Fressato y Kristian Feigelson. *Cinematógrafo. Um Olhar sobre a História*; EDUFBA, Sao Paulo, ed. Da UNESP, 2009.

fidelidad a un tipo de emisoras, uso de las plataformas digitales en la nube, etc.).⁴⁶ Todavía puede decirse que la mayoría de los espectadores alternan entre televisión, cine en salas específicas, y diversas expresiones a través de la web (youtube, Netflix, directv-play, entre tantas otras). Pero a la vez, esa misma mayoría se ve subyugada por las producciones de Estados Unidos, con todas las plataformas indicadas.

Entonces, por lo menos en lo que hace a las producciones audiovisuales, el imperialismo cultural de Estados Unidos es evidente. Ahora bien, resulta más preciso nombrarlo como *absolutismo cultural*, por cuanto la concentración y hegemonía en los diferentes mercados es económica, pero los poseedores de esa masa de capitales concentrados (que no son capitales de los Estados Unidos únicamente) no pasan por alto que los mecanismos y fórmulas férreamente establecidas por los especialistas, o sea, las *Majors*, es en pocas palabras una subjetividad colonizada, para decirlo de algún modo (y eso es fidelización del cliente, en terminología de mercadotecnia).

La interacción entre la fidelización por haber logrado definir el gusto del espectador, y potencia económica es imbatible: a través de la concentración los grandes capitales no compiten entre sí, logran penetrar mercados por las buenas (ofreciendo productos de buena - su propia y trabajosamente elaborada buena- calidad a precios más que accesibles por su producción a escala), o por las malas (empezando por presiones comerciales y económicas, entrelazando las propias necesidades con la capacidad de empuje que puede ejercer el gobierno de Estados Unidos a través de los apoyos económicos, subsidios directos o indirectos, restricciones a las producciones de otros países, amenazas de bloqueos o sanciones, convenios interestatales donde con la apariencia de conveniencia mutua se logra una reducción de los costos para la productora cuyos capitales son transnacionales pero radicados en Estados Unidos, etc.). A la vez, con el establecimiento de fórmulas narrativas fácilmente comprensibles, junto a la apelación a una estética que si bien se fue construyendo a lo largo de los años (montaje clásico, naturalismo en las actuaciones y los escenarios, linealidad en la evolución de la trama), estética que luego de mucho ensayo y error permitió delimitar qué es lo que va a tener resultado en el espectador y lo que no lograría el efecto pretendido; ambos elementos permitieron obtener un elevado porcentaje de garantía de éxito comercial (con los altibajos necesarios, esto no es matemática o física).

En consecuencia, como construcción lógica, aquel concepto de Marx (las “ideas dominantes no son otra cosa que la expresión ideal de las relaciones materiales dominantes”), podría ser parafraseado como que la producción mediático-cultural dominante no es más que

⁴⁶ Una interesante discusión sobre el problema de la decadencia del poder de la televisión y el cine tras el seguimiento de series y películas en distintas plataformas digitales puede verse en Mario Carlón. *Después del fin. Una perspectiva no antropocéntrica sobre la post-tv, el post-cine y youtube*; Buenos Aires, La Crujía, 2016.

la expresión ideal de la concentración de capital dominante (y con ello se ratifica una de las leyes de la acumulación del capital postuladas por Marx), lo que permite retomar la idea del entrelazamiento, estilo cadena de ADN, entre lo simbólico por lo material, lo social por lo económico (como sostuvo Eagleton). Estos elementos son en la actualidad los que dominan a lo largo y a lo ancho del mundo. Y es parte de la batalla cultural y económica en la que nos encontramos insertos.

Liberty, equality, no army: a ocupação americana e a nova constituição japonesa no pós-guerra: a influência americana na nova constituição japonesa (1946)

Douglas Pastrello¹(História – UEM)

Orientador: Dr. João Fabio Bertonha(UEM)

O fim da Segunda Guerra Mundial teve como grande marco o uso dos artefatos atômicos de Hiroshima e Nagasaki, estes que por sua vez moldaram não só o desfecho do conflito, considerado prematuro, para as estimativas de guerra americanas que esperavam – sem a bomba atômica – uma guerra ainda mais extensa, como também foram responsáveis por moldar a relação Estados Unidos-Japão no que viria ser a Guerra Fria.

Essa relação começa de imediato com o fim da guerra, o Japão tem seu território ocupado pelas tropas aliadas – lideradas pelo general Douglas MacArthur – assim o povo japonês ganha um recomeço sob a tutela das asas da grande águia.

É importante considerar que há três aspectos para compreender o Japão neste momento que sucede o conflito. Essa divisão, embora arbitrária reflete o período estudado da seguinte maneira, primeiro colocamos que há um Japão anterior ao fim do conflito, que segue de uma “narrativa de conversão” que irá transformar o Japão em um eventual aliado e em um terceiro momento tem-se elaborado a nova constituição durante a ocupação, diretamente sob a influência dos EUA.

A aproximação e a domesticação do Yamato-damashii

Primeiro, partindo dos conceitos teóricos de Yi-Fu Tuan²(1974), através do seu livro “Topofilia”, cujo o geógrafo sino-americano produz uma teoria geográfica visando explicar diversos fatores culturais que relacionam indivíduos e grupos com o ambiente, e entre estas há a “teoria de centro”³, em que Tuan percebe a relação do indivíduo com a cultura sempre baseada no seu próprio centro cultural, à medida que o indivíduo se afasta do seu centro cultura, mais ele considera a cultura em que se insere bizarra, diferente, monstruosa.

¹ Atualmente aluno regular no programa de mestrado da Universidade Estadual de Maringá, pesquisa com ênfase na memória do Japão pós-guerra.

² A obra do geógrafo busca trazer novos apontamentos importantes entre as relações do indivíduo com o lugar, segundo o próprio autor “Percepção, atitude, valor e visão de mundo, estão entre as palavras chaves do presente trabalho” (TUAN, 1974. P.4)

³ O autor não nomeia esta ideia em um conceito, porém ele aponta uma relação entre o centro de uma cultura e a suposta ilusão de superioridade “A ilusão de superioridade e centralidade provavelmente é necessária para a manutenção da cultura.”(TUAN,1974. P.36)

O geógrafo ainda considera os conceitos de “topofilia” e “topofobia” para elencar os sentimentos evocados por indivíduos em um determinado ambiente, respectivamente se referem aos sentimentos positivos e nostálgicos ou os sentimentos negativos relacionados com o território.

Consideremos, então, que haveria um Japão anterior e depois da guerra, algo ressaltado inclusive pela antropóloga Ruth Benedict, encarregada de estudar o povo japonês durante a guerra para que se houvesse alternativas para lidar com os nipônicos depois do fim da guerra.

A partir disso podemos elencar que os sentimentos americanos ao evocarem a pátria japonesa seria “topofóbica”, pensando a partir da distância geográfica e cultural entre os dois.

Este período anterior, ao fim da guerra, do Japão é marcado pela cultura da honra, ou como também era referido pelos próprios japoneses, *Yamato-Damashii*⁴. Nesta cultura da honra é necessária compreende-la aos olhos internos da cultura japonesa, tal como sugere a antropóloga Ruth Benedict, em seu livro “O crisântemo e a espada” (1997) há uma análise, encomendada pelo governo americano, do povo japonês que serviria de base para lidar com o povo nipônico dado o fim da guerra.

Entre os relatos disponíveis para leitura, Benedict, nos fala sobre um evento em que um oficial americano consegue “resgatar” do naufrago um de seus encouraçados e trazê-lo de volta a segurança, este oficial acabou sendo condecorado, porém do lado japonês ele é satirizado, visto como um covarde, alguém indigno, já que na perspectiva nipônica se honra o sacrifício na batalha; de acordo com o rádio japonês:

A razão oficial da condecoração não foi por ter o comandante John S. McCain sido capaz de pôr sido capaz de pôr os japoneses em fuga, embora não compreendamos por que, já que a comunicação de Nimitz assim revelou... Pois bem, a razão da condecoração do almirante McCain foi por ele ter conseguido salvar dois navios de guerra americanos.[...]o que desejamos que notem é que o salvamento de dois navios avariados é motivo para condecoração nos Estados Unidos(BENEDICT, 1997. P.37)

Em correlação podemos perceber que a propaganda americana, frequentemente representando os japoneses como macacos (PURDY.2018), trabalha sua crítica também exatamente em cima desses mesmos valores exaltados pelo seu inimigo, desta forma fica claro que – como afirmado pela autora – o Japão e os Estados Unidos tinham valores totalmente incompatíveis, vistos como água e óleo, extremos opostos.

Desta forma o Japão anterior ao fim da guerra seria como a propaganda americana e o próprio aparato militar do tio Sam representavam seu inimigo, sempre no extremo oposto do americano, considerado uma entidade maligna suprema e oposta a todos os valores do sonho

⁴ O termo pode ser traduzido como “Espírito-Japonês”, em que Yamato é um antigo nome do Japão e Damashii é espírito. Na era Edo o termo foi adaptado ao código samurai do Bushido, vinculando-se à honra e a tradição.

americano, que em contrapartida teríamos o outro Japão, um país fragilizado que emergiu com o fim do conflito.

Corroborando inclusive para uma distância do Japão para consigo mesmo, estas duas visões de um mesmo país, embora separadas no espaço-tempo aos olhos da politicagem norte-americana, coexistiriam para o povo japonês, algo inclusive ressaltado pelo historiador japonês Yoshikuni Igarashi⁵ em seu livro “Corpos da memória” (2011). Neste livro Igarashi trabalha a ideia de uma memória intrínseca no corpo dos indivíduos, considerando os sobreviventes japoneses da Segunda Guerra Mundial, estes teriam apenas seus corpos como posse ao fim do conflito, carregando as marcas deste pelo resto de sua vida.

É de suma importância entender que, como afirma o historiador nipo-americano, a fonte que exalam essas memórias do conflito, são não necessariamente os japoneses em si, mas sim seus corpos que sofreram física e mentalmente na coerção do Estado militar, seja sob os castigos físicos aplicados neles, seja como a narrativa da honra afetando moralmente suas vidas.

Podemos identificar no relato do fotógrafo Kikujiro Fukushima, que havia muita rigidez quanto à seriedade de treinamento desse corpo nacional: “[...] Contudo os poucos soldados que foram devagar nas ações e memorizações continuaram sendo punidos (como tinha acontecido desde começo do treinamento) [...]” (FUKUSHIMA, 1987 apud IGARASHI, 2011, p. 132)

Há também o relato da jornalista Totsuka, que trabalhava como editora de revistas, participou de uma "festa selvagem" - algo que o autor explica como uma festa com muitas bebidas e jazz - mostrando claramente sua posição ao utilizar batom e vestido vermelho, itens de luxo que estavam proibidos nos tempos de guerra.

Esses relatos demonstram não só como havia um estrito padrão moral, militar, rígido, como também demonstra que durante o conflito, certos bens de consumo eram vistos como artigos de luxo – e até luxúria - e estavam banidos, sendo considerados ilegais. Ressalta-se aqui, brevemente, que embora esses artefatos fossem proibidos pelo governo, não significa que passaram a ser recebidos somente pós fim do conflito, com a ocupação americana. Se considerarmos que no relato de Fumiko já havia o Jazz e a bebida no imediato da rendição, temos de considerar então que esses produtos poderiam ser obtidos por contrabando e já estariam disponíveis para serem consumidos naquele momento, uma vez que não haveria tempo hábil para se adquirir algo que era ilegal até o dia anterior, através de um meio legalizado e utiliza-lo no mesmo momento.

⁵ Yoshikuni Igarashi é um especialista na cultura moderna do Japão, membro do departamento de História na universidade de Vanderbilt no Tennessee.

O fim do conflito, demarca, assim, uma aproximação entre os EUA-Japão, está que é tida, pelo historiador japonês, como estratégica. O governo norte-americano via o Japão como uma luz no fim do túnel no oriente dominado pelos soviéticos.

Começaria, assim, o que Igarashi denomina como narrativa de conversão, um processo político pré-elaborado, executado por MacArthur, de utilizar-se da figura do Imperador japonês como intermédio entre as aspirações políticas dos ianques e a população civil nipônica – o “Japão depois da guerra”. Esse processo isentaria o Imperador dos crimes de guerra, fazendo com que recaia a culpa do conflito somente pelos militares, desta forma seria mantido o regime Imperial e o líder japonês seria visto como o fator unificador da população destroçada pelo conflito.

MacArthur mergulha de cabeça em solo americano, visando reafirmar os valores ianques em solo japonês, seus relatos são a principal fonte para entendermos o período, seus relatos carregam um enorme simbolismo e também contribuem para a construção de uma narrativa deliberadamente forjada, em narrativas tais como:

Ele estava nervoso e o stress dos meses passados ficou plenamente visível. Eu dispensei todo mundo menos o intérprete dele, e nós nos sentamos diante da lareira de uma das extremidades do imenso salão de recepção. Eu lhe ofereci um cigarro americano que ele aceitou com gratidão. Eu notei como as mãos dele tremiam enquanto acendia o cigarro para ele. Eu tentei tornar aquilo, o quanto pude, o mais fácil possível para ele, mas eu sabia o quão profunda e aterradora poderia ser a agonia da humilhação dele. (MACARTHUR, 1964 apud IGARASHI, 2011, p. 82)

Essa narrativa vai sendo elaborada por MacArthur em suas memórias autobiográficas, é contestada por Igarashi(2011), a exemplo de que, segundo o historiador, Hirohito era extremamente conhecido por sua aversão ao fumo, tornando essa cena, que aos olhos do senso comum e da lógica da narrativa moldada, uma situação corriqueira, que todavia, seria uma cena improvável.

Mesmo que improvável, levemos em conta que essa narrativa busca, não só demonstrar uma superioridade dos americanos frente ao japonês, representados por Hirohito, como também servir como a narrativa oficial deste momento conturbado.

Cria-se então a narrativa de que a ocupação não teria sido como o esperado, segundo Igarashi, os japoneses ficam surpresos ao verem os americanos distribuindo doces entre as crianças e ao entrarem nos “centros de relaxamento” criados pelas autoridades japoneses se contentam apenas em levar os quimonos das mulheres, sem, na maioria das vezes, necessariamente utilizar do “tratamento de relaxamento disponível. ”

Esta narrativa é colaborada também nos escritos de Benedict. Ficaria então um clima de paz e tranquilidade na terra nipônica. O conflito estava acabado e o que interessava no momento era a reconstrução do Estado japonês.

Nota-se que neste momento há forte influência norte-americana na cultura dos japoneses, surgem novos “cabarés” de música e dança, moldados ao estilo dos clubes americanos. Isto fica visível no filme “Um domingo maravilhoso” (1947) do diretor japonês Akira Kurosawa⁶, levando em consideração que no filme se retratam diversos elementos da época da ocupação. Destaca-se, claro, os problemas econômicos do período (CANBY), assim como os traços da cultura norte-americana: bares – cabarés – aos moldes ocidentais, Jazz, dança e até mesmo crianças jogando baseball.

Ironicamente o próprio filme é um objeto de contestação dessa “política amigável” pintada por MacArthur, que em certa medida também aparece na narrativa de Benedict e Igarashi, ao considerarmos que foi produzido em 1947 e foi barrado na censura imposto pelas americanos, por demonstrar “uma realidade que não condizia com os novos valores democráticos”(NOVIELLI,2007) – leia-se, uma abordagem mais crítica em relação ao período da ocupação. O supremo comandante das forças aliadas, SCAP⁷, como apontado por Sean Purdy(2018), era um gênio da mídia, apontado pelo historiador como um militar-político, sempre trabalhando pela sua imagem, cada linha de sua narrativa era deliberadamente pensada e calculada à espera de um resultado específico.

A ocupação é cheia de controvérsias e paradoxos, entre eles temos o fato de no início da ocupação os prisioneiros políticos do Japão são libertados, entre eles adeptos do movimento comunista nipônico. O Partido Comunista, pela primeira vez na história do Japão, foi colocado na legalidade, porém, anos depois com a derrota de MacArthur nas preliminares do partido republicano, o general cede a uma guinada da Guerra Fria e novamente o partido é colocado na ilegalidade e seus membros perseguidos, assim como diversos direitos trabalhistas expurgados.

A narrativa oficial também prega que a ocupação era amigável e que os soldados americanos não abusavam das mulheres, eram cordiais e simpáticos, até preferíveis em relação aos homens japoneses pelas mulheres; que os soldados jogavam beisebol com as crianças, davam doces a elas. Isto, como apontado pela narrativa, demonstrava que a ocupação era mais amena do que se esperava, diriam até que pacífica.

Os fatos demonstram, que o estupro era crime recorrente – e acobertado- na ocupação, tendo crescido após a proibição da prostituição, em 1946, sob a alegação de os soldados

⁶ Akira Kurosawa foi um diretor e roteirista japonês, falecido no ano de 1988 aos 88 anos. Kurosawa deixou um legado de trinta filmes e é considerado um dos mais famosos cineastas japoneses no ocidente. Entre suas produções, destacam-se, “Os sete samurais” (1954), “Rashomon” (1951) e “Rapsódia em agosto” (1991).

⁷ Abreviação do termo original em inglês: *Supreme Commander for the Allied powers*.

estariam contraindo muitas doenças sexuais (PURDY,2018). Paradoxalmente se deu liberdade de imprensa para se criticar a estrutura de governo japonesa, algo que era estritamente vedado e culminava em perseguição nos anos anteriores, ao passo que a imprensa era impedida de divulgar qualquer notícia que soasse mal em respeito a ocupação, a mídia tinha que passar pelo crivo e censura do SCAP.

Sean Purdy aponta, também, era comum a violência das tropas americanas com os cidadãos japoneses, casos que eram abafados e somente punidos caso fossem mais extremas, algo “refletindo o profundo racismo nos Estados Unidos e nas forças armadas, somente afro-americanos receberam a pena de morte”((SVOBODA, apud PURDY,P119. 2018).

Tudo somado ao dado que de os japoneses não foram beneficiados em ponto algum pelo “Plano Marshall” e pagaram por todos os gastos da ocupação.

A constituição MacArthur e suas características

A esfera de influência dos Estados Unidos não se restringe aos bens e a cultura japonesa, ela permeia pela política. Durante a ocupação liderada pelo general Douglas MacArthur, o general possuía a palavra final em todas as questões. De acordo com Igarashi, MacArthur fica responsável por julgar os crimes de guerra dos oficiais japoneses, gerindo inclusive a parcela de culpa do Imperador e se ele deveria ser responsabilizado.

Como dito anteriormente, MacArthur deliberadamente cria uma narrativa para isentar o Imperador dos crimes de guerra pelos quais foi acusado, cita inclusive uma lista dos “criminosos de guerra” encabeçada pelo Imperador. Esta lista, entretanto, segundo Igarashi, jamais existiu, embora isso não consiga tirar o caráter simbólico da narrativa feita por MacArthur:

Eu me sentia receoso de que ele poderia advogar por causa própria contra o indiciamento de criminoso de guerra. Tinha ocorrido um considerável alarido de alguns Aliados, especialmente os russos e britânicos, para incluí-lo nesta categoria. De fato, a lista inicial dos que foram propostas por eles, estava encabeçada pelo nome do Imperador. Percebendo as consequências trágicas que se seguiriam a tal ação injusta, Eu resisti, vigorosamente a tais esforços. Quando parecia que Washington iria aderir ao ponto de vista britânico, eu alertei que eu iria precisar de pelo menos, um milhão de reforços para tal medida pudesse ser cumprida. (MACARTHUR, 1964 apud IGARASHI,2011, p. 84)

Mac Arthur se coloca como agente ativo na elaboração dos termos de rendição e no ato de lidar como Imperador, ele busca deixar claro que seus protestos e suas ações fizeram a história correr o curso que correu. O caráter simbólico da narrativa toma proporções ainda maiores quando consideramos a nova constituição japonesa:

O general Whitney⁸ sentou de costas para o Sol, proporcionando a melhor luz para os semblantes dos japoneses presentes que se sentaram em frente a ele... General Whitney sufocou, de uma vez, qualquer discussão sobre o esboço de Matsumoto dizendo vagarosamente e ponderando cada palavra(...) (TAKAYANAGI,1972 apud IGARASHI,2011, p. 95.)

O simbólico entra em vários níveis, desde o General sentar de costas para o Sol ao ser enfático e pontual na crítica e “ponderar cada palavra”, porém isso não muda o fato de que mesmo sendo uma narrativa simbólica, é notório que os norte-americanos tiveram a palavra final na constituição japonesa, sendo inclusive uma das maiores influências dos norte-americanos no Japão durante a ocupação.

A constituição japonesa foi elaborada durante a ocupação americana e foi moldada pelos interventores, está em vigor até o presente. Quando comparada a outras constituições como a Americana ou Brasileira, a humilde constituição dos japoneses se ofusca, possui apenas 9 páginas⁹, porém sem nenhum demérito de sua força, pois mesmo em vigor desde 1947 ela ainda não teria sofrido emenda alguma para alterar seu núcleo central, o que a torna extremamente resistente.

Toshuyuki Nishikawa¹⁰(2009) coloca o cerne da ocupação americana em três “Des” – democracia, desmilitarização e a descentralização do Japão – todos os objetivos tendo sido alcançados através dos artigos 1, 9 e 3, respectivamente.

Akihiko Kijima(2009) argumenta que a constituição nipônica é fruto de três coisas: da Pax Americana, da adesão do Japão à Pax Americana, mantendo a ordem imperial, e do apoio popular ao artigo 9.

Primeiramente da Pax Americana, em outras palavras, a adesão do Japão à zona de influência do Império americano. Isto, segundo Kijima, teria sido feito aos moldes de democratizar o Japão, desmilitariza-lo, mas mantendo sua ordem social baseada no Imperador.

A ilha de Okinawa também se tornou uma base militar dos EUA, considerado para o período da Guerra Fria como um ponto estratégico preciso na geopolítica global ao considerarmos a proximidade do local em relação a URSS.

Parte dos esforços era transformar o Japão em um Estado pacifista, com ênfase na desmilitarização, amplamente explicita na constituição através do artigo 9:

⁸ O general Whitney era o chefe da seção governamental do quartel General americano e foi convocado por MacArthur para preparar o esboço da nova constituição japonesa em fevereiro de 1946.

⁹ Aqui considera-se a versão traduzida, disponível no site da embaixada japonesa.

¹⁰ Nishikawa é professor emérito da Universidade de Surugadai, Japão.

Capítulo II -

Artigo 9. Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais. Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito a beligerância do Estado não será reconhecido.

Nota-se que os princípios democráticos também ficam visíveis na constituição ao explanarem que o “povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra[...]”, embora, na prática, o supremo comandante das forças Aliadas – MacArthur – seja o grande arquiteto da constituição.

Segundo Kijima,

While the US played a decisive role in making Japan’s new constitution, two things must be emphasized. First, there were many New Dealers, or US liberals, among the people who penned the original draft of Japan’s new constitution. In a way the draft aspired to their ideals. Second, when these Americans wrote the draft constitution for Japan, they completely rejected the Japanese government’s draft as too conservative, but they referred to the Constitutional Research Association’s “Outline for Draft Constitution.”(P.170, 2009)

Algo também corroborado nos escritos de Igarashi(2011), MacArthur teria demonstrado sua insatisfação com a constituição elaborada pelos membros do governo japonês, a nova, embora tivesse sido um golpe duro ao status quo do Japão, teve de ser aceita em prol da proteção do sistema político baseado no Imperador.

Ao mesmo tempo que a citação também confronta a narrativa MacArthuniana ao demonstrar que houveram outros intelectuais independentes envolvidos no processo de estabelecimento da nova constituição. Algo que segundo Purdy(2018) era comum: MacArthur frequentemente tomava o crédito das ações de sua equipe para si.

O segundo tópico apontado por Kijima, é a integração do Imperador à Pax Americana. É sugerido pelo autor que o governo americano desejava desmilitarizar o Japão, usar o Imperador como um símbolo da união de seu povo e da paz, desde antes do fim do conflito travado, como já apontado anteriormente, uma estratégia milimetricamente calculada para moldar uma política no âmbito da Guerra Fria.

O terceiro ponto, de acordo com Kijima, é o artigo 9. Segundo o constitucionalista, o artigo 9 existe desde uma ideia prévia do governo americano, que segundo o autor, serviu também de “proteção” ao leste asiático que temia por novas ondas militarizadas do Japão. Partindo dessa premissa o autor pontua que alterações no artigo 9 também deveriam ser consultadas com seus vizinhos.

O artigo é uma renúncia universal – embora em dados momentos ele já teria sido violado durante a Guerra Fria (PURDY, 2018. P.115) – ou seja, o Japão renuncia a toda forma de

conflito militar como diplomacia, algo que foi abraçado pela população japonesa como um todo, mudando o papel do Estado japonês perante o mundo: no lugar de se assumir a existência de Estados inimigos o povo japonês prefere a criação de laços regionais para sua proteção.

Como Kijima aponta (2009. P.173), o povo japonês é favorável ao artigo 9 e inclusive luta pela sua manutenção e não alteração, Kijima, defende a ideia de que o povo é quem “cria a paz” garantida na constituição, demonstrando que mesmo que o artigo exista, ele só se mantém devido a pressão popular para sua manutenção.

Considerações finais

Compreende-se que esse recorte logo após o fim da Segunda Guerra Mundial é um período conturbado por diversos motivos, primeiro há um conflito entre as narrativas oficiais, memórias soterradas e a imagem da ocupação criada por MacArthur.

Nota-se que embora a narrativa oficial visa demonstrar que a ocupação teria sido mais amena que o esperado, que os excessos não teriam ocorrido, sabe-se hoje, com os processos revisionistas do período, que houveram manipulação, ocultação dos dados e uma perseguição a qualquer oposição vinda da imprensa, assim como um silenciamento da memória individual.

Todavia é também necessário demonstrar que o fim do conflito serviu como um alívio para a pressão do Estado militar japonês sobre o civil comum, que o Estado japonês também cometia seus excessos em prol da ordem e da hierarquia do Imperador, ao passo que o controverso período da ocupação também garantiu direitos basilares do ocidente aos japoneses, entre os quais, a igualdade de gênero na constituição(artigo 14 e 24), direito ao voto das mulheres(artigo 15), a divisão dos poderes(inscrito nos capítulo I para os limites do poder imperial e no capítulo IV para a Dieta), a soberania popular(artigo 1) e ainda a proteção aos direitos humanos e do indivíduo(capítulo III), todas características amplamente advindas de influência da constituição ianque(NISHIKAWA, 2009).

Há ainda, entre outras influências, a criação da suprema corte aos moldes norte-americanos – artigo 81 – assim como hierarquia das cortes judiciais no capítulo IV.

Por fim, nota-se na seguinte tabela¹¹ as principais diferenças entre a constituição Meiji e a constituição “MacArthur”:

Constituição	Constituição do Império do Japão	Constituição do Japão pós-guerra.

¹¹ A presente tabela se fez a partir de uma presente nos escritos de Nishikawa(2009, P.63).

Ano	1898	1946
Soberania	Soberania do Imperador.	Soberania popular. (Artigo 1)
O Imperador	É sagrado e inviolável, chefe maior do Estado imperial.	É um símbolo da paz e da unidade nacional. (Artigo 1)
Poder militar	Sob o comando supremo do Imperador. Recrutamento masculino.	Renuncia à guerra, desmantelamento das forças armadas. (Artigo 9)
Separação dos poderes.	Não há.	Separação dos poderes: criação do cargo de primeiro ministro e a criação de um parlamento bicameral (Capítulo IV e V).
Igualdade de gênero.	Não há direitos femininos ao voto e questões legais como divórcio.	Igualdade de raça e gênero. (Artigo 14)

Referências

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**: Padrões da Cultura Japonesa. São Paulo: Perspectiva, 1997.

CANBY, Vincent. **Kurosawa's one wonderful Sunday**. 1982. New York Times. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/1982/06/29/movies/kurosawa-s-one-wonderful-sunday.html> >. Último acesso em: 24 de abril 2018.

IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória**: Narrativas do pós-guerra na cultura japonesa (1945-1970) Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011.

JAPÃO. **A constituição japonesa**. Disponível em meio online: <https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>

KIJIMA, Akihiko. **Peace in East Asia and the Japanese Constitution**: A Reexamination 60 Years After Its Making. 2009.

NISHIKAWA, Toshiyuki. **Peace in East Asia and the Japanese Constitution**: A Reexamination 60 Years After Its Making. 2009.

NOVIELLI, Maria Roberta. **História do cinema japonês**. Brasília: Editora UNB, 2007. Último acesso em 29 de Julho de 2018.

PURDY, Sean. **O General Estadista**: Douglas MacArthur e o Século Americano. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2018.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: Difel. 1974.

A fundação da IV Internacional e o SWP norte-americano: as polêmicas sobre o caráter de classe do Estado Soviético

Vitor Rollin Prudêncio (Mestrando/Universidade do Estado de Santa Catarina)

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn

Palavras-chave: Quarta Internacional, Leon Trotsky, *Socialist Workers Party*

Introdução:

Entrei no programa de História do Tempo Presente na Universidade do Estado de Santa Catarina com o objetivo de estudar o processo de rompimento dos anti-defensistas com o *Socialista Workers Party*, para isso farei uma pesquisa centrada nos anos de 1938 à 1940. O presente trabalho é resultado de uma primeira aproximação com meu objeto que será pesquisado durante todo o mestrado. Este breve artigo parte de um problema que só identifiquei posteriormente ao envio do resumo. Ao elaborar o resumo apresentei dois objetivos básicos; 1) o de identificar a proporção da disputa interna e; 2) analisar o engajamento que os dirigentes do partido norte-americano tiveram na disputa no âmbito da internacional. Não escrevi o resumo com uma conclusão de artigo previamente pronta, me debrucei sobre o tema principalmente depois que enviei o resumo ao evento e cheguei à conclusão que os dirigentes do SWP participaram muito pouco das disputas internacionais.

Esta constatação me colocou um novo problema de pesquisa. Se o SWP era o principal partido da IV Internacional, se os dirigentes da fração anti-defensista estavam entre os principais quadros da internacional e se tal fração chegou a ter 40% do partido, por que seus dirigentes não travaram a disputa em nível internacional? Minha pesquisa então assumi três hipóteses explicativas que buscarei desenvolver: 1) a disputa em nível nacional aconteceu sobre forte intervenção da principal liderança da IV, Leon Trotsky;; 2) não havia unidade teórica nos grupos minoritários.

A Situação da IV Internacional:

A Quarta Internacional foi fundada em base a condições muito adversas. Trotsky organizou sua atividade política se mudando, de quando em quando, para diferentes países, buscando exílio político. A Oposição de Esquerda Internacional, constituída em 1930, era muito frágil. Os principais grupo, na Espanha e Grécia, contavam com apenas dois mil membros, os

demais eram grupos de centenas ou dezenas. Além disso não existia uma unicidade política e teórica entre os grupos. Alguns tinham sido partidários da Oposição Conjunta formada por Trotsky e Zinoviev em 1926, outro da Oposição de Direita de Bukharin e outros simplesmente se opunham às práticas burocráticas de Stalin sem propor nada objetivo. “Muitos dos expulsos do Komintern estavam a ponto de abandonar o marxismo; no entanto, proclamavam sua solidariedade com a Oposição de Esquerda.” (SAGRA, 2010, pág. 95).

Essa heterogeneidade motivou uma importante batalha política, já que a Oposição de Esquerda não queria somente substituir Stalin, mas estabelecer um direção marxista revolucionária à cabeça do movimento comunista mundial. Em fevereiro de 1932, foi aprovada uma declaração com onze pontos principistas, que foram colocados como condição para ingressar na Oposição de Esquerda Internacional. (idem, ibidem)

Um ano depois, após os acontecimentos na Alemanha Trotsky chega a conclusão que não era mais o momento de existir enquanto uma fração pública da Terceira Internacional. A traição que levou à ascensão do Nazismo fez com que Trotsky concluísse que não era mais possível ganhar o organismo internacional novamente para a revolução, era necessário construir uma nova ferramenta.

Em junho de 1933, depois de quatro anos de petições a todos os países da Europa, Trotsky conseguiu que a França lhe desse o direito de asilo. Em sua viagem a esse país, escreveu o artigo “É impossível permanecer na mesma Internacional”, em que inicia a mudança de sua estratégia. Deixa de lado a luta para recuperar a III Internacional e chama a lutar para construir uma nova internacional marxista, cujo programa deveria basear-se nos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista. A única coisa que conserva da velha estratégia é a crença de que era possível regenerar o Estado Soviético sem uma nova revolução. Porém, as discussões posteriores levaram a que, em outubro de 1933, Trotsky e sua organização (Oposição de Esquerda Internacional – Bolchevique Leninista) chegassem à conclusão de que na Rússia seria necessária uma nova revolução: a revolução política. Essa posição está desenvolvida no folheto “A natureza de classe do Estado soviético”. (idem, ibidem, pág. 98 e 99)

Tal proposta não foi consensual no interior da Oposição de Esquerda Internacional e foi criado um bloco com apenas 4 organizações nacionais que atuavam dentro da Oposição de Esquerda Internacional que contava com aproximadamente 14 partidos. Desde então o agrupamento em torno de Trotsky passou por diversos estágios de construção internacional e para os grupos nacionais, sendo um dos principais o que ficou conhecido como “giro francês”. Ao identificar que em torno dos Partidos Socialistas (ligados à Segunda Internacional) começa a se agrupar um setor radical da juventude que não se identifica com o stalinismo, Trotsky propôs uma aproximação com estes partidos. O caso mais famoso foi a aproximação nos EUA onde o grupo trotskista saiu do Partido Socialista com o dobro de militantes que havia ao

entrar. O caso foi muito bem descrito por Jame Patrick Cannon em seu livro *A história do trotskismo norte-americano* (CANNON, 2013).

Em 1936 Trotsky queria fundar IV Internacional, projeto que agitava enquanto necessidade desde 1933, mas não houve acordoem seu agrupamento. Então foi criado o movimento pela Quarta Internacional que convocou seu congresso para Outubro de 1937. Não foi possível ocorrer o congresso nesta data, então

A 3 de setembro de 1938, num subúrbio parisiense, foi realizada a Conferência de fundação da Quarta Internacional. Dez seções – mais um delegado em nome da América Latina – estiveram nela representados: URSS, Grã Bretanha, França, Alemanha, Polônia, Itália, Grécia, Holanda, Bélgica e Estados Unidos. Em um dia, a Conferência proclamou a nova internacional e adotou seu programa (“*A Agonia do Capitalismo e as Tarefas da Quarta Internacional*”, com o subtítulo de “*A mobilização das massas em torno das reivindicações transitórias como preparação para a tomada do poder*”), chamado sumariamente de Programa de Transição. Aprovou também um Manifesto aos trabalhadores do mundo inteiro, que lançava “*um apelo urgente, num momento em que um grande perigo ameaçava as massas do mundo inteiro*”, “*às vésperas dos “horrores de uma nova guerra mundial”, suscitada pela agonia do mundo capitalista, que “exala dos venenos do fascismo e da guerra totalitária*”. (MARIE, 1978, pág. 15)

Segundo Jean Jacques Marie “As forças reunidas em 1938, sensivelmente, não ultrapassavam aquelas que reuniram em 1933, das quais três quartos haviam rompido com o trotskismo” (idem, ibidem, pág. 17).

O debate sobre o caráter de classe da URSS:

O debate sobre o caráter de classe da URSS é até hoje um divisor de águas dentro do movimento trotskista internacional. Tal debate foi e é pano de fundo de muitas cisões e unificações entre partidos e movimentos internacionais. Estamos tratando, portanto, de um debate central para os trotskistas. Nosso objetivo, no entanto, é apenas fazer um panorama geral de como tal debate se deu dentro das fileiras do movimento internacional.

Trotsky mantinha a posição de que se tratava de um Estado operário burocraticamente degenerado pela burocracia stalinista e que, portanto, a tarefa dos trotskistas seria lutar por uma revolução política que retirasse do poder a burocracia mantendo as bases econômicas da propriedade estatal dos meios de produção. Mas esta posição não era unânime.

Christian Rakovski, que foi um dos principais dirigentes da Oposição de Esquerda até 1934 escreveu um trabalho intitulado *Os Perigos Profissionais do Poder* onde fez um estudo profundo sobre a burocracia, a considerando como uma nova classe social.

De um Estado proletário com deformações burocráticas – como Lenin definiu a forma de nosso Estado – estamos passando a um Estado burocrático com resquícios proletários comunistas. A nosso ver, se formou e continua se formando uma grande classe de governantes com suas próprias dimensões internas, que cresce pela cooptação prudente, direta e indireta (promoção burocrática, sistema fictício de eleições). O que une esta classe original é uma forma também original de propriedade privada, que diz a posse do Estado. (SAGRA, 2010, pág. 122)

O dirigente alemão, expulso em 1928, Urbahns, que permaneceu na Oposição de Esquerda até 1930, defendeu, inicialmente, que o sistema capitalista ainda não havia sido restaurado na URSS, mas também não havia mais um Estado operário. O Estado soviético seria regido então por um governo supra ou interclassista, bonapartista. Em 1933 passou a defender que era uma variante do capitalismo de Estado, comparando com o sistema corporativo planejado da Itália, Alemanha e Estados Unidos (idem, ibidem).

A discussão passa a ter contornos políticos a partir de 1937 quando Craipeau, dirigente francês, afirma que a URSS não deveria ser defendida de um ataque fascista pois a burocracia soviética já havia se tornado uma nova classe exploradora. Também em 1937, Burnham e Carter, do partido norte-americano, apresentam concordâncias com Urbahns, mas diferem de Craipeau afirmando que a estrutura economia havia permanecido intacta e que, portanto, era um dever defender a URSS frente a um possível ataque imperialista.

A posição mais elaborada contra a concepção de Trotsky foi apresentada em 1939 por um simpatizante da IV Internacional, Bruno Rizi, num documento chamado *A Burocratização do Mundo*, também conhecido com o título *Coletivismo Burocrático*.

No princípio, Bruno Rizi sustentava que essa nova sociedade de classe surgida na Alemanha, na Itália, na URSS..., era progressista em relação ao capitalismo. Depois, mudou de posição, opinando que o “coletivismo burocrático” é regressivo em relação à sociedade capitalista. (idem, ibidem, pág. 128 e 129)

O palco central das disputas políticas e teóricas em torno desse tema foram as fileiras do *Socialist Workers Party*, seção norte-americana da Quarta Internacional. Tal polêmica foi retratada nos livros *Em defesa do marxismo* de Leon Trotsky e *The Struggle for a Proletarian Party* de James Patrick Cannon.

O debate dentro do SWP:

O SWP norte-americano foi formado em 1938, mesmo ano da IV Internacional, após expulsão do Partido Socialista da América. O partido foi fundado com cerca de mil militantes (BLANC, 2016, pág. 32). O SWP descende enquanto movimento político da Liga Comunista da América, fundada em 1928 por James Patrick Cannon e desde então foi seu principal dirigente.

Podemos dizer que as disputas internas começaram em 1929 quando Max Shachtman organizou internamente o partido contra a forma como Cannon conduzia a organização. Não houve rompimentos, mas desde então Cannon e Shachtman recrutaram apoiadores para suas alas dentro do partido. Os dois principais quadros dirigentes tinham funções opostas dentro do partido. Cannon era responsável pela parte organizativa, financeira e sindical da organização política enquanto Shachtman era responsável pelo trabalho ideológico, sendo o principal teórico da organização até 1940.

A disputa entre as duas frações iniciou antes do início da Segunda Guerra Mundial. Shachtman e C.L.R. James abordaram temas internacionais, como a defesa da Polônia contra o ataque alemão, na convenção partidária de 1939. Defenderam também que o partido se pronunciasse contra qualquer possível pacto entre alemães e soviéticos (ALEXANDER, 1991, pág. 796).

As discordâncias com a posição oficial primeiramente são expressas por Joseph Carter que era um quadro político de prestígio, pois tinha influência política e teórica em outras lideranças do partido. Carter primeiramente ganhou James Burnham e Emanuel Geltman para sua posição política. Eles defenderam que a URSS não era mais um Estado operário, mas que também não era capitalista. Adotaram a ideia de “Coletivismo Burocrático” para o regime soviético, pois não poderia mais ser considerado um Estado capitalista nem operário, na visão de Marx e Lenin (idem, ibidem).

Portanto

A disputa inicial era sobre a questão se a URSS era, conforme os trotskistas afirmavam tradicionalmente, um estado operário degenerado (com propriedade coletiva da economia que deva ser defendida contra o imperialismo, apesar de necessitar de uma revolução política que derrube a ditadura da burocracia), ou se era uma nova forma de opressão de classe – que Burnham e Shachtman chamaram de “coletivismo burocrático” – que não deveria ser defendida pelos revolucionários. (BLANC, 2016, pág. 34)

A minoria argumentava que a Rússia havia entrado na guerra imperialista em benefício unicamente do prestígio e poder de sua burocracia e que os revolucionários não deveriam defender tal posição. A disputa interna ficou mais acirrada após o pacto germano-soviético e o início da Segunda Grande Guerra. Conforme foi narrado por Mario Pedrosa, a direção majoritária foi colocada sobre a seguinte questão: ou abandona a política de defesa incondicional e condena a invasão ou mantém e apoia a invasão à Polônia.

Uma das resoluções apresentadas na reunião era “a resolução realmente corajosa” de Albert Goldman, “solicitando ao partido que apoiasse a invasão de Stalin”. Pedrosa percebeu que a resolução “recebeu apenas seu próprio voto, se nós não contarmos uma abstenção enquanto uma tímida aprovação”. Por outro lado “A resolução de Burnham, condenando a invasão à Polônia pelo Exército Vermelho como uma participação na guerra de conquistas imperialistas, teve apenas três votos. ...” Finalmente, “A resolução que recebeu a maioria dos votos prudentemente evitou responder a questão; foi elaborada de forma tão cautelosa que não sequer se atreveu a citar uma ‘invasão’, preferindo uma longa paráfrase como ‘a participação da Rússia na guerra da Polônia’. (ALEXANDER, 1991, pág. 796)

A intervenção de Trotsky e Cannon:

Trotsky foi quem principalmente elaborou, em termos teóricos e ideológicos, a disputa dentro do partido. Conforme afirmamos anteriormente, o trabalho ideológico e intelectual não era feito por Cannon. Portanto vou analisar alguns textos de Trotsky que foram utilizados no debate interno do partido partindo da caracterização que sua posição representava a ala majoritária.

Sobre o caráter da URSS Trotsky argumenta que o pacto germano-soviético apenas reforça o caráter contrarrevolucionário da burocracia, mas que isso não causa nenhuma mudança qualitativa na caracterização enquanto um Estado operário. Para combater a teoria do coletivismo burocrático Trotsky afirma que

Mussolini e Hitler estão somente “coordenando” os interesse dos proprietários e “regulando” a economia capitalista e, além disso tudo, principalmente para fins bélicos. A oligarquia do Kremlin é, repitamos, outra coisa: tem a oportunidade de dirigir a economia como um todo unicamente pelo fato de a classe operária russa ter levado a cabo a maior virada nas relações de propriedade de toda a história. Esta diferença não pode ser deixada de lado. (Trotsky, pág 31 e 32)

Sobre a questão das estatizações nos territórios ocupados, como um todo, são uma política progressista que devem ser defendida. Trotsky afirma, no caso da Polônia

A minha observação de que o Kremlin, com os seus métodos burocráticos, deu um impulso à revolução socialista na Polónia, é convertida por Shachtman na afirmação de que é possível, segundo o meu ponto de vista, uma “revolução burocrática” do proletariado. Isto não só é incorreto, como desleal. Minha expressão estaria rigidamente limitada. Não se trata de “revolução burocrática”, mas apenas um impulso burocrático. Negar este impulso é negar a realidade. Em todo caso, as massas populares da Ucrânia Ocidental e da Bielo-Rússia sentiram este impulso, entenderam seu significado e utilizaram-no para levar a cabo uma transformação drástica nas relações de propriedade. Um partido revolucionário que se desse conta deste impulso a tempo e se recusasse a utilizá-lo serviria para ser jogado no lixo. (idem, ibidem, pág. 176)

Este impulso nos só teria sido possível porque a URSS ainda apoia sua economia nas raízes de um Estado operário que só teria sido possível diante da luta de classes nos territórios

ocupados a partir da força e do exemplo da Revolução de Outubro. Trotsky considera que a política geral do Kremlin é contrarrevolucionária mas que

A Quarta Internacional não poderia boicotar esta transformação com o argumento de que a iniciativa foi tomada pela burocracia reacionária. O nosso estrito dever era participar nesta transformação junto com os operários e os camponeses e, *nessa medida*, junto com o Exército Vermelho. Ao mesmo tempo, era indispensável prevenir incansavelmente as massas sobre o caráter reacionário geral da política do Kremlin e dos perigos que ela leva para os territórios ocupados. Saber como combinar estas duas tarefas ou, mais exatamente, os dois aspectos de uma mesma tarefa – nisso reside a política bolchevique. (idem, *ibidem*, pág. 179)

A posição de Shachtman:

Shachtman foi como um dos delegados para a Conferência de Fundação da Quarta Internacional, mas se recusou a aceitar as teses contrárias à maioria. No congresso recusou fortemente a tese do coletivismo burocrático.

Trinta anos depois Shachtman contou ao autor qual linha de pensamento o levou finalmente ao lado de Carter, Burnham, e Geltman sobre a questão do coletivismo burocrático. Considerando a posição trotskista de “apoio incondicional” à União Soviética, o pensamento que veio a ele era que se a expansão soviética abrangesse o México, os stalinistas iriam certamente matar Trotsky e todos os seus seguidores no país. Em seguida ele entendeu que se os Estados Unidos caísse sobre o controle stalinista, ele também estaria entre os primeiros a ser assassinado como resultado da política soviética que ele estaria oferecendo “apoio incondicional”. Esta ideia o fez começar a se questionar não apenas sobre o “apoio incondicional”, mas sobre a natureza do regime soviético, e o absurdo apoio trotskista a um regime que, independente do crescimento de sua influência, teria matado trotskistas como um de suas principais medidas. Pág. 795 (Alexander)

Após convencimento político, Shachtman participa enquanto um dos principais da minoria chegando inclusive a assinar a plataforma da tendência junto com Abern, Bern e Burnham. O documento intitula do *A Guerra e o Conservadorismo Burocrático* na verdade é um texto de explicação, do ponto de vista da minoria, sobre a crise em que o partido se encontrava. Não vou desenvolver sobre os temas da plataforma pois o objetivo deste artigo são as discussões sobre o caráter da URSS.

Em 1940 o dirigente da minoria escreve uma carta aberta à Trotsky que é bastante esclarecedora sobre suas posições. Parte da compreensão que a política do SWP e da Quarta Internacional não deve partir de uma caracterização de classe do Estado soviético envolvido na guerra, ou da forma de propriedade que prevalece no Estado, mas sim em uma concreta análise do caráter da guerra em relação aos interesses da revolução socialista internacional.

A carta aberta de Shachtman à Trotsky é bastante esclarecedora sobre o tema.

Nós pedimos apoio e defendemos uma guerra para defender a União Soviética de um ataque imperialista. Neste caso, nós não insistimos em formalidades democráticas ou sequer realidade democrática como condição para sua defesa. Nós afirmamos – a minoria segue dizendo – que se os imperialistas atacarem a União Soviética com o objetivo de destruir a última conquista da Revolução de Outubro e reduzir a Rússia a uma colônia, nós iremos apoiar a União Soviética incondicionalmente. Isso seria uma guerra progressiva, mesmo sobre e a despeito da direção de Stalin. Nós lutaríamos por um Congresso democrático de toda União Soviética para assumir a direção, mas nós não iríamos exigir isso enquanto pré-condição para nosso apoio. (SHACHTMAN, 1940)

A principal diferença então, segundo Shachtman, era a questão das invasões soviéticas. A minoria não considerava tais ações necessárias para a defesa da União Soviética. Anos depois Shachtman, fazendo um balanço da atuação política, afirmou que a minoria não tinha um ponto de vista forte e consistente no início, se tornou no decorrer da disputa política. Mas, mesmo entendendo suas posições enquanto frágeis, sentiam que estavam no caminho certo e Trotsky no errado.

Cada um dos três líderes da oposição tinha seu próprio ponto de vista sobre a União Soviética, de acordo com Shachtman. Burnham estava convencido há pelo menos um ano que a URSS não era mais um Estado operário. Abern ainda entendia como um Estado operário degenerado, “Mas nesta guerra, estava seguindo uma política imperialista, e não deveria ser defendido”. Quanto a Shachtman, “Eu ocupei a notória ‘duvidosa’ posição – quando era pressionado a dizer, eu afirmava francamente ‘Eu estou em dúvida, não tenho mais a certeza que tinha antes de que é um Estado operário. Não estou preparado, no entanto, para afirmar que não é mais um Estado operário, é outro tipo de estado’. Isso não fala muito da clareza que eu tinha na época sobre esta questão importante, mas expressa precisamente meu modo de pensar sobre esta questão”. (ALEXANDER, pág. 797)

Conclusão:

A conclusão difundida pela maioria de que o rompimento de 1940 se deu por questões teóricas sobre o caráter de classes da URSS é dificilmente sustentado após uma rápida análise das posições. Shachtman era o principal dirigente do grupo minoritário, aparentemente a preocupação central do grupo não era responder a questões teóricas, mas sim políticas e imediatas como a invasão à Polônia e o Pacto Germano-Soviético.

No entanto é possível perceber uma tentativa da direção majoritária do partido em elevar o debate ao plano teórico e, na condução política cotidiana, não aplicar nem mesmo a política de apoio às invasões. Podemos ver que o debate em torno desta questão não se deu de forma unificada enquanto Trotsky era vivo, pois não existia unidade política ou teórica entre os defensores das posições contrárias à direção majoritária.

Sobre os impactos do rompimento para além do numérico (cerca de 40 a 50% do abandonou suas fileiras conforme apresentado por Jean Jacques Marie) o partido perdeu seu

principal teórico e principal responsável pelo trabalho ideológico. Os impactos foram sentidos também na Internacional, pois seu principal partido filiado havia perdido quase metade de seus membros.

Referências Bibliográfica:

MARIE; Jean Jacques. Os quinze primeiros anos da quarta internacional. 1978. Editora Palavra.
SAGRA; Alicia. A internacional: Um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo. 2010. Editora Sundermann.
CANNON; James Patrick. A história do trotskismo norte americano. 2013. Edições Iskra.
ALEXANDER; Robert. International Trotskyism. 1991. Duke University Press.

Fontes:

CANNON; James Patrick. The Struggle for a Proletarian Party. 1943. Forgotten Books.
TROTSKYs; Leon. Em defesa do Marxismo. 2011. Editora Sundermann.

Notas sobre Gaza: Representações de violência e do mundo muçulmano pós 11 de setembro do jornalista estadunidense Joe Sacco em seu livro-reportagem (2002-2010)

José Rodolfo Vieira¹

Orientador Prof. Dr. Áureo Busetto

Palavras-chave Onze de setembro, Estados Unidos, Representações, História em Quadrinhos, Joe Sacco.

Introdução

Ao 11 de setembro somaram mais de três mil mortos, e pode ser considerado o maior assassinato em massa desde a bomba nuclear contra Hiroshima em 1945, e para esse ato, não há precedente para a paz. No entanto, os ataques terroristas contra o Ocidente não tiveram início com esse evento. Segundo Peter Demand², os ataques do mundo muçulmano contra alvos ocidentais não são totalmente desconhecidos, mas, ao contrário das Torres Gêmeas, os objetivos estavam em geral no próprio Oriente Médio. Dentre eles, o assassinato do embaixador francês no Líbano em 1981, também houve os sequestros de aviões e atentados terroristas comandados por palestinos contra judeus após a Guerra dos Seis Dias em 1967, devido a anexação ilegal de territórios palestinos por israelenses, e o ataque a uma boate em Berlim frequentada por estadunidenses em 1988 que deixou três mortos e 230 feridos.

Após a Guerra do Golfo, os alvos para os muçulmanos deslocaram-se do Oriente Médio para o Ocidente. Em 1993 houve a primeira tentativa sólida de ataque contra o *World Trade Center*. Comandada pelo xeique egípcio Umar Abdul Rahman, também conhecido por participar da morte do presidente egípcio Sadat em 1978, fracassou em sua tentativa de explodir as Torres Gêmeas. Em 1995 a França foi alvo de uma série de ataques letais, consequentemente o governo francês culpou os argelinos islamitas enraivecidos pelo apoio francês ao regime militar na Argélia. O ritmo e o alcance dos ataques aceleravam no final de década de 1990. Em 1998 a Al-Qaeda, ainda pouco conhecida no cenário mundial, explodiu duas embaixadas estadunidenses, uma na Tanzânia e outra no Quênia. Esta tinha sido o ataque mais violento e tecnicamente com êxito para o seu planejador, o milionário engenheiro saudita Osama Bin Laden (DEMANT, 2014, p.288).

¹ Doutorando em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

² DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**, São Paulo: Contexto, 2013;

Portanto, com os ataques de 2001, Bin Laden levou o “Terror” para dentro dos lares estadunidenses. Para o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, tais atentados foram considerados uma declaração de guerra. No entanto, o inimigo de agora se escondia na fórmula do terrorismo. A ala neoconservadora dos Estados Unidos encontrou a brecha que precisavam para criar um novo inimigo pós à queda da União Soviética³. Segundo o filósofo Slavoj Žižek⁴, os neoconservadores estadunidenses, após o 11 de setembro, mobilizaram o principal ingrediente da ideologia politicamente correta que desprezava, ou seja, a lógica da vitimização. Agora, em condição de vítimas, baseia-se que a legitimidade do discurso pertence a eles – Estados Unidos –, que os estadunidenses devem acordar do sonho do liberalismo e enfrentar a nova realidade e o novo inimigo.

Os resultados dessa empreitada estadunidense, ou pelo menos dos neoconservadores, possibilitou que a partir de 2002 ocorresse à condenação das obrigações do país em tratados e também das convenções que até então propunham a arquitetura do sistema de poder internacional. Tudo isso em função de uma supremacia supostamente duradoura em uma guerra ofensiva de grande proporção tecnológica capaz de ser um dos únicos, se não o único país em empreender ações militares pelo planeta⁵.

A fim de consolidar a ideologia neoconservadora pós 11 de setembro, a propaganda política deve ser efetiva para instigar a população a apoiarem as aventuras externas dos Estados Unidos. Um grande crítico ao sistema de informações estadunidense encontra-se na figura de Noam Chomsky. Em seu livro o autor discorre que os Estados Unidos são muito eficientes em conduzir a opinião pública para a legitimação de suas ações. Baseado nas ideias de Walter Lippman sobre a “construção do consenso” governamental, Chomsky⁶ afirma que a propaganda política está para a democracia assim como o porrete está para um regime totalitário. Ou seja, existe um “rebanho desorientado” que sempre deve estar de acordo com os interesses comuns do governo. Dessa forma, a propaganda política adquire excepcional poder de manipulação e legitimação dos atos governamentais. O trabalho de Aline Rabello⁷ colabora em muito para a compreensão desse pensamento neoconservador após o 11 de setembro. Apesar de não mencionar os neoconservadores em seu trabalho, Rabello pesquisou entre 12 de setembro e 10 de outubro de 2001 o conceito de terrorismo nos periódicos *The New York Times* e no *Washington Post*. Conquanto, o recorte temporal de Rabello não é muito extenso, mas de suma importância, pois, compreende o dia seguinte após os atentados

³ KIERNAN, Victor G. **Estados Unidos: o novo imperialismo**. Rio de Janeiro: Record, 2009, p.423.

⁴ ŽIZEK, Slavoj. **Bem vindo ao deserto do real**: Cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011, p.14

⁵ HOBBSBAWM, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.48.

⁶ CHOMSKY, Noam. **11 de setembro**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003, p.21.

⁷ RABELLO, Aline Louro de Souza e Silva. **O conceito de terrorismo nos jornais americanos**: Uma análise de textos do New York Times e do Washington Post, logo após os atentados de 11 de setembro. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. 171f.

dirigindo-se até a entrada dos Estados Unidos no Afeganistão, nessa curta duração a pesquisadora representou como o conceito de terrorismo foi moldado para a atual situação.

Apesar da grande contribuição que seu trabalho representa, também levanta uma questão importante. Seu trabalho apresenta somente os resultados referentes a dois grandes jornais estadunidenses, pois, como ela afirma, são os dois jornais de maior circulação e suas reportagens são utilizadas para republicações em vários outros meios de comunicação pelo mundo. Porém, será que o discurso desses grandes meios de comunicação representa uma totalidade de consenso sobre os ataques nos Estados Unidos? Não haveria também outros veículos que proferissem discursos diferentes? Todos os estadunidenses concordam conscientemente com os valores neoconservadores representados pela grande mídia norte-americana? Com base nessas questões é que nos debruçamos nesse trabalho. Ao considerarmos “Notas sobre Gaza” também como um produto de mídia, deixamos de observar que os meios de comunicação nos Estados Unidos possuíam um discurso unilateral sobre o Oriente Médio e os muçulmanos após o 11 de setembro.

Joe Sacco, autor de “Notas sobre Gaza”, nasceu na Ilha de Malta em 1960 e se mudou ainda jovem para os Estados Unidos. Em 1981 formou-se em jornalismo pela Universidade do Óregon. No entanto, não chegou a exercer sua profissão em nenhum jornal de destaque nos Estados Unidos. Construiu sua carreira de editor na editora de Seattle para Histórias em Quadrinhos alternativos *Fantagraphic Books*. Em 1988 publica seu primeiro trabalho em Histórias em Quadrinhos, denominada “Yahoo!” (No Brasil, “O Derrotista”, publicada pela Conrad Editora em 2006), que o autor havia representado sua própria vida como jornalista e algumas pequenas historietas criticando atitudes violentas de governos e ideologias como o comunismo e o liberalismo econômico. Mas seu maior trabalho como autor e desenhista foi “Palestine” de 1991-1996 que o rendeu o prêmio *Award Books* de 1996 pela originalidade de seu trabalho. Em 2002, após acompanhar Chris Hedge para a produção de uma reportagem sobre a Palestina para a revista *Harpers*, Sacco menciona o descontentamento com o recorte editorial sobre uma entrevista com um *ex-fedayeen*⁸ e atual membro do Hamas. Tal descontentamento despertou o interesse de Sacco sobre os eventos de 1956 em Rafah e Khen Yunis. Conforme suas pesquisas sobre o assunto, não havia quase nada publicado em língua anglo-saxônica⁹. Entre 2002 e 2009 entre viagem e processo de produção, Sacco publicou “Notas sobre Gaza” em volume único em 2009 pela editora britânica Jhonatan Cape.

Ao contrário de uma História em Quadrinhos tradicional, se assim podemos denominá-las, cujo enredo apresente início, desenvolvimento e encerramento da narrativa, “Notas sobre

⁸ Os fedayeen eram considerados os militares palestinos durante a Guerra do Sinai, fazendo parte do corpo militar egípcio.

⁹ SACCO, Joe. **Notas sobre Gaza**. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p.VII.

Gaza” diferencia-se nesse ponto por não dar ao seu leitor um desfecho encerrado. Sua narrativa consiste em relatos de palestinos, confrontações de memórias, discussão de documentos oficiais e críticas ao jornalismo estadunidense. Essa estrutura é possível ser verificada ao compararmos o trabalho de Sacco naquilo que Edivaldo Pereira Lima denomina de livro reportagem. Conforme suas palavras o livro reportagem tem por função informar e orientar o jornalismo impresso cotidiano ao focar nas brechas deixadas pela imprensa e consequentemente amplia para o leitor a compreensão sobre a realidade¹⁰.

O que chama atenção em “Notas sobre Gaza” não é somente o conteúdo abordado em suas páginas, mas, sua produção em um quadro histórico muito peculiar nos Estados Unidos. Como observamos a pouco, enquanto os jornais de grande circulação denunciavam as práticas violentas do terrorismo islamita, Sacco produziu seu trabalho baseado na violência sofrida pelos palestinos meio século antes aos ataques das Torres Gêmeas.

Diante desse quadro, não é nossa intenção delimitar a existência de um grupo social dominante e outro dominado. Mas torna-se importante compreender que de um lado existe um grupo social que tenta interiorizar um sistema de representações acerca do terrorismo e sua violência, os perigos do mundo muçulmano e o medo derivado dos ataques aos Estados Unidos. Por outro lado há um grupo social que produz um sistema de representações que vai de encontro ao discurso de ódio e medo ao mundo muçulmano. As percepções desse mundo social, construído pelos meios de comunicação, não são de forma alguma neutros. Produzem estratégias e táticas que tendem a impor autoridade à custa do outro, com intuito de legitimar um projeto reformador ou justifica-lo para os próprios indivíduos as suas condutas e escolhas¹¹.

Considerando “Notas sobre Gaza” como fonte e objeto para esse trabalho, dispensaremos atenção ao seu formato, ou seja, tanto como livro material e como gênero em Histórias em Quadrinhos. Enquanto livro, observaremos as relações para seu processo de produção. Analisaremos como seu texto combina-se e opõe-se a outros textos antecedentes, como se destaca contra um fundo construído por uma massa coletiva de outras formas de linguagem, de outras formas literárias recebidas e apropriadas pelo autor, conhecimento adquirido que reativa, critica e acrescenta ao seu texto. Analisar então as outras camadas e acidentes que compõem o texto e que os escolhe como o seu local e sua vizinhança¹². Dessa maneira, não consideraremos o trabalho de Sacco como único e inédito sobre o tema abordado por ele, mas, uma construção coletiva de outros textos que correspondem ao mesmo sistema

¹⁰ LIMA, Edivaldo Pereira. **Páginas Ampliadas**: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri, SP: Manole, 2004, p.61

¹¹CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990, p.17.

¹² STAROBINSKI, Jean. A literatura: o texto e o seu intérprete. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976, p.134.

de representações produzido por ele. Trabalhos que da mesma forma que Sacco, vão de encontro ao discurso de medo e ódio aos muçulmanos.

Enquanto Histórias em Quadrinhos, abordaremos a linguagem empreendida pelo autor para produzir seus sistemas de representações. Em um primeiro momento estaremos atentos aos suportes de produção, formas de construção de enquadramentos e o estilo e adequação de sua técnica, pois, esses acessórios da imagem são resultado daquilo que o autor tenta dizer para o seu leitor¹³. A observação desses acessórios de produção é indispensável para uma descrição primária das imagens e dos elementos que compõem a imagem (balões, letreiramento, enquadramento, recortes, planos de perspectivas e narrativa). Somente após o tratamento primário desses elementos que é possível então investigarem os códigos de comunicação presentes na estrutura articulada pelo autor. Por isso, a análise descritiva primária permitirá uma série de interrogações que vão além do fenômeno específico e nos obriga a correlacionar com outras ordens de fenômenos além da descrita¹⁴. Tudo isso se torna necessário para a análise das estratégias de resistência de Sacco diante das práticas impostas para a produção de seu trabalho. Pois, são os fenômenos não descritos que possibilitam questionar e compreender mensagens nas entrelinhas de seu trabalho.

Notas sobre Gaza

A dimensão causada pelos ataques mobilizou ações militares pelo governo de Washington. Como é de nosso conhecimento, os Estados Unidos invadiram ainda em 2001 o Afeganistão e em 2003 o Iraque de Saddam Hussein. Tais acontecimentos foram possíveis graças a Estratégia de Segurança Nacional, que, segundo Zizek:

[...] o poder militar americano deve permanecer 'fora de qualquer contestação' no futuro previsível; dado que hoje o principal inimigo é um fundamentalista 'irracional' que, ao contrário dos comunistas, carece até mesmo do sentido elementar de sobrevivência e do respeito de seu próprio povo, a América tem o direito a ataques preventivos, ou seja, a atacar países que ainda não representam uma ameaça clara contra os Estados Unidos, mas que, no futuro, poderiam. Apesar de deverem procurar formar coalizões internacionais ad hoc para tais ataques, os EUA devem se reservar o direito de agir independentemente caso não consigam reunir o apoio internacional suficiente¹⁵.

Além do desencadeamento das ações militares estadunidenses no Oriente Médio, a estratégia de segurança abriu caminho para a escalada de violência na Palestina. Sendo Israel

¹³ EISNER, Will; **Quadrinhos Arte Sequencial princípios básicos e práticos do lendário cartunista**. 4.ed. São Paulo, SP; Editora WMF Martins Fontes, 2010, p.7.

¹⁴ ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, p.150.

¹⁵ ZIZEK, Slavoj. **Bem vindo ao deserto do real**: Cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011, p.9.

um dos maiores aliados dos Estados Unidos na região, as medidas de Guerra ao Terror possibilitaram que o Estado Judeu fortalecesse sua repressão ao movimento da Segunda Intifada Palestina¹⁶ que ocorria desde 2000. Segundo André Gattaz¹⁷, houve uma mudança significativa no conflito entre israelenses e palestinos após 11 de setembro de 2001. Dentre elas o autor aponta o fortalecimento dos grupos nacionalistas islâmicos e a intensificação das agressões do exército de Israel. Os resultados dessa mudança pós o 11 de setembro na Palestina podem ser observadas no levantamento realizado pela Uppsala University, pois, conforme seu mapeamento de mortes por conflitos bélicos pelo mundo, dados levantados desde 1989, registraram 5208 mortes na região entre 2000 a 2009, contra 608 registradas entre 1990 a 1999. Ou seja, após o início da Guerra ao Terror houve na região uma enorme escalada de violência. Das 5208 mortes, 4137 são de responsabilidade do governo de Israel.

A prática de negligenciar e controlar as informações sobre o Oriente Médio nos Estados Unidos e no Ocidente não é recente. Edward Said, conhecido por desenvolver o conceito de “Orientalismo”, discute que o Oriente é uma criação do Ocidente. É um espelho daquilo tudo que é repugnado por um ocidental. São representações criadas conforme as necessidades políticas do Ocidente, sempre voltada pela vontade de dominação sobre o Oriente desde as Cruzadas medievais perpassando pela dominação Neocolonialista na região. São interpretações carregadas de símbolos próprios e subjetivos que não tem outra função a não ser ofuscar a realidade sobre o que é realmente o Oriente.

¹⁶ Mais conhecida como “revolta das pedras”, a Intifada representa o levante popular palestino contra a repressão do Estado de Israel nos Territórios Ocupados a partir de 1967. Porém, com fracasso do processo de paz de Oslo (1993) que findava a Primeira Intifada Palestina (1987-1993) concomitante com a deteriorização da situação socioeconômica da população palestina, sujeita ao regime israelense, levaram a população do Territórios Ocupados mais uma vez a levantar-se em revolta. A reação do exército israelense, excessivamente violenta, provocou a morte de centenas de palestinos, alimentando a fúria de grupos como o Hamas e a Jihad Islâmica.

¹⁷ GATTAZ, André. **A Guerra da Palestina**. São Paulo: Usina do Livro, 2003, p.206;

A televisão, os filmes e todos os recursos de mídia forçaram a informação para dentro de moldes cada vez mais padronizados. No que diz respeito ao Oriente, a padronização e a estereotipação cultural intensificaram o domínio da demonologia e imaginativa do “Oriente misterioso”, Em lugar algum isso é mais verdadeiro que nos modos como o Oriente Próximo é compreendido. Três coisas contribuíram para transformar até mesmo a mais simples percepção dos árabes e do islã em uma questão altamente politizada, quase áspera: uma, a história do preconceito popular antiárabe e anti-islâmico no Ocidente, imediatamente refletido na história do orientalismo; duas, a luta entre os árabes e o sionismo israelita e os seus efeitos sobre o judeu americano, bem como sobre a cultura liberal e a população em geral; três, a quase total ausência de qualquer posição cultural que tornasse possível, seja identificar-se com os árabes e com o islã, seja discuti-los com isenção. Além disso, quase não é preciso dizer que, posto que o Oriente Médio está hoje identificado com a política das Grandes Potências, com a política do petróleo e com a dicotomia simplista do democrático e amante da liberdade Israel e os árabes maus, totalitários e terrorista, as chances de qualquer coisa parecida com uma visão clara de sobre o que se está falando quando se está falando sobre o Oriente Próximo são depressivamente pequenas¹⁸

Apesar da tentativa de impor essa visão de mundo baseado no medo e na violência decorridos do 11 de setembro, embasada na retórica do medo irracional no qual o governo de Bush, aliado aos grandes meios de comunicação, busca justificar e legitimar as futuras ações militares no Oriente, não há uma única via de informações a respeito da situação. Muito antes dos atentados, Sacco já havia produzido “Palestine”. Apesar das semelhanças com “Notas sobre Gaza”, o primeiro trabalho de Sacco na Palestina remete a narrativa de um evento presente, ou seja, a Primeira Intifada Palestina. Mesmo tendo recebido o *Award Books* em 1996, seu trabalho não tinha significância mercadológica alguma. Segundo Martin Barker¹⁹, “Palestine” não havia vendido mais do que 15 mil exemplares anuais, números muito abaixo do esperado pelo gênero e pela editora que estimavam uma vendagem mínima de 20 mil por ano. A partir de 2001, as vendas passam a média de 30 mil anuais, tendo seu ápice em 2003 com mais de 60 mil exemplares no ano. Barker atribui esse sucesso tardio inesperado as ações políticas e militares dos Estados Unidos envolvendo o Oriente Médio.

Esses números são interessantes para observarmos a possível existência de curiosidade dos estadunidenses pelo mundo muçulmano. Certamente não podemos levar em consideração somente esses números, mas, o aumento exacerbado de exemplares vendidos a partir de 2001 e a continuidade de altas médias de vendas anuais parecem um interessante ponto de partida para outras indagações. Por exemplo, a motivação de retornar mais de vinte anos na Palestina e produzir um novo trabalho acerca do conflito entre israelenses e palestinos.

Não se pode descartar que o aumento pelo interesse no assunto sobre o Oriente Médio nos Estados Unidos foi um dos fatores que motivaram Sacco a retornar aos Territórios Ocupados. Apesar de afirmar que o interesse para produzir “Notas sobre Gaza” foi ocasionado

¹⁸ SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, SP, Companhia das Letras, 1990. p.38.

¹⁹ BARKER, Martin. **The reception of Joe Sacco’s Palestine**. Participations Journal of Audience & Reception Studies. v.9, n.2, p.58-73, 2012. p,63.

pelo recorte editorial de seu trabalho pela *Harpers*, os eventos na ordem mundial pareciam propícios para sua produção. Além dos ataques em New York, na Palestina desenrolava a Segunda Intifada e conseqüentemente o aumento na escala da violência na região. O próprio processo de pesquisa e produção nos dão indícios das práticas de controle sobre as informações. Certamente a opção em escrever sua narrativa no gênero Histórias em Quadrinhos muito tem a ver com o sucesso repentino de seu trabalho anterior. No entanto, no que se refere às imagens, desenhar parece ser uma prática muito mais vantajosa, e menos perigosa, do que fotografar. Quando Sacco produziu “Palestine”, afirma que realizou entrevistas de forma tradicional, e utilizava um bloco de papel, ou até mesmo um livro para rascunhar seus desenhos²⁰. Escondia as anotações e os rascunhos com medo de perder tudo para um soldado de patrulha. A mesma sensação foi descrita pelo professor e jornalista José Arbex Jr. em sua visita à Palestina em 2002. Conforme seu relato:

Filas imensas se formam diante dos guichês de controle, enquanto cada pessoa que chega passa por um demorado e meticuloso interrogatório oficial da alfândega. Querem saber tudo: o que você pretende fazer em Israel, quantos dias vai permanecer, onde vai ficar. Dependendo da resposta, você simplesmente é barrado²¹.

Além de poder ser barrado, Arbex Jr. comenta o medo de poder perder todo material na bolsa caso possua algum material que não condiz com as convicções de Israel sobre o que está acontecendo nos Territórios Ocupados. No caso de Sacco, mesmo que por ventura tivesse seu material confiscado pelos soldados israelenses, nada o impediria de fazer novas anotações para futuros desenhos. Ao contrário da fotografia, o autor não tinha o risco de perder seus registros imagéticos, ter sua câmera quebrada ou os filmes perdidos nas confusas ruas palestinas.

Desenhar também pode ser uma estratégia no sentido de poder produzir com liberdade. Após a Guerra do Vietnã, especialmente o governo dos Estados Unidos, passaram a ter ressalvas com a presença de jornalistas nos campos de batalha. Conforme Jorge Prado Souza²² após as imagens terem papel decisivo sobre a opinião pública na Guerra do Vietnã, novas tentativas de controle a movimentação dos jornalistas e fotógrafos nos cenários bélicos foram impostas. Para Souza, a prática mais utilizada pelos militares corresponde aos *pools* de jornalistas. A prática consiste em um itinerário pré-estabelecido pelos militares em locais que jornalistas e fotógrafos possam estar. Além do controle dos locais, os jornalistas só são autorizados entrarem acompanhados de militares. Dessa forma, ao contrário dos

²⁰SACCO, Joe. **Palestina**. São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2011. p,xiii.

²¹ ARBEX JR, José. **Terror e esperança na Palestina**. São Paulo: Casa Amarela, 2002.p,21;

²² SOUZA, Jorge Prado. **Uma história crítica do fotojornalismo Ocidental**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.p,199.

fotojornalistas, Sacco pode montar suas imagens com maior liberdade, registrar com o olhar o local que observa e depois sentar em sua mesa e desenhar como melhor que lhe convém.



Figura 2: Página de apresentação. (SACCO, 2010, p.5)

A liberdade do desenho não está somente na esfera espacial, mas também temporal. Em “Notas sobre Gaza” o cerne da narrativa consiste nas memórias de eventos ocorridos em 1956. Seus desenhos podem transitar entre presente e passado conforme suas intenções. Considerando que seu trabalho corresponde a um livro-reportagem de cunho histórico, cujo tema tem em geral algum elemento que o conecta com o presente, possibilitando um elo comum com o leitor atual²³, representar os massacres em Rafah e Khen Younis em 1956 podem ter sua conexão com o presente.

As páginas de apresentação são um grande exemplo dessa conexão entre passado e presente no trabalho de Sacco. Conforme Eisner²⁴ as páginas de apresentação de uma História em Quadrinhos funcionam como uma introdução. Serve como trampolim para a narrativa e consequentemente estabelece um quadro de referências. Na figura 1, o autor está em uma boate na Palestina onde se reúnem vários jornalistas do mundo todo. Na primeira linha de quadros existe uma sequência de olhares entediados, nos três quadros tudo indica que são três pessoas diferentes. Logo após, a garçonete é solicitada por uma pessoa anônima. O cardápio é repleto de atentados, assassinatos e incursões. Na linha seguinte são representadas imagens de pessoas chorando, primeiramente uma família palestina seguida de uma família

²³ LIMA, Edivaldo Pereira. **Páginas Ampliadas**: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri, SP: Manole, 2004.p, 54.

²⁴ EISNER, Will; **Quadrinhos Arte Sequencial princípios básicos e práticos do lendário cartunista**. 4.ed. São Paulo, SP; Editora WMF Martins Fontes, 2010.p,64.

judia, e no final da linha de quadros homens e crianças do Hamas carregando um mártir morto. Na última linha mais imagens de crianças chorando seguida por um quadro à direita mais escuro devido aos vários traçados de preto no qual é possível observar vários homens com trajes palestinos sendo atendidos por mulheres também palestinas.

Essa página no início de “Notas sobre Gaza” diz muito sobre as motivações do autor. O tédio no olhar dos hipotéticos jornalistas desenhados por Sacco podem muito bem referenciar seu ponto de vista sobre o jornalismo. Quando é solicitado para a garçonete o cardápio de hoje, é apresentado ao leitor atentados, assassinatos e incursões. O cardápio cotidianamente tem a finalidade de apresentar aos consumidores os produtos disponíveis em um determinado estabelecimento, nesse caso, o “estabelecimento” Palestina sempre serve aos seus consumidores jornalistas as mesmas opções. Para Sacco, até mesmo sobre a Segunda Intifada já foi tudo escrito, como se fosse uma repetição sem fim das mesmas notícias, “dois mortos!”, “cinco mortos!”, “vinte mortos!” são sempre as mesmas manchetes a serem noticiadas. A própria repetição faz com que se perca a noção de tempo, ou seja, ninguém nota que os jornalistas possam utilizar a matéria publicada do dia, mês ou ano passado, pois pouco provável que alguém perceberá.

É no último quadro da página que o autor oferece algo diferente ao seu leitor. Com linhas mais tracejadas com o intuito de escurecer mais o quadro, Sacco retorna cinquenta anos dessas repetições de mortes e violência na Palestina. Nesse momento de seu trabalho que presente e passado encontram-se pela primeira vez. Ao que tudo indica não é somente a apresentação do tema que o autor está dispondo ao seu leitor com esse quadro, mas também uma crítica ao jornalismo. Essa crítica não é novidade nos trabalhos de Sacco. Ao ser perguntado sobre suas motivações de produzir seus trabalhos, o autor é bem enfático ao argumentar sobre a qualidade do jornalismo estadunidense que em sua perspectiva a cobertura realizada pelos jornalistas sobre o que realmente acontece na Palestina é vergonhosa e que sempre associou os árabes ao terrorismo. Mesmo acompanhando os noticiários na televisão e no jornal, não imaginava quem eram os árabes e o que realmente almejavam.

Os massacres as vilas de Khen Younis e Rafah no ano de 1956, objeto de interesse de Sacco em “Notas sobre Gaza”, são considerados por Sacco como “notas de rodapé” da história do conflito entre Israel e Palestina. Conforme suas palavras, pouco ou quase nada sobre o conflito foi produzido pela academia ou escrito em forma de livro em língua inglesa. Ruy Alves Jorge²⁵ escreveu na década de 1970 que os ataques aos vilarejos de Khen Younis e Rafah tiveram como resultado mais de 270 mortos. No livro de Jorge somente a data e o número de mortos fazem referência a 1956. Nem mesmo Edward Said ou Noam Chomsky fazem referência

²⁵ JORGE, Ruy Alves. **A justiça está com os Árabes**: História do conflito árabe-israelense. São Paulo, 1975.p,90.

ao massacre nos vilarejos. Talvez a própria Guerra do Suez em 1955, entre Egito e Israel, esse último com as forças aliadas da França e Inglaterra tenham ofuscado esse evento na Palestina, ou, para muitos pesquisadores, novembro de 1956 não passasse de mais um dos mais de trinta ataques israelenses a vilarejos palestinos entre 1948 a 1960. Por isso, na perspectiva de Sacco, 1956 pode não ser uma novidade para o jornalismo tradicional, mas a própria falta de referências sobre o acontecimento os motivam a produzir e compreender esses massacres.

Escrever e desenhar sobre um acontecimento ocorrido em 1956 está na contramão da maioria de seus colegas de profissão que também se encontram na Palestina. Não basta somente criticar os meios de comunicação estadunidenses, mas é preciso fazer algo diferente do que já estava sendo produzido até então. Apesar de escolher como seu objeto dois massacres nas aldeias de Khen Younis e Rafah em 1956, suas motivações estão muito mais ligadas ao presente. No decorrer de sua narrativa, a repressão de Israel, maior aliado militar dos Estados Unidos no Oriente Médio, é explicitamente representado. As intervenções indiretas dos Estados Unidos durante a Guerra Fria também fazem parte dos temas desenvolvidos por Sacco em seu trabalho. Seu objetivo não é produzir para seus leitores uma notícia de primeira mão, mas, vasculhar o passado para compreender o presente. Concomitante ao discurso do medo irracional do terrorismo e a necessidade de uma Guerra ao Terror, “Notas sobre Gaza” representam outra visão de mundo, tanto sobre os árabes palestinos como também sobre o 11 de setembro. Não que ele esteja interessado em culpar os Estados Unidos de toda miséria e atrocidades no Oriente Médio, ou mesmo legitimar os ataques de Bin Laden ao *World Trade Center*. Sua intenção é proporcionar aos seus leitores ocidentais, especialmente os de língua anglo-saxônica, outro ponto de vista muito além daquele discursado pelas grandes empresas midiáticas.

Considerações finais

No decorrer desse trabalho tentamos compreender a imbricação de discursos sobre o mundo muçulmano e a violência após o 11 de setembro. Partimos do pressuposto de Rabello (2006) de que o conceito de terrorismo é construído socialmente e adaptado a realidade de cada situação. Nesse caso, após os atentados os periódicos *The New York Times* e *Washington Post* enfatizavam o aumento da violência e atrocidade dos ataques, violência essa que chegava a ser comparada com a violência de uma guerra. Compreendemos que tais discursos mencionados por Rabello (2006) colaboraram no discurso governamental de medo e ódio nos Estados Unidos. Notícias então concomitante ao plano de Segurança Nacional que futuramente invadiria o Afeganistão e o Iraque.

Rabello discorre somente o discurso nos dois maiores periódicos estadunidenses. Seu trabalho focou no conceito de terrorismo e como esse conceito alterou de sentido conforme as necessidades atuais dos Estados Unidos. Não levou em conta uma totalidade de periódicos ou mesmo de outros meios de comunicação sobre a condução ou as motivações dos ataques pelos muçulmanos.

Diante de tal situação nos perguntamos se esse discurso unilateral corresponde a um consenso total dos meios de comunicação e dos jornalistas nos Estados Unidos. O trabalho de Sacco, “Notas sobre Gaza” colaborou na compreensão de outra visão de mundo de um jornalista estadunidense após o 11 de setembro. Mesmo seu trabalho não mencionando em nenhum momento os ataques em New York, tentamos observar as presenças e ausências de seu discurso e compreender como seu trabalho, mesmo tratando-se do passado, tem muito a dizer sobre o presente.

A publicação na Inglaterra e os vários indícios de modificações nas páginas podem nos dizer muito sobre os cuidados de lidar com o assunto nos Estados Unidos. Inserir páginas para então explicar com maior clareza ou mesmo retirar alguma página que poderia ser facilmente má interpretada ou mesmo ser uma provocação ao sentimento de alguns leitores que ainda não esqueceram a queda das Torres Gêmeas e suas vítimas.

Percebe-se também que, mesmo Sacco fazendo críticas ao jornalismo nos Estados Unidos, ele não é nenhum precursor nesse sentido. Pelo contrário, Noam Chomsky e Edward Said, ambos citados nesse trabalho, já discutiam sobre essa situação muito antes de Sacco. Além do mais, Sacco é leitor assíduo dos dois autores, Em “Palestine”, as referências à Edward Said são explícitas quando Sacco desenha a si mesmo lendo “A questão da Palestina” antes de ir dormir na casa de um palestino. Em “Yahoo!” podemos encontrar citações de Noam Chomsky ao fazer críticas à política estadunidense.

A escolha pelos massacres aos vilarejos de Khen Younis e Rafah também nos remete ao presente momento de sua produção. Enquanto os meios de comunicação citados por Rabello procuram entender as motivações dos atentados, pontuando o fanatismo religioso e a missão antiocidental, Sacco representa as consequências de uma intervenção militar na Palestina ocorrido quase cinquenta anos antes de sua viagem. Mesmo dizendo que tudo sobre a Segunda Intifada de 2000 já havia sido escrito, ele tinha plena consciência da escalada de violência na região e os motivos que levaram a um número tão elevado de mortes, ou seja, o plano de Segurança Nacional do governo Bush.

Dessa maneira, suas práticas em “Notas sobre Gaza” não difere das práticas empreendidas pelos dois maiores periódicos dos Estados Unidos. Todos estão falando a mesma língua, a violência e o terrorismo. Enquanto os periódicos baseiam-se nos eventos

presentes e enfatizam a violência terrorista nos ataques, Sacco representa a violência terrorista de Estado que levou a morte mais de 270 palestinos em 1956. Portanto, enquanto um sistema de representações legitimavam as intervenções que futuramente ocorreram no Oriente Médio, o sistema de representações que Sacco produz vai de encontro ao utilizar o passado como exemplo dos riscos intervencionistas tanto para os muçulmanos como para os estadunidenses.